

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS

ERIK HEREJK RIBEIRO

A RIVALIDADE E A COOPERAÇÃO NAS  
RELAÇÕES CHINA-ÍNDIA

*O CONTEXTO ASIÁTICO E O CASO DE MIANMAR*

PORTO ALEGRE

2015

ERIK HEREJK RIBEIRO

A RIVALIDADE E A COOPERAÇÃO NAS  
RELAÇÕES CHINA-ÍNDIA

*O CONTEXTO ASIÁTICO E O CASO DE MIANMAR*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Erik Herejk

A rivalidade e a cooperação nas relações China-Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar / Erik Herejk Ribeiro. -- 2015.  
226 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. China. 2. Índia. 3. Relações internacionais da Ásia. 4. Integração regional. 5. Estudos estratégicos. I. Martins, José Miguel Quedi, orient. II. Título.

ERIK HEREJK RIBEIRO

A RIVALIDADE E A COOPERAÇÃO NAS  
RELAÇÕES CHINA-ÍNDIA:

*O CONTEXTO ASIÁTICO E O CASO DE MIANMAR*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins - Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Analúcia Danilevicz Pereira  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio incessante de meus pais Ana e Milton, de meu irmão Leandro e de minha madrinha Cecília desde a infância. O cumprimento desta tarefa ímpar também não seria possível sem o apoio emocional de minha companheira Daniela. Ao amigo e colega Nilton Cardoso, agradeço pela motivação e pelo auxílio durante mais esta caminhada.

Ao Professor José Miguel, agradeço pela orientação imprescindível e pela contribuição singular para a minha formação intelectual ao longo da carreira acadêmica. Espero ter retribuído o esforço de igual maneira e eximo-o de quaisquer falhas que possam ser identificadas neste estudo.

Devo mencionar, sobretudo, a importância do corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao Professor Luiz Dario Ribeiro, por proporcionar uma visão alternativa da história e por colocar em cheque visões tradicionais da historiografia ocidental. Ao Professor Paulo Visentini, por despertar o espírito crítico desde as primeiras classes e por acreditar no potencial de seus alunos. À Professora Analúcia Danilevicz, pelos conselhos valorosos e pelas críticas sempre pertinentes. Aos Professores Marco Cepik, Marcelo Milan e Érico Duarte pela grande qualidade empreendida na educação de seus alunos.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão também aos Professores Mohan Malik, David Brewster, Hongwei Fan, Renaud Egretreau, Khriezo Yhome e Michael Charney, que disponibilizaram seu tempo e conhecimento para responder aos meus questionamentos. Agradeço em especial aos Professores Andrew Selth e Neville Maxwell, que se interessaram bastante pelo tema e forneceram importantes *insights*.

Este estudo não atingiria seu potencial sem a existência do antigo Café Ásia, onde os debates e a troca de conhecimento possibilitaram a construção coletiva de ideias. Aos amigos e colegas do Café Ásia: Athos Silva, Bruno Magno, Bruno Guimarães, João Chiarelli, Pedro Brites e Rômulo Pitt. Pelas revisões e pelo debate de ideias sobre este estudo, agradeço especialmente ao João Chiarelli e ao João Arthur Reis pela contribuição. Pelo esforço na revisão final, aos colegas Osvaldo Alves e Guilherme Simionato. Valorizo também as conversas produtivas e intervalos agradáveis com os amigos e colegas Anselmo Otávio, Bruno Jubran, Felipe Gaiotto, Fernando Scholz, Francisco Vicente, Guilherme Ziebell, Gustavo Feddersen, Luísa Barbosa, Marcelo

Kanter e Raul Cavedon, e tantos outros que tive o prazer de conhecer nestes últimos anos.

Sou grato também à União Federal, que prestou auxílio financeiro imprescindível através da CAPES, possibilitando dedicação exclusiva para a integralização deste estudo.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é encontrar a forma mais adequada para inserir as relações entre China e Índia no contexto político da Ásia, trazendo o caso de Mianmar como exemplo. A hipótese aponta que Mianmar é um elemento importante na evolução regional e bilateral das relações sino-indianas, onde se pode observar a sobreposição entre as dinâmicas simultâneas de rivalidade e de cooperação entre China e Índia. São debatidos aspectos diplomáticos, econômicos, políticos e securitários das relações sino-indianas no contexto asiático e em Mianmar. A discussão sobre a rivalidade sino-indiana traz elementos como a questão da região do Tibete, a Guerra Sino-Indiana (1962), a disputa pela Caxemira, as relações cordiais sino-paquistanesas, o apoio a insurgências, as estratégias marítimas e as capacidades operacionais aeroterrestres e navais de China e Índia. Reconhecendo a presença de rivalidade nas relações sino-indianas, ressalta-se que existem condições favoráveis para a mitigação desta condição. No âmbito militar, há relativo equilíbrio em capacidades operacionais, gerando incerteza sobre uma vitória decisiva e abrindo maior espaço à diplomacia. Existe um crescente senso de pragmatismo entre China e Índia, calcado nas suas visões sobre as Relações Internacionais da Ásia e sobre seus próprios papéis na moldagem do futuro da política regional. Assim, China e Índia têm procurado estender sua cooperação bilateral, negociam programas ambiciosos de interligação em infraestrutura e procuram maior diálogo político através de arquiteturas multilaterais. Mianmar é o centro de um eixo geográfico e político importante, conectando o Leste Asiático ao Sul da Ásia. Conclui-se, a partir do estudo do caso de Mianmar, que este se apresenta como um dos principais desafios e também representa uma grande oportunidade para o aprofundamento das relações entre China e Índia.

**Palavras-chave:** China. Índia. Relações Internacionais da Ásia. Integração Regional. Estudos Estratégicos.

## ABSTRACT

The aim of this study is to find the most adequate way to assess relations between China and India in the Asian political context, bringing the case of Myanmar as an example. The hypothesis suggests that Myanmar is an important element in the regional and bilateral development of sino-indian relations, where it's possible to observe the superposition of simultaneous dynamics of rivalry and cooperation between China and India. The diplomatic, economic, political and security aspects of sino-indian relations are discussed in the Asian context and in Myanmar. The analysis on the sino-indian rivalry debates elements such as the Tibet region issue, the Sino-Indian War (1962), the dispute over Kashmir, the cordial sino-pakistanese relations, the support to insurgencies, maritime strategies and air-land and naval operational capabilities of China and India. Acknowledging the presence of rivalry in sino-indian relations, it's emphasized that there are favourable conditions for the mitigation of this condition. In the military field, there's relative equilibrium in operational capabilities, creating uncertainty about a decisive victory, therefore opening more space for diplomacy. There's a growing sense of pragmatism between China and India, based on their views about International Relations of Asia and on their roles in shaping the future of politics in the region. Thus, China and India have intensified their bilateral cooperation, are negotiating ambitious joint infrastructure projects and are looking for more political dialogue through multilateral architectures. Myanmar is the centre of an important geografic and political axis, linking East Asia and South Asia. It's concluded from the study case of Myanmar that the country presents itself as one of the main challenges and also as a big opportunity to deepen relations between China and India.

**Keywords:** China. India. International Relations of Asia. Regional Integration. Strategic Studies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os teatros de operações da Guerra Sino-Indiana (1962) .....	42
Figura 2 – O Corredor de Karakoram entre China e Paquistão .....	48
Figura 3 – Áreas afetadas pela insurgência naxalita na Índia .....	59
Figura 4 – A distribuição da etnia Wa na fronteira sino-mianmareense .....	61
Figura 5 – Os pontos do Colar de Pérolas no Oceano Índico .....	81
Figura 6 – Ilhas Andaman e Nicobar .....	100
Figura 7 – As cadeias de ilhas de Liu Huaqing .....	105
Figura 8 – Os projetos de infraestrutura no BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar) e na Tailândia .....	151
Figura 9 – As etnias de Mianmar .....	160

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa político da Ásia .....	11
Mapa 2 – Mapa político do Nordeste Indiano .....	57
Mapa 3 – Mapa político de Mianmar .....	128

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Blindados de China e Índia .....	75
Tabela 2 – Categorias de mísseis .....	76
Tabela 3 – Plataformas de lançamento de mísseis de China e Índia .....	77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 O conceito de rivalidade, as relações sino-indianas e o caso de Myanmar .....	15
1.2 Rumo ao Indo-Pacífico? .....	16
1.3 A perspectiva dos países asiáticos sobre as Relações Internacionais .....	18
1.4 Possíveis explicações das teorias de R.I. para as relações sino-indianas .....	19
1.5 Os impactos de uma possível aproximação sino-indiana .....	22
1.6 Estrutura do estudo .....	28
<b>2 A RIVALIDADE TERRESTRE CHINA-ÍNDIA</b> .....	<b>30</b>
2.1 A questão do Tibete e a disputa territorial .....	31
2.2 A Guerra Sino-Indiana de 1962 .....	39
2.3 A importância da Caxemira e da “ <i>entente cordiale</i> ” sino-paquistanesa .....	47
2.4 O apoio a insurgências .....	52
2.5 Análise das capacidades operacionais de China e Índia .....	64
2.5.1 <i>Infraestrutura e logística</i> .....	69
2.5.2 <i>Guerra aérea</i> .....	71
2.5.3 <i>Guerra terrestre</i> .....	73
2.5.4 <i>Capacidades missilísticas</i> .....	76
<b>3 A RIVALIDADE MARÍTIMA CHINA-ÍNDIA</b> .....	<b>78</b>
3.1 O mito do Colar de Pérolas .....	79
3.2 Análise das capacidades navais de China e Índia .....	87
3.3 A Marinha Indiana “Olha para o Leste”: As ilhas Andaman e Nicobar .....	97
3.4 A Marinha Chinesa e a missão de proteger as linhas marítimas .....	104
<b>4 A DISPUTA SINO-INDIANA POR INFLUÊNCIA NA ÁSIA</b> .....	<b>108</b>
4.1 O declínio relativo dos Estados Unidos e o Pivô para a Ásia .....	108
4.2 O pensamento estratégico de China e Índia .....	110
4.2.1 <i>As correntes estratégicas de China e Índia</i> .....	113
4.3 O contexto econômico, diplomático e político das relações sino-indianas .....	116
4.3.1 <i>Perspectivas econômicas de China e Índia</i> .....	116
4.3.2 <i>A diplomacia e o pragmatismo nas relações sino-indianas</i> .....	118
4.3.3 <i>Os processos de integração regional</i> .....	121
4.3.4 <i>O ambiente securitário regional: buscando alternativas multilaterais</i> .....	124
<b>5 CHINA E ÍNDIA EM MIANMAR: EIXO DA RIVALIDADE OU DA INTERLIGAÇÃO?</b> .....	<b>127</b>

5.1 A importância estratégica de Mianmar .....	129
5.2 Grande Jogo no Leste: os jogos de poder entre China, EUA e Índia .....	133
5.3 As relações entre China, Índia e Mianmar .....	139
5.3.1 <i>O legado histórico</i> .....	140
5.3.2 <i>A competição política e econômica sino-indiana</i> .....	143
5.3.3 <i>A perspectiva diplomática</i> .....	146
5.4 Um novo corredor econômico para a Ásia? .....	148
5.4.1 <i>O fórum BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar)</i> .....	149
5.4.2 <i>A Rota da Seda Marítima</i> .....	152
5.5 Os desafios de Mianmar .....	154
5.5.1 <i>Transição política</i> .....	155
5.5.2 <i>Federalismo ou unitarismo</i> .....	159
5.5.3 <i>Desenvolvimento econômico</i> .....	164
5.5.4 <i>Retorno à neutralidade ou dependência da China?</i> .....	167
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>179</b>
<b>APÊNDICE A</b> - Entrevista com Mohan Malik (20-21 de agosto de 2014) .....	218
<b>APÊNDICE B</b> – Entrevista com David Brewster (25 de Agosto de 2014) .....	220
<b>APÊNDICE C</b> – Entrevista com Hongwei Fan (27 de Agosto de 2014) .....	222
<b>APÊNDICE D</b> – Entrevista com Renaud Egreteau (30 de Agosto de 2014) .....	223
<b>APÊNDICE E</b> – Entrevista com Neville Maxwell (1º de Setembro de 2014) .....	225

Mapa 1: Mapa político da Ásia



Fonte: UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN (2008).

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é encontrar a forma mais adequada para inserir as relações entre China e Índia no contexto político da Ásia, trazendo o caso de Mianmar como um exemplo desta interação. A hipótese aponta que Mianmar é um elemento importante na evolução regional e bilateral das relações sino-indianas, onde se pode observar os padrões de comportamento dos dois países vizinhos. Serão debatidos aspectos diplomáticos, econômicos, políticos e securitários das relações sino-indianas, observando o contexto asiático e o caso de Mianmar.

Mianmar é um exemplo onde dinâmicas simultâneas de cooperação e conflito entre China e Índia se sobrepõem. Atualmente, os dois países lançam projetos de investimento em infraestrutura e se interessam pelo mercado e pela estabilidade política local. Ao mesmo tempo, têm relações obscuras com as insurgências em Mianmar e uma percepção sobreposta com respeito à importância estratégica deste vizinho. Chineses e Indianos conferem um papel bastante relevante de Mianmar nas suas projeções logísticas e econômicas para o Oceano Índico (no caso da China) e para o Sudeste Asiático Continental (no caso da Índia). Além disso, acreditam que o país foi importante para sua defesa durante a Segunda Guerra Mundial.

O estudo parte da visão de que as relações entre China e Índia ocorrem numa condição de rivalidade. Isto não significa, entretanto, que os países (ou a Ásia) estão destinados a repetir o passado de guerras da Europa, como defende Friedberg (1993; 2012). Pelo contrário, faz-se necessário reconhecer os pontos de discordância e de desconfiança entre China e Índia, afastar os mitos criados em torno de suas relações e sugerir formas de mitigação da rivalidade. Esta visão deriva das possibilidades de ganhos mútuos consideráveis para as duas potências em decorrência da cooperação bilateral e regional.

Juntas, China e Índia poderiam elaborar, eventualmente, uma nova forma de competição interestatal que trouxesse maior estabilidade regional e o engajamento cooperativo. Assim não estaria afastada a possibilidade de confrontação armada direta ou indireta, mas possivelmente a mitigação de elementos como as intervenções unilaterais, os sistemas de alianças fixas entre potências e a predominância do jogo de soma-zero. Assim, estaria mais próxima a possibilidade de consolidação do Século do Pacífico<sup>1</sup>. As bases encontradas para este pensamento residem, além dos ganhos econômicos e político-

---

<sup>1</sup> Karl Marx já dizia, no Século XIX, que o Oceano Pacífico seria o novo centro da economia mundial, ultrapassando o Atlântico assim como este ultrapassara o Mediterrâneo no passado (*apud* MCCORD, 1996, p. 1).

diplomáticos mútuos, na perspectiva dos países asiáticos sobre as Relações Internacionais, que será tratada ainda na seção introdutória.

Do ponto de vista terrestre, a rivalidade tem pontos sensíveis para ambos os lados. Observa-se que a China preocupa-se com a manutenção da sua soberania sobre o Tibete, enquanto a Índia disputa a Caxemira com o Paquistão e ressent-se das relações cordiais sino-paquistanesas. Embora ambos os países utilizem estas questões como elemento de barganha, o pensamento estratégico de China e Índia e a evidência empírica não tem corroborado a maior utilização destes assuntos de modo a desestabilizar o ambiente securitário do rival. No entanto, esta perspectiva também não pode ser negligenciada, pois esses elementos permanecem como entraves a uma melhora nas relações bilaterais.

A análise no âmbito militar das capacidades operacionais<sup>2</sup> de China e Índia indica importantes elementos dissuasórios de ambos os lados e poucas chances de vitória decisiva para qualquer dos lados em um cenário que não envolva a escalada estratégica ou uma guerra de longa duração. Portanto, existem boas possibilidades de que haja estabilidade ou, pelo menos, crises controláveis pela diplomacia bilateral.

No cenário marítimo, a rivalidade ainda é incipiente e as capacidades de projeção de força marítima começam a evoluir, de modo que China e Índia estejam mais aptas a cumprir missões longe de suas costas em um futuro próximo. Neste quesito observa-se que há espaço para iniciativas securitárias multilaterais e maior gerenciamento da proteção dos bens comuns globais. No entanto, a ausência ou a ineficácia destes mecanismos pode se revelar conflituosa, pois há a perspectiva de maior interconexão entre os teatros marítimos do Índico e do Pacífico, que levaria a uma crescente sobreposição de áreas de interesse entre China e Índia. Esta interconexão tem sido chamada de Indo-Pacífico e será abordada ainda na introdução.

Observando a Ásia como um todo, conforme China e Índia consolidam seu papel de Grande Potência<sup>3</sup>, haverá maior disputa política por influência regional. As condições sistêmicas poderiam estar indicando certo declínio relativo dos EUA, o que não significa de qualquer forma a sua retirada da Ásia, pelo contrário. Nos termos de Waltz (1979), a Estrutura

---

<sup>2</sup> Este é um nível de análise relativamente novo para os Estudos Estratégicos, representando uma mediação entre os níveis estratégico e tático da guerra. Pode-se definir as operações como o planejamento, condução e manutenção de grandes unidades para obter objetivos estratégicos em um determinado teatro de guerra (SNOKE, 1985).

<sup>3</sup> Considera-se, nesta obra, que China e Índia são Grandes Potências. É necessário reconhecer que não existe um consenso na literatura sobre quais países se encontram nesta condição atualmente e sobre os parâmetros suficientes para um país ser considerado como tal. Sendo assim, China e Índia são consideradas Grandes Potências pelo fato de terem alguma capacidade de influenciar eventos que ocorrem além de suas regiões. Esta categorização pode ser encontrada em Buzan e Waever (2003, p. 35-37), onde os autores diferenciam Superpotências e Grandes Potências das Potências Regionais pela capacidade ou não de influenciar o nível global das Relações Internacionais.

do Sistema Internacional tem papel importante sobre as unidades, ainda que estejamos possivelmente vivenciando um período de regionalização da Segurança Internacional. Ainda, China e Índia terão papel político regional crescente, afinal a Ásia se trata de sua vizinhança permanente e está cada vez mais interconectada. Portanto, importa analisar as percepções estratégicas das duas potências asiáticas, não somente sobre a rival, mas sobre suas áreas de influência tradicionais (Sul da Ásia, Sudeste Asiático e, em certa medida, a Ásia Central). É a partir destas visões que se moldam as posturas político-diplomáticas de China e Índia.

Apesar de haver interesses conflitantes e por vezes antagônicos nos contextos econômico, diplomático e político, há um importante senso de pragmatismo nos dois países. As diversas iniciativas tomadas por China e Índia nestas instâncias reforçam a ideia de que há espaço para a mitigação da rivalidade e para a construção de confiança mútua. A criação de regras de conduta, mesmo que informais, pode reduzir a percepção de ameaça sobre as iniciativas alheias em espaços importantes para a segurança de ambos os países. Assim, torna-se necessária também uma mediação política regional que impeça a ação unilateral por parte de qualquer ator local ou extrarregional.

O caso de Mianmar é relevante para esta discussão, principalmente porque o país simboliza geograficamente o ponto de conexão entre o Leste Asiático e o Sul da Ásia e também entre China e Índia. Mianmar poderia tanto se configurar no centro de um eixo de prosperidade, quanto de um eixo de instabilidade securitária e socioeconômica. A observação das interações sino-indianas neste país é importante por ser um ambiente de menor risco político para ambas. Apesar da desconfiança característica entre as duas potências vizinhas, há um ambiente favorável à competição econômica e política com menor propensão à militarização de disputas, se comparado a Bangladesh e ao Paquistão. Por outro lado, os desafios políticos, étnicos e econômicos de Mianmar, somados à dependência de um ambiente externo não hostil, são fatores que indicariam alguma possibilidade de reversão no processo atual.

No âmbito do Estado e da sociedade brasileira, é importante a avaliação da dinâmica das Relações Internacionais na Ásia, onde possivelmente estará o novo centro da política e da economia mundial no Século XXI. China e Índia, especificamente, são dois parceiros estratégicos do Brasil e representam eixos fundamentais para as relações Sul-Sul. Neste sentido, o possível momento favorável a uma aproximação entre China e Índia e seus hipotéticos desdobramentos políticos regionais importariam para a inserção internacional brasileira, promovendo janelas de oportunidade para a atuação de seus canais diplomáticos e econômicos.

### 1.1 O conceito de rivalidade, as relações sino-indianas e o caso de Mianmar

Utiliza-se neste estudo o conceito de rivalidade para caracterizar as relações sino-indianas. Renaud Egreteau (2012) realiza um esforço teórico-metodológico para verificar a validade desta caracterização, reunindo diversos autores da literatura sobre Rivalidades Duradouras Internacionais (*Enduring International Rivalries*).

A rivalidade, nesta abordagem, ocorre quando dois países possuem contenciosos econômicos, políticos e militares e estão dispostos a recorrer ao uso da força para resolvê-los, caso seja necessário. Isto não significa que irão necessariamente fazer uso da força para atingir seus objetivos, mas sim que estariam dispostos a recorrer, em última instância ou não, ao uso da força. Além disso, existem outras três condições necessárias para sua consolidação: A presença de diversas crises e disputas (militarizadas ou não); o fator temporal (histórico acumulado e interconectado, projeções estratégicas futuras para o rival) e o fator psicológico (percepção de ameaça e desconfiança mútua) (EGRETEAU, 2012, p. 3-6).

O autor identifica cerca de 20 crises desde a independência dos dois países nos anos 1940, incluindo a Guerra Sino-Indiana (1962). Sobre o histórico cumulativo, existe uma correlação entre as crises, pois os eventos na região do Tibete em 1950 e 1959 foram importantes para o desenrolar da Guerra de 1962. Nas décadas de 1970 e 1980, se seguiram escaramuças de fronteira ainda remanescentes da disputa territorial. Sobre as projeções estratégicas, a justificativa para o teste nuclear indiano em 1998 foi a ameaça chinesa<sup>4</sup>. Em 2008-2009, novamente a instabilidade no Tibete provocou crise bilateral (EGRETEAU, 2012, p. 10). Quanto ao terceiro item, as percepções de ameaça e a desconfiança estão presentes em ambos os lados (EGRETEAU, 2012, p. 12-13). Esta questão será abordada na seção sobre o pensamento estratégico de China e Índia.

Devido à representatividade dos dois países para o Sistema Internacional, cada vez mais sua rivalidade terá potencial para extrapolar as relações bilaterais. Ao longo deste estudo, o foco de estudo da rivalidade é a disputa por influência na Ásia. À época da obra de Garver (2001, p. 29), esta se manifestava na dicotomia “Hegemonia Indiana” versus “Cercos estratégicos Chineses” no Sul da Ásia. Segundo o autor, Mianmar, Paquistão e Sul da Ásia eram os principais elementos da disputa geopolítica sino-indiana. Neste sentido, Mianmar não

---

<sup>4</sup> À época do teste, vazou na imprensa a carta enviada pelo Primeiro Ministro da Índia, Vajpayee, ao Presidente Clinton dos EUA. Nesta, Vajpayee justificou o teste nuclear pela presença de um vizinho em posse de armas nucleares que havia cometido agressão contra seu país em 1962. O documento está disponível em: <http://www.nytimes.com/1998/05/13/world/nuclear-anxiety-indian-s-letter-to-clinton-on-the-nuclear-testing.html>

somente importa para o estudo das relações sino-indianas e de sua rivalidade, como representaria, partindo da interpretação de Garver, o centro de um eixo regional que se estende pela Baía de Bengala, partido da Malásia e da Tailândia até Bangladesh e a costa leste da Índia.

Segundo Buzan e Waever (2003, p. 41), Mianmar é apresentada como país Insulador, ou seja, posicionado entre as periferias do Sul da Ásia e do Leste Asiático, mas sem participar ativamente da dinâmica de ambas. Buzan e Waever (2003, p. 97) afirmam que pode estar emergindo um “Supercomplexo” da Ásia em longo prazo. Pode-se sugerir que Mianmar poderia estar se afastando de seu papel original e caminhando rumo a uma nova dinâmica de inserção externa. Levando em consideração a maior projeção da influência chinesa e indiana por toda a Ásia e a priorização da região na agenda estadunidense, esta perspectiva não pode ser negligenciada.

Hipoteticamente, Mianmar passaria de periferia dos dois sistemas ao centro de um novo sistema, que tem sido chamado de Indo-Pacífico. Em suas declarações, o antigo Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, incluiu Mianmar no que ele chamou de “Corredor Econômico do Indo-Pacífico” (MEDCALF, 2013). Através dos projetos energéticos e de infraestrutura e da transição política, Mianmar busca modificar sua inserção no Sistema Internacional. O resultado deste processo poderia ser a própria interligação terrestre entre Sudeste Asiático, Sul da Ásia e China. Os Estados Unidos já cogitam uma nova visão geográfica destas regiões. A atual administração estadunidense admite que a ligação operacional entre os sistemas do Pacífico e do Índico será o próximo desafio para o pensamento estratégico dos EUA (MANYIN et al, 2012, p. 5).

Ainda, existe uma possível função de Mianmar para a resolução das disputas da fronteira leste de China e Índia, onde existe uma tri-junção ainda não demarcada. O país poderia ser um mediador diplomático para iniciar negociações produtivas através da fronteira trilateral, ainda sem definição.

## 1.2 Rumo ao Indo-Pacífico?

A instabilidade continental dos vizinhos comuns de China e Índia (Bangladesh, Butão, Mianmar, Nepal e Paquistão) ainda é uma das prioridades para a agenda política e securitária de ambas. No entanto, abertura das economias asiáticas do período pós Guerra Fria gerou maior dependência externa de mercados para exportação e de fontes de matérias primas. Devido aos altos custos de transporte terrestre e à sua instabilidade securitária, as Linhas

Marítimas de Comunicação (LMC) se tornaram um forte componente do comércio e, conseqüentemente, da segurança regional. Hoje, muitos países da região têm um volume de comércio internacional superior ao PIB, enquanto em China e Índia a razão chega a mais de 40%. Portanto, há a necessidade maior de proteção contra ameaças marítimas convencionais e não convencionais.

Neste sentido, a crescente interconexão securitária entre duas regiões de pouca interação histórica recente (os oceanos Índico e Pacífico) pode se refletir na emergência de uma nova denominação geopolítica: o Indo-Pacífico. A expressão é antiga, mas tem sido cada vez mais utilizada por líderes políticos de Austrália, Estados Unidos, Índia, Indonésia e Japão para denominar sua área de interesse securitário<sup>5</sup>. Para Medcalf (2013), isto não significa necessariamente que os históricos problemas de segurança das sub-regiões (por exemplo, a Península Coreana e a instabilidade do Afeganistão) afetarão todo o Indo-Pacífico. Por outro lado, ele argumenta que três fatores conectam a região como um todo:

- a) a dependência da China e de outros países do Leste Asiático dos fluxos energéticos, das exportações e de recursos ao longo do Oceano Índico;
- b) a emergência estratégica da Índia no Pacífico e
- c) a presença e o papel estratégico dos EUA no Índico e no Pacífico. Obviamente, importa levar em consideração a atuação dos Estados Unidos em relação a assuntos vitais para a China (Taiwan, Tibete e Mar do Sul da China).

Mesmo não tendo relação causal com a rivalidade sino-indiana, a possível emergência do Indo-Pacífico impacta diretamente sobre estas. Raja Mohan (2012, p. 212-216) argumenta que a maior inserção econômica internacional de China e Índia está orientando ambos os países para uma estratégia marítima mais consistente. Por conta disso, sua presença tem aumentado nas tradicionais áreas de influência do rival.

Do ponto de vista geopolítico, Mohan aposta no aumento da importância das novas Grandes Potências da periferia asiática (China e Índia). O autor argumenta que os próprios processos de integração e de infraestrutura da Ásia estariam sendo influenciados pelos movimentos da China em direção ao Oceano Índico e da Índia em direção ao Leste Asiático.

---

<sup>5</sup> A China evita oficialmente a utilização do Indo-Pacífico, mas Medcalf (2013) aponta que o debate sobre a importância do Oceano Índico já é consolidado no país devido às suas vulnerabilidades externas nesta região.

### 1.3 A perspectiva dos países asiáticos sobre as Relações Internacionais

Parte dos países asiáticos mostra uma perspectiva diferente da Ocidental sobre as Relações Internacionais (R.I.), que não os identifica com as correntes realistas ou liberais. Como exemplos, temos a nascente Escola Chinesa, que se preocupa em diluir a percepção de ameaça sobre a ascensão da China; o Japão, que hoje debate a condição de potência “normal”, apesar de optar pela maior utilização de instrumentos de poder brando em décadas anteriores; a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) desafia a lógica de que a ordem regional é provida pelas Grandes Potências locais; a Coreia do Sul e a Índia se identificam com o modelo realista, mas não têm certeza sobre qual será seu papel internacional (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 3).

Apesar de não haver uma teoria “*hard*” no sentido *stricto sensu*, existem diversas abordagens “*soft*” baseadas em ideias e crenças. Acharya e Buzan (2010, p. 10-13) citam como exemplo os estrategistas clássicos (Confúcio, Kautilya, Sun Tzu), líderes famosos (Mao, Nehru, Aung San, Sukarno) e a experiência coletiva, particularmente em três momentos: O sistema hierárquico pré-colonial, discutido anteriormente; a luta anticolonial, que incutiu um caráter internacionalista aos nacionalismos asiáticos e a solidariedade recíproca entre as lideranças; a perspectiva dos Valores Asiáticos propagados pelas elites locais a partir da ascensão econômica da região nos anos 1980.

Os Valores Asiáticos são afirmados pela Declaração de Bangkok (1993), redigida por países da Ásia para a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, estipulada por resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990. Neste documento, é enfatizada a preferência destas sociedades pela harmonia social, pelo coletivismo, comunitarismo, pela lealdade e respeito às figuras de autoridade e pela preocupação com o bem estar coletivo. Para estes países, os direitos humanos não são baseados simplesmente na transição democrática, mas sim na evolução socioeconômica como ponto de partida para maiores transformações na sociedade.

Todos os países da Ásia passaram ou passam por alguma forma de dominação estrangeira. Conforme suas massas se tornam urbanizadas, educadas e com acesso a tecnologia, cresce a demanda por direitos, bens públicos e por acesso ao consumo, aumentando a pressão sobre o Estado. Assim, as elites tradicionais (sejam militares ou civis) se deparam com novos desafios políticos, que demandam uma reorganização política e socioeconômica interna. Em alguns lugares, a democratização respondeu inicialmente a estes anseios, mas não se mostra suficiente no longo prazo e pode inclusive aumentar a pressão

sobre as elites governantes. A falta de respostas às contradições internas por vezes acaba suscitando respostas externas na forma de nacionalismos exacerbados.

As disputas territoriais sobre as ilhas dos mares Amarelo, do Leste da China e do Sul da China refletem em parte esta reafirmação dos nacionalismos na Ásia através de disputas territoriais e também os ressentimentos históricos sobre as Guerras Sino-Japonesas (1894-1895 e 1937-1945) e sobre a subjugação da Coreia pelo Japão. No entanto, refletem uma perspectiva mais profunda de insegurança interna das mais variadas formas. Para citar três exemplos, o Japão teme o envelhecimento de sua população e o estrangulamento energético, visto que a grande maioria de seu consumo de energia vem da importação. A Índia enfrenta dificuldades com seu sistema político federalista e a possibilidade de sua desconstrução em diferentes nações que compartilham etnia, língua, cultura e religião. Os países do Sudeste Asiático também têm parte significativa de sua população culturalmente heterogênea e, não raro, populações que demandam maior autonomia e mesmo a secessão.

Ao mesmo tempo em que receiam o crescimento da China, todos os países têm se associado ao seu desenvolvimento para usufruir de suas cadeias produtivas e de sua demanda interna. Isto explica, em parte, o motivo do prosseguimento das negociações sobre integração econômica entre China, Coreia do Sul, Japão, ASEAN, Índia e outros, mesmo quando as tensões territoriais ocupam a pauta política. Ou seja, os processos de integração e de formação de conflito armado parecem ocorrer paralelamente.

#### 1.4 Possíveis explicações das teorias de R.I. para as relações sino-indianas

Neste estudo, se presume que a dinâmica securitária se regionalizou no período do pós Guerra Fria. Autores de diversas correntes teóricas têm corroborado com esta ideia (BUZAN; WAEVER, 2003; MEARSHEIMER, 2001; HUNTINGTON, 2010; LAKE; MORGAN, 1997; KATZENSTEIN, 2005; KELLY, 2007). Parte-se deste princípio para avaliar as explicações convencionais das teorias ocidentais de R.I.

Se for adotada uma perspectiva do Realismo Ofensivo nas Relações Internacionais, China e Índia estarão sempre fadadas à confrontação militar por serem Grandes Potências em busca da hegemonia regional e da negação desta condição ao adversário (MEARSHEIMER, 2001). Na visão Liberal-Institucionalista, as duas poderiam convergir para uma situação de Interdependência Complexa entre economias e sociedades que diminuiria a importância do poder militar em seus cálculos (KEOHANE; NYE, 1987, p. 731).

O conceito Neorrealista de Balança de Poder (WALTZ, 1979), por sua vez, poderia se traduzir eventualmente numa balança regional da Ásia. No entanto, as posições dos países ainda variam bastante. No caso de Filipinas, Japão e Vietnã, há uma postura mais característica de formação de alianças e de balanceamento externo. Já outros países da Ásia não realizam balanceamento, nem tampouco o *bandwagoning*<sup>6</sup>, que seria a subordinação aos interesses da potência em ascensão. Para boa parte dos países da região não há o interesse em uma polarização em torno de blocos de alianças fixas, mas sim a barganha entre as Grandes Potências<sup>7</sup>. Ciorciari (2009) chama este tipo de interações de “Balança de Influência”, que se difere da Balança de Poder por:

- a) não representar alinhamentos tradicionais;
- b) por incluir elementos econômicos, institucionais e ideacionais;
- c) por convidar as potências externas para que estas tenham participação na construção da estabilidade regional e
- d) por criar uma balança multidimensional, colocando constrangimentos sobre a tentativa de dominação por uma única potência.

Stephen Walt (1985) baseia-se no conceito de Kenneth Waltz para criar a Balança de Ameaça, conceito em que a ascensão de uma potência não necessariamente provocaria resposta de outro país, a não ser que houvesse a ameaça de conflagração armada entre os dois. Os parâmetros avaliados por Walt (1985, p. 9-13) incluem: Poder Agregado; Proximidade; Capacidade Ofensiva e Intenções Ofensivas.

Hoje, parte da literatura defende que a Ásia está passando por uma corrida armamentista e que poderia haver um dilema de segurança entre os principais países da região (BALL, 2011; TILL, 2012; TAN, 2014). De acordo com estes autores, a dinâmica de ação e reação quanto à aquisição de equipamentos militares indicaria a existência de uma corrida. Esta percepção está amplamente difundida entre os meios de comunicação ocidentais, que apresentam a situação sem uma análise crítica (PILLING, 2014; EINHORN, 2013; EBBINGHAUSEN, 2013; SHARMA et al, 2011).

Contudo, se for adotada uma abordagem alternativa, a ideia da corrida armamentista regional encontra dificuldades. De um lado, a aquisição de capacidades por si só não significa um aumento da competição interestatal por segurança. Le Mière (2014) argumenta que as novas plataformas navais adquiridas pelos países do Leste Asiático são indicadas para um

---

<sup>6</sup> O *Bandwagoning* ocorre quando os Estados se veem diante de um adversário mais forte, mas escolhem se alinhar com este ao invés de balanceá-lo, pois o custo da oposição é maior do que seus benefícios.

<sup>7</sup> Para uma visão tradicional de balança de poder no Sudeste Asiático, ver Ross (2006).

perfil de forças defensivo e de negação de área, não para o controle do mar. Ainda, não se pode afirmar que há uma corrida devido à complexidade e multiplicidade de percepções quanto à utilização das capacidades. Ademais, observando a base de dados do *Stockholm International Peace Institute* (SIPRI, 2015), os gastos em segurança dos países asiáticos parecem aumentar apenas conforme o crescimento de suas economias, sendo difícil relacionar seu crescimento com um dilema de segurança.

Portanto, nesta perspectiva, se pode argumentar que o aumento do orçamento e das capacidades militares ainda é fruto do crescimento econômico da Ásia, juntamente com a incerteza sobre ameaças futuras e a possibilidade de diminuição do comprometimento securitário dos EUA (BUZAN; SEGAL, 1994, p. 9).

A ideia do dilema de segurança é geralmente associada ao Realismo Defensivo, onde a busca dos países por segurança é um jogo de soma-zero devido à natureza anárquica do Sistema Internacional. Taliaferro argumenta que existem mais três suposições na teoria realista defensiva: Modificadores estruturais (balanço de defesa-ataque, proximidade geográfica e acesso a matérias primas) influenciam a severidade do dilema; o poder material dos países dirige a política externa dos países juntamente com as percepções de seus líderes; a política doméstica pode limitar a eficiência da resposta ao ambiente externo. Existe também a possibilidade de cooperação em temas de benefício mútuo (sem a necessidade de regulação por instituições internacionais) e a criação de mecanismos para evitar a escalada militar e nuclear (TALIAFERRO, 2000, p. 129-131).

Assim, o dilema de segurança e a cooperação (bilateral ou através de arquitetura multilateral) são duas faces de uma mesma moeda. Os dois frequentemente aparecem juntos, embora haja períodos de oscilação em favor de um ou de outro. Garver (2002) afirma que o dilema existe nas relações sino-indianas e é fruto da disputa pelo controle das fronteiras, pela criação de Estados Tampão (*buffers*<sup>8</sup>) vizinhos e pelo controle do Sul da Ásia (estes dois últimos itens tendo correlação direta com a região do Tibete e o Paquistão). Blazevic (2009) aponta que o dilema está presente no Oceano Índico, pois a China constrói capacidades de projeção naval para defender suas Linhas Marítimas de Comunicação (LMC). Brewster (2014b) rebate afirmando que a Índia tem vantagem geográfica no Índico e isso evitaria um dilema de segurança, dando razões para os países buscarem a cooperação marítima ao invés de ocuparem os espaços estratégicos tradicionais do rival. Holslag (2009, p. 835) argumenta

---

<sup>8</sup> O Estado Tampão, ou *buffer*, de acordo com Buzan e Waever (2003, p. 41), é aquele onde as pressões securitárias externas são tão fortes que é necessário criar um tampão entre dois sistemas regionais em expansão.

sobre a existência do dilema de segurança na fronteira sino-indiana, mas afirma que ele evoluiu nos anos 1990 para a pacificação e hoje enfrenta uma fase de construção de confiança.

Martins (2008, p. 177-178) procura resolver o impasse da realidade multifacetada nas relações sino-indianas através de uma análise sociológica. De acordo com ele, “a descolonização, a oposição ao Imperialismo e as armas nucleares produziram um novo tipo de Estado na semiperiferia”. Este Estado afirma seus interesses na sua área de influência contra a intervenção de Grandes Potências, sem prescindir da dependência de atração de capitais e de tecnologia.

A questão levantada por Martins (2008, p. 177-178) é se China e Índia se tornarão imperialistas em decorrência da evolução do seu capital industrial e bancário para a produção do capital financeiro. Com isto, estariam produzindo uma linha de comportamento “[...] baseados na teoria do imperialismo, cujo sócio-metabolismo envolve a guerra como forma de obter mercados para a exportação de capital e acesso à energia e matérias primas”.

De acordo com o autor, a diferença fundamental entre os dois países asiáticos e Alemanha e França na primeira metade do Século XX é a fusão entre capitais industriais e bancários não somente nacionais, mas também estrangeiros, impelindo os Estados para a racionalização da gestão financeira através da integração, ao invés da competição militar. Sendo assim, “o capital financeiro é parte da gestão da dependência e de sua conversão para a interdependência para as praças financeiras estabelecidas. Índia e China têm parceiros comuns e não dependem de um único centro financeiro [...]”. Portanto, a definição do equilíbrio internacional (através do conjunto de balanças regionais) viria através da guerra local e da integração regional, em contraste com a guerra total do Século XX.

### 1.5 Os impactos de uma possível aproximação sino-indiana

Para o caso específico de China e Índia, cabe conjecturar sobre qual o legado que os dois países poderiam eventualmente deixar para o futuro das R.I. da Ásia no Século XXI. Ambas são as maiores potências territoriais da Ásia, ao lado da Rússia, e possuem liderança regional. Os dois países também são os mais populosos do mundo, reunindo cerca de 1,3 bilhão de pessoas cada (totalizando, em conjunto, mais de 35% da população mundial). Sendo assim, suas posturas político-diplomáticas influenciarão ao menos parcialmente o rumo das R.I. da Ásia. Suas relações também interagem com um conjunto de fatores externos ao seu controle, especialmente as relações sino-japonesas, a situação de Taiwan, a política

estadunidense para a Ásia e o papel da ASEAN para os processos de integração e de negociação diplomática.

Ambas já possuem uma gramática comum na condução de suas relações exteriores através dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica<sup>9</sup> (1954), documento assinado também pela Birmânia<sup>10</sup>. Foi esta coordenação que conferiu a liderança política de Nehru e Zhou Enlai durante a Conferência de Bandung (1955) e a adoção posterior dos Cinco Princípios como a base do Movimento dos Não-Alinhados (MUKHERJI, 2008, p. 168-169).

A ASEAN manteve e ampliou o espectro de atuação dos Cinco Princípios, tendo em suas bases o consenso, a igualdade de soberania, a não interferência em assuntos internos, a cooperação em defesa e a diplomacia informal (muitas vezes em formato *Track II*, ou seja, entre agentes não oficiais). Este conjunto de princípios é chamado de “ASEAN Way” (BEUKEL, 2008, p. 21).

Com a criação do Fórum Regional da ASEAN em 1994, a Ásia experimentou seu primeiro fórum multilateral de segurança de maior abrangência. O ASEAN Way passou a ser difundido para o restante da região através dos diálogos no fórum e dos Tratados de Amizade e Cooperação<sup>11</sup> (BEUKEL, 2008, p. 30). No entanto, há limitações neste modelo para a resolução dos problemas securitários do Nordeste da Ásia, no Afeganistão e no Sul da Ásia. Vorobiev (2012) propõe a criação de um novo fórum entre a Organização da Cooperação de Xangai (OCX) e os Estados Unidos para resolver estes contenciosos, utilizando os moldes do fórum da ASEAN. Seja qual for o modelo, há a necessidade de gerenciamento destas questões de forma abrangente. Esta perspectiva será abordada de forma mais detalhada no Capítulo 4.

Os impactos deste regime poderiam ser de grande relevância para o gerenciamento de futuras crises políticas entre os países da região. Isso poderia prevenir, utilizando um exemplo hipotético, que uma conflagração localizada na fronteira entre Bangladesh e Mianmar escalasse para uma guerra por procuração, com atuação de guerrilhas e venda de armamento para os dois países. No caso da Ásia Central e do Sul da Ásia, o compartilhamento de responsabilidades no combate ao terrorismo e a outras ameaças não tradicionais teria benefício para a estabilização destas regiões. A abertura de mercados e corredores que hoje estão bloqueados seria de interesse mútuo para China e Índia.

<sup>9</sup> Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos, igualdade e cooperação para o benefício mútuo e coexistência pacífica.

<sup>10</sup> Será utilizado o nome Birmânia toda vez que for referido a eventos anteriores a 1989, a partir de quando o país passou a se chamar Mianmar.

<sup>11</sup> O Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático foi criado em 1976. A partir de 2003, uma série de países se tornou signatária, entre os quais China, Índia, Japão, Paquistão, Coreia do Sul, Rússia, EUA e o bloco da União Europeia.

Ainda, haveria dividendos positivos para Afeganistão, Irã e Paquistão, países importantes para a estabilidade regional da Ásia e do Oriente Médio. China e Índia têm o objetivo comum de combater o radicalismo religioso, que ameaça desestabilizar a Ásia Central e as comunidades islâmicas na Índia (mais de 170 milhões) e na China (10 milhões de uigures no Xinjiang).

No capítulo seguinte, mostra-se que o Paquistão flerta, por vezes, com uma versão islâmica de Estado em detrimento de sua laicidade. Esta possibilidade ficou mais séria a partir de 2013, quando os Paquistaneses começaram a ensaiar uma aliança militar com a Arábia Saudita, abrindo a possibilidade para a venda de armas nucleares (URBAN, 2013). Sabidamente, os Sauditas são os maiores financiadores do radicalismo islâmico na região (BLANCHARD; PRADOS, 2007; JONES, 2014). A “*entente cordiale*” sino-paquistanesa pode servir para a barganha Chinesa e para o desenvolvimento local, diminuindo a pobreza e o apelo do radicalismo islâmico. A Índia deseja obter o acesso aos mercados energéticos da Ásia Central e do Irã (através de dutos), duas ligações que dependem do Paquistão.

O Irã é fonte energética importante para China e Índia, que procuram evitar qualquer tipo de instabilidade que possa interromper este fluxo. A ameaça maior é justamente a Arábia Saudita, além da intervenção Ocidental. Para os Indianos, enquanto as relações com o Paquistão estiverem conturbadas, o Irã é a única porta de acesso à Ásia Central (ZUR; MAGAL; KEDEM, 2012, p. 105-106). Por isso, a Índia aprovou recentemente a construção do Porto de Chabahar no leste do Irã, sendo este o primeiro passo para a criação de uma via até o Afeganistão. Segundo Sandilya (2014), a atuação da Índia como interlocutora poderia eventualmente ser um substituto parcial à distensão do Ocidente com o Irã.

Sendo assim, hipoteticamente, uma maior coordenação político-diplomática de China e Índia poderiam diminuir gradualmente o espaço para uma possível atuação unilateral dos Estados Unidos aos moldes do que se observou nas guerras do Afeganistão e do Iraque. China e Índia já possuem liderança política regional, portanto é possível que um eventual entendimento bilateral evolua para um regime multilateral. Seria do próprio interesse dos países da região que haja maior respeito à sua soberania e que conflitos internos ou localizados não se transformem em problemas regionais. A questão que se impõe é: como estabelecer as bases do entendimento entre China e Índia?

Os Chineses parecem bastante claros em suas intenções. Serão abordadas posteriormente as propostas ambiciosas da China à Índia em busca de interligação em infraestrutura territorial e marítima. Especificamente para os Indianos, noticiou-se na imprensa local que a China teria ofertado investimentos na ordem de US\$ 300 bilhões em

infraestrutura até 2017 (PANDA, 2014a). Durante a visita do presidente Xi Jinping, em setembro de 2014, foram fechados investimentos em ferrovias, rodovias e parques industriais totalizando US\$ 27 bilhões (MEYER, 2014).

Para o restante da Ásia, despontam duas iniciativas ambiciosas da China: o *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura) e o fundo da Rota da Seda (que tem sido apelidado por alguns analistas de Plano Marshall da China, embora não estabeleça obrigações políticas aos participantes) (CHEN, 2014). O Banco tem capital aprovado de US\$ 100 bilhões, iniciará suas operações em 2015 e terá a participação de mais 20 países (incluindo a Índia), mas sem a presença de Austrália, Coreia do Sul, Indonésia e Japão, que foram pressionados pelos EUA a não aderirem ao projeto (SENGUPTA, 2014). O fundo tem capital inicial de US\$ 40 bilhões e seus alvos principais são os países da Ásia Central, Sudeste Asiático e Sul da Ásia.

De acordo com Yan Xuetong (2014), a política externa de Xi Jinping (2013-atualmente) marcará uma mudança em relação aos últimos 20 anos. A China se manteve politicamente afastada de maiores engajamentos, priorizando o desenvolvimento econômico. A nova política de Xi procura inserir outros países na esteira do crescimento chinês, rendendo-lhes um papel construtivo e benefícios preferenciais econômicos, políticos e talvez algum arranjo de proteção securitária. As principais iniciativas são a Rota da Seda na Ásia Central, a Rota da Seda Marítima e o corredor Bangladesh-China-Índia-Mianmar. Estas serão as regiões mais favorecidas e engajadas pela China. Por outro lado, aqueles que se opuserem ao crescimento chinês serão sancionados e isolados.

Por parte da China, a questão que enfrenta maior resistência interna de generais do Exército de Libertação Popular (ELP) é o gerenciamento das disputas de fronteira. A suspeita de discordância ganhou força após as crises com o Japão e no Mar do Sul da China em 2013 (JAKOBSON, 2013; PEI, 2014). Em setembro de 2014 ficou clara a tentativa de sabotagem da viagem de Xi Jinping à Índia por alguns comandantes das Forças Armadas. Estes ordenaram a construção de uma ponte em Ladakh, colocando centenas de soldados em território controlado pela Índia. Após reunião com Narendra Modi, os dois líderes ordenaram a retirada de tropas, mas o ELP não obedeceu. A insubordinação foi tratada duramente por Xi em seu retorno, que prontamente reuniu os comandantes regionais e promoveu dois generais leais para as posições de vice-presidente da Comissão Militar Central e chefe da comissão disciplinar (MEYER, 2014). Ficam em aberto as implicações destes eventos para o longo prazo. Existe também a possibilidade de que a sabotagem tenha ocorrido para minar a liderança de Xi, que tem adotado uma postura forte contra a corrupção interna.

Serão abordadas posteriormente as percepções estratégicas da Índia, que parecem relativamente definidas regionalmente. A política de “Olhar para o Leste<sup>12</sup>” foi ambiciosa, mas rendeu poucos dividendos. Devido à desorganização na tomada de decisão, o papel das lideranças por vezes se sobrepõe ao das estruturas internas. A nova ministra das relações exteriores, Sushma Swaraj, declarou que a Índia deve, a partir de agora, “Agir para o Leste”, ao invés de ser um mero espectador (PHILIP, 2014). A questão reside em coordenar políticas que levem à concretização destes objetivos no longo prazo.

É por este motivo que a academia Chinesa tem creditado a Modi o título de “Nixon da Índia” (ZONGYI, 2014). A promessa do novo primeiro-ministro é de pragmatismo e desenvolvimento econômico em primeiro lugar, o que de certa forma remete à proposta Chinesa de décadas anteriores. A comparação com o ex-presidente estadunidense indica que os Chineses estão dispostos a promover uma reaproximação com a Índia, deixando de lado aspectos importantes de sua rivalidade.

A pouca distância temporal nos impede de fazer uma análise mais profunda sobre as propostas e a atuação do governo Modi. O que se pode afirmar com algum grau de certeza é a sua ambição de aumentar a influência regional da Índia. Sua primeira atitude foi convidar os líderes dos países da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC)<sup>13</sup> para a cerimônia de posse.

Num segundo momento, lançou projetos ambiciosos de infraestrutura e para promover a industrialização com capital externo (*Make In India*). Para contrabalançar a predominância Chinesa no projeto da Rota da Seda, criou o Projeto Mausam, mostrando que a Índia deseja reforçar sua projeção político-diplomática no Oceano Índico. Por enquanto, as linhas deste projeto enfatizam apenas a promoção de laços culturais, do turismo e das conexões históricas entre os países do Oceano Índico (PILLALAMARRI, 2014a). A Índia ainda não apresenta alternativa econômica à China na região. Contudo, sua projeção de *soft power*<sup>14</sup> somada à participação decisiva no provimento de segurança aos países insulares da região lhe dá margem de manobra.

---

<sup>12</sup> Esta política foi lançada em 1991 pelo primeiro ministro Narasimha Rao. Ele percebeu que a Índia estava bastante atrasada em suas relações com o Sudeste Asiático, se comparada à China. Além disso, a Índia deseja se inserir nas cadeias produtivas do Leste Asiático, visto que a integração regional no Sul da Ásia avançou de forma lenta e a região vizinha experimenta altas taxas de crescimento.

<sup>13</sup> Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional. Seus membros são: Afeganistão (a partir de 2007), Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

<sup>14</sup> Conceito criado por Joseph Nye (2009). Significa usar o poder do convencimento e da atração em contraposição ao *hard power*, que seria a coerção e os meios de pagamento. O autor reconhece que os dois tipos são necessários para o sucesso de uma política externa, se combinando na forma de *smart power*.

Nas relações com a China, Narendra Modi mostra ao mesmo tempo força e abertura para o diálogo. Ele reforça as posições indianas na fronteira sem deixar de buscar a negociação, a exemplo do comportamento histórico da própria China. Apesar da falha em retomar as conversações com Xi Jinping em setembro de 2014, Modi não cedeu às pressões da opinião pública por uma postura dura em relação à China ou por uma aliança com os EUA.

Pelo contrário, a possível entrada da Índia e do Paquistão na OCX eventualmente sinalizaria um novo momento para a Eurásia pós-guerras do Afeganistão e Iraque. O caminho para a reaproximação sino-indiana poderia estar justamente no gerenciamento conjunto com Paquistão e Rússia (e possivelmente com alguma participação do Irã) das questões securitárias da Ásia Central. Pensando de forma pragmática, os indianos atualmente necessitam mais do acesso a fontes energéticas do que resolver a longa disputa pela Caxemira.

Modi tem vinculado a participação indiana nos projetos de interligação com a China à paz e tranquilidade nas regiões de fronteira entre os dois países. Diferentemente de governos anteriores, Modi e Xi divulgaram documento bilateral colocando a resolução da disputa territorial na condição de “objetivo estratégico” (J. CHOWDHURY, 2014).

No entanto, há certo impasse entre perspectivas nos dois países. Alguns estrategistas chineses acreditam que a Índia capitularia numa conflagração pela disputa territorial (MALIK, 2013). Alguns estrategistas indianos também acreditam que seu país pode se equiparar à China e assim estariam em uma posição mais confortável para subjugar o Paquistão e negociar a questão fronteiriça.

Apesar de haver correntes internas contrárias à resolução, existe um forte senso entre os corpos diplomáticos, empresariados nacionais e lideranças políticas de que China e Índia têm assuntos mais importantes e urgentes para tratar. Diante da reafirmação da presença dos EUA no Leste Asiático, os Chineses respondem com a Marcha para Oeste<sup>15</sup> e os projetos de interligação econômica (SUN, 2013a). A Índia necessita de investimentos e de infraestrutura para inserir suas regiões mais atrasadas nas cadeias produtivas asiáticas e assim dar um salto de crescimento.

As relações sino-indianas não precisam ser nem um reflexo do idealismo pan-asianista de alguns líderes, nem condicionadas pela política externa dos Estados Unidos para a Ásia.

---

<sup>15</sup> A Marcha para Oeste é um conceito criado em 2012 pelo estrategista Wang Jisi. O autor percebeu que as áreas tradicionais de atuação da China no Leste Asiático estavam sendo objeto de disputa com os EUA. Por outro lado, a Ásia Central, Sul da Ásia e Oriente Médio não possuíam uma ordem regional consolidada politicamente ou economicamente. Ainda, ele acreditou que estas regiões não estariam suscetíveis a um conjunto de alianças militares com os Estados Unidos, apesar de conter aliados como Israel e Arábia Saudita. Uma das prioridades deste novo plano seria a estabilização do Afeganistão (*apud* SUN, 2013a).

Elas podem evoluir, por outro lado, de modo que os países reconheçam a necessidade em mitigar a rivalidade bilateral para assim cooperar em assuntos de benefício mútuo.

## 1.6 Estrutura do estudo

Os dois capítulos seguintes são dedicados a analisar a rivalidade sino-indiana. O Capítulo 2 traz um breve perfil histórico da fronteira disputada e dos assuntos que têm maior influência na rivalidade terrestre, incluindo a Guerra Sino-Indiana (1962), as regiões pertencentes à Cordilheira do Himalaia (Tibete, Nepal, Sikkim e Butão), a questão da Caxemira, as relações sino-paquistanesas e o problema das insurgências armadas. Por fim, é feita uma análise das capacidades operacionais atuais de China e Índia. Conforme os resultados desta análise, a incerteza da vitória (em cenários de guerra sem escalada estratégica) é importante elemento de dissuasão para os dois países.

O Capítulo 3 traz uma abordagem marítima da rivalidade bilateral. A ascensão das marinhas de China e Índia já está provocando transformações securitárias na Ásia. No entanto, dadas as capacidades atuais de projeção de força marítima, há incerteza sobre a habilidade em derrotar a rival numa confrontação naval. Também procura-se desmistificar as percepções equivocadas de que a China estaria construindo uma cadeia de instalações militares, denominada de Colar de Pérolas por alguns estrategistas estadunidenses e indianos. Para a Índia, a Marinha pode ser mais um instrumento de projeção política para o Leste Asiático, que recebe atenção especial desde o fim da Guerra Fria. A prioridade da Marinha Chinesa, por sua vez, é garantir vantagem nas disputas territoriais nos mares contíguos. Desde a Crise dos Estreitos (1995-1996), a China tem se preocupado cada vez mais com a segurança de suas Linhas Marítimas de Comunicação a partir do Oriente Médio. Contudo, as operações chinesas no Oceano Índico ainda são incipientes e atuando inicialmente em missões antipirataria. A conclusão do capítulo é que, dado o relativo equilíbrio de capacidades navais e a perspectiva de manutenção deste equilíbrio, o receio da Índia sobre o futuro parece ser justificável apenas se a própria Marinha Indiana interromper o seu ritmo de desenvolvimento atual.

O Capítulo 4 apresenta o contexto asiático das relações sino-indianas. Inicialmente há uma análise sobre o possível papel que os Estados Unidos viriam a cumprir na Ásia. Posteriormente, são abordadas as correntes internas de pensamento de China e Índia, que dão base para suas políticas externas. Ainda, serão colocados em questão a inserção diplomática, econômica e política de China e Índia na Ásia, os processos de integração regional e o

pragmatismo das duas potências nas questões de interesse comum. Apesar da resistência histórica na aproximação entre os dois países, existem pautas de benefício mútuo, como a coordenação dos BRICS pela multipolaridade, a Cooperação Sul-Sul, a estabilização do Sul da Ásia e da Ásia Central, a abertura de mercados na ASEAN e na África e as perspectivas para a criação de um regime securitário que evite um sistema de alianças fixas entre potências e limite a margem de atuação unilateral.

Será abordada no Capítulo 5 a importância de Mianmar para a interligação regional em infraestrutura e também para as perspectivas de instabilidade e aumento da propensão ao conflito armado. As duas perspectivas parecem estar em aberto. Os padrões de comportamento das potências neste país podem ser tanto um reflexo de suas relações regionais quanto uma possível arena para diálogo. A política externa de Mianmar tem papel importante para a estabilidade regional, visto que o país ocupou em 2014 a presidência da ASEAN e tem um histórico de neutralidade e não alinhamento. No entanto, desafios internos são empecilhos para uma inserção internacional mais decisiva. Hoje Mianmar está envolvido em seus desafios internos, mas o país tem elementos históricos, geográficos, demográficos e políticos que corroboram com a ideia de que este possa, eventualmente, se tornar uma das lideranças da ASEAN.

## 2 A RIVALIDADE TERRESTRE CHINA-ÍNDIA

A dimensão mais delicada das relações sino-indianas é a rivalidade terrestre. Ambos os países disputam a condição de liderança na Ásia Central, no Sul da Ásia e no Sudeste Asiático. Com uma fronteira atual de mais de 3.000 km de extensão, a China e a Índia não partilharam de uma convivência constante em suas histórias milenares, marcadas por períodos hegemônicos em suas respectivas áreas de influência no Leste e no Sul da Ásia (MALIK, 2012, p. 9-32).

Dentre os fatores que definem a rivalidade terrestre, o Tibete<sup>16</sup> surge como seu ponto central, trazendo na sua esteira as disputas no front ocidental (Aksai Chin e Caxemira) e no front oriental (Arunachal Pradesh). As revoltas no Tibete em 1959 resultaram em tensões que escalaram para a Guerra Sino-Indiana de 1962. Esta guerra ainda ressoa nos dois países de formas diferentes. Para os chineses, a vitória significou a desestabilização e desmoralização de seu principal rival continental após a então União Soviética. No período pós Guerra Fria, com a reaproximação de China e Rússia, a Índia desponta como principal rival continental às pretensões chinesas e alguns estrategistas acreditam que uma nova vitória sobre a Índia daria o recado para aqueles que desejam conter o crescimento da China (MALIK, 2012, p. 105). Segundo Malik, para a Índia, a derrota em 1962 representou um alerta para a modernização de suas forças armadas. Desde então, os militares indianos enxergam na China o adversário a ser equiparado se o país quiser se tornar a potência dominante no Sul da Ásia.

As questões da Caxemira e da disputa com o Paquistão são importantes para um papel de maior liderança regional da Índia. A disputa pela Caxemira envolve a própria identidade nacional indiana em contraposição ao Paquistão (BASRUR, 2010; COHEN, 2003; VISENTINI, 2012, p. 119-120). O Paquistão também importa para a China, que teme sua absorção pela Índia e o conseqüente desequilíbrio regional resultante. Do ponto de vista estratégico e logístico, a posse do norte da Caxemira pelo Paquistão confere à China um corredor ligando Xinjiang ao Mar Árabe, além de inviabilizar o acesso à Ásia Central por parte da Índia<sup>17</sup> (SERING, 2012). Ainda, segundo Malik, 2012, p. 99), a manutenção de

---

<sup>16</sup> A região era historicamente um protetorado Chinês, mas se tornou um tampão para o Raj Britânico após o tratado assinado com o Império Russo em 1907, que reconhecia a suserania chinesa sobre o Tibete. Posteriormente foi assinado o Acordo de Simla (1914) entre o Raj, o Tibete e a China, que dividia a região entre áreas de soberania e de suserania chinesa. No entanto, os Chineses sempre consideraram este acordo um “tratado desigual” (MALIK, 2012, p. 128-129). A Linha McMahon, utilizada pela Índia como alicerce para suas reivindicações territoriais em relação à China, é rejeitada pelo governo chinês nesta mesma base argumentativa.

<sup>17</sup> Não obstante, a Índia já possui acesso à Ásia Central através do Porto de Chabahar, no Irã.

fronteiras não demarcadas entre China e Índia acaba sendo um constrangedor para os cenários de ação militar indiana contra o Paquistão.

Como desdobramento das disputas territoriais e da rivalidade sino-indiana, surgiu um jogo sutil e informal de apoio a grupos insurgentes. A partir das primeiras experiências da Índia com os guerrilheiros bangladeshis e tibetanos na Guerra de Independência de Bangladesh (1971) até as relações obscuras das insurgências do Nordeste da Índia com o sul da China, ambos os países poderiam utilizar o apoio encoberto para criar uma nova frente de apoio e minar as defesas adversárias na eventualidade de uma guerra. Naquilo que Bertil Lintner (2012) chama de “Grande Jogo do Leste”, Mianmar é peça importante no corredor que inicia no leste do país (estado Shan), se estende para o Nordeste Indiano e dali para o interior da Índia e para a Caxemira.

Por fim, baseando-se numa avaliação selecionada das capacidades operacionais de China e Índia e da infraestrutura local, são consideradas as possibilidades em caso de nova guerra local<sup>18</sup> nas regiões de fronteira.

## 2.1 A questão do Tibete e a disputa territorial

A região do Tibete desponta como principal motivador da rivalidade terrestre. Segundo Raja Mohan (2012, p. 197), “Quando o Tibete está tranquilo, assim também estão as relações sino-indianas”.

A própria rivalidade entre os dois países começa a emergir com a anexação de fato do Tibete ao território chinês em 1951, quando foi firmado o Acordo dos Dezesete Pontos entre a autoridade tibetana e a República Popular da China. A construção da estrada Xinjiang-Tibete no Aksai Chin em 1957, as rebeliões no Tibete e a fuga do Dalai Lama para a Índia em 1959 (onde recebeu asilo do governo) foram elementos importantes para a deterioração das relações bilaterais.

A última tentativa de acordo partiu da China, através de Zhou Enlai, que propôs a resolução da disputa territorial pela cessão do Arunachal Pradesh à Índia em troca da posse sobre o Aksai Chin (MALIK, 2012, p. 77). A partir disso, uma cadeia de eventos levou à Guerra Sino-Indiana de 1962 e à cessão de territórios controlados pelo Paquistão na Caxemira à China em 1963, iniciando a “*entente cordiale*” sino-paquistanesa.

---

<sup>18</sup> Guerra Local – trata-se de uma conflagração na qual o aspecto limitante diz respeito a seu confinamento geográfico, não a sua escala, intensidade ou duração. Retoma-se este tema no próprio texto na seção 2.5.

A importância da região do Tibete para os dois países reside em quatro fatores principais: Primeiro, na reivindicação histórica do nacionalismo chinês; segundo, na proximidade cultural e religiosa com os hindus; terceiro, na sua posição geográfica central e quarto, nos seus recursos naturais.

O nacionalismo chinês e a legitimidade de qualquer regime na China estão diretamente vinculados à reintegração dos territórios perdidos durante o “Século de Humilhações<sup>19</sup>” e à unificação nacional (WANG, 2014). O Tibete é considerado parte inalienável do território chinês, em parte porque um Tibete independente tornaria o interior chinês mais vulnerável a invasões. A própria concessão de autonomia à região é tida como problemática porque incentivaria outras regiões (Xinjiang e Mongólia Interior) a buscarem maiores concessões (MALIK, 2012, p. 141).

A origem dos desentendimentos entre China e Índia no Tibete está na atuação da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos Estados Unidos, que utilizou lideranças tibetanas insatisfeitas para minar o governo da República Popular da China. Em 1950 houve os primeiros contatos, mas somente em fevereiro de 1957 teve início o treinamento de guerrilheiros tibetanos. Seu líder seria Gyalo Thondup, um dos irmãos do Dalai Lama, com quem manteve contato próximo mesmo morando em Calcutá<sup>20</sup> (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 39).

Já em 1959, Nehru e alguns elementos do governo indiano sabiam pelo menos sobre as linhas gerais das operações da CIA no Tibete e faziam vista grossa para as violações americanas de seu espaço aéreo (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 95-96, 155-56). Com o exílio do Dalai Lama e a chegada de 80.000 tibetanos exilados na Índia, aumentaram ainda mais as desconfianças de Mao Zedong sobre um conluio indo-americano contra a China (GARVER, 2004). Para evitar um envolvimento maior da Índia, a base de operações da CIA mudou do Paquistão Oriental para a Tailândia. Os aviões com suprimentos passaram a sobrevoar o norte da Birmânia em direção ao Tibete (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 117).

A Guerra Sino-Indiana modificou este cenário. Após a Guerra, o chefe da inteligência indiana B. N. Mullik declarou a Gyalo Thondup que apoiaria sua luta pela independência (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 178-179). Poucos meses após a Guerra, o serviço de

<sup>19</sup> Esta expressão se refere ao Século XIX, no último período da Dinastia Qing (1644-1912). O Século de Humilhações foi marcado pelas derrotas nas guerras do ópio contra a Inglaterra e pela concessão de territórios a potências estrangeiras.

<sup>20</sup> Os jovens recrutas, guiados pela CIA, fugiam pelo Paquistão Oriental e então eram conduzidos através de Saipan (Ilhas Marianas do Norte) para os campos de treinamento no Colorado (EUA). Meses depois, eram devolvidos pela própria CIA ao Himalaia em missões de paraquedismo (GARVER, 2004, p. 174-175). Apesar de o grupo de Gyalo não ter tido participação direta na rebelião de Lhasa (1959), ele foi o pioneiro e possibilitou o início do programa de treinamento da CIA.

inteligência indiano recrutou os guerrilheiros tibetanos para fazerem parte da Força Especial de Fronteira (FEF). A FEF foi designada para atuar além das defesas chinesas e cortar suas linhas de suprimentos em caso de novo confronto. A Índia passou a enviar suprimentos em conjunto com os EUA para a região de Mustang (oeste do Nepal), onde operava a maior base de operações dos guerrilheiros tibetanos (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 184-197). A principal missão da FEF surgiu em 1971 com o apoio à independência de Bangladesh. Esta questão será abordada posteriormente na seção 1.4.

Apesar de a posição oficial atual da Índia ser de pleno reconhecimento da soberania chinesa sobre a região do Tibete, o governo indiano se vê pressionado por forças do nacionalismo hindu que pregam os valores morais como base da construção da política externa. Os indianos enxergam nos tibetanos uma civilização de grande proximidade cultural e religiosa que deve ser protegida pela democracia indiana (MALIK, 2012, p. 137).

Inclusive, John Garver (2001, p. 39) aponta que o nacionalismo indiano moderno vê o Tibete como parte histórica da esfera de influência cultural da Índia. A afinidade da opinião pública indiana com a causa tibetana em 1959 influenciou Nehru a abandonar sua posição de indiferença em relação ao Tibete (GARVER, 2001, p. 40-41). Além disso, ele entendia que permitir atividades dos tibetanos na Índia poderia servir como elemento de barganha em uma eventual negociação com a China, desde que essas atividades não fossem de grande relevância (GARVER, 2004, p. 180-181).

Mesmo que a Índia não tenha maiores aspirações em relação ao Tibete, existe um desejo antigo de que a região sirva como um tampão (*buffer*) entre potências, herança do pensamento estratégico britânico (GARVER, 2001, p. 43-44; HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 31). A Índia sempre enxergou no Himalaia e no Tibete barreiras naturais entre suas áreas de controle (ou influência) e o mundo exterior (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 22).

A vulnerabilidade indiana se manifesta pela proximidade entre seus grandes centros populacionais e o Tibete, que poderia servir de base para a projeção de força aeroterrestre do ELP. Devido à crescente presença militar chinesa nesta região, a Índia cogita cada vez mais essa possibilidade (GARVER, 2001, p. 42). Alguns analistas veem na construção da Ferrovia Qinghai-Tibete, finalizada em 2006, um ponto de inflexão em favor da logística chinesa (MALIK, 2012, p. 154). A questão da infraestrutura de ambas as partes será analisada posteriormente.

O Tibete é uma das regiões mais ricas em recursos naturais da China. Malik (2012, p. 134-135) estima que 40% dos recursos minerais chineses estejam em solo tibetano, incluindo

carvão, ouro, prata, lítio, magnésio, cobalto, ferro, cobre e um dos maiores depósitos de urânio do mundo. Além disso, os rios originados no planalto tibetano levam água para 85% da população do Sudeste Asiático. O planalto tibetano dá origem aos rios Indus, Ganges e Brahmaputra, berços das civilizações do Sul da Ásia. A Índia teme que os chineses divirjam o fluxo do Brahmaputra para seu interior, afetando sua região nordeste e Bangladesh<sup>21</sup> (MALIK, 2012, p. 60). Recentemente, descobriu-se que a China realizou pequenas explosões nucleares em 2005 para iniciar a construção do canal de redirecionamento do Brahmaputra (NANDY, 2013).

Em relação à disputa fronteiriça, a região de Tawang (no atual Arunachal Pradesh) é um dos pontos críticos no contencioso sino-indiano. Desde 2006, a China reivindica todo o Arunachal Pradesh, que passou a ser chamado de Zangnan (Tibete do Sul). Neste contexto, Tawang é importante porque provê a menor rota do Tibete à Índia e conecta a região com o Vale do Brahmaputra. O controle militar de Tawang tornaria todo o Nordeste Indiano vulnerável à China, como mostra a experiência da Guerra Sino-Indiana (1962).

Esta região possui ligação religiosa com o Tibete, abrigando seu maior monastério fora de Lhasa. Cogita-se, ainda, que o sucessor do Dalai Lama possa vir desta comunidade. O Dalai Lama visitou Tawang em 2008, reafirmando a soberania indiana e irritando os Chineses (MALIK, 2012, p. 99). Naquele mesmo ano, após as revoltas no Tibete, a China começou a cogitar elevar o status do Tibete do Sul para alta prioridade na soberania nacional (MALIK, 2012, p. 44).

A questão do status da região do Sikkim também é objeto de disputa. O Sikkim aderiu à união com a Índia em 1975. Em 2003, a China reconheceu a região como parte da Índia nas bases em esta reconheceu o pertencimento do Tibete à China. Após as revoltas no Tibete em 2008, a China passou a declarar que o Sikkim é área disputada (MALIK, 2012, p. 146-150). O Sikkim tem importância estratégica por fazer parte do Vale do Chumbi, que fornece a melhor passagem central de saída e entrada do Himalaia. A região de Kalimpong, na divisa entre Sikkim e Bengala Ocidental, foi palco de intensas atividades de guerrilheiros tibetanos em 1959, incluindo a reunião que selou os documentos de apelo à Índia e às Nações Unidas (MAXWELL, 1970, p. 104).

O controle militar indiano tanto sobre o Sikkim quanto sobre o Butão significa que um avanço do ELP através de Chumbi estaria sujeito a um forte bombardeio e ao cerco

---

<sup>21</sup> Por enquanto, a diversão do Brahmaputra é tecnicamente inviável, conforme as autoridades chinesas (ECONOMY; LEVI, 2014, p. 161). Sobre a utilização da água como recurso estratégico, ver Chellaney (2012) e Christopher (2013).

(GARVER, 2001, p. 168). Recentemente, a China fez novas pressões sobre o Butão pela revisão das fronteiras na região, de modo a obter territórios adjacentes ao Vale (PATTANAIK, 2014). A patronagem indiana sobre a política externa do Butão<sup>22</sup> tem sido o maior impeditivo para seu acordo de fronteira com a China (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 85-86).

Outro ponto a ser ressaltado na rivalidade continental sino-indiana é o Nepal, que se tornou um tampão para a Índia após a anexação chinesa do Tibete. Apesar de suas históricas relações especiais com a Índia, assim como Sikkim (hoje território indiano) e Butão, os nepaleses foram os únicos a terem capacidade suficiente para se manterem independentes. Inicialmente, houve o estabelecimento de um tratado de amizade com a Índia em 1950<sup>23</sup>.

Nas décadas seguintes, o Nepal despertou o interesse da China, que buscava monitorar os rebeldes tibetanos posicionados em Mustang. Principalmente a partir de 1972, com a reaproximação sino-americana, o apoio da CIA foi diminuindo progressivamente. Em 1974, o Rei Birendra desmantelou os grupos restantes (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 246-253). O aumento das interações sino-nepalesas na década de 1980 culminou com a venda de armas chinesas para o país, violando o acordo indo-nepalês de acordo com a visão da Índia. Os indianos promoveram embargo econômico em 1989, resultando no enfraquecimento da monarquia nepalesa e na consequente democratização do país, trazendo ao governo grupos pró-Índia (GARVER, 2001, p. 138-162).

Em 2005, a compra de armamentos paquistaneses pela monarquia nepalesa e o convite conjunto à China para ser observadora da SAARC alertaram novamente os indianos. No ano seguinte, a crise política no Nepal foi apaziguada com apoio da Índia através do acordo entre os principais partidos e a insurgência maoísta, que ameaçava sua posição no país. Em 2008, o problema das revoltas no Tibete retornou devido às atividades dos exilados do Nepal, que organizaram os maiores protestos em 50 anos (N. NAYAK, 2014, p. 4-7). Os maoístas e

---

<sup>22</sup> O Butão também havia se tornado um protetorado britânico durante o Século XIX. A monarquia hereditária da família Wangchuck (1907-atualmente) foi estabelecida com o apoio da Inglaterra. Em 1947, esse país foi reconhecido independente pela Índia, contanto que assinasse o Tratado de Paz e Amizade, além de incluir um termo que subordinava a política externa butanesa à Índia. A partir de 2007, um novo tratado com a Índia revoga as condições anteriores e permite ao Butão ter relações exteriores independentes (VISENTINI, 2012, p. 137). Em 2008, o Butão adotou sua primeira constituição moderna e passou a permitir a organização de partidos políticos, realizando uma transição democrática gradual.

<sup>23</sup> O Nepal se tornou uma espécie de protetorado britânico durante o Séc. XIX, enviando soldados Gurkhas para pacificar a Índia e posteriormente para atuar na Segunda Guerra Mundial. Em 1923, a Inglaterra concedeu a independência ao Nepal. Somente em 1950 a monarquia nepalesa foi reformada, sob forte influência de grupos políticos ligados à Índia. Após grave crise econômica nos anos 1980, surgiram novos grupos pró-democracia de esquerda, com destaque para os maoístas do Partido Comunista do Nepal. O país esteve em guerra civil entre 1996 e 2006, quando o governo e os maoístas chegaram a acordo. A intensa instabilidade política levou à derrubada da monarquia e ao estabelecimento de uma república federativa em 2007 (VISENTINI, 2012, p. 134-135).

posteriormente a coalizão liderada pelo Partido Comunista do Nepal governaram entre 2008 e 2013. Apesar de sua retórica anti-Índia e pro-China, a proximidade geográfica e a histórica dependência dos portos indianos tornou sua política moderada (N. NAYAK, 2014, p. 23; GARVER, 2001, p. 144). No ano de 2014, o novo primeiro-ministro Sushil Koirala assumiu o governo indicando nova aproximação com a Índia.

A seção ocidental da disputa territorial é a região do Aksai Chin. Esta região representou, até a conclusão da Ferrovia Qinghai-Tibete, o único grande corredor logístico que liga a China ao Tibete, partindo de Xinjiang. A conclusão da estrada Xinjiang-Tibete foi anunciada em 1957, desencadeando uma reação desproporcional da Índia. Os indianos passaram a demandar que a China se retirasse do Aksai Chin para iniciar as negociações de fronteira e iniciou um embargo econômico em 1959. Esta postura ameaçava diretamente a presença militar chinesa no Tibete, que era mantida por suprimentos vindos via Calcutá-Sikkim, via estrada Xinjiang-Tibete e através das rotas orientais de Sichuan e Qinghai.

Na visão chinesa, esta atitude estava conectada às atividades dos Estados Unidos em apoio à insurgência tibetana, que ameaçava cortar as rotas orientais. Portanto, a única rota restante seria a própria estrada Xinjiang-Tibete (GARVER, 2001, p.79-86). A Índia, por sua vez, não tinha grande interesse estratégico em Aksai Chin, onde, segundo Garver prevaleceram o nacionalismo indiano e as considerações legalistas sobre as atitudes chinesas. É provável que Nehru entendesse à época a importância logística de Aksai Chin para o controle chinês sobre o Tibete (GARVER, 2001, p. 89).

As conversações sobre a disputa de fronteira iniciaram em 1956, quando Zhou Enlai, em encontro com Nehru, sugeriu resolver a disputa no Arunachal Pradesh com base no acordo sino-birmanês, respeitando as fronteiras *de facto*, que geralmente coincidiram com a Linha McMahon. Apesar de rejeitar a Linha por ser um “tratado desigual”, os chineses estavam dispostos a fazer um novo acordo, agora entre “iguais”. Após dois anos de inatividade, a disputa voltou à tona quando a Índia descobriu a estrada Xinjiang-Tibete no Aksai Chin em 1958. Uma das patrulhas indianas foi capturada pela China e deportada (MAXWELL, 1970, p. 93-95).

Posteriormente, as repetidas investidas chinesas por um acordo de fronteira foram recusadas por Nehru. A posição indiana era de que não havia disputa no setor leste, pois a Índia não aceitaria negociar nada sobre a Linha McMahon. Além disso, Zhou e Nehru concordaram sobre manter o *status quo* enquanto o contencioso não fosse resolvido. O problema é que esse conceito, para a Índia, significava *status quo ante*, ou seja, Nehru demandava que os chineses se retirassem do Aksai Chin para iniciar as conversações.

Portanto, a rota de colisão foi criada por Nehru e seus conselheiros. A posterior pressão da opinião pública apenas dificultou uma mudança do curso que Nehru já havia tomado (MAXWELL, 1970, p. 100-102). A cadeia de eventos que levaram à Guerra Sino-Indiana será abordada na seção seguinte.

Atualmente, após diversas rodadas de negociações e o acordo de manutenção da paz e estabilidade na fronteira, de 1993, a disputa territorial prossegue indefinida. Para John Garver (2011), a China mantém a disputa viva para ter um instrumento de punição à Índia em caso de apoio aos tibetanos. No entanto, a Índia também não demonstrou comprometimento e flexibilidade. Os dois países sequer trocaram mapas para a maioria das regiões contestadas.

Nos últimos anos, o Himalaia tem sido palco de incursões cada vez mais numerosas e prolongadas, especialmente após as revoltas no Tibete em 2008. Os indianos incrementaram suas defesas em Assam com duas divisões de montanha, mísseis e aviões Sukhoi-30 MKI (MALIK, 2012, p. 44). Por parte da logística da Força Aérea Indiana, cabe ressaltar o sucesso no pouso dos aviões de transporte CJ-130 Hercules em Ladakh (AROR, 2013). Em abril de 2013, um pelotão chinês montou acampamento na fronteira Tibete-Ladakh, levando os dois países à mesa de negociação (JACOB, 2013).

Alguns entraves permanecem para o avanço das negociações. Localmente, o papel do Dalai Lama e da migração de chineses Han para o Tibete são importantes para o controle do território pelo governo chinês. A “sinicização” do Tibete facilita a defesa deste território e o controle de possíveis atividades insurgentes. Algumas estimativas apontam que a população de Hans já ultrapassou a de Tibetanos. As migrações representam uma política Chinesa para outras regiões, onde existe maior diversidade populacional (Xinjiang, Mongólia Interior, Guangdong, Macau e Hong Kong) (MALIK, 2012, p. 134). Essa política aumenta resistência local, especialmente no Xinjiang. A eficácia de transferência de populações para essas regiões, pois sua luta permanece viva com os exilados na Índia e Paquistão/Ásia Central (MALIK, 2012, p. 144).

A política sobre a sucessão do Dalai Lama pode ter efeitos duradouros para a radicalização ou mesmo o encerramento destas atividades. A partir de 1988, a liderança tibetana desistiu de defender a separação e endossou o discurso da autonomia e dos direitos humanos (MALIK, 2012, p. 132). Desde 2008, a mídia chinesa tem sido mais agressiva nas questões de fronteira com a Índia por acreditar que o Dalai Lama atual não tem controle sobre alguns grupos radicais. A mídia e setores do governo indiano têm apoiado a causa tibetana e, por vezes, permitido manifestações anti-chinesas na Índia (MALIK, 2012, p. 142).

Enquanto as negociações não avançam com os Tibetanos, a China acredita que o tempo está ao seu lado, pois a causa Tibetana tem perdido apoiadores internacionais e a idade avançada do Dalai Lama deixa sua sucessão em aberto num futuro próximo. Entre as diversas opções, pode surgir um novo líder mais radical ou pragmático, especialmente se o governo Chinês puder interferir na sua escolha. Por outro lado, se ele for da região de Tawang, pode dragar a questão do Tibete para o centro da disputa territorial e até mesmo ser palco de intervenção militar por parte da China. Recentemente, surgiu a possibilidade de o Dalai Lama não indicar um sucessor, declarando o mandato encerrado eternamente. Isto dificultaria a legitimidade de um líder indicado pelos Chineses e colocaria a responsabilidade do acordo nas lideranças políticas de cada lado (MALIK, 2012, p. 140-143; ROBERTSON, 2014).

A liderança chinesa na Ásia depende em parte da evolução em suas disputas territoriais, não somente com a Índia como também com o Japão e no Mar do Sul da China. O objetivo nacional principal da China ainda é a reunificação e manutenção da soberania nacional. Recentemente, as ilhas Diaoyu-Senkaku, Spratly (Nansha) e Paracels (Xisha) se juntaram a Taiwan, Tibete e Xinjiang na categoria de prioridade nacional, enquanto cogita-se a possibilidade de fazer o mesmo com Arunachal Pradesh (Zangnan), devido à representatividade da região de Tawang para o Tibete.

Shambaugh (2013, p. 13-14) aponta a ligação intrínseca entre o debate das relações exteriores da China e a política doméstica. Existe, portanto, uma tensão entre a insegurança interna e a projeção da Política Externa Chinesa. Brzezinski (2012) acredita que, num cenário de instabilidade, a Índia seria o maior rival potencial devido às percepções internas nos dois países.

No entanto, o caminho da confrontação, defendido por alguns “falcões” nos círculos militares do ELP, tem suas limitações. Mohan Malik (2012, p. 106-107) apresenta algumas diferenças em relação a 1962: Atualmente, ambos os países são potências nucleares; apesar de a Índia não ter tantas capacidades, esta tem tido mais experiência de combate que a China, que lutou pela última vez em 1979 contra o Vietnã; a Índia está passando por uma modernização militar acelerada e o custo da guerra pode aumentar consideravelmente nos próximos anos; o Partido Comunista Chinês parece não confiar no caminho da confrontação, pois a Índia poderia se aliar de forma contundente aos EUA e ao Japão, criando algo similar a uma “OTAN da Ásia”; uma aventura militarista destruiria a retórica da ascensão pacífica.

Apesar de relativamente distante, existem elementos que corroboram a possibilidade de uma OTAN asiática. Os Estados Unidos se aproximaram da Índia com os acordos civis de energia nuclear na primeira década do Século XXI. Em 2014, o país suplantou a Rússia como

maior supridor de equipamentos militares à Índia (HARDY, 2014). Neste mesmo ano, o Japão assinou uma Parceria Estratégica Especial e Global com o Governo Indiano. Esta parceria inclui um pacto de defesa pela estabilidade securitária na Ásia e investimentos japoneses na ordem de US\$ 35 bilhões em infraestrutura nos próximos cinco anos (CHAUDHURY, 2014). A Declaração de Tóquio (2014), que iniciou esta parceria indo-japonesa, reafirmou a intenção japonesa em transferir tecnologia e equipamentos militares, além de regularizar os exercícios navais e a comunicação entre os ministérios e agências de defesa dos dois países<sup>24</sup>.

Por outro lado, a Índia deixa claro que coloca a sua autonomia estratégica em primeiro lugar. Este fato foi exemplificado pela recusa em comprar os mísseis antitanque Javelin dos EUA, em favor de um modelo vendido por Israel. A justificativa, além de estreitar laços com os israelenses, é que os estadunidenses se recusaram em produzir os mísseis conjuntamente em solo indiano (PILLALAMARRI, 2014b).

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, o cenário da guerra contra a Índia não pode ser descartado. Uma das possibilidades de confrontação é a guerra de coalizão entre Índia e potências do Pacífico (Japão, EUA) contra a China (MARTINS, 2008, p. 183). Não se pode descartar também um aumento das tensões fronteiriças, especialmente devido à rivalidade histórica.

## 2.2 A Guerra Sino-Indiana de 1962<sup>25</sup>

A Guerra Sino-Indiana não foi causada somente pelas tensões acerca do Tibete e da disputa territorial. Foi resultado de uma estratégia equivocada por parte da Índia, respondida com um golpe exemplar pela China. Nesta guerra, a maior preparação e a capacidade logística superior auxiliaram numa vitória da China, mesmo em momentos de inferioridade numérica. Nesta seção, os objetivos são: Na esfera da estratégia, identificar os eventos que levaram à conflagração armada; na esfera das operações, relacionar os teatros de operações e a capacidade logística de ambos os lados; na esfera tática, mostrar a superioridade chinesa através da infiltração, da mobilidade e da concentração de massa.

<sup>24</sup> O texto completo está disponível em: <http://timesofindia.indiatimes.com/india/Tokyo-Declaration-for-India-Japan-Special-Strategic-and-Global-Partnership/articleshow/41433328.cms>

<sup>25</sup> A interpretação apresentada nesta seção diverge em alguns pontos da historiografia oficial indiana, representada pela obra de Sinha e Athale (1992). Isto ocorre devido à politização do assunto na Índia. Uma prova disto é o Relatório Henderson-Brooks, um documento classificado feito por oficiais indianos. O documento aborda o aspecto operacional da guerra, relatando a defasagem das tropas indianas e os erros estratégicos cometidos pelas lideranças políticas do país. A obra de Maxwell (1970) é baseada neste relatório, que teve a primeira parte divulgada por este mesmo autor em março de 2014.

No final de 1959, os primeiros choques de fronteira ocorreram quando tropas indianas avançaram além da Linha McMahon em Migyitun e, meses depois, cruzaram a Passagem Kongka na fronteira oeste. Devido à posição diplomática indiana, o caso foi tratado publicamente como uma “agressão chinesa” (MAXWELL, 1970, p. 109-110). O parlamento também descobriu, a partir de então, sobre a estrada Xinjiang-Tibete, cuja existência havia sido omitida por Nehru. Dentro do parlamento (Lok Sabha), Nehru começou a sofrer pressões até mesmo de elementos do Partido do Congresso. Os críticos de suas reformas sociais e econômicas utilizaram a disputa com a China para canalizar sua oposição. A mídia foi instrumental para influenciar a opinião pública (classes médias e altas) contra a China (MAXWELL, 1970, p. 115-116, 131-132, 151).

A política externa para a China era quase totalmente controlada por Nehru, que havia sido o principal fiador da amizade sino-indiana, conhecida por “*hindi-chini, bhai-bhai*” (chineses e indianos são irmãos, em hindi). Após os conflitos armados na fronteira, o prestígio de Nehru na Índia foi diminuído. O primeiro-ministro indiano se ressentiu principalmente da carta enviada por Zhou Enlai após o primeiro choque de 1959. Na carta, Zhou reafirmou que a fronteira sino-indiana não havia sido demarcada, seja pela Conferência de Simla (1914) ou por acordos anteriores. Na conclusão da carta, Zhou ainda pediu a retirada de tropas indianas e pessoal administrativo que estivessem do lado chinês da fronteira. Isto deu a entender que ele havia retirado sua posição anterior de embasar as reivindicações territoriais nas linhas de controle (MAXWELL, 1970, p. 122-124).

Após o segundo choque, em novembro de 1959, Zhou enviou outra carta lamentando o ocorrido e propondo a retirada das tropas de fronteira em ambos os lados. Além disso, ele implicou que a China aceitaria ceder o Arunachal Pradesh se a Índia cedesse o Aksai Chin, mantendo as linhas de controle (MAXWELL, 1970, p. 135). Esta intenção se confirmou em proposta no início de 1960 (MAXWELL, 1970, p. 159). Mais uma vez, Nehru conferiu grande importância à opinião pública e rejeitou “ceder” o Aksai Chin (MAXWELL, 1970, p. 161).

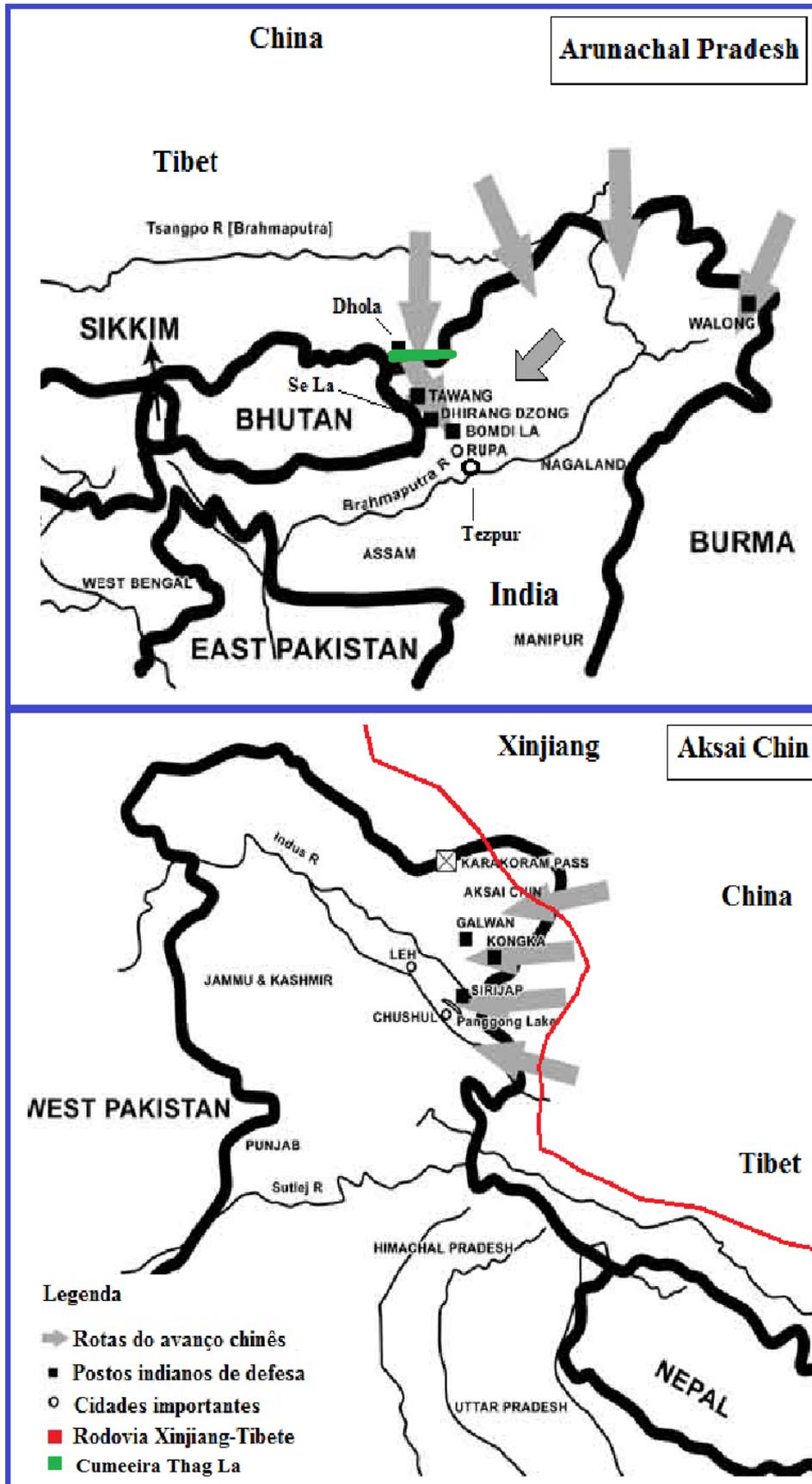
A partir de então ficou claro que a situação não poderia ser resolvida pela diplomacia. A posição rígida da Índia sobre a invasão chinesa no Aksai Chin obrigou o governo a tomar quaisquer medidas necessárias para retoma-lo, inclusive a guerra. Neste sentido, foi criada a *Forward Policy* (Política de Avanço), cujo objetivo era bloquear potenciais linhas de abordagem chinesas e, ao mesmo tempo, estabelecer postos e patrulhas entre as posições chinesas para cortar suas linhas de suprimento e forçá-los a se retirarem. Numa interpretação legalista, os indianos acreditaram que a melhor forma de alcançar vantagem na disputa era

simplesmente controlar, de fato, a região. Eles não acreditavam que a China tomaria medidas mais drásticas caso suas tropas não abrissem fogo contra os postos chineses. A relutância dos militares em adotar a Política de Avanço fez com que ela fosse implementada apenas no final de 1961 (MAXWELL, 1970, p. 173-175, 199).

A Política de Avanço capitaneada pela classe política indiana também foi fortemente influenciada pelas relações internacionais do período. Desde 1959, os Estados Unidos passaram a prover maior assistência econômica e militar à Índia devido às tensões de fronteira, incluindo aviões e radares. A China já havia enfrentado os EUA na Guerra da Coreia (1950-1954) e nas crises do Estreito de Taiwan (1954-1955 e 1958) (FENG; WORTZEL, 2010, p. 179). A partir de 1960, com a ruptura nas relações sino-soviéticas, a URSS passou a ter maiores relações com a Índia em contraposição à China (PROZUMENSCHIKOV, 1996, p. 251). Mesmo que a União Soviética se declarasse neutra, os políticos indianos acreditavam que havia uma inclinação para si. Essa percepção foi reforçada com o fornecimento soviético de aviões pesados de transporte e helicópteros à Índia em 1960. Em 1962, foram firmadas parcerias para construção de aviões militares na Índia e para o fornecimento de caças MiG à Força Aérea Indiana. No entanto, a URSS congelou o acordo quando eclodiu a Guerra Sino-Indiana (MASTNY, 2010, p. 61; MAXWELL, 1970, p. 285-286).

A vitoriosa campanha midiática, política e militar contra os portugueses em Goa (1961) aumentou a pressão pública por uma resolução das disputas com a China. A necessidade de bom desempenho nas eleições fez Nehru assegurar que Krishna Menon, ministro da defesa, havia modernizado as forças armadas indianas, aumentando falsas expectativas sobre suas capacidades militares (MAXWELL, 1970, p. 227-231). A progressiva presença indiana no Aksai Chin passou a ameaçar as linhas de comunicação chinesas, incluindo a própria estrada Xinjiang-Tibete. As tropas de ambos os lados passaram a jogar com suas posições, com ordens expressas de não abrir fogo. Em julho de 1962, Mao Zedong instruiu o ELP a se preparar para uma longa coexistência armada e revidar as manobras de envolvimento indianas com novas manobras. A China tinha vantagem por estar em território de seu controle, dispondo do sistema viário interno (FENG; WORTZEL, 2010, p. 180-181). Antes de prosseguir, mostra-se a Figura 1 com os dois teatros de operações da Guerra Sino-Indiana.

Figura 1: Os teatros de operações da Guerra Sino-Indiana (1962)



Fonte: Adaptado de D. Ramachandran (2014) pelo autor.

Apesar da pressão na fronteira oeste, a guerra teve início na região de Tawang, no Arunachal Pradesh. A Índia havia designado 24 novos postos a serem defendidos pelos Assam Rifles (guardas de fronteira). Um deles ultrapassou a Linha McMahon, em Dhola, no mês de junho. Em setembro, uma patrulha chinesa de 60 soldados cercou o posto de Dhola, mas o capitão responsável relatou um cerco de 600 soldados. O quartel general Indiano ordenou o envio da 7ª Brigada da 4ª Divisão (esta responsável por todo o nordeste indiano). Mesmo após descobrirem o erro no relatório, os indianos decidiram tomar a ofensiva e expulsar os chineses para além da Cumeeira Thag La. Em 12 de outubro, Nehru ordenou um ataque às guardas de fronteira chinesas, lançando a Operação Leghorn. O ataque da 7ª Brigada, entretanto, foi repellido por apenas um batalhão do ELP. A partir de então, os chineses se prepararam para travar batalhas decisivas e destruir as forças invasoras (FENG; WORTZEL, 2010, p. 182; MARTINS, 2008, p. 180).

A disposição de forças em outubro de 1962 no Arunachal Pradesh era numericamente favorável à Índia. A 4ª Divisão contava com cerca de 16.000 soldados e a 7ª Brigada era sua melhor força, pois 3.000 destes tiveram experiência de combate na Segunda Guerra Mundial. A China contava com 10.000 combatentes, mas seus soldados estavam mais bem equipados e acostumados ao terreno elevado e frio. Suas linhas de suprimento eram melhores e não estavam sujeitas a florestas densas e às monções como no caso da Índia (FENG; WORTZEL, 2010, p. 183-184; MAXWELL, 1970, p. 301, 352).

A primeira vítima do contra-ataque chinês foi a 7ª Brigada, que foi derrotada em apenas um dia. Combinadas, as forças de ataque do ELP se aproximavam de um regimento (equivalente à brigada) (HENDERSON-BROOKS; BHAGAT, 1962, p. 160). Enquanto a artilharia bombardeava as posições indianas, a infantaria atacava o adversário em retirada ou se infiltrava entre os postos e cortava suas linhas de suprimento (MAXWELL, 1970, p. 357-358). A China decidiu contra-atacar também no Aksai Chin, onde tinha 6.300 soldados (contra 6.000 indianos). As forças móveis chinesas, mesmo em um terreno difícil, mais uma vez superaram os postos fixos e dispersos do adversário (FENG; WORTZEL, 2010, p. 184-186).

O ELP preparou então a segunda fase da guerra, com três frentes de ataque no Arunachal Pradesh: Tawang, Bomdi La e Walong (esta mais próxima à fronteira com a Birmânia). O Exército Indiano, por sua vez, decidiu se retirar de Tawang, pois seria uma posição indefensável devido à falta de barreiras naturais. No entanto os Indianos erraram ao não recuarem para Bomdi La, onde poderiam concentrar mais forças do que os chineses. Foi ordenado que as tropas mantivessem a qualquer custo o posto de Se La, que era de fato uma

barreira natural, mas de difícil acesso do lado indiano e com alto risco de cerco caso os chineses cortassem sua comunicação com Bomdi La (MAXWELL, 1970, p. 368-369). No entanto, esta decisão foi ao encontro do que havia sido planejado em 1959 caso houvesse uma invasão chinesa: estabelecer postos nas planícies do Assam e em alguns pontos mais avançados, para desgastar os chineses e aumentar sua cadeia logística (MAXWELL, 1970, p. 390).

No dia 16 de novembro, as tropas chinesas capturaram Walong, fazendo um dos comandantes indianos, o General Kaul, cogitar a ajuda de exércitos expedicionários estrangeiros de Taiwan e Coreia do Sul (MAXWELL, 1970, p. 394). No front Se La-Bomdi La, a 4ª Divisão contava com 10 batalhões, morteiros pesados, artilharia de campo e alguns poucos tanques leves. No entanto, sua responsabilidade era defender três pontos diferentes: Se La (cinco batalhões), Dhirang Dzong (no meio do caminho, com dois batalhões) e Bomdi La (três batalhões). A primeira ação dos chineses foi cortar a ligação entre os postos, isolando a principal força de defesa em Se La, que só poderia ser suprida por via aérea a partir de então. Mesmo assim, Se La foi tomada em questão de horas no dia 18, consequência de ordens confusas de retirada para dois batalhões, que abandonaram os postos antes de ser disparado um único tiro (MAXWELL, 1970, p. 395-405). No Aksai Chin, a China decidiu não avançar além das suas reivindicações territoriais. As posições indianas em novembro já eram fracas e havia poucos postos avançados em território disputado, que foram destruídos nos dias 17 e 18 (MAXWELL, 1970, p. 396). No Arunachal Pradesh, as tropas chinesas chegaram a apenas 30 km de Tezpur, um dos principais entroncamentos logísticos de Assam. Em 20 de novembro, a China anunciou unilateralmente a retirada de todas as tropas para 20 km aquém da linha de controle como fora determinado em 1959 (FENG; WORTZEL, 2010, p. 187).

É importante mencionar que, para além da história convencional, existe o relato de B. Raman (2013, p. 18), que teve acesso aos arquivos da inteligência indiana sobre a Birmânia até 1962. Ele afirma que os Indianos deixaram de detectar o grande aumento no tráfego de mulas pelo estado Kachin, no extremo norte do país vizinho. Este aumento foi causado pela infiltração de oficiais do ELP e da inteligência chinesa que se aproveitaram da completa ausência de controle de Rangoon sobre Kachin para invadirem o Nordeste Indiano pelo leste. Mesmo com os avisos da inteligência indiana, estas incursões passaram amplamente despercebidas pelos formuladores de política.

O momento para o lançamento da ofensiva do ELP, em novembro de 1962, foi instrumental. Primeiramente, o inverno se tornava mais rigoroso a cada dia, dificultando as comunicações chinesas. John Garver (2006, p. 121) revela que a URSS deixou a China a par

de seus planos em Cuba e que os líderes chineses podem ter usado a Crise dos Mísseis para atuar sem grande repercussão internacional. Shishir Gupta (2014, p. 83) acrescenta que a intervenção militar americana em caso de um ataque chinês à Índia estava entre as possibilidades do Governo Kennedy, conforme mostram documentos recentemente desclassificados.

Ou seja, a rápida retirada assegurou que os EUA não teriam tempo para retaliações. Além disso, a China ainda reivindicava seu lugar no Conselho de Segurança da ONU, que era ocupado por Taiwan, portanto tinha grande motivação para respeitar o princípio de solução pacífica de controvérsias (MARTINS, 2008, p. 181). Os Chineses também pensaram de acordo com a perspectiva clausewitziana, ou seja, o uso da força militar precisa ter uma finalidade política. Neste sentido, a atitude chinesa permitiu que os dois países se reaproximassem nas décadas de 1980 e 1990 (WORTZEL, 2003, p. 342). Cabe refletir, por exemplo, se a formação dos BRICS e a coordenação sino-indiana em assuntos globais seriam possíveis caso a Guerra tivesse tomado rumos mais drásticos.

Os resultados foram incontestáveis: de acordo com os arquivos do ELP, os indianos sofreram 4.897 baixas (mortos e feridos) e 3.968 foram capturados. Os números indianos diferem, mostrando 4.126 baixas. Do lado chinês, houve apenas 2.418 baixas e nenhum soldado foi capturado (FENG; WORTZEL, 2010, p. 188).

Por trás disso esteve a logística operacional. Isto parece um contrassenso, pois a Guerra ocorreu em dois locais remotos para os chineses, que estendiam suas linhas de suprimento por mais de 2.000 km a partir de seus centros populacionais. A Índia, por outro lado, contava com um sistema ferroviário bastante desenvolvido, que transportava um grande volume de suprimentos a até cerca de 200 km de distância do front. Suas bases logísticas principais eram muito mais próximas do front, mas o sistema rodoviário em posições avançadas era extremamente precário (FENG; WORTZEL, 2010, p. 192-193).

Outro ponto fundamental, aponta Martins (2008, p. 181), é a mudança repentina de altitude. A diferença entre o vale do Brahmaputra e Bomdi La (a 45 km de distância) é de mais de 2.000 metros de altitude. A Cumeeira de Thag La chega a 4.875 metros. O transporte aéreo foi a única opção para suprir os soldados indianos no Aksai Chin, mas no Nordeste Indiano havia muito poucos pontos de despejo nas florestas e o clima chuvoso impedia as missões aéreas por dias (MAXWELL, 1970, p. 292).

Hoje em dia, ambas as forças armadas de China e Índia encontraram novas soluções para diminuir as dificuldades do terreno. No entanto, mesmo com a digitalização e a modernização do *hardware* militar, o combate nos limites do Himalaia ainda está sujeito ao

clima, ao relevo e principalmente à infraestrutura física. Além disso, fica a lição operacional e tática de um exército organizado, com objetivos traçados, e outro com graves dificuldades na cadeia de comando e conceitos táticos ultrapassados. Esta disparidade aumentou consideravelmente a vantagem chinesa, mesmo não estando em superioridade numérica. A Índia poderia ter tido um desempenho mais satisfatório com as mesmas condições materiais de que dispunha.

Esta foi também uma vitória tática chinesa, utilizando a flexibilidade dos comandantes no campo de batalha, a coesão das forças combatentes, o maior conhecimento do terreno, a surpresa, a ilusão do adversário e a concentração de massa (FENG; WORTZEL, 2010, p. 188-192; WORTZEL, 2003, p. 345).

Do ponto de vista estratégico, é importante notar que a situação interna dos países teve bastante influência na sua tomada de decisão. No caso da Índia, ficou publicamente claro que Nehru havia perdido o controle da situação, estando preso ao próprio discurso inflexível e ao mesmo tempo sendo acusado de falta de firmeza no diálogo com a China. No lado chinês, a motivação para a guerra não foi somente a postura agressiva e intransigente da Índia. A vitória na Guerra Sino-Indiana serviu para remediar o episódio negativo das revoltas no Tibete (1959), no qual a Índia teve participação simbólica ao abrigar Dalai Lama e os refugiados tibetanos. Mais do que isso, a China ainda sofria as consequências do Grande Salto (1958-1961) e da Grande Fome<sup>26</sup>. De acordo com Shishir Gupta, coloca-se muito peso sobre a Política Avançada de Nehru e negligencia-se que a vitória serviu para diversionar as atenções do público chinês (GUPTA, 2014, p. 71).

A questão principal reside nas posições de China e Índia, que se mantêm praticamente inalteradas desde então. A Índia continua a não reconhecer o mérito das negociações, pois suas fronteiras já estão definidas conforme a Linha McMahon. Enquanto a Índia não admitir que existem fronteiras não demarcadas bilateralmente, as negociações não poderão avançar (MAXWELL, 2012).

Retornando a 1962, a resposta exemplar de Mao e Zhou carrega um conteúdo de desconfiança contra a Índia bem mais antigo do que sua geração. Eles estavam cientes da participação indiana na supressão da Revolta dos Boxers (1899-1900) pelas potências imperialistas (GUPTA, 2014, p. 69-70). Ao contrário da concepção estratégica chinesa, as elites militares indianas têm um histórico milenar de alianças com potências externas, o que

---

<sup>26</sup> O Grande Salto Adiante foi um programa empregado pelo governo de Mao Zedong para implantar um processo acelerado de modernização tecnológica através da mobilização massiva da mão-de-obra e da coletivização total da terra. As transformações sociais radicais, somadas a condições climáticas adversas, levaram à Grande Fome, que foi responsável pela morte de pelo menos 16 milhões de pessoas.

inclusive possibilitou sua unificação na época dos Mongóis e do Raj Britânico, por exemplo. Posteriormente a URSS tomou este papel, que hoje os Estados Unidos almejam (MARTINS, 2008, p. 176). Os estrategistas chineses, por vezes, enxergam na Índia um país sem autonomia e subordinado aos interesses estratégicos de outras potências (MALIK, 2012, p. 97).

### 2.3 A importância da Caxemira e da “*entente cordiale*” sino-paquistanesa

A “*entente cordiale*”<sup>27</sup> foi o termo utilizado por John Garver (2002, p. 386) para definir a parceria estratégica entre China e Paquistão desde 1963. Existem três aspectos deste relacionamento: Apoio da China ao Paquistão em seus contenciosos com a Índia; Apoio chinês aos esforços econômicos e militares paquistaneses para resistir à dominação Indiana e consultas frequentes entre lideranças e elites políticas. Segundo Sering (2012, p. 35-36), o embasamento para a “*entente cordiale*” sino-paquistanesa reside numa série de acordos, incluindo o Tratado de Amizade de 2005-2006. Nestes, as partes se comprometem a não entrar em alianças que possam prejudicar a outra parte e a prover assistência em caso de ameaça externa.

A disputa entre Índia e Paquistão pela Caxemira surgiu no momento de suas independências em 1947, levando à Guerra Indo-Paquistanesa (1965) e à Guerra de Kargil (1999)<sup>28</sup>. Em jogo estão as próprias identidades nacionais dos dois países. A disputa pela Caxemira simboliza a reivindicação de duas concepções de Estado mutuamente exclusivas. Os dois países acreditam que a perda da região poderia desencadear um processo de desintegração territorial interna, dada a diversidade populacional de ambos.

Atualmente, a Índia se mantém mais satisfeita com o status quo. O controle sobre quase metade da região de Jammu e Caxemira, de maioria muçulmana, corroboraria com a promoção de uma identidade secular e de acomodação de várias etnias num sistema democrático. Para o Paquistão, o controle da Caxemira representa a essência de sua identidade nacional, que reside na unificação dos povos islâmicos do subcontinente indiano (BASRUR, 2010, p. 19-21).

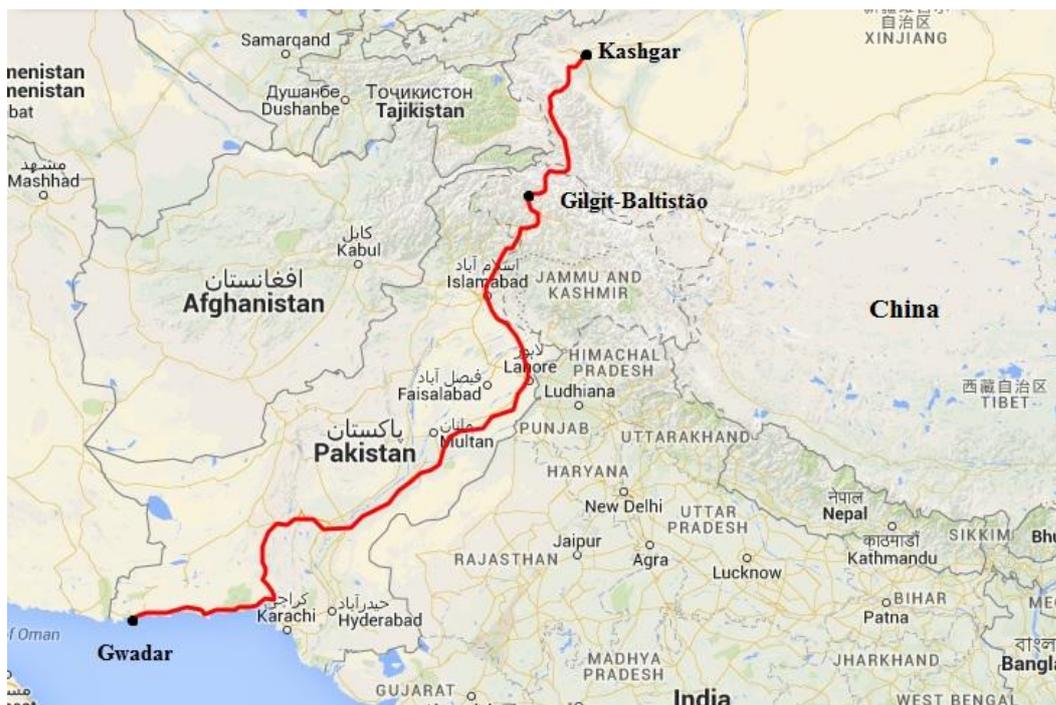
Do ponto de vista estratégico, Jammu e Caxemira é uma região fundamental de conexão entre Tibete, Sul da Ásia e Ásia Central. Para a Índia, controlar toda a Caxemira significaria ter acesso às repúblicas da Ásia Central, que ganham cada vez mais importância

<sup>27</sup> A utilização mais tradicional do termo remete à Aliança Anglo-Francesa iniciada em 1904.

<sup>28</sup> A Guerra Indo-Paquistanesa de 1971, que levou à independência de Bangladesh, será brevemente abordada na seção sobre o apoio às insurgências.

em sua política externa, mas ainda têm conexões maiores com Rússia e China. Para o Paquistão, a Caxemira fornece maior profundidade estratégica para a defesa da capital Islamabad, que fica a poucos quilômetros da região. Geograficamente, dos seis rios que fluem em território paquistanês, três têm origem na Caxemira (Indus, Jhelum e Chenab) e são vitais para a agricultura doméstica. O atual controle das regiões do norte (Gilgit-Baltistão) já fornece o acesso à Ásia Central e principalmente à China através do Corredor de Karakoram<sup>29</sup> (ver figura a seguir) (KALIS; DAR, 2013).

Figura 2: O Corredor de Karakoram entre China e Paquistão



Fonte: Adaptado da ferramenta Google Maps (2014) pelo autor.

Após a Guerra Sino-Indiana de 1962, a disputa pela Caxemira passou a fazer parte das relações triangulares China-Índia-Paquistão (GARVER, 2001, p. 192). Em 1963, o Paquistão cedeu parte do vale de Shaksgam à China, delimitando a fronteira entre a sua porção controlada da Caxemira e o Xinjiang. Entre 1966 e 1971, os chineses construíram a Estrada da Amizade Sino-Paquistanesa, ligando o Xinjiang à região de Islamabad e ao Oceano Índico (GARVER, 2001, p. 206-207). Esta via realizava um sonho antigo da China em ter acesso ao “eixo da Ásia”, onde os impérios Britânico e Russo travaram o Grande Jogo (SERING, 2012, p. 5-8). Durante a Guerra Fria, o Corredor de Karakoram foi instrumental para China e EUA

<sup>29</sup> As montanhas de Karakoram, por sinal, historicamente foram porta de entrada das invasões ao subcontinente indiano e causaram preocupação a estrategistas do Raj Britânico, como Lord Curzon (HOLSLAG, 2010, p. 34; SERING, 2012, p. 6).

enviarem ajuda aos rebeldes afegãos que lutavam contra a URSS. Nos últimos 20 anos, a maioria das vendas de equipamentos militares entre China e Paquistão utilizou esta rota (SERING, 2012, p. 15-19).

Nas últimas décadas, a China tem auxiliado na expansão da rede de estradas e pontes no Gilgit-Baltistão. Isto aumentou consideravelmente o acesso do Paquistão à região, bem como ao Afeganistão, ao Tadjiquistão e às áreas da Caxemira controladas pela Índia. As empresas de telecomunicação chinesas passaram a atuar nesta área, aumentando a conectividade e a capacidade de monitoramento, inclusive com redes de fibra óptica (SERING, 2012, p. 12-15). Recentemente, foi assinado o acordo para triplicar a capacidade de transporte do corredor e para conectá-lo ao Afeganistão e ao Irã<sup>30</sup> (SERING, 2012, p. 22-23). Um oleoduto e um gasoduto estão sendo construídos entre o porto de Gwadar e Xinjiang, passando pelo Gilgit-Baltistão<sup>31</sup>.

Segundo Sering (2012, p. 24,) a China planeja construir túneis ao longo do Corredor de Karakoram, que seria terreno apropriado para o armazenamento de mísseis. Mesmo que a cooperação militar sino-paquistanesa não tenha se manifestado através de operações conjuntas durante as Guerras Indo-Paquistanesas de 1965, 1971 e 1999, existe a possibilidade, em casos extremos, de utilização do Corredor para realizar um movimento de pinça sobre a Caxemira controlada pela Índia (SERING, 2012, p. 35).

Num contexto mais amplo, o projeto chinês de interligação terrestre eurásiana tem no Paquistão um dos países mais interessados e um possível eixo. Segundo Sering (2012, p. 40), alguns indianos se ressentem do que acreditam ser a grande estratégia paquistanesa: Consolidar o eixo Trans-Asiático, isolando a Índia e diminuindo sua influência no Afeganistão e na Ásia Central. Os Estados Unidos também teriam sua influência diminuída neste cenário. Apesar de não terem projetos completamente opostos na Ásia Central, China e EUA competem por influência dentro de suas estratégias de interligação leste-oeste e norte-sul, respectivamente (PANTUCCI; PETERSEN, 2012).

Apesar de tomar uma postura neutra em relação à disputa indo-paquistanesa pela Caxemira, a China é parte interessada no assunto. O governo Chinês reconhece o pertencimento do Gilgit-Baltistão ao Paquistão e poderia, eventualmente, vincular a estabilidade da região como pré-condição para um acordo de fronteira com a Índia. Mais importante do que os laços firmados oficialmente, todavia, é o histórico das relações sino-

---

<sup>30</sup> Também está sendo estudado o projeto da ferrovia Khunjerab, que ligará Kashgar (no Xinjiang) a Islamabad, diminuindo o tempo do trajeto para 17 horas.

<sup>31</sup> As implicações estratégicas da utilização do porto de Gwadar pela China serão discutidas no capítulo seguinte.

paquistanesas. Durante a Guerra Indo-Paquistanesa de 1965, por exemplo, a China alertou a Índia que iria intervir em caso de agressão contra o Paquistão. Quando a guerra tomou contornos maiores, os chineses posicionaram tropas na fronteira com Sikkim e ameaçaram cortar as linhas de suprimento indianas para Assam. A Índia aceitou, então, um cessar-fogo mediado por EUA e URSS. Naquela época, segundo Garver (2001, p. 202-204), a China tinha o objetivo declarado de “libertar” a Caxemira Indiana do controle da Índia.

Apesar de não ter prestado a mesma assistência em 1971, a China aconselhou os paquistaneses a flexibilizarem suas atitudes no então Paquistão Oriental (atual Bangladesh), pois percebeu que a repressão estava radicalizando os movimentos independentistas apoiados pela Índia. Quando da intervenção indiana, os chineses estavam relativamente mais fragilizados em comparação aos confrontos anteriores e imersos na instabilidade interna do período da Revolução Cultural. Após a intervenção, a China fez o possível para angariar apoio nos meios diplomáticos, incluindo ações no Conselho de Segurança da ONU (GARVER, 2001, p. 211-213).

Apesar de ter se apoiado no interesse mútuo de restringir as ações da Índia, a “*entente cordiale*” vai além desta dimensão. Durante a Guerra Fria, o Paquistão teve o papel fundamental de mediar e facilitar os primeiros contatos entre China e os Estados Unidos em 1970-1971, levando à reaproximação histórica durante os governos Mao e Nixon (RIEDEL, 2013, p. 74-75). Além disso, o Paquistão é o canal mais importante de comunicação da China com os povos muçulmanos, em especial com o Oriente Médio, inclusive para venda de equipamentos militares (GARVER, 2001, p. 189; MALIK, 2012, p. 182). Em 2010, o representante paquistanês na ONU chegou a sugerir que a China se unisse aos países islâmicos para substituir os EUA no Afeganistão (SERING, 2012, p. 42). O Paquistão também tem compartilhado a tecnologia norte-americana para os chineses, incluindo a venda de um míssil cruzador Tomahawk em 1998, detalhes técnicos sobre o caça F-16 e, mais recentemente, fragmentos de um helicóptero com alegadas capacidades *stealth* avançadas (BARAK et al, 2011, p. 42-43, MALIK, 2012, p. 182).

Recentemente, artigos publicados na academia estadunidense (BARAK et al, 2011; BECKLEY, 2012) enfatizam as fragilidades das relações sino-paquistanesas, contradizendo seu rótulo de *all-weather friendship* (amizade incondicional). A intenção era provar que, apesar de conturbada, a amizade com os Estados Unidos traria mais benefícios ao Paquistão. Argumenta-se, entre outras coisas, que a China: não auxiliou o Paquistão nas guerras contra a Índia; votou no Conselho de Segurança da ONU para definir o Jamaat-ud-Dawa como grupo terrorista (contra a vontade do Paquistão); fornece predominantemente ajuda militar, mas

pouca ajuda econômica; somente tem interesse em manter o atrito militar indo-paquistanês; não estaria disposta a blindar o Paquistão de pressões dos EUA e somente favorece o Paquistão em momentos de conveniência ou necessidade (BARAK et al, 2011, p. 42; BECKLEY, 2012, p. 9).

Para Beckley (2012, p. 9-10), a China teria cada vez menos interesse no Paquistão porque os três principais motivadores da relação para os chineses são cada vez menos relevantes: Preservar o Paquistão como competidor militar viável à Índia; usar o Paquistão como corredor energético e de comércio e assegurar a cooperação paquistanesa para isolar os separatistas Uigures. Esta queda na relevância paquistanesa teria ocorrido por que hoje a China está mais segura em relação à Índia do que em qualquer outro momento na história; a instabilidade política no Paquistão e os desafios técnicos da construção de vias na fronteira sino-paquistanesa minam seu potencial de corredor econômico e o sucesso da China em suprimir os Uigures e as dúvidas dos líderes chineses sobre o comprometimento dos paquistaneses reduziram seu interesse na cooperação em contraterrorismo.

A Índia tem dificuldades em manter a ordem na Caxemira e existe a possibilidade de uma guerra por procuração contra militantes islâmicos ou até mesmo guerra convencional contra o Paquistão. Segundo Malik (2012, p. 171), este cenário torna necessária a presença de cerca de 500 mil soldados indianos na região. Para o autor, o Paquistão também serve de exemplo para os outros países do Sul da Ásia que se sentirem ameaçados pela Índia e quiserem se beneficiar de vantagens em ter relações próximas com a China (MALIK, 2012, p. 175). Por outro lado, os Chineses já demonstraram que não intervirão diretamente nas guerras contra a Índia, a não ser que a própria existência do Paquistão esteja ameaçada.

Sobre a viabilidade do Paquistão se tornar um corredor econômico, mesmo com todas as dificuldades, a China investe cada vez mais com o passar dos anos. Em 2014, China e Paquistão assinaram acordos de investimento em energia no valor de US\$ 20 bilhões, podendo chegar a US\$ 50 bilhões em setores diversos até 2017 (PAGE, 2014; GHUMMAN, 2014). Além disso, existe a expectativa otimista de que o Corredor Karakoram seja a saída econômica para a crise paquistanesa, que se estende há cerca de duas décadas. O aumento no trânsito de mercadorias traria dividendos para o Paquistão. Mais do que isso, o trânsito de recursos energéticos poderia mitigar o gargalo energético da economia paquistanesa (SERING, 2012, p. 25-27).

Ao contrário das previsões feitas por Beckley (2012), a questão do separatismo uigur não pode ser negligenciada, vide os ataques terroristas em Kunming (março de 2014) e Urumqi (maio de 2014) (TIEZZI, 2014a). O Xinjiang demonstra ser uma região importante

para o projeto de interligação eurásiana liderado pela China<sup>32</sup> e o separatismo continua a ser a maior ameaça à sua estabilidade e prosperidade. Mesmo que o Paquistão não seja um aliado ideal no combate ao terrorismo e tenha recebido críticas por parte da China, uma possível predominância de facções pró-islamistas entre os militares paquistaneses poderia deteriorar seriamente a segurança do Xinjiang. Portanto, é de interesse da China (e dos Estados Unidos) que o Paquistão se mantenha estável e cooperativo (MALIK, 2012, p. 176-179).

Além de todos os fatores desenvolvidos, cabe ressaltar que o Paquistão se beneficia consideravelmente dos equipamentos militares fornecidos pela China<sup>33</sup>, que lhe possibilitaram, em última instância, travar a Guerra de Kargil em 1999. Segundo Malik (2012, p. 174), sem a tecnologia nuclear e as defesas antimísseis providas pela China, o Paquistão não estaria tão disposto a enfrentar uma retaliação por parte da Índia. O Paquistão, por sua vez, reconhece mais a importância do apoio chinês em relação ao suporte norte-americano. Os paquistaneses se ressentem principalmente do abandono dos EUA, por causa do seu programa nuclear, após o fim da Guerra Fria. Por outro lado, os americanos firmaram acordo nuclear com a Índia poucos anos depois. Os paquistaneses enxergam que a relação com os EUA dependem dos interesses de curto prazo e das necessidades imediatas destes (MALIK, 2012, p. 169).

#### 2.4 O apoio a insurgências

Esta seção visa explicar a importância das insurgências no contexto da rivalidade sino-indiana. Brzezinski (2012) acredita que o principal motivo de instabilidade na Ásia, ao contrário da Europa, não será a expansão territorial, mas os conflitos intra-estatais. A instabilidade social na Índia poderia vir das contradições entre diferentes grupos étnico-religiosos e entre os miseráveis e uma elite econômica emergente.

Primeiramente, será abordada a conjunção de fatores que potencializam e tornam crível a possibilidade de a Índia enfrentar uma verdadeira frente de guerra não convencional. A guerra de opinião pública (CHENG, 2012) se junta ao fornecimento de armas para diversionar contingentes da guerra convencional e para minar a estabilidade política do país alvo. O caso da independência de Bangladesh (1971) será apresentado como exemplo de insurgência bem sucedida contando com o apoio da Índia.

---

<sup>32</sup> Em 2012, a estimativa total de investimentos previstos em transportes na região ocidental da China chegava a US\$ 730 bilhões, sendo US\$ 88 bilhões apenas no Xinjiang (SERING, 2012, p. 28).

<sup>33</sup> Malik (2012, p. 182) estima que cerca de 70% do equipamento militar paquistanês sejam de origem chinesa.

A análise seguinte trará os casos atuais dos maoístas naxalitas e das diversas insurgências étnicas no Nordeste Indiano. Estes grupos fazem parte de uma extensa rede informal de tráfico de armas, que chegam às regiões via Bangladesh e Mianmar. Ambos têm em comum o subdesenvolvimento econômico e a sensação de negligência pelo Estado central. Um cenário negativo para a Índia seria uma aliança entre maoístas e insurgentes étnicos (THANT MYINT-U, 2011, p. 235). Desde 2008, com a declaração conjunta do Exército de Libertação Popular de Manipur e dos maoístas contra o Governo central, as conexões entre as regiões têm aumentado (SHARMA; BEHERA, 2014, p. 120).

Apesar de não haver evidência concreta de que a China preste apoio diretamente a estes grupos, o mercado negro é gerido principalmente por ex-oficiais do ELP. Além disso, a rede de inteligência chinesa no Nordeste Indiano é antiga e extensa. Em Mianmar, a China mantém contato com o Exército do Estado Wa Unido (EEWU), localizado no estado Shan. O EEWU é um dos principais fornecedores de armas para as insurgências no Nordeste Indiano (LINTNER, 2011; LINTNER, 2012, p. 169, 293; GOSWAMI, 2014).

Também existe a possibilidade a inteligência indiana aumentar suas atividades no Baluquistão<sup>34</sup>, situado no sudoeste do Paquistão. O Paquistão, por sua vez, participa de forma mais ativa no apoio à insurgência do que seus dois grandes vizinhos. Os militantes caxemires recebem abrigo e auxílio encoberto do Paquistão via fronteira há décadas (SHARMA; BEHERA, 2014; NEVES JÚNIOR, 2010).

Ao iniciar a discussão sobre as condições necessárias para o sucesso de uma insurgência, é importante afastar a ideia de “Guerra de 4ª Geração”<sup>35</sup> criticada por Echevarria II (2005). Conforme o autor argumenta, a globalização e as novas tecnologias da informação têm impacto sobre o fenômeno da guerra, mas não modificaram a sua essência<sup>36</sup>. São os Estados e as comunidades locais que decidem prestar apoio financeiro, militar, dar abrigo ou cortar as atividades dos insurgentes. Da mesma forma, a tríade proposta por Clausewitz (presença de hostilidades, incerteza e uso da guerra para fins políticos) continua válida. As instituições que geralmente carregam cada papel são, respectivamente, população, exército e

<sup>34</sup> O Baluquistão possui 44% do território paquistanês e uma população etnicamente diversa, que representa 5% da população total. A região possui um histórico de insurgências separatistas da etnia baluque.

<sup>35</sup> A 1ª geração (1648-1860) teve início quando os Estados obtiveram o monopólio da condução da guerra. Neste período, a guerra era travada em linhas e colunas, caracterizada pela ordem e formalidade. Na 2ª geração (1860-1914), o grande poder de fogo gerou a necessidade de uma reorganização no campo de batalha e de maior coordenação entre as manobras de infantaria e o fogo de artilharia. A 3ª geração (1914-atualmente) evoluiu a qualidade e a velocidade das manobras, possibilitando o envolvimento caracterizado pela *Blitzkrieg* do Exército Alemão. A Guerra de 4ª Geração seria um novo paradigma, em que o Estado não é mais o único condutor da guerra e está perdendo força para guerrilhas e outros atores não estatais (LIND, 2004).

<sup>36</sup> Isso significa, em outras palavras, que os Estados não perderam o papel central na condução da guerra em detrimento de redes descentralizadas.

governo. Mesmo que por vezes não estejam em sua forma institucionalizada, estas “tendências” estão presentes em qualquer guerra até os dias atuais (ECHEVARRIA II, 2005, p. 5-8).

O conceito das “três guerras” (opinião pública, psicológica e legal) criado pelo ELP sintetiza bem a dimensão não armada da guerra. A guerra de opinião pública ocorre através da utilização política dos meios de comunicação domésticos e estrangeiros. A guerra psicológica procura constranger a capacidade de tomada de decisão do inimigo, fomentar sentimentos contra suas lideranças e minar sua determinação. A guerra legal justifica as ações de um país ao mesmo tempo em que tenta retratar as ações do oponente como ilegais, criando dúvidas entre as autoridades inimigas neutras e entre suas populações sobre a sabedoria e a justificativa daquelas atividades. A guerra de opinião pública, neste caso, se torna o meio e o fator capaz de potencializar as outras. A guerra psicológica é quem dá a orientação para a refinação dos alvos e dos métodos utilizados. E a guerra legal provê a informação necessária para embasa-las (CHENG, 2012, p. 3). O ELP herdou essas lições das atividades americanas nas duas guerras do Golfo (1990-1991 e 2003-2011), quando os EUA utilizaram as tecnologias da informação para desmoralizar o inimigo e ganhar o apoio da opinião pública internacional (CHENG, 2012, p. 5).

Apesar de não apresentar tais condições tecnológicas, a Guerra de Independência de Bangladesh (1971) já demonstrava a influência da propaganda e da inteligência indiana na guerra civil do país vizinho. Raman (2013) conta a história da *Research and Analysis Wing* (R&AW), agência responsável pelo serviço de inteligência exterior da Índia, criada em 1968. A primeira missão da agência foi justamente infiltrar-se no então Paquistão Oriental com cinco objetivos principais: Prover inteligência para formuladores de políticas e para os militares; treinar os “guerreiros da liberdade” bengalis em campos clandestinos; criar uma rede com servidores bengalis trabalhando no Paquistão Ocidental ou em missões diplomáticas; montar uma operação especial nas Colinas de Chittagong para expulsar os Nagas e Mizos que lutavam pela sua separação da Índia; organizar uma campanha de Guerra Psicológica contra os governantes paquistaneses através da disseminação de notícias sobre os massacres de bengalis e o êxodo dos refugiados (RAMAN, 2013, p. 10).

Raman revela que, mesmo antes de 1968, já havia intenso contato entre a inteligência indiana e as lideranças políticas e administrativas bengalis, o que abria a possibilidade para a montagem de um governo paralelo antes da independência. Em 1971, entrou em vigor a Divisão de Guerra Psicológica da R&AW. Esta seção, em conjunto com o Ministério da Informação e Comunicação, assegurou que todo o foco da opinião pública se mantivesse no

massacre aos bengalis. No entanto, a primeira ministra indiana Indira Gandhi (1966-1977, 1980-1984) teve o papel de maior destaque na criação de uma atmosfera internacional favorável à intervenção indiana (RAMAN, 2013, p. 11-12). Um episódio marcante para a opinião pública foi a matéria do jornalista Anthony Mascarenhas no Sunday Times (jornal inglês). Indira rapidamente aproveitou-se e declarou ao editor do jornal que havia ficado tão sensibilizada que faria uma campanha diplomática nas capitais europeias e em Moscou para preparar o terreno para uma invasão armada indiana (DUMMETT, 2011).

O massacre em Daca no dia 25 de Março de 1971<sup>37</sup> foi o estopim para a revolta dos Bengalis. Os líderes da Liga Awami, maior partido local, fugiram para a Índia. O governo indiano os aceitou e permitiu que eles formassem um governo em exílio em Calcutá, declarando a independência de Bangladesh em 17 de abril de 1971. A partir do final de abril, o Exército Indiano tomou para si a tarefa de treinamento dos guerrilheiros bengalis, que antes era feita por forças de fronteira. A guerrilha, que antes era formada majoritariamente por tropas deserddadas do Exército Paquistânês, recebeu milhares de jovens no final de maio, ficando conhecida a partir de então por Mukti Bahini (SISSON; ROSE, 1990, p. 142-143).

Neste momento, a própria linha logística do Paquistão estava completamente debilitada. Após o sequestro de um voo da Indian Airlines em Janeiro de 1971 por dois terroristas caxemires, a Índia havia decidido fechar seu espaço aéreo para os paquistaneses. Quando o Paquistão tentou utilizar o Sri Lanka como rota alternativa, Indira Gandhi pressionou para o fechamento das instalações de reabastecimento (RAMAN, 2013, p. 10). Durante as hostilidades em dezembro de 1971, a Marinha Indiana executou uma missão de bloqueio naval e também atacou o Porto de Karachi, frustrando as possibilidades de suporte logístico ao Paquistão Oriental.

Além da grande massa de guerrilheiros que passava a combater o Exército Paquistânês, a Índia utilizou uma força alternativa para diversionar as atenções e criar uma nova frente de combate. Em outubro, uma ponte aérea descarregou 3.000 tibetanos das FEF<sup>38</sup> nas Colinas de Chittagong, na fronteira com a Birmânia. Estes combatentes foram instrumentais para repelir as ações de uma brigada paquistanesa posicionada na região. Esta brigada ameaçava o flanco de um dos exércitos indianos que marchavam para invadir Daca e poderia abrir uma rota de fuga para a Birmânia em caso de derrota (CONBOY; MORRISON, 2002, p. 243-245). Com todas as condições favoráveis, a intervenção militar indiana iniciada

---

<sup>37</sup> O massacre foi desencadeado pela Operação Searchlight, conduzida pelo Exército Paquistânês. Seu objetivo principal era desmantelar o movimento nacionalista bangladeshi. Nesse episódio, dezenas de estudantes, professores e funcionários da Universidade de Daca foram assassinados durante a noite.

<sup>38</sup> A primeira seção deste capítulo explica a origem das guerrilhas tibetanas.

em novembro de 1971 foi apenas o golpe final para o Paquistão, que capitulou em apenas duas semanas.

A situação que hoje mais se aproxima do exemplo de 1971 é o Nordeste Indiano, que estaria isolado do restante do país, não fosse uma estreita faixa de terra conhecida por Corredor de Siliguri. Os diversos povos desta região estão divididos nos estados de: Arunachal Pradesh, Assam, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Naga e Tripura. Os assameses, que constituem mais de dois terços (31 milhões) da população do Nordeste (45 milhões), traçam suas origens nos povos Shan presentes em Mianmar e na Tailândia (LINTNER, 2012, p. 197; THANT MYINT-U, 2011, p. 281). Os Mizos são parte do mesmo grupo étnico que os Chins de Mianmar e os Nagas têm sua contraparte em solo mianmarenses. Os Manipures, que se consideram indianos e se esforçam para serem integrados à nação, são discriminados pelos hindus (LINTNER, 2012, p. 139). Em outras palavras, são pequenas nações que historicamente mantiveram maior relação com o Sudeste Asiático do que com os hindus e bengalis do subcontinente indiano. A seguir, um mapa da região.

Mapa 2: Nordeste Indiano



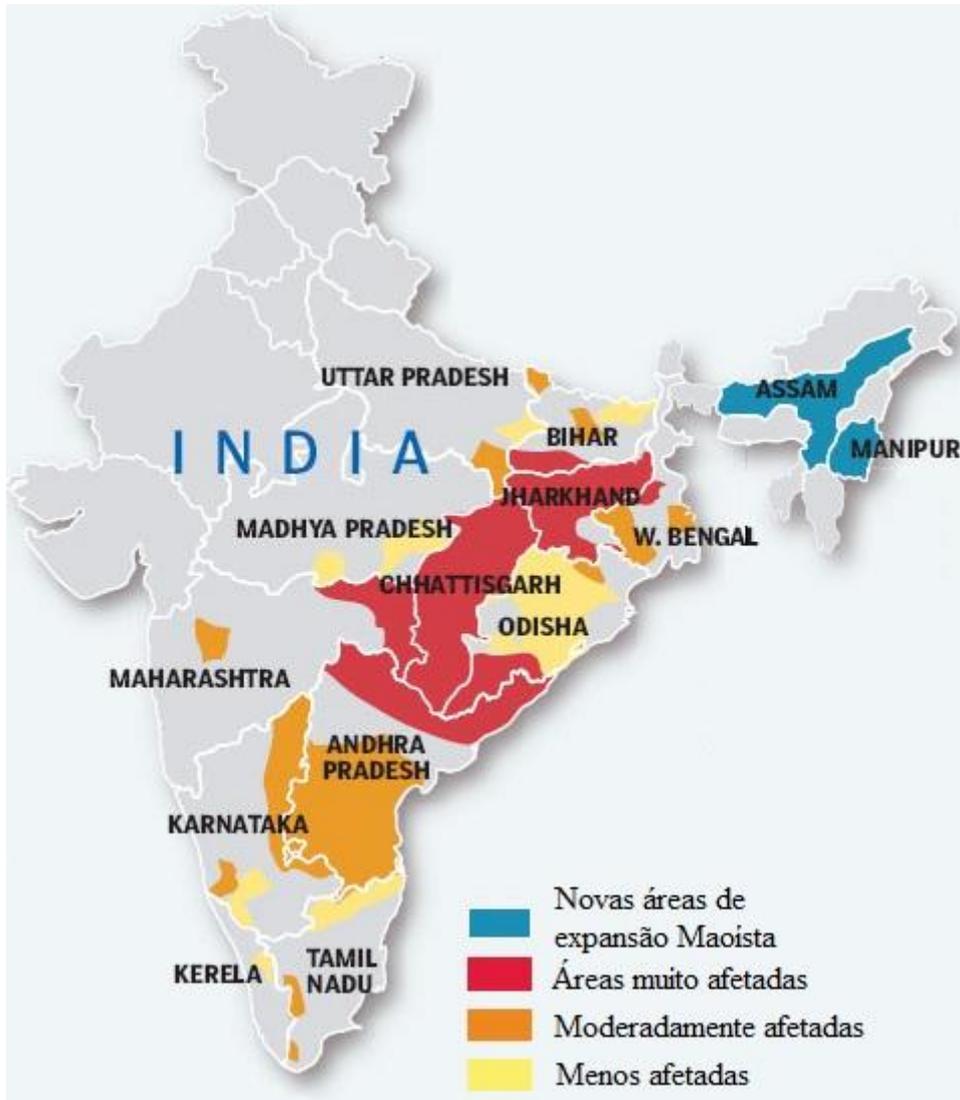
Fonte: Adaptado de Wikipedia (2014a) pelo autor.

Não bastasse a relativa falta de empatia com a história hindu, esta região se encontra fechada para o resto do mundo, pois existe pouca ou nenhuma infraestrutura que a conecta com Bangladesh ou Mianmar e as poucas estradas construídas pelo governo indiano estão sujeitas às monções durante boa parte do ano. A economia da região, por conta disso, é largamente rural e extrativista, concentrando-se nas mãos dos insurgentes ou dos governantes locais. Mesmo com a fixação de 10% da verba federal para o Nordeste desde o governo do primeiro ministro Vajpayee (1998-2004), a corrupção local tem drenado boa parte dos recursos. As insurgências, por vezes ligadas aos políticos locais, criaram redes de extorsão sobre toda a população, incluindo o setor de serviços e de saúde. O Estado central está mais presente em seu aparato de segurança, através do Exército Indiano e de paramilitares. Estes ainda atuam com base no Ato de Poderes Especiais das Forças Armadas, de 1958, que lhes dá

plenos poderes para abrir fogo (GOSWAMI, 2010, p. 9-13, LINTNER, 2012, p. 138, THANT MYINT-U, 2011, p. 304-305). Os diversos grupos étnicos frequentemente estiveram em atrito constante e se beneficiam das fronteiras porosas para comprar armas e drogas de Mianmar e do Camboja (via Bangladesh) (EGRETEAU, 2006, p. 111-120, 143-146).

Os maoístas naxalitas, apesar de partilharem do subdesenvolvimento econômico, apresentam uma situação bastante diferente em relação ao Nordeste Indiano. Nascido em Naxalbari no ano de 1967, o movimento hoje está presente em pelo menos 20 dos 28 estados da Índia. Ao contrário das insurgências étnicas, os naxalitas representam a contradição da própria sociedade indiana, ainda dividida em castas (apesar da proibição oficial) e onde há altos níveis de pobreza. Apesar dos altos níveis de crescimento do PIB no início do Século XXI, 68,8% das pessoas vivem com menos de US\$ 2 dólares por dia e 29,5% da população (363 milhões de pessoas) estão abaixo da linha da pobreza (M. K. SINGH, 2014). A figura a seguir mostra as áreas afetadas pela insurgência naxalita.

Figura 3: Áreas afetadas pela insurgência naxalita na Índia



Fonte: Adaptado de Harinder Baweja (2012) pelo autor.

O objetivo principal e final dos naxalitas é a derrubada revolucionária armada do governo central para conferir às populações oprimidas, especialmente as tribais, a justiça social, econômica e política que lhes foi negada historicamente. Os naxalitas financiam suas atividades majoritariamente através da extorsão contra grandes senhores de terra, funcionários do governo, empresários e companhias mineradoras (SHARMA; BEHERA, 2014, p. 115, 120-121).

Sua influência é maior nas regiões rurais tradicionais, onde as terras estão nas mãos das altas castas, enquanto aqueles de castas baixas seriam, na prática, servos. Também tem grande alcance nas populações tribais (Adivasis), que somam juntas 104 milhões de pessoas e são cada vez mais afetadas pela globalização econômica e pela destruição de suas comunidades para extração de recursos (GUHA, 2009, p. 35). Além do caráter insurgente, os

naxalitas têm como característica principal a apropriação das funções de bem estar social que o Estado deixa de prover nas regiões. É através da prestação de serviços que eles ganham o apoio da população comum e conseguem recrutar partidários (GIRI, 2009, p. 467-468). A partir de 2004, a nova estratégia lançada pelos maoístas consiste em buscar apoio urbano, principalmente entre estudantes e trabalhadores desempregados (MOHAN; SAHNI, 2012, p. 8).

A China, pelo menos durante o Século XX, teve apenas simpatia pelos naxalitas, em quem parte dos chineses passou a enxergar o potencial para uma revolução rural na Índia (LINTNER, 2012, p. 151). No entanto, auxiliou ativamente nas insurgências do Nordeste Indiano, provendo treinamento e armas, principalmente após elas terem perdido seus refúgios em Bangladesh (LINTNER, 2012, p. 147).

Criou-se, ainda na década de 1960, um eixo que ligava o Partido Comunista da Birmânia (PCB) ao Exército de Independência Kachin (KIA) no norte do país. Durante a Guerra Fria, somente a Indochina recebeu mais ajuda econômica e militar dos chineses do que o PCB, que era composto em sua maioria por Guardas Vermelhos do Partido Comunista Chinês. O KIA, orientado pelo PCB, proveu treinamento e armas a grupos Nagas, Mizos, Manipuris e Assameses. Os Kachins faziam a travessia dos grupos até Yunnan (China), onde eles se encontravam com oficiais chineses<sup>39</sup> (EGRETEAU, 2006, p. 95-97; LINTNER, 2012, p. 160, 192, 244-248). Após a ascensão de Deng Xiaoping, no entanto, a ajuda chinesa cessou (EGRETEAU, 2006, p. 98). Mesmo assim, evidências recentes indicam que o contato dos líderes insurgentes com a China prossegue. Já em 2010, líderes manipuris e assameses foram capturados pela inteligência indiana e revelaram visitas frequentes à China (LINTNER, 2012, p. 290).

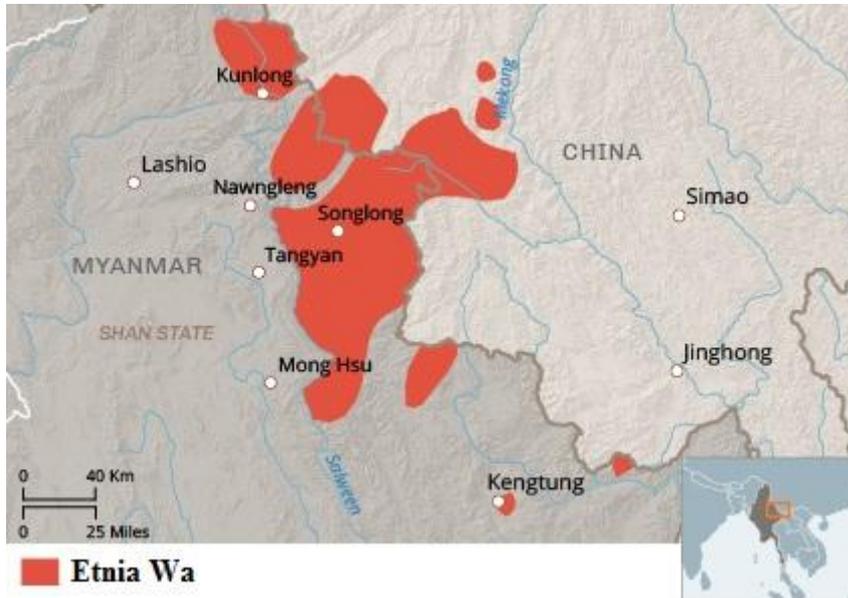
O PCB, por outro lado, sofreu uma rebelião interna e os líderes birmaneses foram assassinados em 1989. Em seu lugar surgiu o Exército do Estado Wa Unido (EEWU), formado pelo pequeno grupo étnico Wa, presente tanto no estado Shan de Mianmar como em Yunnan na China (alguns dos líderes do EEWU nasceram na China). Durante os anos 1990, os Was se tornaram o maior produtor de ópio do Triângulo Dourado (Laos, Mianmar e Tailândia) e logo Mianmar ultrapassou o Afeganistão na produção anual. Por pedido do governo chinês, os Was abandonaram as plantações de ópio, mas passaram a fabricar metanfetamina em seu lugar. Com os enormes lucros do tráfico, os Was montaram cidades luxuosas de cassinos e hotéis. Nos locais controlados por este grupo, a língua oficial é o

---

<sup>39</sup> Para uma descrição detalhada das missões de cada grupo insurgente à China, ver Lintner (2012, p. 336-342).

Mandarim, a rede elétrica e de telecomunicações é chinesa e a moeda utilizada é o Renminbi (THANT MYINT-U, 2011; STEINBERG; FAN, 2012; KEENAN, 2013). A seguir, uma figura mostrando as áreas habitadas pelos Was.

Figura 4: A distribuição da etnia Wa na fronteira sino-mianmarese



Fonte: Adaptado de Joshua Project (2015) pelo autor.

O EEWU hoje conta com 20 a 30 mil soldados (mais 10 mil auxiliares), metralhadoras pesadas, morteiros, canhões antiaéreos e mísseis antiaéreos de ombro SAM-7 (Rússia) e HN-5N (China) (KEENAN, 2013, p. 72-73; GOSWAMI, 2013b). De acordo com a rede de inteligência Janes, a China entregou ao EEWU dois lotes de armas. O primeiro, em 2008, continha baterias de mísseis superfície-ar e 12 caçadores de blindados. O segundo, em 2013, continha diversos Helicópteros Mil Mi-17 armados com mísseis ar-ar TY-90. Namrata Goswami afirma, em seu artigo, que os Was hoje produzem armas leves sob a franquia das indústrias de Yunnan e as vende majoritariamente para o Nordeste Indiano (GOSWAMI, 2013b). Conforme Hongwei Fan (Apêndice III), não há envolvimento do governo chinês (central ou local) nas transações, que são feitas por empresas militares.

Mas qual seria o motivo de manter o EEWU e reforçá-lo desta forma, visto que Myanmar, a partir de 1988<sup>40</sup>, se tornou aliado chinês e um dos seus maiores compradores de equipamento? Para Bertil Lintner (2012, p. 225), a China joga muitos jogos ao mesmo tempo

<sup>40</sup> Em 1988 ocorreu a queda do regime socialista na antiga Birmânia e a instauração de um regime militar. Os protestos populares e a reação violenta do governo antagonizaram o regime local e as potências ocidentais, que demandavam a democratização imediata do país. A China, também isolada pelo episódio de Tiananmen, foi um dos poucos países a apoiarem o regime birmanês a partir deste momento de instabilidade.

em Mianmar. Dada a incerteza e a pressão Ocidental que cercaram o governo militar mianmarenses no pós-Guerra Fria, manter relações com o EEWU assegura sua presença avançada além da fronteira. Isto parece bastante razoável se for considerado que os EUA colocaram um porta-aviões na costa de Mianmar em 1988. Naquela ocasião, a China empregou várias brigadas do ELP na fronteira, deixando-as em alerta. Caso os Estados Unidos realizassem uma invasão, a China poderia ter utilizado seus contatos com o Partido Comunista da Birmânia para auxiliar na invasão do estado Shan (MYOE, 2007, p. 9). Ainda, não se pode esquecer que existem quase dois milhões de chineses Han vivendo no norte de Mianmar (STEINBERG; FAN, 2012, p. 248).

Este estudo, no entanto, se propõe a apresentar também a linha de Goswami (2014). Para ela, o favorecimento da China ao EEWU é instrumental para manter vivas as insurgências do Nordeste Indiano. Hoje os Was vendem a grande maioria dos armamentos encontrados no país vizinho. Sendo assim, apesar de ter o cuidado em não desestabilizar a região, a China deixa em aberto a possibilidade de abrir uma segunda frente no caso de nova guerra contra a Índia. Com a quantidade certa de apoio financeiro e militar, os insurgentes do Nordeste (especialmente os Nagas e os Manipuris<sup>41</sup>) podem se conectar aos naxalitas e criar um verdadeiro corredor de insurgências capaz de diversionar milhares de tropas indianas. Isso só é possível em movimentos enraizados na sociedade e com apoio local. Este requisito parece ser bem preenchido, especialmente entre os maoístas, que já contam com uma rede organizacional bastante complexa. Para o Nordeste Indiano, valem as lealdades étnicas e a promessa coletiva de autogoverno, além da expulsão da opressão militar indiana.

Hoje a insurgência maoísta já é considerada a maior ameaça à sobrevivência do Estado indiano (atestado pelo antigo primeiro ministro Manmohan Singh) (S. RAMAN, 2009). Seu principal mecanismo de enraizamento é a própria miséria que assola os indianos e que se acentuou com as reformas neoliberais desde a década de 1990. Não é à toa que o movimento ganhou expressão apenas no século XXI. O número de incidentes de violência já ultrapassa os da Caxemira e os do Nordeste Indiano (MOHAN; SAHNI, 2012, p. 4; BHALLA, 2014). O vazamento de um relatório do *Intelligence Bureau* indiano revelou inclusive que a inteligência chinesa ajudou os maoístas a montarem sete fábricas de armamentos leves (fuzis, granadas, entre outros) no meio da selva indiana (SHARMA, 2012).

Os Indianos temem que a China se utilize dos insurgentes para dividir o país. Um artigo veiculado no website chinaiiss.org (erroneamente citado como sendo o *think tank*

---

<sup>41</sup> De cerca de 40 milhões de armas leves ilegais na Índia, 32% estão em Manipur (GOSWAMI, 2013a, p. 75).

*China International Institute for Strategic Studies* de Pequim), causou grande repercussão na opinião pública indiana (*apud* RAJAN, 2009; CHANG, 2009).

O autor, de codinome Zhan Lue (戰略 - Estratégia), afirmou que apenas a identidade cultural e religiosa hindu mantém a Índia unida. Sendo assim, a China deveria ajudar as diversas nações que não pertencem à hegemonia hindu (como os povos do Nordeste) a se libertarem. Para dividir a Índia, a China chamaria todas as nações amigas (Paquistão, Nepal, Butão e Bangladesh). Sendo assim, sobrariam 20 ou 30 Estados de sua partição. O autor ainda acredita que, caso isso ocorresse, as reformas sociais no Sul da Ásia seriam possíveis, o sistema de castas abolido e a região poderia finalmente ter prosperidade (*apud* RAJAN, 2009).

Apesar de o artigo não representar o pensamento estratégico chinês, Mohan Malik (2012, p. 89) acredita que esta seja uma de suas correntes internas. Certamente o conteúdo de justiça social e de combate à supremacia cultural, política, religiosa e econômica hindu daria armas para as “três guerras” da China, caso ela demonstrasse algum interesse em seguir por esse caminho.

Com relação a Mianmar, gradualmente a Índia procura obter espaço e dialogar com governo e grupos insurgentes. A cooperação securitária teve os marcos da Operação Golden Bird (1995) e da Operação Leech (1998). A primeira falhou por questões diplomáticas<sup>42</sup>, mas a segunda foi um sucesso, resultando na captura de guerrilheiros Rohingya e Karens (HAKSAR, 2009). A operação mais recente ocorreu em 2007, com a prisão de guerrilheiros assameses e nagas pelo Exército de Mianmar (STEINBERG; FAN, 2012, p. 320). Em relação aos insurgentes, o único aliado indiano em Mianmar foram os próprios Kachins durante um curto período de tempo (1991-1992). Devido a desentendimentos e ao cessar-fogo com o governo mianmareense, os Kachins passaram a ser neutros (LINTNER, 2012, p. 251-252, 255, 289).

Por fim, quando aborda-se os movimentos da região, não se deve negligenciar as insurgências islâmicas apoiadas pelo Paquistão. O país tem uma política antiga de apoio encoberto aos militantes caxemires, que procuram abrigo na Caxemira Paquistanesa. Recebe destaque principalmente o *Inter-Services Intelligence Directorate* (ISI), serviço secreto paquistanês. A própria Caxemira controlada pela Índia é de maioria muçulmana, mas no

---

<sup>42</sup> Uma divisão indiana perseguiu 200 rebeldes Nagas, Manipuris e Assameses que haviam acabado de receber um grande carregamento de armas em Bangladesh e estavam tentando alcançar Manipur através de Mianmar. Os dois exércitos realizaram um movimento de pinças, isolando os rebeldes. Justo naquele momento, o governo indiano agraciou Suu Kyi com o Prêmio Nehru por Compreensão Internacional. Em resposta, o Tatmadaw retirou suas tropas da região e deixou os rebeldes escaparem (RANDOLPH, 2011).

momento de sua independência o príncipe local preferiu se unir aos indianos. A estratégia da guerra indireta, no entanto, serve apenas para manter vivo o atrito armado, já que militarmente o Paquistão não é capaz de equiparar-se às forças inimigas (NEVES JÚNIOR, 2010, p. 36). Há indícios recentes que os grupos apoiados pelo Paquistão estejam em contato com os maoístas naxalitas (NAYAK, 2013, p. 60).

Talvez a insurgência com maior potencial se encontre justamente no sudoeste do Paquistão, na região do Baluquistão. Enquanto grupos islamistas e tribais ameaçam mudar a configuração política do Estado Paquistão ou representam interesses muito específicos, os baluques têm uma história extensa de nacionalismo e comandam quase 40% do território nacional. Alguns analistas e funcionários da ONU confienciaram que a inteligência do Afeganistão tem fornecido armas aos baluques em nome da Índia (FAIR, 2011, p. 184). Com a retirada progressiva dos EUA no Afeganistão, resta saber se a Índia aumentará sua influência sobre o governo local. A Índia também conta com base militar no Tadjiquistão (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 62).

Como as insurgências no Paquistão envolveriam muitas outras questões e muitos outros atores, inclusive EUA, Rússia, Irã e outros países no Oriente Médio (MAHSOOD; MIANKHEL, 2013), acabam fugindo em parte ao escopo deste estudo. O fato é que, desde a independência de Bangladesh, especula-se que a Índia teria um plano para desmembrar o Paquistão. Em 1971, Nixon despachou o grupo do porta-aviões USS Enterprise após receber um relato de inteligência da CIA afirmando que Indira Gandhi estava determinada a destruir o Paquistão (RIEDEL, 2013, p. 77).

Para efeitos de análise, Martins (2008, p. 183, nota 422) inclui o levante separatista no Baluquistão em um cenário de manobra de envolvimento da Índia sobre o Paquistão. Um levante em Quetta dificultaria a comunicação terrestre do Paquistão com o Porto de Gwadar. Diferentemente do caso de Bangladesh, a China tem muito a perder com o separatismo na região, onde se encontra a parte final do Corredor de Karakoram e o próprio Porto em Gwadar operado pelos chineses. A importância estratégica de Gwadar será abordada no capítulo seguinte.

## 2.5 Análise das capacidades operacionais de China e Índia

A última seção deste capítulo se dedica a analisar uma possível confrontação aeroterrestre na fronteira entre China e Índia. É importante observar um cenário de nova Guerra Sino-Indiana justamente porque este esforço permite conjecturar acerca dos pontos

fortes e fracos de cada lado. Ainda, cabe alertar que a falha em conjecturar sobre as capacidades adversárias acaba produzindo posturas não condizentes com a situação. Ademais, observa-se que a Índia costuma tomar suas decisões também com base na política interna e em elementos não militares, tendo como exemplo a escalada para a Guerra de 1962 (MAXWELL, 1970).

Há de ser ressaltado, inicialmente, ao que tudo indica, que uma guerra traria muito pouca vantagem estratégica para ambos os lados, especialmente porque os dois países estão em posse dos territórios que consideram fundamentais (com a possível exceção de Tawang<sup>43</sup>). A perspectiva de que uma definição de uma conflagração possa ser feita por meios exclusivamente militares é o que justifica a percepção de que dificilmente China e Índia entrarão em guerra. Afinal, a guerra é apenas a extensão da política por outros meios, na linguagem clausewitziana.

Mesmo na melhor hipótese, isto é, que o Exército Indiano pudesse tomar integralmente o Tibete, isto dificilmente causaria qualquer dano à economia chinesa. De outra parte, parece muito improvável que a Índia logre tal êxito sem custos consideráveis não apenas do ponto de vista militar, mas também econômico.

A questão reside também na falta de capacidade produtiva para sustentar gastos de munição por períodos prolongados. A experiência da Guerra de Kargil (1999) nos dá uma dimensão sobre esta dificuldade. Bhaskar Sarkar (1999, p. 94) comenta que “[...] oficiais militares têm reclamado em privado nos últimos cinco anos sobre [...] como a capacidade de combate do Exército tem sido perigosamente afetada pela escassez de equipamento<sup>44</sup>”. Ele utiliza como exemplo a falta de munição de artilharia para os Bofors – obuseiro 155 mm (FH-77) e aponta que as Forças Armadas tiveram de recorrer à importação para atender às carências deste tipo.

Tomar parte da região de fronteira também não impediria os Chineses de retomarem as posições no futuro, visto que a guerra poderia ser limitada no espaço, mas não em sua duração. Uma extensa guerra de atrito apenas drenaria recursos valiosos para a Índia, que teria de sustentar a ocupação de um terreno com pouca relevância para os Chineses e de alto custo operacional.

---

<sup>43</sup> Retomando a importância de Tawang, esta é importante porque provê a menor rota do Tibete à Índia e conecta a região com o Vale do Brahmaputra. O controle militar de Tawang tornaria todo o Nordeste Indiano vulnerável à China, como mostra a experiência da Guerra Sino-Indiana (1962).

<sup>44</sup> “[...] over the last five years, senior military have privately complained of [...] how the fighting capability of the Army has been dangerously depleted due to shortages of equipment. Tradução própria.

Eventualmente, para a China também não interessa uma nova guerra de curta duração (*Small War*) com a Índia, pois o dano da ação em termos de dissipar o poder brando chinês (junto aos demais vizinhos) poderia ser bem maior do que o benefício em termos de dissuasão ou intimidação. Ressalvado, é lógico, o caso de a Índia assumir uma atitude desafiadora ou mesmo provocativa semelhante à Política de Avanço de 1961-1962. Nota-se, contudo, que esta possibilidade parece cada vez mais distante: Mesmo a chegada ao poder do nacionalismo exacerbado do BJP em 2014 não parece ter alterado a política de cooperação entre os dois países. De qualquer modo, parece que não interessaria para a China travar uma guerra que ela já está vencendo por meio da diplomacia, da economia e da política.

Do ponto de vista das operações, a China continua tendo vantagem logística: mobilidade estratégica e tática. A mobilidade estratégica é fornecida pelas rodovias 300, de oito pistas com uma ferrovia no meio que permitem o transporte da tonelagem da guerra por terra além da própria conexão direta (trem bala) entre Pequim e Lhasa. A mobilidade tática pode ser facultada pelas aeronaves de asa rotativa, aeronaves de asa fixa de pequeno porte (“aviões do mato”, como é o caso do vetusto Shijiazhuang Y-5), além dos caminhões, jipes e *All Terrain Vehicles* (ATVs)<sup>45</sup>.

Estas capacidades redundam na possibilidade de rápida concentração de forças e de manobra na guerra terrestre. A Índia também tem obtido melhorias significativas nos últimos anos. Contudo, continua muito dependente do transporte aéreo feito por aeronaves de asa fixa com grande capacidade de carga. Além do custo, elas possuem o inconveniente de não poderem fazer uso de qualquer tipo e, naturalmente, seu emprego em escala exige a conquista prévia da supremacia aérea. Como se verá a seguir, esta última condição parece distante para qualquer um dos contendores em caso de conflagração. Ainda quanto à supremacia aérea, resta dizer que ela também é pré-requisito para prover plenamente o apoio aéreo aproximado<sup>46</sup> às tropas terrestres, componente decisivo da batalha aeroterrestre<sup>47</sup>. Admitindo-se a estimativa de que a obtenção da superioridade aérea seja improvável por qualquer dos lados, e dado que

<sup>45</sup> Veículos automotores de qualquer terreno.

<sup>46</sup> *Close Air Support* (CAS – Apoio de Fogo Aproximado); apoio de fogo do ar para tropas em terra efetuado a baixa altitude e, portanto, extremamente vulnerável a aeronaves com capacidade de *Look Down Shoot Down*, isto é, de disparar da alta à baixa altitude com precisão, o que foi suscitado pela digitalização dos sistemas de radar, que permite ao míssil distinguir as aeronaves de CAS dos ruídos resultantes da refração das ondas de radar do solo.

<sup>47</sup> *Air-Land Battle* (Batalha Aeroterrestre): Supõe superioridade aérea para obter penetração em profundidade e obter a vitória pelo corte da linha de suprimentos do inimigo na sua retaguarda. Esta sinergia entre ar e terra foi facultada pelos radares pulso doppler, que, como mencionado na nota anterior, permitem que aeronaves de superioridade aérea operando em alta altitude abatam aeronaves de apoio aéreo aproximado que também têm função antitanque. Deste modo, a sinergia entre ar e superfície tornou-se consideravelmente mais intensa do que a já revelada pela *Blitzkrieg* em 1940, quando estas duas operações (superioridade aérea e apoio de fogo) se davam de modo relativamente autônomo entre si dada a diferença de altitude.

ela é condição para a penetração em profundidade da batalha aeroterrestre, fica difícil supor que o componente militar cumpra funções que a diplomacia não possa por si resolver.

Por fim, serão avaliadas as capacidades missilísticas de China e Índia em virtude de seu papel em produzir, mesmo para efeitos de guerra convencional, vulnerabilidades recíprocas suficientes que permitem atacar os centros de suprimento, comando e controle do rival. Naturalmente, o estudo das capacidades missilísticas também importa para efeitos estratégicos: uma vez que estes veículos também são capazes de entregar ogivas nucleares.

Antes de partir para a análise de capacidades, é necessário ponderar sobre em quais condições ela ocorreria. Para isto é necessário revisitar as doutrinas de emprego da força e avaliar quais cenários estratégicos desencadeariam uma confrontação.

A China se baseia, de modo análogo ao estadunidense, que utiliza estratégia, operações e tática como esferas do planejamento de guerra, em três tipologias da guerra<sup>48</sup>: Guerra Popular Prolongada (Estratégia), Guerra Local (Operações) e Guerra de Curta Duração (*Small War*/Tática). A Guerra Popular Prolongada (*People's War*) seria utilizada no caso de um ataque nuclear que destrua os principais centros políticos e econômicos da China para mobilizar todo o potencial nacional para fazer frente a uma possível invasão e, ao seu tempo, empreender contraofensiva. O cenário supõe a desconexão da cadeia de comando e controle e a impossibilidade de manter uma ação coordenada entre as diversas regiões militares, ou mesmo das forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) entre si. Justamente por parecer improvável, a ênfase do planejamento de guerra recaiu sobre a Guerra Local: Experimentada de forma vívida e dolorosa pela China na Coreia (1950-53). Ela permite reunir a logística demandada pela Guerra Popular em condições de alta tecnologia; isto é, a previsão de uma demanda menor permite obter melhor qualidade no material bélico (modernização militar) sem, contudo, comprometer a escala de demanda para as Forças Armadas (que permite a sustentabilidade econômica da indústria bélica nacional). A preparação para a Guerra Local supõe condições para a Guerra de Curta Duração, ao menos em tese, quem pode arcar com a sustentação de campanhas, pode manter combates de menor vulto ou fazer frente a guerrilhas. O problema desta última forma é que ela não requer demanda capaz de justificar uma indústria nacional.

---

<sup>48</sup> De acordo com o levantamento bibliográfico feito por Pillsbury (2000) acerca do planejamento de guerra na China, este conta com três categorias diferentes: Guerra de curta duração (*Small War*), Guerra Local (*Local War*) e Guerra Popular Prolongada (*People's War*). Essa graduação é estabelecida pela escala e o escopo geográfico de determinada conflagração pode assumir. Desse modo, corresponde à categorização presente no planejamento de guerra estadunidense, entre as esferas de tática, operações e estratégia, respectivamente.

Apesar de não orientar formalmente seu planejamento de guerra para a Guerra de Curta Duração, a Índia preconiza campanhas que supõem o intercâmbio entre golpes nucleares e ofensiva convencional em larga escala, na prática a logística indiana tem se adaptado mais à última forma (*Small War*), o que mantém pendente o problema das munições e a dependência do exterior para este quesito tão vital. A Índia se baseia na ofensividade, no deslocamento rápido de forças, no emprego de massas blindadas, na supremacia aérea, na logística flexível e capilarizada através de aeronaves de asas fixas e rotativas.

Neste sentido, Mohan Malik (2012, p. 60) apresenta seis cenários hipotéticos de guerra:

- a) Incursões de fronteiras levando a uma guerra rápida;
- b) intervenção Chinesa numa guerra contra o Paquistão;
- c) guerras por procuração em Bangladesh, Mianmar, Nepal, Sri Lanka e suporte às insurgências na Índia;
- d) desvio do Rio Brahmaputra para o Norte da China;
- e) escaramuças navais no Oceano Índico ou no Mar do Sul da China e
- f) ataques cibernéticos ou antissatélite.

Dadas as finalidades deste estudo, este texto não relaciona-se com a hipótese de Malik sobre a intervenção Chinesa numa eventual guerra indo-paquistanesa. Afinal, contando-se a guerra de independência, Índia e Paquistão já estiveram em guerra por pelo menos quatro vezes (1947, 1965, 1971, 1999) e, em nenhuma destas ocasiões a China empreendeu ações militares (limitando-se à movimentação de tropas). Deste modo, a possibilidade de uma Guerra Local parece remota e, mais ainda, a de uma conflagração nuclear na esfera da estratégia (Guerra Popular).

Naturalmente, o poder dissuasório Chinês é levado em conta pelos Indianos em hipóteses de guerra contra o Paquistão. Possivelmente, em caso de colapso total deste país, a China se veria compelida a uma atitude mais drástica. Conquanto plausíveis, essas hipóteses serão negligenciadas, como referido anteriormente. Dito isto, se reconhece as eventuais lacunas sobre um cenário mais amplo envolvendo o Paquistão. Os outros cenários hipotéticos foram tratados anteriormente e, no caso da guerra naval, será abordado no capítulo seguinte.

### 2.5.1 *Infraestrutura e logística*

A análise operacional passa necessariamente pela capacidade efetiva de emprego de força. Neste estudo, utiliza-se o conceito de logística formulado por Duarte (2009, p. 74-75) a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. A logística engloba “todas as atividades na guerra que são pré-condições ou preparatórias para o enfrentamento”. Com isso, se procura “oferecer explicações sobre o desempenho daquelas atividades para que as forças combatentes estejam prontas e dadas para utilização nos enfrentamentos”. Neste sentido, a infraestrutura física (estradas, ferrovias) é o meio tradicional de transporte logístico para a guerra terrestre, tendo hoje o apoio da aviação de carga por conta da digitalização.

O exemplo da Guerra de 1962 mostrou a importância da rápida concentração de força em pontos decisivos para a vitória chinesa. Em 2008 e 2010, a China aumentou e modernizou sua malha rodoviária no Tibete, chegando a 58.000 km e com expectativa de aumento para 70.000 km nos próximos anos. Hoje, todos os condados do Tibete têm conexão com as grandes rodovias, incluindo passagens e postos de fronteira (GUPTA, 2014, p. 107).

O grande trunfo fica por conta dos ambiciosos projetos ferroviários. A Ferrovia Qinghai-Tibete diminuiu o tempo de viagem de 72 horas para 16 horas. Estimativas apontam que a Ferrovia tem capacidade para envio de cinco milhões de toneladas de carga para a região. Segundo Gupta, a China poderia mobilizar 140 mil homens por mês. Há planos para estender esta linha até o Nepal e o Vale do Chumbi (Sikkim). Até 2038, haverá três novas linhas ferroviárias partindo do centro da China em direção a Lhasa (GUPTA, 2014, p. 105-106).

Em comparação, a Índia não possui ferrovias no Ladakh (fronteira ocidental) e possui uma linha até o Assam, que dista pelo menos 200 km da Linha de Controle no Arunachal Pradesh (GUPTA, 2014, p. 105). O sistema rodoviário indiano é precário e contempla apenas as capitais dos estados do Nordeste e poucas cidades maiores. Mais da metade das pontes ainda é feita de madeira. Não existem ramificações rodoviárias em direção à Linha de Controle. As estradas mais próximas ficam a 80 km da Linha. Para viajar 500 km, de Guwahati a Tawang, é necessário dirigir por 20 horas.

A Índia planejou a construção de 73 estradas em 2006, mas apenas 27 foram concluídas. Estavam previstas 14 linhas férreas até a Linha de Controle no Arunachal Pradesh, mas não houve qualquer avanço. Há os empecilhos do clima chuvoso e tropical (que demanda manutenção constante) e das dificuldades de coordenação institucional e administrativa da Índia entre entes federados (entre os 28 estados e o Governo Federal). A fim

de mitigar sua fragilidade, a Índia dedicará duas divisões de montanha (cerca de 90.000 combatentes) para operações na fronteira sino-indiana. As divisões serão baseadas em Panagarh (Bengala Ocidental) (SHIVANANDA, 2011; S. RAMACHANDRAN, 2014; RAJAGOPALAN, 2014). Os planejadores militares indianos acreditam que a China pode se mover 400 km por dia próximo à Linha de Controle, enquanto a Índia só alcançaria metade da velocidade e com maior desgaste no equipamento (STRATEGY PAGE, 2010).

Diante destas contingências, a Índia viu-se na obrigação de substituir (o que só é possível parcialmente) a logística terrestre pelo aerotransporte: aviões e helicópteros com grande capacidade de carga. Este é o caso dos aviões Ilyushin Il-76, dos helicópteros Mi-26, aos quais se somam os Super Hercules C-130 e os C-17 Globemaster adquiridos dos EUA. Além disso, vale-se dos Antonov An-32, dos Hawker Siddeley HS 748 e dos Dornier Do 228 (transporte leve). Esta paleta de recursos permite à Índia transportar o Himalaia e derrotar a barreira imposta pela altitude.

A China também ressenete-se dos problemas causados pela altitude. Talvez seja por isso que a Força Aérea Chinesa tenha seus principais vetores de interceptação situados fora da região (Chongqing e Dazu) situadas a pelo menos 1.500 km de Lhasa. A região militar de Chengdu (responsável pela defesa do Tibete), possui um regimento de aviões Y-8/Y-9 (comparáveis aos An-32, aos HS 748 indianos), um regimento de aviões de transporte leve (Y-7, os “aviões do mato”) e aeronaves de asa rotativa similares às indianas, à exceção do Mi-26 (IISS, 2014, p. 239). Segundo Gupta (2014, p. 126) a capacidade de transporte aéreo da China seria de uma divisão e dois batalhões por vez (cerca de 12.000-14.000 combatentes). Se for levado em consideração que a Força Aérea Chinesa conseguiu transportar uma divisão para o Tibete em 48 horas ainda em 1988, hoje este número poderia ser bastante superior (WORTZEL, 2013, p. 77).

A Índia possui, no total, 27 aviões de transporte estratégico (três C-17 Globemaster e 24 Il-76), 6 aviões de transporte tático (C-130J Hércules), 144 aviões de transporte leve, 64 aviões de transporte de passageiros (oito pesados e 56 leves), quatro helicópteros pesados (Mi-26) e 90 médios (Mi-8) (IISS, 2014, p. 245). Isso levaria a um número aproximado de 15.500 combatentes por vez<sup>49</sup>. Apenas 2.100 poderiam ser entregues próximos à Linha de Controle via helicóptero, enquanto outros teriam de utilizar pistas de pouso.

Como se percebe, a capacidade indiana de aerotransporte é portentosa: supera a de vários Estados europeus que ainda hoje são considerados Grande Potência. Do mesmo modo,

---

<sup>49</sup> Estimando uma média de 150 combatentes para os aviões estratégicos ou pesados, 130 para aviões táticos, 40 para aviões leves, 90 para helicópteros pesados e 20 para helicópteros médios.

vis à vis a China, a julgar pelos dados de Gupta (2014), na região as suas capacidades de aerotransporte seriam muito semelhantes, até mesmo com leve favoritismo indiano: 12-14.000 para a China e 15.000 para a Índia. Em que pese este potencial nada negligenciável, permanecem dois problemas: o alto custo do transporte aéreo (econômico e de manutenção), e a questão da superioridade aérea. Ela é pré-requisito para que se possa fazer uso pleno dos grandes cargueiros, sem os quais é impossível sustentar operações ofensivas em profundidade. Tome-se como exemplo o caso do Kosovo em 1999, quando os Russos chegaram antes dos Estadunidenses, mesmo estes tendo à disposição do *Air Mobility Command* os gigantescos C-141 Starlifter, C-5 Galaxy e C-17 Globemaster em virtude dos mísseis antiaéreos da Sérvia e de seus poucos caças remanescentes. Impõe-se como conclusão provisória a ideia de que a força não oferecerá soluções além das que podem ser obtidas pela diplomacia enquanto permanecer pendente a incógnita acerca da possibilidade ou não de obter-se a superioridade aérea no teatro. Cabe notar que considera-se esta variável (superioridade aérea) como essencial para monitorar as relações entre China e Índia – seus indicadores são: aeronaves AWACS, vetores de interceptação e mísseis antiaéreos.

### 2.5.2 Guerra aérea

A principal missão da guerra aérea para ambos os lados seria estabelecer a superioridade aérea sobre o teatro de operações. Como se viu anteriormente, ela é pré-requisito para o emprego pleno do aerotransporte, para o apoio aéreo de fogo aproximado, e mesmo para as missões de ataque e interdição na retaguarda do adversário.

O elemento fundamental em uma guerra aérea no século XXI será o comando do espaço. Seu impacto sobre a guerra aérea (marítima ou terrestre) pode ser aferido a partir de três funções:

- a) Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR em sua sigla em inglês) que produz a “consciência de situação” central para o gerenciamento de batalha (*Battle Management*) em tempo real.
- b) Satélites de posicionamento que dizem respeito à orientação para navegação de carros de combate, navios ou aeronaves e, mais importante, a guiagem de mísseis cruzadores, que, graças a este recurso, passaram a rivalizar com os próprios mísseis balísticos em capacidade de entrega convencional ou nuclear.
- c) Satélites de comunicação que permitem o Comando e Controle (C2/C4ISR) e a distribuição de dados táticos através das redes que compõem o sistema.

O pioneirismo foi estadunidense, mas como ocorre em qualquer inovação, sua curva de aprendizado foi maior e mais onerosa, e estas capacidades espaciais foram desenvolvidas com o hiato de mais de década. O primeiro ISR estadunidense, feito com a missão primária de monitorar testes nucleares, foi a família dos satélites Corona a partir de 1959. O primeiro sistema de distribuição de dados táticos e de gerenciamento de batalha foi o JTIDS (1988). E o primeiro sistema global de posicionamento e guiagem de armas, o JDAM, entrou em serviço apenas em 1999 no Kosovo. Foi só com este último, o JDAM, que permite munições “burras” (*dumbs*), é que o espaço adquiriu centralidade seja na batalha aeroterrestre, seja na batalha aeronaval (*Air-Sea Battle*<sup>50</sup>).

China e Índia puderam se beneficiar deste acúmulo e suas curvas de aprendizado foram consideravelmente mais curtas. Sendo assim, o intervalo crítico que separa o JTIDS do JDAM está sendo transposto quase que de modo simultâneo. A China sequer chegou a possuir um sistema como o JTIDS. O equivalente chinês (Qu Dian) possui as características deste, mas a qualidade essencial do JDAM: a guiagem de armas. A Índia, cujos desenvolvimentos são ainda mais recentes, tem procurado chegar a este último estágio (uso do satélite para orientar entrega de munição) de modo a ser ainda menos dispensioso. Os indianos pretendem articular satélites próprios de órbita geoestacionária com a assinatura (datalink militar) do GPS e do GLONASS para, com sete satélites de posicionamento cobrindo o Oceano Índico (*Indian Regional Navigation Satellite System – IRNSS*) e com um algoritmo de correção (para atualizar os diferentes parâmetros), obter seu próprio teatro sintético de guerra (*Synthetic Theatre of War – STOW*) e de gerenciamento de batalha. Trata-se do *Army’s Battle Management System (BMS)*.

Assim, não obstante a significativa diferença de capacidades espaciais dos dois países, a tendência de médio prazo é a da equiparação, do equilíbrio que torna a dissuasão efetiva e afasta o espectro da guerra.

Naturalmente, todo este esforço de vigilância, comunicação e guiagem de armas se materializa no combate real através do choque entre os interceptadores (caças). De acordo com o inventário do *International Institute for Strategic Studies (IISS)*, a China tem cerca de 1400 caças (600 modernos) e a Índia cerca de 700 (300 modernos) (IISS, 2014, p. 236, 245). Supondo que a Índia possa dedicar pouco mais da metade de sua Força Aérea aos teatros de fronteira com a China, os Chineses igualariam com um terço de seus vetores para o front

---

<sup>50</sup> O conceito de Batalha Aeronaval é definido como a conjunção de domínios aéreo, espacial e marítimo para efetuar um ataque em profundidade. Este pretende romper, destruir e derrotar as redes de sensoriamento, radares, comunicação, mísseis antiaéreos e antinavio, assim como as bases aéreas e navais do adversário (TOL et al, 2010).

indiano e imporiam obstáculos com 20% a 25% da Força Aérea. Há uma significativa diferença numérica, contudo, em termos operacionais práticos, ela pode não ser relevante. É difícil supor que a China tenha condições (políticas, militares ou logísticas) de empregar a plenitude de seu poderio aéreo contra a Índia (pode se fazer o mesmo raciocínio em relação aos EUA e à China e ele é igualmente pertinente). No entanto, a vantagem para a China é que esta entronizou o processo produtivo e poderia acelerar as entregas em tempos de guerra. A capacidade produtiva chinesa seria elemento importante para superar a Índia.

Aqui há considerável proximidade qualitativa entre o que China e Índia possuem de mais e menos moderno. O principal interceptador chinês é o J11A, derivado do Sukhoi-27 e o J11B (cuja missão primária é interdição) derivado do mesmo modelo. Atualmente a China desenvolve o J16 que é derivado do Sukhoi-30 MKK, além de já ter importado aviões deste tipo da Rússia. A Índia tem como interceptador principal o Sukhoi 30-MKI, em tudo análogo a seu irmão MKK. Na verdade, trata-se de versões do mesmo aparelho que, para a finalidade de exportação, incorporaram na última letra a inicial do país destinatário.

Assim, a despeito das disparidades de inventário, parece que a Índia possui capacidades suficientes para impedir que qualquer potência extrarregional imponha sua vontade pela força. Desse modo, o problema remanescente diz respeito à capacidade produtiva e ao impacto da economia de defesa na balança comercial. Embora só agora a China esteja em vias de produzir uma versão própria do Su-30 MKK, há mais de década já tem o Su-27, enquanto a Índia monta estes dois modelos ainda sem perspectiva de fabricação nacional.

### *2.5.3 Guerra terrestre*

Em números totais, a China posiciona nove divisões e cinco brigadas mecanizadas nos comandos de Chengdu e Lanzhou (responsáveis por Tibete e Xinjiang). A Índia também destaca nove divisões para os teatros de fronteira com a China e contará com o reforço das duas divisões de montanha citadas anteriormente. Segundo Shukla (2013), os indianos estariam em boa vantagem numérica devido ao reforço das divisões de montanha.

Apesar disso, destaca Martins (2008, p. 201-202), o problema dos indianos não está na esfera da tática e das operações, mas sim na esfera da estratégia. As manobras terrestres de envolvimento, de cerco e aniquilamento são logicamente válidas, mas ocorrem poucas vezes em confrontos reais. Hipoteticamente, é possível que a Índia, mesmo empregando massas de

blindados, artilharia e infantaria e atacando em profundidade, não esteja cortando em definitivo as comunicações das unidades com os centros de comando e controle.

Hoje, as milícias da China são compostas por cerca de oito milhões de pessoas, das quais parte está integrada à cadeia de comunicações do Exército. Existe um investimento considerável para dota-las de mais armamento e equipamento e para especializar suas unidades em logística, engenharia, defesa antiaérea, artilharia portátil, comunicações, reconhecimento, entre outros. A prioridade da milícia é justamente reforçar as tropas que estiverem defendendo as fronteiras, seja em áreas urbanas ou rurais (CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 90-91).

Supondo-se condições logísticas similares e a vantagem da surpresa do ataque indiano sobre preparação chinesa, as forças atacantes infligiriam mais baixas no início da guerra. No entanto, a experiência da Guerra de Kargil (1999) mostra que a disparidade de força (20.000 soldados indianos para 1.500 paquistaneses) não se confirmou nas baixas, que foram relativamente equilibradas. No caso da fronteira sino-indiana, os chineses mantêm 28.000 soldados em postos de fronteira do Xinjiang e 14.500 no Tibete. A ênfase do ELP consiste em concentrar sua força num perímetro mais interno, a partir do qual o Exército contra-atacará até o perímetro próximo à fronteira (FRAVEL, 2007, p. 724-725).

Com relação aos blindados, a China leva vantagem numérica, mas, a exemplo dos aviões caça no cenário de Guerra Aérea, dificilmente empregaria a maior parte de suas forças nas regiões de fronteira com a Índia. Dito isso, os blindados teriam maior importância no Arunachal Pradesh e em Ladakh-Aksai Chin, mas não tanto no terreno montanhoso da fronteira leste do Tibete e no Sikkim. Nestes locais seria mais adequada a utilização de artilharia móvel, de preferência em cargas menores a serem transportadas pela infantaria.

Os blindados de combate principais se dividem, grosso modo, em três gerações. Na tabela a seguir, pode-se perceber a superioridade numérica do Exército Chinês sobre o Exército Indiano, não somente em blindados de combate, mas também em equipamentos de transporte mecanizado e artilharia:

**Tabela 1: Blindados de China e Índia**

	<b>Exército Chinês</b>	<b>Exército Indiano</b>
<b>Blindados de 3ª Geração</b>	2.640 (2.000 Type-96, 40 Type-98 e 600 Type-99)	924 (124 Arjun e 800 T-90) 594 armazenados (124 Arjun e 470 T-90)
<b>Blindados de 2ª Geração</b>	800 (300 Type-79 e 500 Type-88)	1.950 (T-72) 500 armazenados (T-72)
<b>Blindados de 1ª Geração</b>	3.400 (Type-59)	Zero
<b>Blindados de reconhecimento</b>	200	110
<b>Veículos de Transporte de Pessoal modernos</b>	3.450	1.455
<b>Veículos de Transporte de Pessoal</b>	8.700	670
<b>Blindados Leves</b>	750	Zero
<b>Peças de Artilharia</b>	13.000	9.700

Fonte: Elaboração própria com base em IISS (2014, p. 232, 242).

Os Chineses possuem vantagem nas armas leves (fuzis e metralhadoras), nas peças de artilharia (obuseiros e lançadores múltiplos de foguetes) e na miniartilharia portátil que acompanha a infantaria e a milícia primária (minimorteiros, minilança granadas, minilanchadores de foguete, minilança mísseis) (GUPTA, 2014, p. 101).

Caso se montasse um cenário baseado nos elementos e condições supracitados, o coeficiente de atrito entre as forças poderia ser bastante elevado, dado o grau de letalidade dos armamentos, o grau de informatização da guerra e o terreno montanhoso propício a emboscadas e a intempéries. Aqui se coloca em questão a capacidade do atacante em infligir uma derrota decisiva ao inimigo que o force à rendição. Do contrário seria mais produtivo buscar uma solução político-diplomática para o conflito em questão.

Para o público geral, pode-se sugerir com base nos dados apresentados que a guerra teria uma sensação de empate e desgaste com a hipotética indefinição do confronto. Neste caso a pressão pela definição estaria do lado do atacante, que empreenderia muito mais esforços econômicos e capacidades operacionais para manter sua cadeia logística em território inimigo. Os dois países tentariam evitar uma escalada estratégica. Possivelmente haveria um acordo para a desmilitarização das regiões disputadas, com China e Índia se comprometendo a não construir bases aéreas e terrestres próximas à fronteira (ou seja, retorno ao status quo).

#### 2.5.4 Capacidades missilísticas

Os arsenais de mísseis de China e Índia poderiam ter, no caso de escalada, utilidade estratégica (contra centros produtivos, o que inclui também áreas urbanas), logística (missões de interdição de área e interrupção da cadeia logística) e tática (contra centros de comando, bases ou contingentes militares). Os dois países se abstêm do primeiro uso de armas nucleares. A seguir, uma tabela com as categorias de mísseis utilizadas e seu alcance e outra tabela comparativa demonstrando as capacidades missilísticas de China e Índia:

Tabela 2: Categorias de mísseis

<b>Sigla</b>	<b>Nomenclatura</b>	<b>Alcance</b>
ICBM	<i>Intercontinental Ballistic Missile</i> (Míssil Balístico Intercontinental)	$\geq 5.000$ km
IRBM	<i>Intermediate Range Ballistic Missile</i> (Míssil de alcance intermediário)	2.400km – 4.999 km
MRBM	<i>Medium Range Ballistic Missile</i> (Míssil de alcance médio)	800km – 2.399 km
SRBM	<i>Short Range Ballistic Missile</i> (Míssil de curto alcance)	150km – 799 km
LACM	<i>Land Attack Cruise Missile</i> (Míssil cruzador de ataque à superfície)	$< 3.000$ km <sup>51</sup>

Fonte: WHITE (2003).

<sup>51</sup> A maioria dos mísseis nesta categoria chega, no máximo, aos 1.000 km de alcance. No entanto, o míssil Kh-55 da Rússia e seus variantes podem ter alcance de até 3.000 km.

Tabela 3: Plataformas de lançamento de mísseis de China e Índia

	<b>China</b>	<b>Índia</b>
<b>ICBM</b>	<b>66</b> (DF-4, DF-5A, DF-31, DF-31A)	Agni IV e V (testes)
<b>IRBM</b>	<b>6</b> (DF-3A)	<b>12</b> Agni II; (?) Agni III
<b>MRBM</b>	<b>72</b> (DF-16, DF-21)	<b>12</b> Agni I
<b>SRBM</b>	<b>252</b> (DF-15, DF-11A)	<b>30</b> (Prithvi I/Prithvi II)
<b>LACM</b>	<b>56</b> DH-10	Nirbhay (testes); BrahMos (testes)

Fonte: Elaboração própria com base em IISS (2014, p. 231, 241); S. JHA (2014); TUR (2013); SUBRAMANIAN (2014); DNA INDIA (2014b); NDTV (2014); PANDIT (2014a); PANDIT (2014b).

Como se pode observar, é possível assumir que a China tem superioridade numérica atualmente em capacidades missilísticas. Além disso, a China também conta com um número maior de mísseis armazenados do que a Índia (CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 232). De acordo com o site do SIPRI, a China possui 250 ogivas nucleares contra 90-110 da Índia<sup>52</sup>.

É possível concluir que, mesmo com o iminente aumento de capacidades de mísseis por parte da Índia, o país ainda estará aquém de seu rival num futuro próximo. A disparidade diminuiria se considerássemos que a China dificilmente cogitaria o uso da plenitude de seu arsenal para enfrentar somente a Índia. Ademais, a escalada traria consequências políticas àquele que fizesse o primeiro uso de mísseis balísticos ou cruzadores com finalidade tática ou logística, além de haver o risco de retaliação em maior escala. Apesar de não poder ser descartada, a utilização estratégica de mísseis é remota por implicar num custo político ainda mais elevado.

Por fim, cabe observar aspectos referentes às capacidades de Defesa contra Mísseis Balísticos (*Ballistic Missile Defense*) de China e Índia, que começam a desenvolver alguma capacidade de interceptação. O principal sistema Chinês é o SAM S-300 e os sistemas desenvolvidos a partir deste (HQ-9 e FT-2000) (ANDREW, 2010). A Índia se defende em duas camadas através dos mísseis da classe Prithvi (interceptação exoatmosférica) e dos SAM Akash, ambos configurados para interceptar mísseis de até 2.000 km de alcance (O'DONNELL; JOSHI, 2013).

<sup>52</sup> Para mais dados relativos ao assunto, ver: [http://www.sipri.org/media/pressreleases/2014/nuclear\\_May\\_2014](http://www.sipri.org/media/pressreleases/2014/nuclear_May_2014)

### 3 A RIVALIDADE MARÍTIMA CHINA-ÍNDIA

Neste capítulo, o objetivo é analisar os principais pontos da crescente rivalidade marítima entre China e Índia, com foco no Oceano Índico e no Mar do Sul da China. Na primeira seção, será discutido o mito do Colar de Pérolas, criado por uma empresa de consultoria estadunidense para caracterizar uma suposta manobra política Chinesa para a aquisição de bases militares no Oceano Índico. Esta expressão foi aceita por parte dos estrategistas indianos. A intenção é desmistificar o conceito e analisar, na prática, a atual importância dos portos e estações construídos com a ajuda da China no Índico e qual seu potencial uso estratégico ou operacional para a Marinha Chinesa. Atualmente, nenhuma das instalações analisadas tem permissão de utilização militar por potências estrangeiras e seu potencial ofensivo pode ser colocado em questão. Por outro lado, algumas delas eventualmente podem funcionar de modo a auxiliar as operações navais chineses, como Outras Operações Militares Além da Guerra (operações humanitárias, de evacuação de civis e de antipirataria).

A seguir, será analisada a postura naval da Índia, especialmente no que diz respeito ao suporte militar da sua estratégia de “Olhar para o Leste”. Enquanto economicamente a Índia ainda tem dificuldades em se inserir no Sudeste Asiático ou no Indo-Pacífico em geral, uma das soluções é o aumento da presença naval. A modernização da base naval das ilhas de Andaman e Nicobar, a poucos quilômetros do Estreito de Malaca, demonstra que a Índia está disposta a se fazer presente numa área historicamente influenciada pela China, pelo Japão e pelos Estados Unidos. Mais do que isso, a presença naval indiana nas proximidades do Estreito poderia lhe conferir a possibilidade de interdição à presença chinesa no Oceano Índico.

A China, por sua vez, tem se preocupado cada vez mais em garantir a segurança de seus fluxos energéticos e comerciais. A Marinha Chinesa tem a ambição de, num futuro próximo, ser capaz de proteger as Linhas Marítimas de Comunicação (LMC) da China, especialmente aquelas envolvendo o suprimento de petróleo do Oriente Médio e da África. Apesar disso, no presente momento, a China não tem as capacidades necessárias para projeção de força além do Estreito de Malaca. O foco estratégico chinês está em operar nos três mares contíguos e em resolver suas disputas territoriais.

A Índia enxerga no Índico e nos países banhados por ele a sua esfera natural de influência. No entanto, o que se tem observado é o aumento da influência chinesa sobre os países do Índico nos últimos 20 anos. A inserção chinesa tem sido pautada por interesses

econômicos conforme o país desenvolve suas regiões mais afastadas e procura integrar sua periferia (Yunnan e Xinjiang) aos mercados globais através dos corredores logísticos de Paquistão e Mianmar.

Apesar disso, também existem interesses estratégicos, principalmente no que diz respeito à segurança energética, já que grande parte das importações chinesas passa pelo Índico. De fato, se pode afirmar que o Oceano Índico é fundamental para o comércio mundial. Segundo Kaplan (2010), cerca de 90% do comércio internacional é feito através do mar e 50% dos contêineres trafega pelo Índico. Além disso, cerca de 70% do tráfego mundial de petróleo e derivados passam por este oceano.

Levando em consideração todos estes elementos, cabe ponderar sobre o grau de ameaça que a China ofereceria à Índia com sua presença no Oceano Índico. Mesmo que a Marinha Chinesa venha a adquirir maiores capacidades ofensivas no futuro, a Índia também passa por um período de modernização naval. Hipoteticamente falando, é provável que a Marinha Indiana seja capaz de se defender em águas próximas contra um inimigo sem capacidades formidáveis de projeção. O inverso é verdadeiro para uma possível presença indiana no Mar do Sul da China e no Oceano Pacífico.

Nos dois casos, a potência externa à região da outra deveria ser levada em consideração nos cálculos de poder naval regional. No entanto, o envolvimento em questões securitárias além-região ainda é incipiente para China e Índia. Isto significa, em outras palavras, que a rivalidade marítima ainda não realiza o seu potencial antagonico sobre as relações China-Índia. Da mesma forma, também existem perspectivas para a cooperação e a diminuição de percepção de ameaça, que serão abordadas no capítulo seguinte.

### 3.1 O mito do Colar de Pérolas

A ideia do Colar de Pérolas surgiu em um relatório de consultoria da Booz Allen Hamilton<sup>53</sup> para o Departamento de Defesa dos EUA (MACDONALD et al, 2004). Basicamente, a ideia transmitida pelo termo é que a China estaria cercado a Índia através da construção de portos, bases navais e instalações de inteligência, reconhecimento e vigilância em países do Oceano Índico (Bangladesh, Mianmar, Paquistão e Sri Lanka). Na esteira do relatório, surgiram diversos trabalhos, entre os quais as teses de Spinetta (2006) e Pehrson

---

<sup>53</sup> A Booz Allen Hamilton é uma empresa de consultoria estadunidense que presta serviços a agências do governo americano, incluindo setores civis, militares e de inteligência. A empresa está associada ao escândalo na NSA (National Security Agency) de vigilância em massa e coleta de dados, revelado por Edward Snowden, que trabalhava como consultor na Booz Allen Hamilton.

(2006), sugerindo alternativas para a abordagem dos EUA em relação ao Colar de Pérolas. Esta ideia foi aceita por estrategistas indianos influentes como Chellaney (2013) e alguns estrategistas do *Institute for Defence Studies and Analyses* (IDSA<sup>54</sup>) (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 141), embora seja encarada com cautela por analistas importantes, como Raja Mohan (2012, p. 47).

Bertil Lintner (2012, p. 301) observa que o problema não é se a China tem ou não o Colar de Pérolas, ou se está planejando transformar os portos em bases militares. Na sua visão, ao planejar os projetos de infraestrutura, o país deve ter a inteligência e o poder militar necessários para proteger esses investimentos e as linhas de comunicação até a China. A questão consiste, desta maneira, na proteção do capital investido. Atualmente, a presença chinesa no Oceano Índico se limita a uma Força Tarefa rotativa de dois navios de guerra (destróieres e/ou fragatas) e um navio de reabastecimento. Esta Força realiza missões de proteção das LMC (ERICKSON; STRANGE, 2013, p. 82).

As “pérolas” serão analisadas uma a uma nesta seção, tanto em termos de atividades atuais quanto suas potencialidades estratégicas e operacionais. Fazendo uma breve apresentação, os pontos analisados são: o Corredor Kyaukpyu-Kunming e os portos/estações em Mianmar; o porto de Chittagong em Bangladesh; o porto de Hambantota no Sri Lanka e o porto de Gwadar no Paquistão. A China também negocia a abertura de instalações nas ilhas Seychelles e nas Maldivas. A seguir, a Figura 5 mostra os pontos analisados.

---

<sup>54</sup> O IDSA tem grande importância na formulação das políticas de defesa da Índia. O *think tank* é financiado pelo Ministério da Defesa Indiano e conta com diversos analistas provenientes da academia, do corpo diplomático e do corpo militar do país.

Figura 5: Os pontos do Colar de Pérolas no Oceano Índico



Fonte: Adaptado da ferramenta Google Maps (2014) pelo autor.

Primeiramente, é importante contextualizar a Via Kyaukpyu-Kunming, que está sendo desenvolvida por razões econômicas. A China se preocupa, acima de tudo, com o crescimento econômico interno, que forma a base para sua ascensão internacional e da sua estabilidade política. Existe uma desigualdade crescente entre a costa chinesa e o interior, que apresenta uma renda per capita muito mais baixa. O diagnóstico é que a falta de saída para o mar seria o principal problema. Por conta disso, a política para Mianmar prioriza, em primeiro lugar, desenvolver a economia de Yunnan (THANT MYINT-U, 2011, p. 130-132; STEINBERG; FAN, 2012, p. 294). Atualmente, apenas o gasoduto e o oleoduto foram completados (JIN, 2013). A ferrovia acertada através de Memorando de Entendimento em 2011 não teve os trabalhos iniciados e, conforme o Ministério do Transporte Ferroviário de Mianmar, foi cancelada por conta de pressão popular e do final do prazo do Memorando, que era de três anos (ELEVEN MYANMAR, 2014b).

Do ponto de vista das operações navais, John Garver (2001, p. 291-292) especula que um corredor China-Mianmar seria a melhor opção para a Marinha Chinesa receber apoio logístico avançado devido à produção industrial e ao refino de petróleo de Yunnan. Ele afirma

que esta província historicamente foi chave para a projeção logística em direção ao Sudeste Asiático através dos rios Mekong, Salween e Vermelho. Atualmente, novos projetos de infraestrutura em Mianmar e Tailândia procuram aumentar o fluxo e o alcance desta projeção. Estes projetos serão abordados no Capítulo 5.

Garver compara Yunnan ao Xinjiang e ao corredor paquistanês, afirmando que os últimos estariam muito mais suscetíveis à interdição, a condições de terreno adversas e à distância em relação aos centros produtivos da China. Por isso, com o hipotético acesso a suprimentos vindos de Yunnan, a Marinha Chinesa poderia sustentar um ritmo operacional muito mais intenso e efetivo.

No entanto, o próprio autor afirma que há muitas razões para Mianmar não conferir direitos de uso sobre suas bases navais (GARVER, 2001, p. 295). Além das questões do relacionamento entre os dois países, um dos princípios da política externa chinesa é a não presença de bases militares no exterior (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008, p. 324). Por parte de Mianmar, o Artigo 42 da Constituição de 2008 proíbe o emprego de tropas estrangeiras no território da União. Estas questões, no entanto, permanecem em aberto. Não se pode afirmar com certeza se o Direito ou as necessidades político-estratégicas prevaleceriam durante um conflito armado em que a China necessitasse do corredor logístico em Mianmar.

Outra justificativa utilizada para a construção do Corredor de Kyaukpyu-Kunming é a mitigação do “Dilema de Malaca”, que seria a dependência chinesa dos recursos energéticos que transitam pelo Estreito de Malaca (SHAOFENG, 2010). Contudo, cabe observar que a importação de petróleo pela China em janeiro de 2014 era de 6,63 milhões de barris por dia. O oleoduto de Mianmar tem capacidade atual de apenas 200 mil barris por dia, o que significa cerca de 3% do total. Vários artigos de periódicos chineses tem criticado a “diplomacia do oleoduto”, que, segundo esses, investe em dutos caros e ineficientes para levar energia a regiões remotas da China<sup>55</sup> (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008, p. 309). Assim, é sugerido que a intenção primária seria desenvolver o interior chinês e não mitigar o dilema securitário, até porque os navios petroleiros navegando em direção a Mianmar e o porto de Sittwe estariam também sujeitos à interdição. O mesmo vale para possíveis vias e dutos entre o porto de Gwadar e o Xinjiang (ERICKSON; COLLINS, 2010).

Sobre as possíveis bases e estações chinesas em Mianmar, o principal ponto mencionado são as ilhas Coco, a poucos quilômetros das ilhas Andaman e Nicobar (Índia). De

---

<sup>55</sup> De fato, o custo é alto. Em relação à mesma distância no transporte marítimo, o oleoduto é cinco vezes mais caro e a ferrovia é 40 vezes mais cara (COLLINS; ERICKSON, 2008, p. 87).

acordo com várias fontes de inteligência, as ilhas continham estações de radar, de vigilância e inteligência operadas por técnicos chineses. No entanto, Andrew Selth (2007, p. 9-10) desmistifica o assunto citando o então Comandante da Marinha Indiana, Almirante Arun Prakash, que foi convidado a visitar as ilhas em 2005 e afirmou categoricamente que não existia qualquer posto ou base chinesa em Mianmar. É fato que as ilhas passaram por modernização militar (aumento da pista de pouso e do píer), possivelmente com ajuda da China, mas dizem respeito, pelo menos inicialmente, à proteção da própria Zona Econômica Exclusiva de Mianmar. É provável que haja algum radar ou estação de monitoramento para contato com o continente, mas é fácil justificá-los devido à contínua ameaça de intervenção militar do Ocidente desde 1988, quando este passou a pressionar pela mudança de regime em Mianmar (SELTH, 2008).

Acusações similares foram feitas sobre a base naval de Hainggyi, no delta do Rio Irrawaddy, construída em 1992 para combater um novo surto de guerrilhas na região. A base tem capacidade para transportar grandes contingentes de soldados e ancorar navios maiores do que aqueles então pertencentes à Marinha de Mianmar. Essa base finalmente possibilitou o emprego de tropas rapidamente por todo o delta e as patrulhas costeiras, que antes dependiam do porto fluvial de Bassein (SELTH, 2007, p. 11-12; BLUMENTHAL, 2008, p. 425).

Também surgiram relatórios e reportagens sobre a modernização nos portos de Sittwe e Mergui, mas não foi confirmada a veracidade ou a hipotética extensão do envolvimento da China. Uma das reportagens afirmou que Mianmar havia garantido instalações de suprimento e reparo para a Marinha Chinesa em seus portos. Outra ilha comumente citada é Zadetkyi Kyun, onde haveria uma ligação direta por satélite com a China. Aparentemente, de acordo com Selth, as instalações de inteligência realmente existem ao longo de toda a costa, mas são operadas pelos militares de Mianmar e apenas receberam a ajuda de técnicos chineses, conforme acordo de cooperação militar assinado em 1997. Ou seja, Mianmar poderia, eventualmente, estar coletando informações e compartilhando com os chineses (SELTH, 2007, p. 13-15, 22).

O porto de Chittagong é o maior de Bangladesh e carrega cerca de 90% do comércio exterior do país. Apesar da grande soma de empréstimos chineses para a modernização do porto, a Ministra das Relações Exteriores Moni afirmou que em nenhuma hipótese a China estaria autorizada a utilizar o porto para “ataques” ou fins não comerciais. Além disso, Bangladesh está cercada territorialmente pela Índia, dividindo uma enorme fronteira terrestre. Apesar de ter em China e Índia seus principais parceiros comerciais, o país exporta um volume três vezes maior para a Índia (KOSTECKA, 2010, p. 9). Por outro lado, o principal

parceiro militar de Bangladesh é a China desde a década de 1980 (GARVER, 2001, p. 296-297). Existem, portanto, razões importantes para o não envolvimento de Bangladesh seja a favor de China ou de Índia em uma possível elevação de tensões securitárias.

No Sri Lanka, segundo Kostecka (2010), o porto de Hambantota foi citado pelo U.S. Joint Forces Command como um local para extensas instalações de reabastecimento de navios de guerra e submarinos chineses. No entanto, não foi encontrada evidência além do empréstimo de US\$ 360 milhões pela China para construir o porto, terminais de carga e depósitos de combustíveis. Kostecka afirma que, do ponto de vista das operações, seria extremamente perigoso utilizar a base de Hambantota, dada a sua proximidade com o subcontinente indiano. É difícil imaginar que o Sri Lanka arriscaria seu futuro econômico para envolver-se em alguma disputa sino-indiana. O Presidente Mahinda Rajapaksa fez questão de afirmar o caráter estritamente comercial do porto e que o financiamento chinês não seria indicador da abertura à presença militar de qualquer país estrangeiro (KOSTECKA, 2010, p. 8).

O porto de Gwadar, no Paquistão, é possivelmente aquele com maior potencial de utilização estratégica pela China, apesar de ter enfoque comercial. Em fevereiro de 2013 a empresa estatal *Chinese Overseas Port Holdings Ltd* adquiriu o controle administrativo do porto (TIANRAN, 2013). Em tempos de paz, as instalações presentes em Gwadar podem ser usadas para monitorar o tráfego comercial e militar no Estreito de Hormuz, que é ponto de passagem das importações chinesas de petróleo do Golfo Pérsico. Apesar disso, em tempos de guerra, o Paquistão pode não querer comprometer-se com uma guerra que envolva Índia ou EUA por medo de retaliação e destruição de sua infraestrutura. Segundo Holmes e Yoshihara (2008, p. 126-127), mesmo que o Paquistão concorde em permitir a utilização dual (civil-militar) de Gwadar, a China atualmente não tem capacidades defensivas para impedir a interdição do porto por mísseis cruzadores ou ataques aéreos vindos do mar.

Recentemente, a Marinha Chinesa foi convidada para manter instalações de suprimentos nas ilhas Seychelles. Meses depois, a China confirmou o plano. A justificativa principal seria o crescimento das missões antipirataria da China no Golfo de Áden. Apesar das reclamações de parte da imprensa indiana, que denominou o episódio de “primeira base militar chinesa no exterior”, a China garantiu que não estacionará tropas para proteger as instalações (XIAOKUN; LIANXING, 2011; ERICKSON; STRANGE, 2013, p. 136).

Nas Maldivas, o boato de que a China estaria negociando uma base para seus submarinos circula há mais de dez anos (KOSTECKA, 2010, p. 9). O artigo escrito por Pandit (2011) para o *The Times of India* demonstra que há certa parcialidade nestes rumores. A

notícia aborda as ligações da China com as Maldivas, que naquele momento se resumiam à abertura da embaixada chinesa no país. Ao final, o autor cita as medidas indianas para “conter os movimentos chineses”: em 2009, navios de guerra e aviões de reconhecimento da Marinha Indiana passaram a auxiliar as Maldivas em patrulha marítima e vigilância. Nova Délhi ainda está assistindo seu vizinho na criação de uma rede de radares terrestres em todos os seus 26 atóis, integrando-os com os sistemas de vigilância indianos.

Com relação às ilhas do Oceano Índico, seria mais correto afirmar que a Índia tem sua própria cadeia de parceiros<sup>56</sup>. Em março de 2014, foi anunciado que as ilhas Seychelles e Maurício se juntariam ao arranjo securitário naval entre Índia, Sri Lanka e Maldivas. A finalidade inicial do arranjo é a troca de informações e o desenvolvimento de capacidades para combater o terrorismo marítimo, a pirataria e a pesca ilegal. Segundo Brewster (2014a), a Índia tem sido o garantidor de segurança e estabilidade política destas ilhas desde a década de 1980, se tornando seu principal provedor de barcos de patrulha, helicópteros e treinamento militar. Os indianos interviram ou ameaçaram intervir nas ilhas Maurício (1983), Seychelles (1986), Sri Lanka (1987-1990) e Maldivas (1988) para prevenir golpes de Estado ou inquietação popular. A Índia também teve papel importante para o fim da guerra civil no Sri Lanka em 2009.

Embora as relações da Índia com seus vizinhos não sejam necessariamente estreitas, apenas o Paquistão se opõe diretamente aos seus interesses. Mianmar, por exemplo, conferiu à Índia os mesmos acordos marítimos que fizera com a China nos anos 1990: O direito de ancorar e abastecer navios comerciais e militares; a condução de operações conjuntas com a Marinha de Mianmar e a cooperação em inteligência naval (EGRETEAU, 2008, p. 44).

Sendo assim, pode-se concluir sobre a alegação do Colar de Pérolas, que esta é baseada majoritariamente em especulações sobre as intenções da China e não sobre atividades correntes. Mesmo assim, não se pode afirmar com certeza que isto se manterá no longo prazo. Apesar de a política externa chinesa atual não permitir o estacionamento de tropas no exterior, mas estrategistas como Shen Dingli (2010) e o Coronel da Força Aérea Dai Xu (*apud* Kostecka, 2011, p. 63) se posicionam a favor da mudança desta política.

Ainda, a grande maioria das bases avançadas seria de utilidade bastante questionável, mesmo que haja vontade política dos países receptores e da China. Sua importância reside no reabastecimento necessário para conduzir operações de longa distância, mas análises como a

---

<sup>56</sup> É importante notar, apesar de haver pouca menção sobre o assunto, que o Japão possui sua única base militar estrangeira permanente no Djibuti (MEDCALF, 2013). Já que o país não é considerado como ameaça em potencial, a Índia, os Estados Unidos e outros países silenciam sobre este fato.

de Bernard Cole (2008, p. 345) consideram perigosa a dependência da vontade política de terceiros para abrir seus portos, além de limitar a flexibilidade operacional da frota. Cole sugere que a Marinha Chinesa deveria investir em navios de reabastecimento no mar.

Kostecka (2011) apresenta o debate na China em torno dos pontos de parada no Oceano Índico. O grande debate atual gira em torno da necessidade de criar acordos diplomáticos para a utilização das instalações ou da manutenção do atual sistema *ad hoc* de pedir permissão aos portos quando necessário. Seu estudo mostra que os chineses já estão utilizando instalações amigas para apoiar suas operações antipirataria no Golfo de Áden, que iniciaram em 2008. Até 2011, os portos utilizados eram: Cingapura, Colombo (Sri Lanka), Karachi (Paquistão), Salalah (Omã), Áden (Iêmen) e Djibuti<sup>57</sup>. Os serviços incluem o suprimento de água, alimentos e combustível.

O Capitão Martin Conrad, da U.S. Air Force, foi mais longe em sua tese, afirmando que a China não precisa do Colar de Pérolas, ou seja, de bases navais no exterior para proteger suas LMC. Ele defende que a digitalização diminuiu a importância das bases para projeção de força e coleta de inteligência, restando ainda o obstáculo considerável da logística (CONRAD, 2012). Dito isto, a análise de Conrad é mais uma perspectiva futura do que uma realidade atual.

Conrad aponta como elementos importantes para sua tese: a guerra cibernética, a inteligência eletrônica em satélites, Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) e radares Além do Horizonte (CONRAD, 2012, p. 101-107). Segundo Conrad, na guerra moderna, cerca de 90% da inteligência no campo de batalha tem origem no reconhecimento de satélites (CONRAD, 2012, p. 113-114). Com o advento dos VANTs, as funções de inteligência, vigilância e reconhecimento poderão, teoricamente, ser feitas com menos recursos e pessoal do que antigamente, diminuindo as necessidades logísticas. Antes, somente um porta-aviões ou estações em terra poderiam comportar equipamentos com essa finalidade (CONRAD, 2012, p. 117-118).

De acordo com a análise recente de Easton (2014, p. 14), a China já tem alguma experiência com a patrulha marítima de VANTs em seu litoral. Existem planos para a construção de 12 bases costeiras para a operação destes aparelhos até 2015. No entanto, não há notícia de emprego dos VANTs em teatros mais distantes da costa. Aparentemente, sua utilização como relés de comunicação embarcados já é estudada pela Marinha Chinesa. Isto significa, segundo Erickson e Strange (2013, p. 143), que poderão ser capazes de identificar

---

<sup>57</sup> A China também anunciou o financiamento da construção do porto de Bagamoyo na Tanzânia em abril de 2013, com previsão de término para 2017 (ERICKSON; STRANGE, 2013, p. 141).

alvos além do horizonte e transmitir as imagens para os navios em operação. Neste sentido, cabe acompanhar os desenvolvimentos nesta área a fim de observar as capacidades de ISR (inteligência, reconhecimento e vigilância) de China e Índia. Embora a consciência de situação seja importante, é válido ressaltar que estes desenvolvimentos não transporiam a barreira logística da projeção de força naval.

### 3.2 Análise das capacidades navais de China e Índia<sup>58</sup>

Neste capítulo será feita uma análise das capacidades operacionais navais de China e Índia, baseando-se nas variáveis apontadas pelo planejamento estratégico estadunidense (UNITED STATES, 2000) como necessárias para o sucesso da projeção de força marítima<sup>59</sup> sobre um determinado teatro e garantir vantagem no espaço de batalha (*battlespace*): comando do espaço, ataque (poder ofensivo) e a sustentação logística. O primeiro diz respeito à capacidade de obter vantagem na consciência de situação e negar condições favoráveis para um ataque inimigo. O segundo diz respeito à exploração das vulnerabilidades inimigas através do ataque e da manobra conjunta entre as forças disponíveis. O terceiro diz respeito à manutenção, reparo e suprimento das plataformas de guerra durante o período das operações.

Sobre o comando do espaço, sua importância já foi mencionada no segundo capítulo, mas cabe retomá-la em linhas gerais. As redes de comunicação, de inteligência, vigilância e reconhecimento, e de posicionamento são essenciais não somente para a consciência de situação, como para a operação conjunta entre as forças e para a precisão dos disparos contra alvos inimigos.

Em termos de C4ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento), a Índia começa a adquirir capacidades materiais para o *Airborne Warning and Control System* (AWACS – Sistema Aéreo de Alerta e Controle). Em 2011, a Índia colocou em serviço três aviões AWACS Elta Phalcon (sistema israelense montado em um avião Il-76 russo). Os Phalcons contam com radar *Active Electronic Scanned Array* (AESA<sup>60</sup>) e já estão integrados às cadeias de comunicação da Força

<sup>58</sup> Para efeitos de análise, excluímos um eventual papel da Marinha dos Estados Unidos por considerar que suas capacidades são bastante superiores às de China e Índia quando estas se encontram longe de seus litorais. Até o presente momento, a Crise de 2008 não tem modificado a realidade da supremacia militar americana sobre estes competidores (DUARTE, 2013).

<sup>59</sup> A projeção de força marítima comporta a utilização de forças expedicionárias (navais, aéreas e/ou terrestres) para uma gama variada de operações com o objetivo de destruir forças inimigas, ou seu suporte logístico, ou preveni-las de alçar mira contra um alvo amigo, ou interromper suas Linhas Marítimas de Comunicação.

<sup>60</sup> Radar eletrônico de Varredura Ativa. São radares de alta precisão, tanto em terra quanto no ar, resistentes a interferência eletrônica e a sinais de outros radares. Além de exigir menos manutenção do que seu antecessor

Aérea Indiana (DEFENSE INDUSTRY DAILY, 2014a). No entanto, segundo Gupta (2014, p. 126) estas unidades são destinadas ao apoio da guerra aeroterrestre. Em vez de optar pela aquisição de mais Phalcons, de preço elevado, a Índia preferiu desenvolver seu próprio sistema *Airborne Early Warning and Control* (AEW&C<sup>61</sup>) que será embarcado nos aviões brasileiros Embraer EMB-145I. Estes têm menor porte, menor autonomia, cobertura territorial menos abrangente e funcionariam como extensões locais dos Phalcons. A Índia ainda anunciou a licitação para seis aviões AEW&C em março de 2014. A intenção é contar com até 20 plataformas de grande e pequeno porte (BEDI, 2014).

A rede de satélites da Índia está em vias de completar um sistema de fornecimento de imagens em tempo real e de aquisição de alvos além do alcance visual. O sistema de navegação regional indiano terá cobertura focada para a massa territorial indiana e se estenderá inicialmente para 1.500 km além da costa (KUMAR, 2014). A Índia hoje depende dos sistemas de navegação da Rússia (GLONASS), da Europa (Galileo) e dos EUA (GPS). Em 2009, o teste do míssil BrahMos falhou em atingir o alvo por uma margem de 7 km. Posteriormente, descobriu-se que a falha se devia ao desligamento do GPS americano, pois os EUA se preocupavam naquele dia com a segurança da posse do novo presidente Barack Obama (KURIAN, 2013).

Kumar (2014) ainda aponta, no âmbito do Comando e Controle, que faltam elementos como integração entre as forças (*jointness*), comandos baseados em teatros de guerra e, principalmente, uma central de comando unificada que tenha maior poder decisório. De acordo com o autor, as capacidades de proteção da rede de comunicação e de ataques cibernéticos a inimigos também deveriam apresentar melhorias.

O sistema C4ISR da China (Qu Dian) hipoteticamente poderia proporcionar uma satisfatória consciência de situação vis-à-vis a Marinha Indiana. O AWACS da China é o KJ-2000 (adaptado a partir de um Y-8), mas este é criticado por analistas como Wortzel (2013, p. 38) por sua baixa autonomia de voo<sup>62</sup>. O problema poderá ser contornado pela aquisição recente dos aviões de reabastecimento IL-78 (LIN; SINGER, 2014a). Atualmente, a China tem quatro KJ-2000, quatro KJ-200 (versão um pouco menor e modificada) e apresentou o

---

passivo, o radar AESA tem maior abrangência e pode engajar múltiplos alvos simultaneamente na superfície e no ar. Este possui também função de detecção e interferência eletrônica.

<sup>61</sup> Aeronaves de alerta antecipado e controle.

<sup>62</sup> De acordo com o site Global Security, existem relatos afirmando que o KJ-2000 pode rastrear simultaneamente entre 60 e 100 aeronaves a até 400 km de distância. Seu alcance máximo é de 5.000 km e o tempo de voo é estimado em até 7 horas e 40 minutos a 10.000 m de altitude (mas apenas 1 hora e 25 minutos a 2.000 m de altitude). Para mais informações, ver: <http://www.globalsecurity.org/military/world/china/kj-2000.htm>

protótipo do novo KJ-500, que será adaptado dos aviões Y-9<sup>63</sup>. Com a introdução futura do avião Y-20, a China poderá ter capacidades para construir um AWACS com, no mínimo, o dobro de autonomia de voo do KJ-2000 (CHHATWAL, 2014, p. 2-3).

Sobre a utilização do poder ofensivo, cabe analisar as plataformas à disposição de China e Índia. Também é necessário avaliar a capacidade de utilização do poder aéreo de cada uma. Este se configura como parte importante na guerra naval por ter maior abrangência visual a partir da altitude e por ter a capacidade de disparar contra alvos além do horizonte (RUBEL, 2014, p. 64-65).

A frota de superfície da Índia tem como naus capitânicas os porta-aviões INS Vikramaditya (classe Kiev russo modificado, 45.000 t) e o INS Viraat (classe Centaur inglesa, 28.000 t) que será substituído antes do final da década pelo INS Vikrant (40.000 t), o primeiro produzido localmente. O Vikramaditya terá capacidade para operar até 30 caças Mikoyan MiG-29K e 6 helicópteros Kamov Ka-31 (AEW&C) ou Ka-28 (*Anti-submarine Warfare – ASW*<sup>64</sup>). O Vikrant terá capacidades similares, com a possibilidade de introduzir os novos caças nacionais HAL Tejas. A semelhança entre as plataformas dará boas capacidades de interoperabilidade (KAPUR, 2014; A. SINGH, 2014a).

Os outros vasos de superfície são divididos em: 11 destróieres modernos<sup>65</sup>, 12 fragatas modernas, 20 corvetas modernas, 4 corvetas, 60 navios de patrulha (8 deles *offshore*), 9 navios anfíbios, um navio de assalto anfíbio (INS Jalashwa, capacidade para 6 helicópteros Sea King, 16.000 t), 8 navios antiminas e 55 plataformas logísticas e de suporte (4 petroleiros). Entre os submarinos convencionais de ataque diesel-elétricos (SSK), a Índia possui 8 ativos<sup>66</sup> da classe Sindhughosh (derivados do Kilo russo) e 4 da classe Shishumar (derivados do Type 209 alemão) (IISS, 2014, p. 242-243).

O principal submarino nuclear balístico (SSBN) indiano será o SSBN Arihant, a ser comissionado em 2015 (com planos de construção para mais três desta classe até 2023). O Arihant contará com quatro mísseis nucleares balísticos (*Submarine Launched Ballistic Missile – SLBM*) K-4, com alcance de 3.000 km (ou 12 mísseis K-15, de alcance até 700 km) (PANDA, 2014b). A Marinha Indiana ainda conta com o submarino nuclear de ataque (SSN)

<sup>63</sup> A diferença básica é a potência, durabilidade e consumo menor dos motores, os materiais compostos (que dão maior resistência ao calor e à altitude) e a cabine estilo “*glass cockpit*”, substituindo os painéis analógicos por digitais de LCD.

<sup>64</sup> Guerra antissubmarino.

<sup>65</sup> O IISS considera as três fragatas da classe Shivalik como destróieres, devido a seu poder de fogo e ao seu deslocamento de mais de 6.000 toneladas.

<sup>66</sup> Um dos submarinos explodiu e afundou em 14 de agosto de 2013, por isso a discrepância em relação aos dados da IISS.

INS Chakra (da classe russa Akula II), alugado por 10 anos pela Rússia a partir de 2012 (IISS, 2014, p. 242).

Para efeitos de análise, seria pouco provável que a China deslocasse grandes contingentes de navios de guerra para atuar além de seus teatros tradicionais. Sendo assim, é plausível que, em caso de contingência no Mar do Sul da China ou no Oceano Índico, a Frota do Mar do Sul, localizada na ilha de Hainan e na cidade de Zhanjiang, fosse acionada<sup>67</sup>. A ilha fica entre 400 e 800 km de distância dos territórios disputados (Spratly e Paracels) e a 2.250 km do Estreito de Malaca. A nova base da baía de Yalong, no sul da ilha, proporcionou novas capacidades de ancoragem para um ou dois grupos de porta-aviões e túneis para até 20 submarinos nucleares. Devido à sua topografia próxima a águas profundas, a base oferece a possibilidade de emprego submerso, dificultando a detecção dos submarinos (PRABHAKAR, 2008; CHANG, 2012, p. 25).

O Military Balance 2014, apesar de não especificar as classes, indica as plataformas empregadas nesta frota<sup>68</sup>: 1 submarino nuclear balístico (SSBN), 2 submarinos nucleares (SSN), 18 submarinos convencionais a diesel (SSK), 5 destróieres modernos, 7 fragatas modernas, 12 fragatas, 4 corvetas, 62 combatentes/patrolhas costeiras, 2 navios de assalto anfíbio, 51 navios anfíbios e 10 caça minas. Em aviação naval, há duas divisões que englobam um regimento de cada variedade: caças J-11B, caças JH-7A, caças J-8H, caças J-7E, bombardeiros H-6G e um regimento conjunto de aviões AWACS e helicópteros de transporte/multifunção Z-8/Z-9 (IISS, 2014, p. 238).

Sobre as capacidades de projeção de força marítima da China, alguns fatores chamam a atenção: o comissionamento do primeiro porta-aviões Liaoning e a construção de uma nova classe de navio anfíbio de assalto, na casa das 35-40.000 toneladas e com capacidade para até 20 helicópteros (KECK, 2013). Segundo O'Rourke, o navio anfíbio tem maior vocação para o teatro de Taiwan, embora possa eventualmente ser improvisado como porta-helicópteros para

---

<sup>67</sup> Existem planos para criar uma ilha artificial em meio às Spratlys, no recife de Fiery Cross. A ilha teria o dobro do tamanho de Diego Garcia (base americana no Oceano Índico) e seria equipada com uma pista de pouso e um porto. Segundo Kwok e Chan (2014), seria o primeiro passo para estabelecer o controle aéreo da região. A China já tem uma pista de pouso na ilha Woody com extensão de 3.000 m (BUSSERT, 2009).

<sup>68</sup> Embora não tenha sido encontrada fonte oficial que confirme as capacidades da Frota do Mar do Sul, acredita-se que a China empregou em algumas ocasiões os novos SSBN Jin em Hainan (KRISTENSEN, 2014). A China posiciona esquadrões de caças Sukhoi Su-27 nas bases aéreas de Haikou e Sanya (KHURANA, 2008). Recentemente, a aviação naval passou a contar com caças Sukhoi Su-30MK2, caças bombardeiros JH-7A e aviões de AWACS Y-8J. Alguns bombardeiros H-6D foram convertidos em aviões de reabastecimento (CHANG, 2012, p. 23). Em 2010, uma estimativa apontava a presença de 25-30 grandes vasos de superfície na Frota do Mar do Sul e 11 dos 19 navios anfíbios Type 072 (II e III), além do único navio de assalto anfíbio Type 071 (RAHMAN e TSAMENYI, 2010, p. 323).

necessidades de proteção das LMC no curto-médio prazo<sup>69</sup> (O'ROURKE, 2014, p. 33; HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 148).

É importante deter-se ao porta-aviões Liaoning (60.000 t), que está em treinamento desde 2012 e terá capacidade para carregar cerca de 30 aviões Shenyang J-15. Os J-15 são atualmente a última geração de caças embarcados (possivelmente inferiores apenas aos F-35 Lightning II dos EUA). Devido às limitações do sistema de lançamento do Liaoning, os J-15 terão de operar com menos combustível, diminuindo seu raio de ação de 1.500 km (O'ROURKE, 2014, p. 16). Embora conste como pertencente à Frota do Mar do Norte, o Liaoning conduziu uma operação de 37 dias no Mar do Sul da China entre 2013 e 2014, com escolta de dois destróieres e duas fragatas (FISHER JR, 2014). Existem diversos rumores sobre a construção local na China de novos porta-aviões. De acordo com análises recentes, é possível sugerir que a marinha seja incrementada com até três grupos de porta-aviões nos próximos 10 anos. A intenção é que sempre haja pelo menos um grupo de prontidão (O'ROURKE, 2014, p. 18-20; CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 173).

Hipoteticamente, em termos de poder aéreo, a vantagem da defesa indiana sobre a projeção de força chinesa seria a perspectiva de contar com bases aéreas terrestres próprias (e não de terceiros) próximas ao Estreito de Malaca. Ou seja, o país poderia empregar diversos esquadrões da Força Aérea Indiana, enquanto os chineses estariam dependentes da ala aérea do Liaoning. A Força Aérea Indiana contém centenas de caças modernos e a utilização de dois esquadrões combinada com um de seus porta-aviões daria vantagem numérica de, pelo menos, duas ou três vezes a aviação embarcada de um porta-aviões como o Liaoning (70~90 para 30).

Estes caças já contam com o poder de fogo necessário para enfrentar uma frota inimiga. Quase todos possuem capacidade *sea-skimming* (trajetória rente ao mar) e *active radar homing* (guiagem final ativa por radar). O Sukhoi Su-30, principal vetor, possuem capacidade para mísseis antinavio Kh-59 (285 km de alcance), BrahMos (300 km) ou Nirbhay (1.000 km). Os HAL Tejas também podem empregar os Kh-59. Os Mirage 2000 apresentam os AM39 Exocet (180 km). Os MiG-29K possuem apenas mísseis antinavio de curto alcance (até 100 km). Ademais, a Índia encomendou oito aviões multimissão P-8 Poseidon, que possuem capacidade de emprego dos mísseis antinavio AGM-84 Harpoon (124 km).

Dependendo do cenário estratégico, no entanto, não se pode descartar que a China pressionasse países parceiros na região (Mianmar e Bangladesh) para utilizar suas bases

---

<sup>69</sup> No período analisado, também entraram em serviço dois navios anfíbios da classe Yuzhao, de 20.000 ton e capacidade para 15-20 blindados anfíbios e para quatro helicópteros de transporte Z-8.

aéreas, projetando assim seu poder aéreo a partir de Yunnan para a Baía de Bengala. Este cenário não pode ser descartado, embora acarretasse uma série de implicações políticas internas e externas para a China e para seus parceiros, também sofrendo risco de retaliação por parte de inimigos reais ou em potencial. Sugere-se, portanto, que esta seria uma medida mais drástica em resposta a um aumento de tensões ou mesmo somente em caso de conflagração prolongada contra outra Grande Potência atuando na região. Neste caso, a China poderia se valer de toda a sua gama de aeronaves da Força Aérea, desafiando uma hipotética vantagem local da Índia.

A fim de aperfeiçoar sua projeção de força marítima, a China ainda teria alguns obstáculos a serem enfrentados. Análises feitas em 2008-2010 colocavam como principais necessidades para a capacidade de projeção marítima, além dos citados anteriormente: Aumento e modernização da frota de superfície (especialmente de seus sistemas antiaéreo e antissubmarino); vetores para aviação naval (caças, helicópteros e patrulheiros embarcados); mais plataformas logísticas<sup>70</sup> (petroleiros, navios de munição, navios frigoríficos, navios hospitalares) (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 147-148); navios anfíbios de maior deslocamento; submarinos com maior autonomia (COLE, 2008, p. 339-340) e comunicação por satélite 24 horas para todas as forças navais (YUNG et al, 2010, p. 21, 45).

Do ponto de vista logístico e operacional, a Marinha Indiana teria vantagem ao operar no Oceano Índico, região onde tradicionalmente conduz suas missões e onde poderia fazer uso também das ilhas Andaman e Nicobar, a poucos quilômetros do Estreito de Malaca, para impedir o acesso de marinhas adversárias. A importância das ilhas será melhor abordada na seção seguinte.

Já a Marinha Chinesa procura mitigar suas carências para a projeção de força em teatros distantes. Em termos de plataformas logísticas, ocorreram algumas aquisições nos últimos cinco anos. Dois navios de reabastecimento da classe Fuchi (23.000 t) foram comissionados em 2013 e mais um Fuchi foi lançado em maio de 2014. Segundo Lin e Singer (2014b), a China tem planos para lançar uma nova classe similar ao petroleiro U.S. Navy Kaiser (42.000 t), podendo assim realizar operações de suporte a navios maiores, como um porta-aviões. Em 2008 foi comissionado o Navio Hospital Type 920 (14.000 t). Contudo, os Chineses ainda dependeriam de instalações além-mar principalmente para armazenamento de munições e para a efetuação de reparos mais críticos a suas plataformas. Aqui se pode

---

<sup>70</sup> Em 2008, havia apenas cinco plataformas de reabastecimento no mar, sendo que as três frotas chinesas contavam com apenas uma plataforma cada (COLE, 2008, p. 339).

observar a importância da discussão feita na seção anterior sobre a utilização de bases estrangeiras pela China.

Ainda, segundo Erickson e Strange (2013), a falta de experiência de combate e de navegação em águas profundas e distantes tem sido parcialmente resolvida pelo emprego de mais de uma dezena de forças-tarefa no Golfo de Áden desde 2008. A cada operação, o tempo de navegação tem aumentado e antigas deficiências como o reabastecimento no mar foram corrigidas. Por outro lado, segundo O'Rourke (2014, p. 3) a Marinha Chinesa ainda não se engajou em combate contra um adversário tecnologicamente capaz e não tem muita experiência com grandes formações em alto mar. Outras deficiências identificadas envolvem as capacidades antissubmarino e antiminas (O'ROURKE, 2014, p. 3).

Além dos conceitos tradicionais trabalhados nesta seção, cabe mencionar o conceito operacional *Anti-Access and Area Denial* (A2/AD – Antiacesso e Negação de Área). Este tem sido aplicado por países como a própria China para mitigar a superioridade da U.S. Navy sobre marinhas menos modernas. No entanto, é aplicável a quaisquer marinhas que estejam buscando criar uma “zona contestada<sup>71</sup>” e impedir o adversário de utilizar seu litoral para operações ofensivas.

Este conceito inicialmente foi usado por analistas estadunidenses para descrever o perfil de atuação da Marinha Chinesa. Os Chineses o denominam de “contraintervenção” (COLE, 2013, p. 102). Antiacesso significa emprego da interdição e de medidas assimétricas para impedir que o inimigo entre em um teatro de operações. Negação de área são medidas que limitam a liberdade de ação de um invasor em um determinado gargalo geográfico (BRITES; MARTINS; SILVA, 2013, p. 5). As operações A2/AD em terra são feitas por artilharia, foguetes e mísseis de curto ou médio alcance. No mar, há o emprego de mísseis antinavio (cruzadores ou balísticos) e de submarinos dotados com torpedos ou mísseis cruzadores. Mais próximo à costa, há o emprego de minas marítimas, de submarinos de menor alcance, de pequenos navios torpedeiros e de lanchas de ataque rápido. Pelo ar, aviões caça, bombardeiros e helicópteros podem possuir mísseis antinavio e antissubmarino (KREPINEVICH, 2010, p. 10).

---

<sup>71</sup> Zona contestada é um conceito criado por Barry Posen (2003). No caso da guerra naval, seria a capacidade de negar ou dificultar o uso do próprio litoral para operações inimigas. Envolve capacidades como minas submarinas, submarinos convencionais, lanchas de ataque rápido, radares de vigilância, coletores de inteligência passivos, SAMs terrestres ou móveis e mísseis antinavio. Aeronaves de asa fixa e rotativa também teriam papel proeminente (POSEN, 2003, p. 37).

Segundo Ladwig III (2012), caso a Índia tencione melhorar suas capacidades A2/AD, a prioridade deveria ser completar e expandir o programa de submarinos<sup>72</sup>. Ladwig III (2012, p. 28-29) apresenta um cenário de defasagem no programa de submarinos em relação às expectativas do passado e às perspectivas futuras, apontando o custo unitário de produção como um dos empecilhos. Outro indicador importante é a quantidade de vasos de superfície costeiros com mísseis antinavio. Em comparação à Marinha Chinesa, que tem como um de seus vetores a lancha rápida de ataque Houbei, o poder de fogo dos vasos costeiros da Índia estaria abaixo. Até 2010, a Guarda Costeira Indiana estava 70% aquém de suas requisições. Suas expectativas incluem cerca de 70 navios maiores de patrulha e de interceptação e parte desses vasos já havia sido encomendada (CII, 2010, p. 26). Para a aplicação do A2/AD com mísseis antinavio em terra, seria importante haver coordenação maior entre as três forças (Aérea, Exército e Marinha), pois cada um é preparado para um cenário de guerra diferente (RYAN, 2012, p. 25; KUMAR, 2014). Segundo Dutta (2009), os mísseis balísticos e cruzadores em terra estariam a serviço do Exército, mas é a Marinha que possuiria as capacidades mais adequadas de detecção e aquisição de alvos marítimos.

Ladwig III (2012) analisa as tendências de médio prazo da Marinha Indiana (1991-2011) e observa que não houve aumento no número de grandes plataformas. Por outro lado, existe uma tendência de aumento no deslocamento total da frota (cerca de 30%, passando de 167.000 para 217.000 t) e de aumento do poder de fogo (capacidade de células de mísseis passou de 72 para 402). Mesmo assim, a Índia ficou atrás das marinhas da Austrália, China e Coreia do Sul, que obtiveram cerca de 60% de ganho em deslocamento (LADWIG III, 2012, p. 20-22).

Recentemente, a Índia tem trabalhado na qualificação da frota de superfície para operar ao lado de seus porta-aviões. Em julho de 2014 foi comissionado o primeiro destróier da classe Kolkata (serão três no total). Juntamente com outros navios lançados nos últimos anos, os destróieres Kolkata contam com mísseis antinavio BrahMos, mísseis superfície-ar (*Surface to Air Missile* – SAM) Barak 8, radares AESA e outros equipamentos de sensores vendidos por Israel (UDOSHI, 2014b; DEFENSE INDUSTRY DAILY, 2014b; ZUR; MAGAL; KEDEM, 2012, p. 110). As novas corvetas da classe Kamorta (3.100 t) têm como principal novidade a aquisição de capacidades antissubmarino e podem operar longe da costa (RAHMAT; HARDY, 2014).

---

<sup>72</sup> A aquisição é ainda mais importante se considerarmos as condições topográficas peculiares do Oceano Índico, que dificultam a detecção dos submarinos por sonares (LADWIG III, 2012, p. 28).

O Plano de Perspectiva para as Capacidades Marítimas (2022) procura estabelecer uma marinha com mais de 160 vasos, incluindo três porta-aviões, 60 grandes plataformas de combate (incluindo submarinos) e quase 400 aviões (CII, 2010, p. 25). De acordo com John Pike (2014), a estimativa de forças para a Índia por volta de 2020 contém: 3 porta-aviões, 10 destróieres (7 novos), 24 fragatas (9 novas), 20 corvetas (todas novas) e até 34 submarinos. Entre os submarinos, a perspectiva é de manter de 3 a 5 SSBN Arihant em serviço, outros 3 SSN indígenas, 2 SSN classe Akula II, 6 SSK Scorpene, 6 SSK mais modernos do que o Scorpene (em discussão), 10 Kilo e quatro Type 209 (estes dois últimos sairão de serviço até 2025). Portanto, durante a próxima década, a quantidade de submarinos ativos variará provavelmente entre 14 e 22 unidades.

Ladwig III (2012) aponta que as prioridades da Índia são a nacionalização da tecnologia e da produção de grandes plataformas e a formação de grupos de porta-aviões que possam operar simultaneamente nas porções ocidental e oriental do Oceano Índico. Para possibilitar a projeção de forças em território inimigo, a Índia poderia aumentar suas capacidades anfíbias (que hoje carregam apenas uma brigada), seus vetores de aviação naval e os mísseis de ataque à superfície. Segundo Ladwig III (2012, p. 35-36), no caso dos mísseis, o atual baixo alcance dos mísseis embarcados da Índia permite que mesmo países com baixa capacidade de defesa apresentem condições de dissuasão.

A China, desde a década de 1990, quando iniciou seu processo de modernização, também não teve salto quantitativo em qualquer classe de navios ou submarinos<sup>73</sup>. O que se observa é a modernização acelerada e substituição dos vasos obsoletos, especialmente fragatas e destróieres (O'ROURKE, 2014, p. 3; CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 159-166, 175). Caso os chineses desejassem expandir sua presença para outras áreas além dos três mares contíguos, seria importante aumentar a quantidade de vasos de superfície.

A tendência, de acordo com as últimas aquisições, vai ao encontro da modernização empreendida pela Marinha Indiana: aumento da qualidade dos sistemas embarcados e do poder de fogo. Em relação aos grandes vasos de superfície (destróieres e fragatas), entre 2008 e 2014 foram comissionados quatro destróieres da classe Luyang II, um destróier da nova classe Luyang III e 16 fragatas da classe Jiangkei II. Ainda, no mesmo período, foram comissionadas entre 17 e 20 corvetas da classe Jiangdao (pelo menos quatro adaptados para guerra antissubmarino).

---

<sup>73</sup> Exceto entre os submarinos nucleares balísticos (SSBN), pois antes havia somente um à disposição.

O navio Kunming, primeiro Luyang III, possui como novidades o radar AESA, 64 células de lançamento vertical<sup>74</sup> (possivelmente com mísseis cruzadores antinavio e de ataque à superfície). Até 2018, a previsão é que mais 18 destróieres da classe Luyang III sejam comissionados. Isto significa que a Marinha Chinesa hipoteticamente teria capacidades para a defesa aérea de um grupo de porta-aviões em poucos anos (CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 148; KECK, 2014).

Segundo Mohan (2012, p. 54), os submarinos em si não seriam indicadores de projeção de força, pois são inicialmente uma força de interdição. No período de análise (2008-2014), a China lançou cinco submarinos nucleares de mísseis balísticos (SSBN) da classe Jin, que, segundo Conroy (2013), possivelmente proverá sua primeira capacidade de dissuasão nuclear marítima<sup>75</sup>. O novo submarino nuclear de ataque (SSN) da classe Shang contava com duas unidades em 2014 e com mais quatro em construção. Para a próxima década, está sendo desenvolvido um submarino nuclear com mísseis guiados (SSGN) Type 095 (O'ROURKE, 2014, p. 9). Entre os submarinos convencionais a diesel (SSK), foi lançada a classe Yuan, com 13 submarinos comissionados desde 2008.

Aparentemente, existem maiores constrangedores ao programa de modernização naval da Índia em relação à sua contraparte chinesa. Os atrasos na entrega dos equipamentos são longos e constantes. A indústria nacional e os estaleiros indianos possuem uma capacidade produtiva inferior à chinesa (COLE, 2013, p. 138; CII, 2010). A incerteza sobre a modernização da frota indiana acaba trazendo dúvidas quanto à sua capacidade operacional no futuro.

A partir dos dados apresentados nesta seção, é possível apontar algumas conclusões preliminares. A primeira é que ambos os países estão em vias de adquirir maiores capacidades de projeção de força marítima ao longo da próxima década. Em segundo lugar, ainda há obstáculos a serem superados para a realização do potencial de projeção de força da Marinha Chinesa e também da Marinha Indiana, caso esta necessite operar em teatros além do Oceano Índico. Dada a comparação de capacidades navais, de poder aéreo naval e de aquisições recentes, pode-se sugerir que a Marinha Chinesa e a Marinha Indiana se manterão num certo equilíbrio de forças e hipoteticamente fariam um confronto equilibrado e de difícil previsão, fosse no Oceano Índico ou no Mar do Sul da China. Esta condição de incerteza se acentua

<sup>74</sup> O Sistema de Lançamento Vertical (VLS) possui a vantagem de já ter os mísseis acoplados às suas células e, portanto, diminui o tempo de resposta ao comando de tiro e o risco de defeitos técnicos.

<sup>75</sup> Alguns desafios precisam ser vencidos para que esta capacidade seja mais crível. Conroy (2013) cita, entre outros, o alto nível de ruído produzido pelos SSBN chineses, falta de experiência do comando central e a rede de radares e de interceptadores dos EUA.

pela relativa ausência empírica de combates entre marinhas modernas desde a Guerra das Malvinas (1982).

### 3.3 A Marinha Indiana “Olha para o Leste”: As ilhas Andaman e Nicobar

Nesta e na próxima seção serão abordadas as estratégias marítimas de China e Índia. Esta perspectiva auxilia na compreensão das missões a serem cumpridas pelas marinhas dos dois países. O objetivo é complementar a análise de capacidades materiais com uma abordagem político-estratégica, que fornece ferramentas e perspectivas para conjecturar acerca da potencial participação de China e Índia em questões securitárias além de suas regiões contíguas (China no Oceano Índico e Índia no Sudeste Asiático e Mar do Sul da China).

Inicialmente, para entender o potencial papel da Marinha Indiana no Sudeste Asiático, é necessário recordar brevemente os esforços de aproximação com esta região através da política de *Look East*<sup>76</sup> (Olhar para o Leste), iniciada pelo Primeiro Ministro Narasimha Rao em 1991. No início da década de 1990, a Índia passava por um processo de abertura econômica, principalmente devido à grave crise interna e a queda da URSS, seu principal parceiro securitário (VISENTINI, 2012, p. 115-116). Sua vizinhança imediata, no Sul da Ásia, representou um potencial limitado de integração econômica até aquele momento (SCOTT, 2009, p. 109-110). A intenção da Índia ao se aproximar com os países do Sudeste Asiático (e do Leste Asiático em geral) era se aproveitar dos altos níveis de crescimento que estes países experimentavam. Além disso, segundo Malone (2011, p. 202), a Índia desejava engajar-se de forma política e securitária para impedir a dominação da região por uma potência estrangeira, em especial a China.

Visto que as relações econômicas anteriores entre Índia e Sudeste Asiático até 1990 eram bastante limitadas, a Índia obteve resultados positivos. Apesar disso, os esforços de aproximação com o Leste Asiático ainda não atingem seu potencial pleno e a Índia tenta competir com a influência que China, EUA e Japão exercem na região<sup>77</sup>. Segundo Malone (2011, p. 203-213), a principal dificuldade é a falta de integração da Índia à economia global. No meio diplomático, a Índia passou a participar mais ativamente em fóruns multilaterais,

<sup>76</sup> Esta política foi lançada quando a Índia declarou a intenção em estreitar as relações com o Sudeste Asiático, em parte para contrapor a influência regional da China e também para aproveitar os altos níveis de crescimento da região, em contraste com as dificuldades da integração regional no Sul da Ásia.

<sup>77</sup> O comércio ASEAN-Índia cresceu de US\$ 70 bilhões a US\$ 79 bilhões no ano fiscal de 2011-2012. Para citar o exemplo da China, suas trocas com a ASEAN eram de US\$ 363 bilhões em 2011, chegaram a US\$ 400 bilhões em 2012 e a US\$ 433 bilhões em 2013 (PASRICHA, 2012; ASEAN-CHINA CENTRE, 2014).

como o Fórum Regional da ASEAN. No entanto, Malone critica a pouca efetividade das iniciativas indianas de coordenação regional através do *Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation* (BIMSTEC)<sup>78</sup> e do *Mekong-Ganga Cooperation* (MGC)<sup>79</sup>. De acordo com Egreteau e Jagan (2013, p. 292-332), as relações com Myanmar, que é considerada a porta de entrada para a ASEAN, oscilaram entre o estranhamento e o engajamento limitado em algumas questões de interesse mútuo. Portanto, mesmo que sua presença econômica e política no Leste Asiático em geral sejam substantivas, hoje a Índia ainda encontra obstáculos nestes campos.

Por outro lado, a esfera securitária tem adquirido uma importância cada vez maior, especialmente com o Pivô para a Ásia dos Estados Unidos (2011)<sup>80</sup> e a tentativa dos norte-americanos em vincularem seu pivô ao “Olhar para o Leste” indiano (INDERFURTH; OSIUS, 2013). O Secretário de Defesa dos EUA, Leon Panetta (2012), classificou a Índia como “ponto chave” no rebalanceamento norte-americano para a Ásia-Pacífico.

Apoiando-se no conceito de *Extended Neighborhood* (Vizinhança Estendida), os líderes indianos acreditam que a área de atuação da Índia em assuntos de segurança engloba desde o Canal de Suez até o Mar do Sul da China (SCOTT, 2009, p. 108). Existe uma série de justificativas da Índia para o aumento da sua presença a leste do Estreito de Malaca, entre elas destacam-se: A influência cultural milenar sobre o Sudeste Asiático e o pan-asianismo de Nehru (MOHAN, 2012, p. 90-92); a divisão entre os teatros do Pacífico e do Índico representa uma construção política e não geográfica<sup>81</sup> (MOHAN, 2012, p. 96-97); aproximadamente 55% do comércio exterior da Índia passam pelo Estreito de Malaca (SCOTT, 2013, p. 55); garantia da livre navegação no Pacífico Ocidental sem depender da proteção de China ou EUA; impedir demasiada influência chinesa na região devido ao potencial estratégico de suas reivindicações territoriais; manter uma presença avançada e parcerias navais para impedir a entrada de invasores no Oceano Índico (MOHAN, 2012, p. 184-185).

<sup>78</sup> Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Multi-setorial Técnica e Econômica. Foi criada em 1997 e é composta por Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia.

<sup>79</sup> Fórum de Cooperação do Mekong Ganga. Criado em 2000 e composto por Camboja, Índia, Myanmar, Tailândia e Vietnã.

<sup>80</sup> O Pivô para a Ásia será abordado no capítulo seguinte.

<sup>81</sup> Historicamente o Oceano Índico e o Mar do Sul da China eram regiões de tráfego regular de mercadorias e de pessoas. A divisão entre teatros separados é feita pela Marinha dos Estados Unidos, que dedica frotas diferentes para atuar em cada uma. No entanto, tanto Índia como China enxergam suas esferas tradicionais de influência para além do Estreito de Malaca, seja em direção ao Oriente ou ao Ocidente. Esta perspectiva será melhor abordada no capítulo seguinte.

Em 2000 ocorreu a primeira incursão da Marinha Indiana no Mar do Sul da China. Dois anos depois, os indianos escoltaram navios de guerra norte-americanos participando da Operação *Enduring Freedom* no Estreito de Malaca. Em 2004, a Índia enviou 32 navios para auxiliar as vítimas do tsunami na costa indiana, nas Maldivas, no Sri Lanka e na Indonésia, demonstrando certo grau de prontidão de sua marinha. Em 2005, o grupo de batalha do porta-aviões INS *Viraat* fez visitas a Cingapura, Indonésia e Malásia. A partir de 2007, a Marinha Indiana passou a participar de exercícios militares no Pacífico Ocidental, desde a Rússia e o Japão no Nordeste da Ásia até a China. Os exercícios Malabar com os EUA (e convidados ocasionais, como Japão, Cingapura e Austrália) foram conduzidos também fora do Oceano Índico, aumentando a experiência de navegação da Índia nos teatros do Leste Asiático. Outros exercícios conjuntos foram realizados com Austrália, Cingapura, Filipinas e Vietnã no Mar do Sul da China (MOHAN, 2012, p. 97-100). Destaca-se ainda o Exercício Milan, realizado anualmente no Oceano Índico, que contou com a presença de 16 países em 2014<sup>82</sup> (JOHN, 2014).

Recentemente, alguns incidentes alertaram os países da região. Em 2011, um navio de guerra indiano visitou o Vietnã e, ao retornar, recebeu chamada de rádio da Marinha Chinesa para se retirar de áreas disputadas no Mar do Sul da China. No mesmo ano, a Índia assinou um acordo de exploração de petróleo com o Vietnã em áreas disputadas com a China. O Almirante D.K. Joshi, que se tornaria Comandante da Marinha Indiana meses depois, afirmou que a Índia faria o necessário para intervir nas disputas territoriais da região caso a exploração conjunta com o Vietnã estivesse ameaçada (KECK, 2012). Segundo Scott (2013, p. 55-56), o Mar do Sul da China também faz parte dos cálculos estratégicos indianos em relação à garantia de suas fontes energéticas. O Vietnã, mais do que os outros potenciais aliados, parece ser o país escolhido pela Índia para contrabalançar as relações sino-paquistanesas (SCOTT, 2013, p. 60-62; JHA, 2013, p. 127-131; DAS, 2013).

O que dá maior substância à possibilidade da participação indiana nas questões de segurança do Mar do Sul da China são as Ilhas Andaman e Nicobar (ver figura a seguir). A presença territorial da Índia a poucos quilômetros do Estreito de Malaca lhe dá certa vantagem geográfica. A Base de Visakhapatnam, na costa leste da Índia, fica a cerca de 2900 km de Cingapura. A distância encurta para apenas 1700 km a partir da Base de Jarawa, em Port Blair (Sul de Andaman). Hipoteticamente, embora a Índia ainda precise de reabastecimento em voo, de base aliada ou de um navio aeródromo para operar no Mar do Sul

---

<sup>82</sup> Austrália, Bangladesh, Camboja, Cingapura, Filipinas, Ilhas Maurício, Ilhas Seychelles, Índia, Indonésia, Malásia, Maldivas, Mianmar, Nova Zelândia, Quênia, Sri Lanka, Tailândia e Tanzânia.

da China, os caças da Força Aérea Indiana poderiam realizar missões próximo ao Estreito de Malaca. Além disso, a Índia tem acesso a uma faixa importante das Linhas Marítimas de Comunicação entre o Oceano Índico e o Estreito de Malaca. Esta faixa é o Canal dos Seis Graus, uma linha marítima de 200 km de largura que separa a Ilha de Aceh (Indonésia) da Grande Nicobar, sede da nova base aérea de Baaz (SMITH, 2014).

Figura 6: Ilhas Andaman e Nicobar



Fonte: Adaptado da ferramenta Google Maps (2014) pelo autor.

Em 2001, a Índia estabeleceu o Comando de Andaman e Nicobar, prometendo modernizar as instalações que até então eram precárias. Este Comando é o único operado de forma conjunta pela Marinha, Força Aérea e Exército. Apesar dos avanços, as ilhas ainda não estão preparadas para auxiliar na condução de grandes operações militares. A Base Aérea de

Baaz, no extremo sul das ilhas, necessita de aumento da pista de pouso para comportar todos os tipos de aeronave (hoje seu comprimento é de 1.066 metros). Segundo Sen (2013), as instalações presentes são insuficientes para comportar um grupo de batalha de porta-aviões, que necessita de equipamento e reparo regulares (SEN, 2013; P. DAS, 2011, p. 473). Port Blair, que fica 500 km ao norte, seria a única alternativa de projeção de força aérea, pois tem uma pista de pouso de 3.050 metros e instalações logísticas e de manutenção (P. DAS, 2011, p. 471).

A região atualmente conta com apenas uma brigada de infantaria, 15 navios de guerra pequenos (navios anfíbios, de patrulha e lanchas de desembarque), alguns aviões de patrulha marítima Dornier-228 e helicópteros Mi-8 e Chetak. Índícios apontam que a Índia comissionou nas ilhas seu novo navio de assalto anfíbio INS Jalashwa (SMITH, 2014; P. DAS, 2011, p. 474). Existem propostas para estacionar dois esquadrões de caças Sukhoi Su-30. Também há planos para instalação de novos radares costeiros (JHA, 2013, p. 174; P. DAS, 2011, p. 472).

Não foi encontrado documento oficial que indique os planos navais da Índia para as ilhas Andaman e Nicobar. Uma notícia publicada pelo Ministério da Defesa em 2009 ressaltou as sugestões do antigo presidente Abdul Kalam (2002-2007). Suas ideias para 2020 incluíam uma estação de energia nuclear de 250 MW e bases para estacionar porta-aviões e uma frota de submarinos nucleares (MOD, 2009). Outra possibilidade é a construção de portos comerciais, tornando as ilhas num ponto de parada para o trânsito intenso da região. Assim, diminuiriam os custos para mantê-las abastecidas.

A estratégia marítima indiana é o que dá embasamento para a modernização da sua marinha. Por isto, importa estudar seu pensamento estratégico e a doutrina atual. Um dos influentes pensadores a se preocuparem com o assunto foi K. M. Panikkar, com sua obra *“India in the Indian Ocean: An Essay on the influence of Sea Power in Indian History”* (1945). No século XXI, o livro ainda consta nas listas de leitura obrigatória dos oficiais indianos (SCOTT, 2008, p. 3-4). Apesar da influência de Alfred Mahan sobre a sua obra, Panikkar advogava uma estratégia mais próxima a Corbett de negação do acesso ao mar a potências externas e de controle das LMC. Para ele, a Índia se manteve independente enquanto tinha o controle do mar e por isso seu futuro se definiria pelo mar e não pela terra como outros estrategistas indianos pensaram (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 23-24).

Segundo Holmes, Winner e Yoshihara (2009), o pensamento indiano lembra, de certa forma, a Doutrina Monroe dos EUA. Para eles, a Índia acredita que, se há a necessidade de

intervir em uma disputa regional ou num país do Sul da Ásia, isto deve ser feito pela Índia e não por uma potência externa. A própria presença norte-americana na base de Diego Garcia seria um exemplo do desconforto com esta influência vinda do exterior (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 38-39, 42-45). O recente discurso de Leon Panetta sobre a importância da Índia para o Pivô americano foi recebido com cautela pelo Ministro da Defesa indiano A.K. Antony (GUPTA, 2014, p. 121).

As missões designadas pela Doutrina Marítima da Índia incluem: Dissuasão convencional e nuclear contra Estados do Sul da Ásia; aumentar o custo de intervenção de potências externas; apoiar as missões terrestres; missões não militares (humanitárias, diplomacia naval). Apesar de prever o controle do mar nos pontos de entrada e saída do Oceano Índico, a Marinha Indiana reconhece que a tarefa de controle do acesso externo ainda é uma expectativa para o futuro. Segundo Holmes, Winner e Yoshihara, a China é percebida como a principal ameaça externa e, por enquanto, a presença norte-americana no Sul da Ásia é relativamente bem aceita publicamente<sup>83</sup> (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 63-64, 75-76).

A Estratégia Marítima de 2009 acrescenta alguns elementos aos objetivos da Marinha. A primeira mudança é o aumento das “áreas de preocupação primária”, que agora englobam o Mar Arábico, a Baía de Bengala e os pontos de estrangulamento do Índico. Também coloca, em tempos de guerra, como uma das prioridades o ataque ao território adversário (combatentes ou bens materiais), ao lado da negação do mar (COLE, 2013, p. 136).

Pode-se concluir, de forma preliminar, que a Índia ainda não realiza todo o potencial que suas ilhas orientais lhe proporcionam. Apesar de ter um comando militar há 13 anos, são necessários maiores esforços para modernizar as estruturas presentes. Eventualmente a Índia, mesmo com dificuldades, pode reunir esforços para estacionar esquadrões de caças e navios de guerra de médio ou grande porte num futuro próximo. Por conta disso, é razoável sugerir que a Índia terá capacidades futuras para, no mínimo, criar uma “zona contestada” da mesma forma que a China tem feito para proteger-se da projeção aeronaval estadunidense (HOLMES; YOSHIHARA, 2008, p. 134). A questão que fica em aberto, tanto para Índia como para a China, é a importância do Sudeste Asiático para a utilização da aviação antinavio baseada em terra. Esta possibilidade não pode ser descartada em cenários futuros de conflagração.

---

<sup>83</sup> Um dos motivos é a provisão do “bem público”, ou seja, enquanto a Índia não tem as capacidades de controle do mar, os EUA ajudam na manutenção da segurança marítima da região. Este comportamento indiano é classificado de *free rider*, que seria o repasse de custos e responsabilidades a um país disposto a arcar com estes (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 50-51).

Assim, hipoteticamente, a China teria seu tempo de reação prejudicado pela ameaça de negação à condução de operações e de prevenção do acesso ao Oceano Índico a partir do Estreito de Malaca. Assim, a China estaria sujeita à aprovação da Indonésia para utilizar seus Estreitos de Sunda e Lombok, ou então deveria contornar o arquipélago indonésio<sup>84</sup>. Collins e Murray (2008, p. 395) estimaram que apenas o bloqueio das LMC nos estreitos da Indonésia demandaria adicionalmente 12 navios de guerra, três submarinos e três navios de suprimentos. De acordo com esta estimativa, seria inviável para a Marinha Indiana realizar tal tipo de missão ou impedir que a Marinha Chinesa acesse o Oceano Índico. No entanto, o tempo de reação é um elemento importante para a análise das capacidades operacionais de cada país.

Como projeção futura, as ilhas Andaman e Nicobar transbordam seu potencial operacional para a esfera político-estratégica. Através da consolidação da modernização de sua infraestrutura e do estacionamento de forças navais e aéreas, a Índia poderia se tornar um ator de importância considerável nos cálculos de segurança do Mar do Sul da China e consolidar sua influência no Oceano Índico. Apesar disso, é importante ressaltar a dificuldade da Índia em assegurar o controle do mar em sua região. Hipoteticamente, seria necessário que a Índia tivesse cinco ou seis porta-aviões para ter três de prontidão. Por isso, é possível afirmar que a presença de potências externas no Índico, especialmente dos Estados Unidos, se manterá num futuro predizível<sup>85</sup>.

Por outro lado, a Índia não enfrenta, no horizonte próximo, uma grande ameaça marítima regional. Suas relações com os Estados Unidos são relativamente estáveis e o Paquistão não possui o mesmo poderio naval. A tendência inclusive é de aumento da disparidade militar entre Índia e Paquistão, dado as sucessivas crises econômicas e políticas paquistanesas. Isso significa que a Índia poderá ter maior disponibilidade de recursos para deslocar em direção ao Oriente.

Em relação ao Sudeste Asiático e até mesmo ao Leste Asiático como um todo, a Índia aumentaria sua importância estratégica com a modernização naval associada à presença nas ilhas Andaman e Nicobar. Os países da região passariam a ver a Índia como um potencial aliado em alternativa à potência extrarregional (EUA) para contrabalançar a influência

---

<sup>84</sup> A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo dá aos países o direito de "passagem inocente", ou seja, os navios de guerra podem passar pelos estreitos de um país costeiro desde que não apresentem ameaça a sua paz, ordem ou segurança. Esta convenção foi assinada e ratificada por todos os países litorâneos da Ásia, exceto Camboja, Coreia do Norte e Irã, que não ratificaram. A Indonésia já autorizou a passagem de navios de guerra chineses em operação, sendo a mais recente em 2014.

<sup>85</sup> Para discussão sobre o perfil de forças necessário para atingir os possíveis objetivos marítimos da Índia, ver Holmes, Winner e Yoshihara (2009, p. 36-60).

chinesa. Ao deslocar forças para o leste, a Índia estaria dando mais um passo em direção à Ásia-Pacífico, além dos esforços cumpridos pelos âmbitos diplomático e econômico.

### 3.4 A Marinha Chinesa e a missão de proteger as linhas marítimas

Nesta seção, será abordado o papel da Marinha Chinesa dentro da estratégia marítima da China para as próximas décadas. Ainda, será tratado especificamente o interesse deste país em proteger suas Linhas Marítimas de Comunicação (LMC) e a importância da presença chinesa no Oceano Índico para esse tipo de missão.

Segundo diversos analistas, grande parte do esforço atual de modernização naval da China é direcionado principalmente para um perfil de força defensivo que cumpra a missão de proteger seu território a partir dos três mares contíguos (Mar Amarelo, Mar do Leste da China e Mar do Sul da China) (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 133-163; COLE, 2013, p. 99, O'ROURKE, 2014, p. 4; CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 149). Para um perfil ofensivo e de projeção marítima de força, a China poderia, assim como os EUA, investir na construção de superporta-aviões, de vasos logísticos (petroleiros, navios de munição, navios-hospital) e no treinamento de missões de longa distância com Grupos de Combate para escoltar os superporta-aviões.

A principal missão da Marinha Chinesa, segundo Cole e O'Rourke, é assegurar que a China tenha vantagem num possível confronto com os Estados Unidos pela incorporação de Taiwan (COLE, 2013, p. 102-103, 105-108; O'ROURKE, 2014).

Em relação à estratégia naval chinesa, os analistas tendem a adotar a visão de Liu Huaqing (Comandante da Marinha Chinesa nos anos 1980) sobre o processo de três fases:

- a) Em 2000, a Marinha deveria ser capaz de defender os interesses marítimos da China na “primeira cadeia de ilhas” (Kurilas, Filipinas e ilha de Bornéu);
- b) em 2020, ser capaz de defender seus interesses na “segunda cadeia de ilhas” (Kurilas, Ilhas Marianas, Palau, Indonésia e Estreito de Malaca);
- c) em 2050, possuir grupos de porta-aviões e ter a capacidade de operar globalmente (COLE, 2013, p. 96-99; CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 66-71).

Cole (2013, p. 98-103) considera que a situação da China continua indefinida em Taiwan e por isso, segundo ele, se pode afirmar que ela ainda está na primeira fase do processo. Em contraposição, após exercícios navais em outubro-novembro de 2013, oficiais de alto escalão

do ELP afirmaram que a Marinha havia ultrapassado a barreira da primeira cadeia de ilhas (LAGUE, 2013). A seguir, uma figura ilustrativa das cadeias de ilhas.

Figura 7: As cadeias de ilhas de Liu Huaqing



Fonte: Adaptado da ferramenta Google Maps (2014) pelo autor.

Segundo Mulvenon (2008, p. 5), a Crise dos Estreitos (1995-1996) modificou a percepção da China sobre a livre navegação garantida pelos EUA e a possibilidade de um bloqueio energético. Isso fez com que os chineses começassem a se preocupar com a projeção de forças para proteger suas LMC. A Índia também passou a ser uma potencial ameaça nos anos 2000. Na Doutrina Marítima Indiana, publicada em 2004, os indianos enxergam sua posição geográfica como privilegiada para influenciar as linhas marítimas. Ainda, o documento aponta que o controle de pontos de estrangulamento poderia ser útil como elemento de barganha (HOLMES; YOSHIHARA, 2008, p. 130).

O pensamento estratégico dos analistas chineses considera a importância da proteção das LMC sob dois ângulos: A primeira é a ligação entre poder naval e econômico, baseada na teoria de Alfred Mahan de que o comércio é vital para o poder marítimo. Sendo assim, quem controla as LMC assegura o desenvolvimento econômico de sua nação (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008, p. 305). Em segundo lugar, existe a percepção de ameaça às LMC, vinda de potências como os Estados Unidos e a Índia (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008, p. 312-318).

Parte dos analistas chineses considera que a melhor forma de resposta a um bloqueio seria a retaliação, visto que países como EUA, Índia e Japão são igualmente (ou mais) dependentes dos suprimentos energéticos por via marítima. Segundo Collins, Erickson e Goldstein, alguns analistas defendem inclusive a adoção de uma estratégia ofensiva de primeiro ataque a portos inimigos, pois a proteção de comboios demandaria uma grande mobilização de navios (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008, p. 316-318).

McDonough (2013) apresenta o debate sobre se a China estaria abandonando sua estratégia de negação de área e antiacesso (A2/AD) para uma nova estratégia de controle do mar. Essa mudança teria sido identificada por alguns analistas através do aumento nas capacidades de grandes vasos (fragatas e destroyers) em detrimento da frota de submarinos.

Apesar de não significar necessariamente um abandono do A2/AD, as novas classes de destroyers Luyang II e Luyang III e de fragatas Jiangkei II parecem ter melhorado em defesa antiaérea, que é um dos pré-requisitos para a proteção de Grupos de Batalha. Segundo McDonough, o sistema de defesa antiaérea é similar ao Aegis dos Estados Unidos, utilizando radares de arranjo fásico e sistemas de lançamento vertical. Assim como O'Rourke (2014), o autor ressalva que as capacidades antissubmarino e antiminas não evoluíram no mesmo ritmo. Apesar disso, a evolução destas capacidades de escolta pode significar que a China estaria mais bem preparada para utilizar seu porta-aviões em missões mais distantes da costa (MCDONOUGH, 2013).

Nos primeiros meses de 2013, o Ministério da Defesa Indiano publicou um documento criticando as frequentes incursões dos SSBN chineses (provavelmente um dos novos Jin) no Oceano Índico. Segundo J. Cole (2013), mais do que uma ameaça no curto prazo, o emprego dos submarinos no Índico indica a intenção de expandir o escopo das operações da Marinha Chinesa para além do Estreito de Malaca e colocar à prova os sistemas de detecção da Marinha Indiana. Há a expectativa, por parte dos indianos, que a China possa empregar os novos mísseis balísticos Dong Feng 21 (DF-21D) nos seus SSBN. Estes mísseis têm sido chamados de “matadores de porta-aviões” (HOLMES, 2012).

Entretanto, outra questão importante é se a China realmente tem como prioridade a presença no Oceano Índico neste momento. Pequim volta suas atenções para os mares contíguos, onde as negociações pela reintegração com Taiwan, a disputa com o Japão pelas ilhas Diaoyu-Senkaku e a disputa pelas ilhas do Mar do Sul da China (Spratly e Paracels) com Filipinas e Vietnã tiveram episódios importantes desde 2012. Segundo Cole (2013, p. 115, 131-132), nestas regiões se encontram os maiores potenciais de conflagração para o futuro.

O Livro Branco de 2010 aponta que a Marinha Chinesa tem sua estratégia condizente com as exigências de uma estratégia de defesa “*offshore*”. Na opinião do autor Bernard Cole (2013, p. 108), baseado em análises chinesas, existem três definições para o que seriam as áreas de preocupação primária: a Zona Econômica Exclusiva (em geral 200 milhas náuticas), os “três mares” (*san hai*) e os “mares próximos” (*jin hai*). Todos estes indicam o que a Marinha Chinesa pensa sobre seu perímetro defensivo, que englobaria os Mares Amarelo, do Leste da China e do Sul da China.

Neste sentido, a perspectiva mais plausível é que a China, num ambiente após a resolução de disputas, poderia voltar mais as suas atenções para o Oceano Índico. Antes disso, é questionável que a China vá realizar grandes esforços de projeção de força além das atuais missões de antipirataria no Golfo de Áden. É importante notar que estes contenciosos poderiam levar décadas para alcançar uma resolução, seja ela negociada ou não. A China, por exemplo, não deixará de ter o Japão como vizinho e possivelmente como uma ameaça futura devido às suas relações históricas.

É importante ressaltar que, além da obtenção de capacidades de projeção marítima de força, existem algumas alternativas para amenizar os efeitos de um possível embargo ou bloqueio. Cita-se, entre outros, a criação de uma frota nacional de petroleiros (COLLINS; ERICKSON, 2008), o aumento da eficiência energética (KENNEDY, 2010), aumento das reservas estratégicas de petróleo (MULVENON, 2008, p. 7), o repasse de cargas por países vizinhos e a compra e venda *on board* (durante o fretamento) (COLLINS; ERICKSON, 2008, p. 106). Além disso, a China tem construído e ampliado os oleodutos vindos da Ásia Central (em especial o Cazaquistão) e da Rússia (KOZYREV, 2008).

Não se pode esquecer, tampouco, da esfera da estratégia. Em termos de ameaças, a Índia figura como coadjuvante para a China, que está voltada para suas disputas territoriais ao longo dos “três mares”. Tendo isto em mente, é difícil imaginar o deslocamento de um grande contingente chinês para operar no Índico, ainda mais se a China estiver envolvida em outro conflito armado. Há boa possibilidade, com o passar dos anos, de que ambas as marinhas desenvolvam maiores capacidades expedicionárias. Dado o relativo equilíbrio de capacidades navais e a perspectiva de manutenção deste equilíbrio, o receio da Índia sobre o futuro parece ser justificável apenas se a própria Marinha Indiana interromper o seu ritmo de desenvolvimento atual.

## 4 A DISPUTA SINO-INDIANA POR INFLUÊNCIA NA ÁSIA

Este capítulo procura analisar como se dá a rivalidade sino-indiana no contexto regional. A rivalidade sino-indiana só existe enquanto parte da região em que se encontra. Por isso, importa abordar os esforços de integração regional e as possibilidades ou não de construção de uma ordem securitária multilateral. Além disso, cabe fazer uma breve contextualização das relações econômicas, diplomáticas e políticas entre China e Índia sem perder de vista a perspectiva regional.

A partir de então, formula-se duas alternativas para o comportamento das duas potências em relação à disputa por áreas de influência na Ásia. A primeira é a competição estratégica, onde ambas encaram a disputa por vantagem econômica, política e securitária como um jogo de soma-zero. Neste caso, China e Índia caminhariam em direção ao conflito armado direto ou indireto (guerra por procuração/subterrânea). A segunda é um regime de segurança<sup>86</sup> no Indo-Pacífico, onde os países aceitam certos aspectos da presença rival, mas estabelecem regras de conduta que beneficiam a estabilidade da região como um todo. Obviamente, existe um espectro de posições entre a confrontação e a acomodação mútua. As duas opções são, portanto, pontos opostos na variação entre maior ou menor propensão ao conflito.

### 4.1 O declínio relativo dos Estados Unidos e o Pivô para a Ásia

Não se pode negligenciar a influência dos Estados Unidos, que são a principal potência mundial e estão presentes nos oceanos Índico e Pacífico. Apesar do declínio relativo, os EUA serão uma potência presente na região num futuro predizível. Nas últimas décadas, a crescente integração econômica entre China, Japão, os Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan) e posteriormente os países da ASEAN, configurou uma nova cadeia produtiva interdependente. O comércio intrarregional passou a ser tão relevante para alguns destes países quanto as suas relações com o Ocidente. Nas esferas política e securitária, os Estados Unidos estiveram mais preocupados com o Oriente Médio após o fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, emergiram novas construções multilaterais na Ásia para preencher o vácuo de poder deixado pelo fim da Guerra Fria, utilizando o arcabouço institucional da ASEAN (BEUKEL, 2008).

---

<sup>86</sup> A definição de regime de segurança é um conjunto de princípios, regras e normas que permitem às nações se restringirem no seu comportamento, acreditando que os outros irão agir de forma recíproca (JERVIS, 1982, p. 357).

Desde a década de 1980, os chineses não têm mais a intenção de ser uma potência revisionista e procuram ascender respeitando as atuais instituições globais. Ao mesmo tempo, tem obtido altas taxas de crescimento econômico que refletiram em seu poder militar. Por essa razão, a China enfrenta resistência de seus vizinhos pela crescente disparidade de poder e pelas rivalidades históricas da Ásia<sup>87</sup>.

A presença de Potências Regionais<sup>88</sup>, como Japão e Coreia do Sul, se soma à insuficiência das instituições atuais para mediar as inseguranças dos países do Leste Asiático. Por enquanto, a questão securitária ainda falha em se constituir numa agenda multilateral que englobe todos os países. A possível exceção é a própria Carta da ASEAN (2007), que estabelece regras entre seus membros, como a não intervenção em assuntos internos, respeito à soberania e resolução pacífica de disputas.

Em 2002, os países da ASEAN e a China assinaram a Declaração sobre a Conduta das Partes, para resolução pacífica das disputas no Mar do Sul da China. Mesmo assim, o acordo é mais um canal de diálogo do que um código obrigatório. Ainda, o Fórum Regional da ASEAN tem funcionado não como um preventor de crises, mas se constitui numa avenida para a discussão de temas sensíveis e numa oportunidade de restabelecimento de diálogo quando as negociações diplomáticas estão emperradas (BEUKEL, 2008, p. 30-34). Ademais, do ponto de vista econômico, a ASEAN tem dado passos rumo à integração econômica regional, incluindo China, Coreia do Sul e Japão (ASEAN+3).

Em resposta à ascensão chinesa, o governo Obama lançou a política do Pivô para a Ásia<sup>89</sup>. Através do Secretário de Defesa Leon Panetta em 2011, os EUA asseguraram a seus aliados que permanecerão no Pacífico e deslocarão novos contingentes para a região. A questão é que o significado do Pivô para a Ásia ainda está em aberto. Num primeiro momento, a maior participação dos EUA nos assuntos securitários regionais antagonizou os chineses através do apoio aos aliados em episódios de atrito com a China (ROSS, 2012). Atualmente, a estratégia do governo Obama tenciona dividir os custos da ação militar com seus aliados e restringir as condições para a intervenção americana (BRANDS, 2014). Em viagem recente à Ásia, Obama fez questão de dar um novo reinício ao Pivô como forma de

---

<sup>87</sup> Para uma introdução ao debate sobre a ascensão chinesa e as alternativas para o futuro da ordem regional do Leste Asiático, ver Silva, Reis e Magno (2013).

<sup>88</sup> Adota-se o conceito de Potência Regional referente àquele país que for capaz de influenciar no cálculo regional de poder (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 37).

<sup>89</sup> Para uma discussão teórica realista sobre o Pivô para a Ásia, ver Chen (2013). Para uma perspectiva geral sobre as implicações securitárias do Pivô, ver Muni e Chadha (2014). Para uma análise militar, ver Lord e Erickson (2014).

diminuir as tensões em torno da agenda excessivamente militarizada (BHADRAKUMAR, 2014a).

O modo como o crescimento chinês será abordado pelos Estados Unidos terá implicações diretas nas relações entre os países asiáticos. Este engajamento ocorre principalmente em três vias: 1) instituições multilaterais (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – APEC<sup>90</sup>, *Trans-Pacific Partnership* – TPP<sup>91</sup>); 2) acordos bilaterais de segurança (Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas) e 3) Doutrina ou conceito operacional de guerra para responder ao A2/AD, representados pelo debate entre *Air-Sea Battle* e *Offshore Control*<sup>92</sup>. O último item, principalmente, pode mudar as probabilidades de escalada militar e de transbordamento dos conflitos regionais.

Estas vias também têm uma interface direta com a estratégia global norte-americana para o Século XXI, ou seja, quais serão as regiões prioritárias para a política externa e de segurança e como os EUA vão lidar com a possibilidade de declínio relativo<sup>93</sup>. Feitas estas ressalvas, se reconhece as eventuais lacunas que o estudo possa ter sobre as perspectivas de política externa e de segurança estadunidense para a Ásia.

#### 4.2 O pensamento estratégico de China e Índia

Nesta seção será abordado o pensamento estratégico de China e Índia. O objetivo é compreender de que forma ambas veem suas respectivas áreas de influência tradicionais (Sudeste Asiático e Oceano Índico) e sua ótica sobre as intenções do rival em relação a si e a sua área de influência.

Como visto anteriormente, a rivalidade marítima (em contraste com os aspectos continentais) é fortemente influenciada por expectativas e percepções de ameaça e não tanto pela experiência histórica. A desconfiança indiana acaba se exacerbando pela sua percepção de atraso econômico e militar em comparação à China, gerando o medo de perder sua esfera natural de influência (Oceano Índico) e de uma hegemonia chinesa na região. Do lado chinês, existem percepções negativas sobre as intenções da Índia em balancear seu poder terrestre e

<sup>90</sup> Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico.

<sup>91</sup> Parceria Trans-Pacífico.

<sup>92</sup> Para uma introdução ao debate, ver Krepinevich (2010), T.X. Hammes (2013) e Holmes (2013).

<sup>93</sup> Para um debate sobre as alternativas estadunidenses, ver Posen e Ross (1996) e Brown et al (2000). Os autores Posen (2014), Layne (2007) e Art (2004) defendem o “engajamento seletivo”, enquanto outros como Brooks, Ikenberry e Wohlforth (2013) defendem a primazia norte-americana. Existem ainda as opções menos convencionais, chamadas de “neoisolacionismo” e cooperação securitária. Sobre a postura geoestratégica norte-americana em relação à massa eurásiana, ver Brzezinski (1998).

sua crescente influência econômica e diplomática através da modernização naval e da parceria com os Estados Unidos.

A China, em relação ao Sudeste e ao Leste Asiático como um todo, enxerga historicamente povos tributários. Esta noção permeia o imaginário chinês, representada pelas grandes expedições marítimas de Zheng He durante a Dinastia Ming. Na primeira metade do segundo milênio, a China tinha relativa interdependência econômica e arranjos comerciais preferenciais com seus vizinhos do sul (principalmente os impérios malaios e siameses, que hoje constituem o território de Cingapura, Malásia, Indonésia e Tailândia). Nestes lugares há, até hoje, grandes diásporas chinesas<sup>94</sup>. Eventualmente, os acordos comerciais e tributários se estendiam para o Índico, inclusive para o sul da Índia (MALIK, 2012, p. 16-17). Muitos analistas acreditam, inclusive, na possível reedição destes sistemas hierárquicos no Leste Asiático, tendo a China como núcleo (HUNTINGTON, 2010; KANG, 2007; KHANNA, 2008).

Do ponto de vista securitário, utiliza-se a divisão feita por Nathan e Scobell (2012) do Sudeste Asiático, separando suas porções marítimas (Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia e, em parte, a Malásia) e o Sudeste Asiático Continental (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã).

Na porção continental, a China se preocupa basicamente com os seguintes fatores:

- a) Ter Estados Tampão (*buffers*) em seu entorno que sirvam para a projeção de sua influência, ou, no mínimo, sejam neutros;
- b) manter a estabilidade política em países como Mianmar para evitar a atração de potências adversárias para as fronteiras chinesas;
- c) estabelecer relações econômicas para integrar sua periferia;
- d) gerenciar a grande diversidade de etnias nas porosas fronteiras e os problemas securitários não tradicionais (tráfico de drogas, refugiados, entre outros);
- e) angariar apoio diplomático nos fóruns multilaterais da Ásia e globais (NATHAN; SCOBELL, 2012, p. 148-149).

Na porção marítima, o principal contencioso é o Mar do Sul da China, disputado predominantemente por China, Filipinas e Vietnã<sup>95</sup>. Existem três argumentos principais sobre as motivações da China para esta disputa territorial: Garantir a posse do Mar do Sul da China para criar uma Muralha do Sul (em referência à Grande Muralha do norte); reivindicar

<sup>94</sup> Boa parte das diásporas foi formada durante as convulsões sociais da China no século XIX.

<sup>95</sup> A opinião de analistas diverge substancialmente quanto à importância desta disputa. Kaplan (2014) enxerga o potencial para um confronto armado direto entre Grandes Potências, enquanto Taylor (2014) afirma que a possibilidade de conflito armado é remota e que os verdadeiros interesses das potências na Ásia estão voltados para o Nordeste Asiático.

historicamente a retomada dos “territórios perdidos”<sup>96</sup> durante o “Século de Humilhações” e, numa perspectiva mais ofensiva, as ilhas poderiam servir como base para a projeção de forças pela China além da região (GAROFANO, 2008, p. 284-285). Também se acredita que haja grandes depósitos de hidrocarbonetos no entorno das ilhas disputadas (GAROFANO, 2008, p. 287-288; ECONOMY; LEVI, 2014, p. 140).

Em termos de estratégia para a Ásia no Século XXI, a China procura evitar ser envolvida em dois fronts simultâneos de tensão e ser cercada por vizinhos hostis. Segundo Garver e Wang (2010), a postura chinesa em relação à Índia é fruto, em parte, do estado de seu relacionamento com o Japão. Durante períodos de estranhamento nas relações sino-japonesas, houve tentativa de reaproximação com os Indianos. Quando a China decidiu adotar uma postura diplomática de acomodação com Tóquio, endureceu seu discurso contra a Índia.

A Índia, por sua vez, deriva muito de seu pensamento estratégico do período do Raj Britânico (1858-1947). A influência maior é de Lord Curzon (Vice-Rei da Índia no início do século XX) (MOHAN, 2010). Seu pensamento se enquadrava na “Escola Avançada” britânica, que advogava duas medidas para assegurar o controle da Índia: Controlar rotas marítimas e portos chave no Índico (especialmente Áden e Cingapura) e a criação de tampões (*buffers*) territoriais para impedir o contato com outros impérios (Afeganistão, Sião e Tibete) (BREWSTER, 2010, p. 15).

Apesar de não se considerar necessariamente uma sucessora deste império, o Raj foi o último capaz de unir todo o subcontinente indiano (e regiões não tradicionais, como a Birmânia, o Ceilão e as Maldivas). Historicamente, o subcontinente é uma região etnicamente muito diversa, disputada entre elites diferenciadas por castas e por linhas religiosas (VISENTINI, 2011, p. 18-19). O principal impeditivo para a realização dos objetivos indianos de reunificação do Sul da Ásia é a sua própria fragilidade e falta de coesão interna. Este fator é agravado pela inimizade histórica com o Paquistão e algum antagonismo de Bangladesh, derivados do período da descolonização e fratura do império, quando houve confrontos étnico-religiosos e migrações massivas (VISENTINI, 2011, p. 43).

Do ponto de vista marítimo, foi observado neste capítulo que a Índia enxerga o Oceano Índico como sua área natural de influência. As limitações internas da Índia durante a Guerra Fria obrigaram o país a abandonar sua visão de dominância no Índico e a se contentar com uma doutrina de não intervenção de potências externas no Sul da Ásia. Esta percepção

---

<sup>96</sup> Essas reivindicações incluem a reversão da invasão do Tibete pelos Britânicos, da cessão dos territórios de Hong Kong e Macau (até suas reincorporações em 1997 e 1999), da cessão de Taiwan aos Japoneses e incluem ainda as disputas dos arquipélagos de Paracel e Spratly (Mar do Sul da China) com países do Sudeste Asiático e de Diaoyu/Senkaku (Mar do Leste da China) com o Japão.

mudou a partir da década de 1990, quando a Índia passou a ter maior poder econômico, militar e político. Noções como o “anel de ferro”, de K. M. Panikkar foram revividas. Nesta visão, a Índia deveria se proteger através de um anel de bases avançadas em Cingapura, Iêmen, Ilhas Maurício e Sri Lanka (BREWSTER, 2010, p. 16). C. Raja Mohan (2010), por exemplo, defende que a Índia deve retomar o papel militar do Raj Britânico, que garantiu a segurança dos países litorâneos e participou de forma relevante nas duas guerras mundiais.

A Índia também credita sua influência regional a aspectos históricos. Durante o primeiro milênio, a Índia era a maior potência asiática e exportava seus princípios políticos e religiosos para o Oriente. Enquanto a China e o pensamento confuciano tiveram papel determinante na formação cultural do Vietnã, o budismo indiano se tornou dominante em Camboja, Laos, Mianmar e Tailândia. Foi através da Índia que o islamismo chegou à Indonésia e à Malásia (MALIK, 2012, p. 14; JHA, 2013, p. 105-106). De acordo com Mohan Malik (2012, p. 10) são estes laços históricos com o Sudeste Asiático e, em certa medida, com a Ásia Central que fazem da Índia o grande desafiador à ordem chinesa e não o Japão.

#### 4.2.1 As correntes estratégicas de China e Índia

Diante desta situação, cabe avaliar as correntes de pensamento em China e Índia sobre as intenções e capacidades do rival na disputa por influência regional. É esta percepção que indica, além do mundo material, as tendências de comportamento dos governos, de suas agências e até mesmo das sociedades<sup>97</sup>. Iniciando pela Índia, Mohan Malik (2012, p. 51-62) divide a estratégia para o relacionamento com a China em três correntes<sup>98</sup>:

- a) Pragmática – geralmente composta por membros do Partido do Congresso, empresariado indiano e ministérios da Finança e do Comércio;
- b) Hiper-Realista – composta por membros do *Bharatyia Janata Party* (BJP<sup>99</sup>) e dos ministérios do Interior e da Defesa e
- c) Apaziguadora – composta por membros do Partido Comunista Indiano, maoístas e extrema esquerda em geral.

A corrente Pragmática é favorável a uma política de engajamento, visto que a China poderia ser considerada uma ameaça de longo prazo e o único contencioso maior é seu apoio

<sup>97</sup> Malik (2012, p. 50) afirma que a opinião pública de China e Índia tem respondido negativamente às perspectivas de ascensão do rival.

<sup>98</sup> Provavelmente existem diversas divisões sobre as correntes indianas. Bajpai (2002) divide entre as escolas Nehruísta, Hiper-Realista e Neoliberal (que pode ser interpretada nas linhas da interdependência complexa). Em essência, a sua análise não difere da obra de Malik.

<sup>99</sup> Partido do Povo Indiano.

ao Paquistão. Para estes, o foco na interdependência econômica pode mitigar as possibilidades de confrontação no futuro. A possibilidade de uma aliança limitada com os EUA é vista como ponto de barganha para levar os chineses a serem mais pragmáticos. No entanto, são a favor da multipolaridade e de alianças limitadas com várias potências para adquirir tecnologia. Neste sentido, a Índia deveria seguir um caminho próximo ao modelo de desenvolvimento da China. Alguns acreditam no maior *soft power* e nos valores democráticos indianos.

A corrente Hiper-Realista favorece uma política de contenção-cerco e acredita que a ameaça chinesa é atual. Para estes, a China está constantemente tentando diminuir o poder indiano e ganhar vantagem através da aliança com seus vizinhos<sup>100</sup> e do apoio a grupos islâmicos e maoístas. A política de “Olhar para o Leste”, neste contexto, seria voltada para conter a hegemonia regional chinesa. No âmbito econômico, a corrente critica o “Consenso de Pequim”, seu modelo desenvolvimentista e o comércio bilateral, pois este só favoreceria a China, que vende manufaturados e importa recursos naturais. Para alguns autores, países como Japão, Vietnã, Indonésia e Mianmar estariam dispostos a se encaixarem em um esquema indiano de contenção à China. Outros pensam em uma aliança entre Israel/Turquia, Índia e Japão/Taiwan Taiwan de contenção à China e ao radicalismo islâmico. Os Hiper-Realistas não confiam em uma aliança de longo prazo com os EUA, pois temem um “condomínio sino-americano” como já ocorreu em crises econômicas anteriores.

Por fim, os Apaziguadores acreditam que a China é uma potência satisfeita, pois controla a região que deseja (Aksai Chin). Para estes, a Índia deveria, portanto, trabalhar em conjunto com os chineses para criar uma aliança terceiro-mundista em contraposição ao Ocidente. Mohan Malik afirma que, apesar de representarem uma pequena minoria, os Apaziguadores têm relativo espaço na opinião pública.

Do lado chinês, Malik (2012, p. 88) divide as opiniões sobre a Índia em dois grandes grupos. O grupo Linha-Dura, composto pelos “falcões” do ELP, acredita que a melhor solução é cortar a ascensão da Índia antes que esta se torne uma séria ameaça. O grupo Moderado é composto por analistas experientes, *think tanks* ligados ao Ministério das Relações Exteriores e a Academia Chinesa de Ciências Sociais. Para estes, o mais importante é manter a estabilidade no continente e aproveitar as oportunidades de promoção da “solidariedade Asiática” quando lhes for conveniente. Nesta visão, China e Índia podem tanto cooperar quanto competir dependendo da questão. O autor cita quatro assuntos em que

---

<sup>100</sup> Tibete nos anos 1950, ataque à Índia e amizade com o Paquistão nos anos 1960, transferência de armas nucleares para o Paquistão nos anos 1970 e 1980, cooptação de Mianmar nos anos 1990 e alianças com países do Índico (Bangladesh, Sri Lanka, Ilhas Maurício e Maldivas) nos anos 2000.

mesmo os Moderados teriam retórica mais contundente: Tibete, Paquistão, disputa territorial e proliferação nuclear.

Embora Malik não identifique por grupo as “percepções chinesas” apresentadas em sua obra, é possível deduzir que os pensamentos mais radicais pertencem aos Linha-Dura. Nesta categoria se encontra a seção “Dar uma lição na Índia novamente” e a menção ao artigo que sugere o desmembramento da Índia pela ação militar, pois não poderia haver “dois sóis no céu” e o atual sistema político indiano estaria perpetuando a miséria local (MALIK, 2012, p. 89, 101-107).

Por outro lado, através de declarações de acadêmicos e de líderes chineses, Malik enumera percepções mais gerais compartilhadas pelos estrategistas e analistas locais. Parte dos chineses acredita que o futuro da Índia é incerto devido a suas contradições internas e ao relativo atraso econômico em comparação à China. Sobre os vizinhos da Índia, os analistas se posicionam contra uma esfera de influência indiana, pois isso constrangeria o crescimento da China como potência. Por isso, a China deveria trazer estes países para sua órbita econômica e securitária. A atual estratégia chinesa, portanto, consistiria em explorar as deficiências indianas e minar sua disposição para se tornar um contrapeso à dominância da China na Ásia (MALIK, 2012, p. 88-92, 107-108; MALIK, 2013).

Os estrategistas chineses enxergam uma possível aliança Índia-Estados Unidos como um elemento desestabilizador da segurança asiática, especialmente se o Japão for incluído. O Acordo Nuclear Indo-Americano de 2008 acendeu o alerta para os chineses. Mesmo que a China não considere a Índia um adversário militar crível, o aumento das capacidades militares indianas pode desestabilizar a balança de poder Índia-Paquistão, contrariando o principal objetivo chinês na região. Os Moderados passaram a sugerir que a China desse maior atenção à ascensão indiana para evitar conflitos armados no futuro (MALIK, 2012, p. 92-95).

O Embaixador Cheng Ruisheng alertou a Índia sobre a possibilidade de se aliar aos EUA e ao Japão. Caso opte pela rivalidade contra a China, estará comprometendo seu “ambiente pacífico” e seu objetivo de se tornar um país desenvolvido (*apud* MALIK, 2012, p. 96). Neste cenário, ficaria nas entrelinhas a possibilidade de retaliação à Índia através do apoio às insurgências e de uma ofensiva política nos países vizinhos (Bangladesh, Mianmar, Nepal, Paquistão e Sri Lanka) para isolar regionalmente os indianos.

O cenário de alianças formais para a Índia parece improvável atualmente. Por parte dos Estados Unidos, Brzezinski (2012) é bastante claro ao afirmar que uma aliança formal Indo-Americana seria contra o interesse nacional norteamericano por diversos fatores: Não haveria como negar o antagonismo em relação a China e Paquistão, enredando os Norte-

Americanos desnecessariamente nos conflitos asiáticos; seria um favor à Rússia, que poderia diminuir seu medo em relação à China e sua disposição em se aproximar com o Ocidente, abrindo o flanco europeu e da Ásia Central para a expansão russa; intensificaria o terrorismo anti-Americano entre os muçulmanos.

A Índia, de qualquer modo, não estaria predisposta a criar uma aliança formal com os EUA (BAJPAI, 2014, p. 149-150). Mohan e Khanna (2006) descrevem a Política Externa Indiana no Século XXI dentro de uma lógica multi-alinhada, em contraste com o não alinhamento da Guerra Fria. Enquanto Grande Potência, a Índia deve se beneficiar de parcerias estratégicas com o máximo de países que possa lhe render dividendos tecnológicos, comerciais e políticos.

#### 4.3 O contexto econômico, diplomático e político das relações sino-indianas

Do ponto de vista econômico, diplomático e político, é importante questionar como se desenvolverão as economias de China e Índia; a coordenação diplomática sino-indiana; os processos de integração regional e os fóruns multilaterais da Ásia-Pacífico. Todos estes pontos estão conectados entre si e com as estratégias dos dois países, sendo importantes para sua aproximação ou afastamento.

##### *4.3.1 Perspectivas econômicas de China e Índia*

As perspectivas econômicas de China e Índia indicam alguma turbulência nas suas relações no longo prazo. Existe uma noção de que ambas poderiam se tornar um bloco econômico através da complementaridade entre economias e da integração de seus mercados, chamado de “Chíndia” (RAMESH, 2005). Entretanto, análises posteriores mostraram que existem mais elementos de competição nas economias dos dois países do que uma possível propensão à especialização integrada (HOLSLAG, 2010; HUANG, 2011).

Hoje há certa complementaridade nas exportações (a China exporta produtos industrializados e a Índia exporta matérias primas e serviços), mas a tendência é de competição no mercado de produtos de maior tecnologia e de maior valor agregado. A Índia prioriza o aumento das exportações industriais e a China deseja aumentar as exportações do setor terciário. Ambas também competirão por fontes de Investimento Externo Direto, que são escassas nas modalidades produtivas e abundantes no setor financeiro. A China já é um exportador de capital, mas há dúvidas se o investimento chinês se diversificará da atual pauta

de extração de recursos naturais. A competição por combustíveis fósseis tende a aumentar, visto que ambas possivelmente multiplicarão seu consumo energético nas próximas décadas e assim dependeriam cada vez mais de fontes externas (HOLSLAG, 2010, p. 69-74).

O cenário mais preocupante, no entanto, não é a falta de complementaridade econômica, mas o eventual aumento da disparidade entre as duas economias<sup>101</sup>. Em 2013, o PIB da China foi de US\$ 9,240 trilhões e o PIB indiano US\$ 1,88 trilhão<sup>102</sup>. Ryan (2012, p. 11) compila estimativas de consultorias para as duas economias em 2030 e chega a uma média de US\$ 22 trilhões para a China e US\$ 9 trilhões para a Índia. Apesar de haver uma diminuição da diferença relativa, a China tenderia a quase dobrar sua vantagem quantitativa.

Esta vantagem naturalmente se transferiria para o orçamento militar. A modernização militar chinesa tem sido impulsionada por seu crescimento econômico, visto que os gastos militares diminuiriam percentualmente entre 1995 e 2010 (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 106). Além disso, a Índia já usa 3% do PIB para o orçamento militar, enquanto a China dedica apenas 2% do seu PIB (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 88-89). Neste cenário, a China teria maior capacidade em sustentar maiores gastos militares do que a Índia.

Por outro lado, a Índia possivelmente terá vantagem demográfica sobre a China, que eventualmente sofrerá com o envelhecimento populacional nas próximas décadas. Mesmo assim, segundo Ryan (2012, p. 16), a Índia ainda teria que criar condições para uma inserção mais favorável de suas populações mais jovens.

Cabe ressaltar que todos os dados apresentados são apenas indicadores futuros e não necessariamente previsões. Gilboy e Heginbotham (2012) e Thant Myint-U (2011) reafirmam em diversas oportunidades o fato de que China e Índia têm riscos internos e sociedades em mudanças aceleradas. Portanto, fatores como a instabilidade doméstica podem tanto influenciar no aumento da distância entre as duas, como fazer com que a Índia ultrapasse a China.

Pode-se observar que a Índia preocupa-se com a sua aparente incapacidade em acompanhar o crescimento econômico chinês. É com base na promessa de maior crescimento que o novo Primeiro Ministro Narendra Modi, do BJP, foi eleito em 2014 (ECONOMIST, 2014). Por outro lado, a falha em corresponder às expectativas também poderia levar Modi, eventualmente, à busca pela revitalização do nacionalismo hindu, aumentando as tensões domésticas e nas relações com os países islâmicos (VII, 2014).

---

<sup>101</sup> Para análise setorial detalhada sobre o futuro das economias de China e Índia até 2025, ver Wolf Jr. et al (2011).

<sup>102</sup> Dados do Banco Mundial.

Apesar de ser membro do BJP, Modi não tem reproduzido o discurso Hiper-Realista característico do partido em momentos anteriores e de si próprio no período em que foi governador de Gujarat<sup>103</sup>. Pelo contrário, tem se mostrado receptivo aos projetos propostos pela China (BHADRAKUMAR, 2014b). Mohan Malik (2012, p. 57-58) já previa este comportamento. Ele apontava que a estratégia dos Hiper-Realistas poderia incluir uma distensão provisória para que a Índia possa ganhar força econômica e militar. Assim, o país estará em condições mais favoráveis ao negociar seus contenciosos com a China.

Um dos gargalos para a economia indiana é a sua infraestrutura portuária sobrecarregada (MANDAVIA, 2014), que teria prioridade no projeto da Rota da Seda Marítima. No caso dos chineses, quanto mais sucesso estes tiverem em sua empreitada diplomática, econômica e de integração de mercados, menos será necessário recorrer a meios coercitivos, como o aumento da presença naval no Índico. Nesta linha de argumentação, a China poderia estar mais disposta a soluções multilaterais de segurança marítima, por exemplo.

#### *4.3.2 A diplomacia e o pragmatismo nas relações sino-indianas*

Os Chineses possuem uma postura diplomática consistente, fator que ainda carece à Índia. Aos Indianos falta coordenação entre os interesses de suas instituições e um padrão de atuação internacional mais bem definido. Esta carência da Índia influencia o próprio pensamento chinês, de modo que estes passam a pressionar seus pontos fracos em busca de vantagem. A China valoriza elementos na diplomacia de outros países que estão pouco presentes na política externa indiana. Tomando como parâmetro sua opinião sobre os EUA, os Chineses valorizam posições fortes e consistentes, mas pacientemente abertas à negociação. Segundo Chen (2011), apesar do caráter “missionário” da política externa estadunidense, existe o reconhecimento de um pragmatismo em momentos políticos importantes (notadamente a reaproximação em 1971). No caráter pessoal, a diplomacia Chinesa valoriza o profissionalismo e o interesse pela sua cultura e pelo estreitamento de laços além das negociações do dia-a-dia. Por outro lado, a pluralidade de visões na política externa é vista como um empecilho. As diversas secretarias americanas e até mesmo o Congresso têm visões

---

<sup>103</sup> Até as eleições de 2014, a característica principal de Narendra Modi era o nacionalismo hindu e o antagonismo aos muçulmanos. Durante seu governo em Gujarat, ocorreram episódios marcantes de violência comunal. Enquanto centenas morriam, Modi se limitou a dizer que “cada ação tem uma reação”, se referindo às retaliações hindus após atentados islâmicos (KAPLAN, 2010).

bastante distintas e muitas vezes emperram negociações através de pressão interna (CHEN, 2011).

A diplomacia Chinesa é descrita pelo Embaixador Indiano Kishan Rana (2014, p. 7-9) como centralizada, hierarquizada, altamente profissional, de grande alcance internacional, mas avessa a riscos e estritamente auto-interessada. A diplomacia Indiana teria como características: A decisão informal e pessoal (dependente da força do primeiro-ministro e das contradições entre agências diplomáticas e militares); o difícil gerenciamento de crises; a publicidade dos debates de tomada de decisão; o profissionalismo do Ministério das Relações Exteriores e um alcance diplomático razoável, apesar de um corpo de funcionários limitado (RANA, 2014, p. 9-12).

O pragmatismo tem sido benéfico para os dois países, especialmente na promoção da multipolaridade e na convergência em assuntos globais. Gilboy e Heginbotham (2012, p. 71-73) fazem um levantamento das votações no Conselho de Segurança da ONU, mostrando que China e Índia convergem bastante entre si e em menor grau com os Estados Unidos. Temas como sanções ao Irã, ao Sudão e especialmente a Mianmar (em 100% das vezes) foram vetados pelos dois países. Além, é claro, dos interesses econômicos nos países alvo, Chineses e Indianos compartilham de visões de mundo similares sobre as relações interestatais. Ambas têm origem na solidariedade asiática, nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954) assinados por China, Índia e Mianmar e posteriormente adotados pela Conferência de Bandung (1955) e pelo Movimento dos Não Alinhados (1961).

A Conferência de Bandung representou um grande marco para as relações Sul-Sul e ainda oferece lições para os tempos atuais. Poucos meses antes de Bandung, a China havia abandonado sua postura radical revolucionária e passou a adotar uma postura pragmática sob a liderança de Zhou Enlai. A Índia, de Nehru, buscava desde a independência (1947) o ideal do pan-asianismo.

A parceria entre China e Índia objetivou tornar os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica num modelo para a promoção da cooperação entre os países emergentes. Durante a Conferência de Bandung, Zhou Enlai e Nehru atuaram em conjunto para negociar a paz e o entendimento principalmente com os países da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja), Tailândia e Birmânia. O discurso pragmático e a habilidade de Zhou diluíram a percepção de que a China se constituía numa ameaça para os vizinhos ou para os países pró-Occidente. Como aponta Mukherji (2008, p. 168), a promoção dos Cinco Princípios sugeria que, se os países emergentes pudessem aderir a estes princípios e evitar a confrontação, haveria pouca necessidade para a atuação das superpotências (URSS e EUA) na Ásia.

No pós Guerra Fria, a ascensão econômica simultânea de China e Índia (juntamente com Brasil, Rússia, África do Sul, Indonésia e outros), tem suscitado novos padrões de coordenação multilateral. O BRICS, por exemplo, declara a intenção dos “países emergentes” em participar de forma mais decisiva nas instituições financeiras globais, além de defender a reforma no Conselho de Segurança e discutir outros temas envolvendo comércio e segurança internacional. A finalidade principal é reformar o sistema multilateral global para que ele reflita as novas configurações de poder econômico e inclua os países do Sul em seu processo decisório (VISENTINI, 2012, p. 252-255).

Em contraste, a China se opõe à candidatura Indiana para uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo Malik, esta é a principal prova de que a participação nas instituições não gera necessariamente cooperação. Os Chineses não desejam outros países asiáticos como membros permanentes ou com poder de veto. No entanto, estes alegadamente apoiariam a candidatura da Índia diante de três condições: Extradicação do Dalai Lama; não apoio à candidatura do Japão e levar em consideração as preocupações de segurança da China ao avançar em suas relações com seus vizinhos no Leste Asiático (MALIK, 2012, p. 285-298). Ou seja, a China deixa claro que não tolera a intervenção em seus assuntos internos (Tibete), a aliança entre seus principais vizinhos e os EUA ou a formação de uma coalizão de alianças envolvendo EUA, Índia, Japão e países menores (Filipinas e Vietnã, por exemplo).

No âmbito da abertura de novos mercados, o engajamento sino-indiano com os países africanos tem rendido benefícios econômicos e diplomáticos, se configurando numa cooperação Sul-Sul (VISENTINI, 2012, p. 267). Para o continente africano, as relações com os dois países são uma oportunidade de superação gradual do subdesenvolvimento (BROADMAN, 2007, p. 33-34). Apesar de ambas as potências competirem por mercados, as relações com a África têm momentos de cooperação e de acomodação de interesses (CHERU; OBI, 2011).

Existe um componente econômico importante nas relações bilaterais a partir da década de 1980, se intensificando após o fim da Guerra Fria. Em 1994, a Índia se tornou o maior parceiro comercial chinês no Sul da Ásia e, em 2003, a China se tornou o maior parceiro indiano na Ásia. Esta interdependência crescente provê uma fonte de distensão em momentos de crise (MALIK, 2012, p. 47).

Um ponto importante sobre o novo fundamento das relações sino-indianas foram os incidentes de 1986-1987, quando o parlamento indiano anunciou a criação do Arunachal Pradesh como membro da União. Houve confrontos de fronteira e o transporte de blindados

para as regiões disputadas. Mesmo assim, as lideranças de China e Índia foram capazes de impedir a escalada e atuar de forma pragmática enquanto as relações pioravam na fronteira. A distensão culminou na visita do Primeiro Ministro Rajiv Gandhi à China em 1988 (GUPTA, 2014, p. 88-89; HOLSLAG, 2010, p. 45). A partir daquele momento, os dois países puderam retomar as conversações sobre a fronteira e reverter a percepção de que a disputa impediria as boas relações em outras esferas.

Por fim, no âmbito securitário, Raja Mohan (2012, p. 193-203) destaca as medidas bilaterais de construção de confiança tomadas nas últimas décadas. Em primeiro lugar, no ano de 1988, a Índia abandonou a visão de que a normalização das relações sino-indianas só poderia ocorrer com a resolução da disputa fronteira. Isso deu abertura para, nos anos 1990, ocorrerem visitas militares limitadas e acordos de resolução de conflitos de fronteira<sup>104</sup>. Em 2005 foi assinado o primeiro documento prevendo princípios para a resolução da disputa. Ao mesmo tempo, China e Índia assinaram uma parceria estratégica. Entre 2007 e 2014, ocorreram quatro exercícios militares bilaterais com foco no combate ao terrorismo.

Raja Mohan (2012, p. 201-204) ainda sugere que a cooperação marítima seja mais explorada por China e Índia. A assinatura de um acordo sobre incidentes no mar poderia ser uma boa iniciativa, nos moldes do acordo entre Estados Unidos e União Soviética, que previa a troca de informações sobre os encontros de seus navios militares, um comitê conjunto para avaliar anualmente os incidentes e um sistema para o entendimento mútuo<sup>105</sup>. Apesar das marinhas chinesa e indiana não terem contato frequente, alguns incidentes já foram registrados e sua frequência tende a aumentar.

O importante, para o autor, é diluir as percepções equivocadas do Colar de Pérolas e de uma aliança indo-americana para estrangular as LMC da China no Oceano marítimo.

#### *4.3.3 Os processos de integração regional*

O processo de integração liderado pela Índia é a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC). Seus princípios (soberania igualitária, não interferência nos assuntos internos, integridade territorial e independência política) se assemelham aos da

---

<sup>104</sup> Em 1993, foi assinado um documento de comprometimento com a restrição militar, com a comunicação entre comandantes locais e prevendo a retirada de tropas em caso de conflito armado. Em 1996, foram regulamentadas a presença de exércitos na fronteira e de armas ofensivas e a escala dos exercícios militares. A maior dificuldade para sua implementação é o desacordo sobre a Linha Atual de Controle.

<sup>105</sup> É importante mencionar que China e Estados Unidos firmaram recentemente um acordo para implementar um código de conduta que cobre incidentes no mar. Este ainda não tem grande abrangência ou caráter obrigatório, mas estabelece um precedente para o aprofundamento de suas regulamentações.

ASEAN, ambos com origem na solidariedade asiática e nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Até o final da Guerra Fria, as relações intra-regionais eram condicionadas pelo antagonismo entre EUA e União Soviética.

A partir da década de 1990, alguns fatores proporcionaram oportunidades de integração. Destacam-se o realinhamento internacional (dando maior margem de manobra à Índia), a abertura da economia indiana e a democratização nos países da região. Apesar da existência do marco institucional para uma área de livre comércio e para uma união econômica, mas a grande falta de vontade política dos países tem sido o grande entrave. Em especial, a grande disparidade de poder entre a Índia e seus vizinhos e a histórica inimizade entre Índia e Paquistão têm sido os maiores impeditivos (VISENTINI, 2012, p. 126-131).

No Leste Asiático, vem crescendo a importância da China na integração regional de mercados. Mesmo com a grande integração das cadeias produtivas, o regionalismo praticado pela ASEAN é historicamente aberto e mesmo os chineses ainda dependerão do capital norte-americano nas próximas décadas (ROSEN, 2012; HALE, 2012). Ou seja, é possível afastar por hora a possibilidade de um sistema econômico fechado no Leste Asiático centrado na China nos moldes comentados por Friedberg (2012). Boa parte dos países também pratica acordos bilaterais livre comércio com contrapartes extrarregionais.

Em termos multilaterais, o debate consiste na interligação dos acordos de livre comércio da ASEAN com Austrália-Nova Zelândia, China, Coreia do Sul, Índia e Japão, conhecido por ASEAN+6. Este processo é chamado de *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP<sup>106</sup>). O RCEP seria um processo consensual, flexível, de diminuição das disparidades econômicas e de liberalização gradual, de modo a ajustar as cadeias produtivas e a promover conectividade física, institucional e social. A expectativa é de que o RCEP seja concluído no final de 2015 (DAS, 2013, p. 3).

Além da lógica natural de promover seu próprio processo de integração na Ásia, a ASEAN lidera o RCEP na tentativa de expandir a iniciativa bem sucedida do ASEAN+3 (China, Coreia do Sul e Japão), incluindo mais três países capazes de diluir a proeminência econômica chinesa (EMMERSON, 2013). O ASEAN+3 teve papel fundamental ao mitigar substancialmente os efeitos da Crise Asiática Financeira de 1997 (CUNHA, 2002; VISENTINI, 2012, p. 154). A Índia tem papel central neste novo esquema, pois sua economia é uma das maiores do mundo e tem grande potencial de internacionalização (hoje o comércio exterior representa apenas 10% de seu PIB).

---

<sup>106</sup> Parceria Econômica Abrangente Regional.

Em oposição, os Estados Unidos têm proposto a expansão do *Trans-Pacific Partnership* (TPP<sup>107</sup>), que exigiria extensas reformas regulatórias internas dos países, incluindo propriedade intelectual e leis trabalhistas, ambientais, de investimento e do papel das empresas estatais. O TPP tem sido alvo de intensas críticas por suas negociações fechadas, que impedem o próprio Congresso Americano de acompanhá-las. Um dos principais contenciosos é a capacidade de empresas processarem Estados com arbitragem internacional (FERGUSSON et al, 2013, p. 40). As negociações do final de 2013 apresentaram profundas divisões entre as posições dos Estados Unidos e dos outros países, apesar da pressão estadunidense (WIKILEAKS, 2013). É bastante improvável que o TPP seja concluído nos moldes atuais.

Percebendo o entrave entre projetos opostos, a China passou a sugerir a retomada das negociações do *Free Trade Area of the Asia-Pacific* (FTAAP<sup>108</sup>). Em novembro de 2014, os chineses ganharam o apoio dos membros da APEC após reunião, dando início ao processo de negociação do acordo (V. TAN, 2014).

É no contexto destes projetos simultâneos que surgem as propostas chinesas da Rota da Seda Marítima e do BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar), que serão abordadas de forma mais detalhada posteriormente. A intenção da China é aumentar a conectividade marítima através da modernização de infraestrutura nos países do Pacífico e do Índico. Em outros termos, isto significa tentar substituir a noção do “Colar de Pérolas”, por uma percepção de desenvolvimento aberto e compartilhado. Através dos meios de pagamento, a China garante a segurança de suas Linhas Marítimas de Comunicação, integra mercados e traz benefícios para todos os países litorâneos. Com o BCIM, os chineses dão importância especial a sua relação e conectividade com a Índia, que se configura ao mesmo tempo num grande mercado e no principal competidor em potencial. Neste caso, Mianmar é o eixo que se beneficia e que possibilitaria a conexão sino-indiana.

---

<sup>107</sup> Parceria Trans-Pacífico. Até agosto de 2014, o TPP estava sendo negociado entre Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Perú e Vietnã. Coreia do Sul e Taiwan demonstraram interesse em participar das negociações.

<sup>108</sup> Acordo de Livre Comércio da Ásia-Pacífico.

#### 4.3.4 O ambiente securitário regional: buscando alternativas multilaterais

Por fim, é necessário levar em conta o ambiente regional em que se desenvolverão as relações sino-indianas. Hoje, os cenários de segurança para a Ásia se dividem basicamente entre as perspectivas de desequilíbrio (MEARSHEIMER, 2001; FRIEDBERG, 2012) ou de acomodação da ascensão chinesa, seja pela adesão à sua liderança (KANG, 2007) ou pela adaptação mútua (BUZAN, 2010).

O exemplo de Mianmar é importante para este debate. Outrora chamado de “peão chinês”, busca hoje diversificar suas parcerias estratégicas e retomar sua neutralidade histórica. Isto mostra que mesmo os países mais dependentes da China (talvez especialmente estes) procuram alternativas diplomáticas, econômicas e securitárias para evitar sua transformação numa “colônia”. Ao mesmo tempo, Mianmar não nega que a China é seu maior e mais importante vizinho, com quem deve manter boas relações em nome da própria soberania.

Retomando as ideias apresentadas na introdução, o fato é que os países da região, especialmente aqueles sem aliança bilateral com os EUA, não desejam uma polarização em torno dos blocos chinês e americano, mas sim barganhar entre as Grandes Potências<sup>109</sup>. É o que J. D. Ciorciari (2009) chama de “balança de influência”, que se difere da balança de poder por:

- a) não representar alinhamentos tradicionais;
- b) incluir elementos econômicos, institucionais e ideacionais;
- c) convidar as potências externas para que estas tenham participação na construção da estabilidade regional e
- d) criar uma balança multidimensional, colocando constrangimentos sobre a tentativa de dominação por uma única potência.

De certa forma, Ciorciari dialoga com Adam Watson (2004) e a sua ideia de hegemonia coletiva no Concerto Europeu do século XIX. Para Watson, a hegemonia coletiva se difere da hegemonia tradicional porque seu conjunto de normas é ditado em conjunto pelas potências participantes (WATSON, 2004, p. 336). Assim como na Europa, a ideia é que a Ásia não tenha áreas de influência exclusivas, mas sim um concerto que impeça as potências de tomarem atitudes unilaterais e prejudiciais à estabilidade e à paz regional.

---

<sup>109</sup> Para uma visão tradicional de balança de poder no Sudeste Asiático, ver Ross (2006).

Neste contexto, importam os arranjos multilaterais e a busca pelo diálogo entre os principais atores na Ásia. Pankaj Jha (2013, p. 139-140) aponta quatro tendências deste processo nos últimos 10 a 15 anos:

- a) Criação de novos organismos institucionais voltados predominantemente para a segurança, por exemplo a Organização para a Cooperação de Xangai<sup>110</sup> (OCX);
- b) a criação de organismos regionais que priorizam não somente temas econômicos, mas também temas de segurança, em contraste com as iniciativas anteriores (o exemplo é a Cúpula do Leste Asiático<sup>111</sup>);
- c) a inclusão de tópicos sobre segurança em fóruns econômicos, como a APEC e
- d) a criação de estruturas sub-regionais que complementam e facilitam a interdependência econômica (BCIM, BIMSTEC, Cooperação do Mekong Ganga - MGC, entre outros).

Em relação à construção de uma ordem multipolar e multilateral na Ásia, Kissinger (2011) e Mohan<sup>112</sup> (2013) apresentam alternativas à bipolaridade sino-americana. Kissinger (2011, p. 506) aposta no conceito da Comunidade Pacífica, em que China e Estados Unidos aceitam a presença um do outro e onde “Potências Médias” (Austrália, Indonésia, Índia, Japão e Vietnã) possam participar na construção de um sistema conjunto.

Já Mohan afirma que os países do Indo-Pacífico não estariam dispostos a aceitar nem a bipolaridade, nem um concerto de potências ao estilo europeu do Congresso de Viena (1815). Para ele, uma opção interessante seria a “Coalizão de Potências Médias” devido ao histórico de intensa interação securitária multidimensional entre os países da região, especialmente após a Guerra Fria. Esta coalizão ocorreria através do desenvolvimento conjunto e venda de equipamentos militares, da troca de inteligência, da promoção da interoperabilidade entre diferentes forças armadas e de acordos mútuos de acesso aos portos. Austrália, Cingapura, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão e Vietnã são exemplos de pilares desta interação multidimensional sem que haja a supervisão ou a chancela de China e EUA.

Um dos problemas da construção de uma nova ordem regional é a criação de uma instituição que seja ao mesmo tempo abrangente (contemplando todos os países da região) e que proponha o diálogo securitário. O Fórum Regional da ASEAN deu início a este processo,

<sup>110</sup> Composta por China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão. Afeganistão, Índia, Irã, Mongólia e Paquistão são observadores. Bielorrússia, Turquia e Sri Lanka são parceiros de diálogo.

<sup>111</sup> A Cúpula ocorre anualmente após o encontro dos líderes da ASEAN. Para participar neste evento, os países interessados devem primeiro assinar o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN. Seus membros são os mesmos componentes do ASEAN+6, com a inclusão de Estados Unidos e Rússia a partir de 2011.

<sup>112</sup> A palestra de Raja Mohan supracitada proporcionou as bases para o artigo de Medcalf e Mohan (2014), onde os autores avançam sobre a ideia inicial.

mas depende da coesão interna da ASEAN, que tem sido afetada pelas disputas do Mar do Sul da China (notavelmente em 2012, quando pela primeira vez os países membros não produziram uma declaração conjunta anual).

Embora seja difícil analisar um processo estrutural e longo com uma ótica conjuntural, pode-se observar que existem atualmente duas iniciativas em evidência que procuram organizar (de formas diferentes) o diálogo securitário regional. São elas a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA<sup>113</sup>) e a Organização para Cooperação de Xangai, já citada anteriormente.

A proposta do presidente chinês Xi Jinping para a CICA não é resolver as disputas regionais, mas criar medidas de confiança e afastar-se do modelo de alianças bilaterais dos EUA. Nesta visão, os problemas asiáticos deveriam ser resolvidos pelos próprios asiáticos. Ele ainda indicou que a China tomaria papel de liderança em um código de conduta para a segurança regional e para um programa asiático de parceria securitária (TIEZZI, 2014b). A China tem reunido esforços para elevar o perfil desta conferência, mas esbarra na ausência de países importantes. A CICA inclui grande parte da Ásia e além, incluindo países do Oriente Médio (Egito, Irã e Turquia) e do Cáucaso. No entanto, Japão, Indonésia, Austrália e EUA, por exemplo, têm apenas status de observadores e outros (Cingapura, Arábia Saudita, Mianmar, Laos e Coreia do Norte) sequer participam das reuniões.

A OCX é mais limitada em abrangência territorial, mas a instituição se consolida sob a liderança de China e Rússia. A Organização tem avançado substancialmente na cooperação em segurança, que acabou se tornando a fiadora da integração econômica. A proposta chinesa e russa neste caso seria: estabilizar a Ásia Central, diminuir o papel estadunidense na região e estabelecer uma área de influência compartilhada. Ao mesmo tempo, os outros países participantes também têm poder decisório e se beneficiam da integração através de empréstimos e obras de infraestrutura. Caso as potências da região consigam estabilizar o Afeganistão e sua fronteira com o Paquistão, a Ásia Central poderia ser contemplada com ligações para o Oceano Índico (MARTINS et al, 2011; VISENTINI, 2012, p. 241).

---

<sup>113</sup> Conferência sobre a Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia.

## 5 CHINA E ÍNDIA EM MIANMAR: EIXO DA RIVALIDADE OU DA INTERLIGAÇÃO?

Este capítulo tem como objetivo inserir Mianmar no contexto das relações sino-indianas. O país é parte relevante dos cálculos estratégicos de China e Índia e enfrenta dificuldades domésticas, mas possui potencial para servir de palco direto e indireto na reaproximação entre os dois países através da interligação territorial e da abertura econômica local. Mianmar tem seus principais desafios nas contradições entre grupos políticos que disputam espaço na atual transição em direção a um regime democrático e no subdesenvolvimento econômico. Por vezes, o país tem impacto benéfico para o contexto regional, caso da presidência da ASEAN exercida em 2014. Do ponto de vista securitário, devido às suas fronteiras porosas e com populações diversas, Mianmar sofreu historicamente com o jogo duplo dos países vizinhos. Sem que estes problemas sejam revertidos, há o risco de impactos negativos sobre a interligação territorial.

Toma-se como cenários hipotéticos e ilustrativos do potencial de Mianmar aqueles utilizados por Thant Myint-U (2011, p. 325-326). O **cenário positivo** para o país seria:

- a) Fim das sanções econômicas;
- b) desenvolvimento balanceado entre os setores primário, industrial e de serviços;
- c) redução da pobreza e crescimento da classe média (que leva à aceleração da democratização);
- d) os acordos de cessar-fogo são transformados acordo político;
- e) a paz chega também pela primeira vez ao Nordeste da Índia;
- f) Yunnan também se beneficia da estabilidade em Mianmar, se inserindo no mercado local e utilizando o corredor logístico para exportações via Oceano Índico.

O **cenário negativo** seria:

- a) Sanções se mantêm;
- b) a economia cresce, mas apenas no setor de commodities;
- c) o sentimento antichinês em Mianmar aumenta, sendo fruto das contradições de classe entre a população pobre local e os “novos ricos” chineses;
- d) os conflitos armados em Mianmar se intensificam novamente e podem dragar Grandes Potências numa guerra por procuração;
- e) a Índia fica alarmada e as rivalidades aumentam devido aos conflitos no Nordeste;
- f) o corredor de exportação da China se torna inviável politicamente (no cenário original, o autor acreditava que o corredor seria finalizado de qualquer modo).

Mapa 3: Mapa político de Myanmar



Fonte: MAPS OF WORLD, 2012.

## 5.1 A importância estratégica de Mianmar

Geograficamente, Mianmar se encontra na junção entre duas Grandes Potências com grandes capacidades econômicas e demográficas. Embora o país só tenha cerca de 60 milhões de habitantes, sua vizinhança imediata congrega mais de 500 milhões de pessoas<sup>114</sup> (THANT MYINT-U, 2011, p. 54). De acordo com a visão de Huntington (2010), Mianmar estaria na intersecção entre as civilizações sínica, hindu, islâmica e budista. A partir de Mianmar se pode ter acesso ao interior da China, ao Sul da Ásia e ao Sudeste Asiático. No entanto, o relevo e a hidrografia favorecem o eixo Norte-Sul, por onde correm os rios navegáveis. A rota Leste-Oeste possui grandes variações de altitude, pois as fronteiras são montanhosas e o centro é uma planície (SELTH, 2002, p. 5). Mesmo assim, Mianmar é o elo geográfico entre o subcontinente indiano e o Sudeste Asiático, que possivelmente confere maior sustentação à ideia de que a Índia poderia ser parte do Leste Asiático. Para a China, Mianmar pode ser o eixo de ligação com o Oceano Índico, se transformando numa “Califórnia Chinesa”, como aponta Thant Myint-U (2011).

Algumas lições históricas demonstram a importância estratégica da antiga Birmânia. Durante o período pré-colonial, os impérios birmaneses buscaram, sem sucesso, a hegemonia regional através da conquista do Sião (atual Tailândia) e do Assam. A China da dinastia Qing, no século XVIII, chegou a invadir a Birmânia para manter o equilíbrio regional. É por causa desta intervenção que a maioria dos autores tende a conferir um status de “suserania” histórica chinesa sobre a Birmânia<sup>115</sup>.

A colonização inglesa mostrou outra perspectiva sobre a Birmânia. Os ingleses eram cientes do potencial mercado interior da China, que poderia ser acessado através da Birmânia. Havia a preocupação com o avanço da França na Indochina. Por isso, se percebeu a necessidade de criar um tampão que impedisse o avanço francês para Bengala e para o Assam. Pouco tempo após a conquista da Birmânia, França e Inglaterra concordaram em manter a Tailândia independente para servir de tampão. Apesar de não realizar todo o

---

<sup>114</sup> Contando as populações de Bangladesh, Nordeste Indiano, províncias de Sichuan e Yunnan na China, Laos e o norte da Tailândia.

<sup>115</sup> Esta noção, no entanto, é duvidosa. Evidências históricas demonstram que a China Qing não conseguiu consolidar sua ocupação militar no norte da Birmânia e, sob grandes baixas, retirou-se para Yunnan (DAI, 2004). O acordo sino-birmanês reconheceu a autoridade birmanesa sobre os estados Shan e restabeleceu as relações diplomáticas. Os chineses consideraram que a Birmânia havia se tornado um “Estado Tributário”, enquanto os birmaneses comemoraram o reconhecimento de sua área de influência (GARVER, 2001, p. 246). O único período de influência direta sobre a Birmânia ocorreu durante a dinastia Yuan (1271-1368) entre 1283 e 1303, durante as invasões mongóis (GARVER, 2001, p. 245). Até mesmo Yunnan, na China, foi um reino independente por muitos séculos, muitas vezes se aliando ao Tibete. Por conta disto, Yunnan é uma região diversa etnicamente e religiosamente (THANT MYINT-U, 2011, p. 165-169).

potencial terrestre birmanês, o Raj Britânico acabou incluindo Rangoon no circuito portuário das Índias Orientais, inserindo os birmaneses na economia global. Neste período, a Birmânia fez parte da Índia<sup>116</sup> (1889-1937).

A Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância estratégica da Birmânia. O historiador K.M. Panikkar (1943, p. 43-46) argumentou que a invasão japonesa mostrou a extraordinária significância da Birmânia para a defesa da Índia e do Sudeste Asiático. Para ele, a posse da Birmânia por outra potência era uma ameaça severa à Índia. Os birmaneses (e a maioria dos países asiáticos) não tinham condições de se defenderem. Portanto, a defesa da Birmânia era, em última instância, a defesa da própria Índia. Segundo o autor, nenhuma responsabilidade poderia ser considerada pesada demais para a Índia no tocante à defesa deste vizinho e à inviolabilidade de suas fronteiras.

Recentemente, Mianmar figurou implicitamente como parte da Doutrina Gujral<sup>117</sup> (1996-1998). O primeiro ministro indiano suspeitava que a China fosse realizar um movimento de pinças sobre a Índia, através do emprego de mísseis no Tibete, de submarinos no Oceano Índico e de apoio militar a Mianmar e Paquistão (HOLSLAG, 2010, p. 50).

Este é o mesmo cenário visualizado por Mohan Malik (Apêndice I). Ele afirma que a China poderia atacar em três frentes: Caxemira, Arunachal Pradesh e Mianmar. Mesmo que a Constituição de 2008 proíba o estacionamento de combatentes estrangeiros no país, os estados Shan e Kachin são de difícil acesso. Portanto, estariam vulneráveis ao deslocamento rápido e à utilização de seu espaço aéreo. Mesmo que Mianmar identificasse as violações, é difícil imaginar o país se envolvendo diretamente numa conflagração desta magnitude. Por outro lado, Neville Maxwell (Apêndice E) contradiz a versão de que os Chineses usaram o estado Kachin para incursões em 1962 e de que poderiam fazê-lo atualmente. Ele menciona o exemplo do Butão para explicar o respeito do PLA quanto a não violação de fronteiras neutras durante a Guerra Sino-Indiana.

A imagem chinesa do corredor birmanês também deriva da Segunda Guerra Mundial, quando os suprimentos vindos da Estrada da Birmânia sustentaram o governo nacionalista do Kuomintang. No início da guerra, a Estrada da Birmânia era responsável por 31% dos suprimentos enviados por EUA e Inglaterra para a China, enquanto 42% entravam pela

---

<sup>116</sup> Rangoon foi conquistada em 1852, mas o norte continuou independente até 1889. Em 1937, a Birmânia se tornou uma colônia separada e conquistou a independência em 1947.

<sup>117</sup> A Doutrina Gujral foi um conjunto de cinco princípios criado pelo 13º Primeiro Ministro da Índia, I. K. Gujral. Estes princípios eram: a) Em relação a vizinhos como Bangladesh, Butão, Maldivas, Nepal e Sri Lanka, a Índia não pede reciprocidade e concede o que pode em nome da boa fé e da confiança; b) nenhum país do Sul da Ásia permitirá o uso de seu território para ser usado contra o interesse de outro país da região; c) nenhum país da região deve intervir nos assuntos internos do outro; d) todos os países do Sul da Ásia devem respeitar a soberania e a integridade territorial do outro; e) resolução pacífica de disputas.

Indochina Francesa (GARVER, 2001, p. 248). A Indochina foi tomada em 1942 e meses depois capitulou a parte meridional da Birmânia, cortando a Estrada. Restou aos Aliados enviar suprimentos através de uma rota alternativa pelo Nordeste Indiano, tanto pela Estrada de Ledo, quanto pela aviação de carga.

Este evento demonstrou que, mesmo com o litoral chinês ocupado pelos japoneses, foi possível sustentar o governo central, que se moveu para Chongqing, no interior da China (LEE; HORNER, 2014). É possível fazer uma conexão entre a Segunda Guerra e a atual ameaça de contenção pelos Estados Unidos. Uma das possibilidades é o embargo econômico e o bloqueio dos portos chineses. Neste caso, a China contaria com o apoio logístico de Mianmar e possivelmente da Tailândia via Rio Mekong.

É neste contexto que surge a via Kyaukpyu-Kunming, mencionada como um ponto do “Colar de Pérolas”. Atualmente, o oleoduto e o gasoduto já estão operacionais. No entanto, o projeto ferroviário de US\$ 20 bilhões não foi iniciado e há a possibilidade de cancelamento sob a justificativa de danos socioambientais e de expiração para o início das obras. Por trás disso pode haver dois fatores: o nacionalismo mianmareense (medo de erosão da soberania) e a pressão do Ocidente. Estes elementos serão analisados posteriormente. O projeto é imprescindível para a consolidação do “segundo litoral chinês”, pois é a ferrovia que escoaria a produção para o Índico, encurtando o caminho atual em milhares de quilômetros.

Há também a “Ferrovia da Morte” (Sião-Birmânia) construída pelos japoneses em 1942 para sustentar o front de guerra contra a Índia. Esta pode ser reeditada, juntamente com a construção de uma inédita ferrovia Tailândia-Yunnan (THE TIMES OF INDIA, 2014; HODAL, 2014). Isto criaria um triângulo logístico importante, pois criaria duas rotas de suprimentos interligadas para a China. Quando a costa chinesa foi invadida, boa parte da indústria foi deslocada para a cidade de Kunming (THANT MYINT-U, 2011, p. 142), que será o terminal norte deste triângulo. Mesmo que os centros de comando e controle da costa chinesa sejam destruídos e a própria capital Pequim seja tomada, eventualmente a China seria capaz de operar uma guerra (com o apoio da milícia primária) a partir de seu interior com o suporte dos vizinhos do sul. Neste cenário, não se pode esquecer que os recursos continuariam vindo através do Oceano Índico e do Mar do Sul da China, estando vulneráveis a bloqueios portuários.

Durante a Guerra Fria a Birmânia preferiu a neutralidade, que se transformou em isolamento a partir do regime socialista (1962-1988). Na maior parte do tempo, a China esteve frágil e preocupada com seus desafios internos. Mesmo assim, sua pressão se fez sentir durante a Revolução Cultural, mais precisamente a partir de 1967. O Partido Comunista

Chinês passou a apoiar abertamente os comunistas birmaneses do norte, enviando Guardas Vermelhos (milícias). Até 1962, a interação com a Índia foi importante para a promoção do terceiro-mundismo, mas a Birmânia não despertou seu interesse estratégico até o início da política de “Olhar para o Leste”.

Para Estados Unidos e União Soviética, a Birmânia tinha pouca importância enquanto se mantivesse estável. Por isso, ambos monitoravam a situação com embaixadas maiores do que o necessário para a manutenção de sua baixa interação com a Birmânia. Os americanos não desejavam que a Birmânia se tornasse comunista por medo de um efeito dominó na região (SELTH, 2002, p. 14-15). Da mesma forma, os soviéticos estavam de acordo com o regime socialista fechado, pois temiam que a China transformasse o vizinho em satélite (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 102-103).

Com as reformas de Deng Xiaoping e a abertura da economia chinesa, Mianmar se tornou uma porta de entrada para o Oceano Índico. Em parte aprendendo com a lição estadunidense, os Chineses ensaiam uma marcha para Oeste, que se intensificou com o governo Hu Jintao (2002-2012). O presidente priorizou o desenvolvimento do interior e a política dos “Dois Oceanos”. Embora os acadêmicos chineses não sejam claros a respeito, é em Mianmar que eles enxergam a sua “Califórnia” (THANT MYINT-U, 2011, p. 29). Mohan Malik (Apêndice A) compara, em importância, a posição da Birmânia para a China como se fosse o México para os Estados Unidos.

A experiência dos Estados Unidos com a Birmânia remonta à aliança com as minorias étnicas durante a Segunda Guerra (especialmente Kachins e Karens). Além disso, em decorrência da Revolução Chinesa (1949), uma parte do Kuomintang fugiu para o estado Shan, de onde recebeu apoio americano via Tailândia por alguns anos. Desde então, a importância estratégica de Mianmar tem sido negligenciada pela comunidade política estadunidense (HEINOLD, 2013, p. 1). No pós Guerra Fria, os EUA perceberam a importância crescente de Mianmar para a China. Por isso, passaram a atuar de modo a desestabilizar o regime militar e a apoiar os movimentos pró-democracia surgidos em 1988. Os estadunidenses pressionaram através de sanções econômicas e do bloqueio de financiamentos por instituições multilaterais (HAACKE, 2006, p. 62-63).

Mianmar representa, para a disputa global sino-americana, um conflito de interesses além da estratégia. Os EUA acusaram Mianmar de ser um bastião antidemocrático apoiado por China e Rússia, participando um “Eixo do Mal” ou, utilizando a terminologia de Condoleezza Rice, “Postos da Tirania”. Esta visão se enquadra no “universalismo” de seus valores (HUNTINGTON, 2010, p. 303), na sua campanha global pela democracia e pela

liberalização econômica. Os chineses enxergam em Mianmar seu “experimento” de transição rumo ao desenvolvimento e à democracia. De acordo com Thant Myint-U (2011, p. 35), a China está cada vez menos certa de que o Ocidente pode trazer mudanças positivas através de intervenções multilaterais e tenta apresentar uma transição dentro de sua filosofia.

A Índia, no início da década de 1990, apoiava abertamente os rebeldes birmaneses que desejavam a restauração da democracia no país. A abertura econômica indiana e a necessidade por acesso a novos mercados e fontes energéticas fizeram o governo mudar sua estratégia para uma política mais realista. Em relação ao Nordeste Indiano, emergem duas prioridades relacionadas: encerrar as atividades insurgentes e alavancar a economia local, especialmente do Assam (por ter a maior população e um vale fértil). Como Bangladesh tem relações historicamente conturbadas com a Índia, Mianmar se torna a principal solução para o escoamento da produção local. Contudo, viu-se anteriormente que as guerrilhas do norte de Mianmar são responsáveis pelo tráfico de armas para os insurgentes indianos. Portanto, o país se apresenta relevante para as duas perspectivas: de interligação em infraestrutura e de conflito armado.

Neste contexto, o sucesso na estabilização do país pode ser um forte indicador de que as potências da região (China, Índia) e, possivelmente, a potência global (EUA) estão dispostas a cooperarem em assuntos de interesse mútuo (abertura de novos mercados e diminuição dos custos logísticos e produtivos). A competição continuaria através da diplomacia, da política internacional, do comércio e dos investimentos, mas a possibilidade de desestabilização externa do regime se tornaria mais remota. Por outro lado, a competição pode se mostrar uma ameaça real à integridade territorial de Mianmar. As potências podem buscar aliados políticos locais e aumentar a polarização política interna entre militares, oposição civil e minorias étnicas.

## 5.2 Grande Jogo no Leste: os jogos de poder entre China, EUA e Índia

A guerra por procuração entre os principais atores (China, EUA e Índia), mesmo que hoje pareça distante, não pode ser descartada como cenário. Um relatório da RAND Corporation, em 2011, cogitou um cenário de Guerra Sino-Indiana a partir da disputa em resposta ao desmantelamento de um Estado vizinho, colocando o exemplo de Mianmar (DOBBINS et al, 2011, p. 4).

O aumento da competição sino-indiana pode ocorrer através do apoio encoberto, inclusive para afastar a eventualidade de uma confrontação direta na fronteira. Já os Estados

Unidos, segundo Kaplan (2010) não querem correr o risco de serem “ejetados” da Baía de Bengala por China e Índia. De acordo com Pankaj Jha (2013, p. 233), os estadunidenses não desejam a aproximação e a interligação econômica de China e Índia, mediante a construção de infraestrutura e a exploração conjunta dos recursos de Mianmar. Por isso, os EUA tentam se engajar com as lideranças locais a fim de diluir a influência dos dois vizinhos.

Conforme visto anteriormente, a China mantém relações com o Exército do Estado Wa Unido e até 2009 mantinha laços com os Kokangs, grupo étnico presente dos dois lados da fronteira e aliado dos Was. Os Kachins, que já colaboraram com os insurgentes e com o governo indiano, parecem continuar com um jogo duplo. Especula-se que a Índia está buscando, de forma encoberta, o apoio dos Kachins em troca de refúgios contra os ataques do Exército de Mianmar (TIMES OF ASSAM, 2012; SAIKIA, 2011).

Dentro deste jogo sino-indiano, é possível ainda que a Índia passe a apoiar mais ativamente a luta de Mianmar contra os Was. O Ministro da Informação Ye Htut já declarou que, se depender de Mianmar, haverá cooperação total para combater os grupos “terroristas” indianos em solo nacional (BHUYAN, 2014). Um cessar-fogo geral no país, que está em negociação, poderia ser útil para a Índia por diminuir os fluxos de armamentos para o Nordeste Indiano. A China também pode se beneficiar, pois os confrontos geram fluxos de refugiados e ameaçam os investimentos chineses no norte mianmarenses (FARRELLY, 2011).

Os Estados Unidos, embora tenham maior envolvimento com a oposição civil birmanesa (simbolizada por Aung San Suu Kyi e pelo *National League for Democracy* – NLD<sup>118</sup>), poderiam eventualmente retomar seus laços com os Kachins e Karens. Robert Kaplan (2010) dedica sua obra “*Monsoon: Indian Ocean and the Future of American Power*” a explicar por que os Estados Unidos estão sugerindo mudar o foco de seu emprego de força permanente do Atlântico para o Índico e para o Pacífico Ocidental.

Para ele, Mianmar e toda a Baía de Bengala devem se tornar centrais para os cálculos da Marinha Americana. Kaplan prossegue com seu argumento citando a importância dos missionários cristãos para a coleta de inteligência e de informações sobre a situação local (segundo ele, fatores ausentes à desastrosa Guerra do Iraque). Depois, comenta a ameaça de uma “Cortina de Bambu” Chinesa em torno de Tailândia e Mianmar para afastar o Sudeste Asiático Continental da influência norte-americana. Os principais impasses são a política ambígua da China para Mianmar (apoiando o governo e os insurgentes) e as divergências na

---

<sup>118</sup> Liga Nacional pela Democracia. O partido liderado por Suu Kyi foi vitorioso nas eleições de 1990, mas impedido de assumir seu posto no parlamento. Até 2012, quando resolveu participar das eleições de meio de mandato, a Liga ainda reivindicava ser o representante legítimo escolhido pelo povo.

Tailândia entre os políticos (que querem fazer negócios) e os militares (que apoiam os Karens como tampão) (KAPLAN, 2010). Aparentemente, a Tailândia está tomando um rumo diferente do esperado após o golpe militar de 2014. Pavin Chachavalpongpun (2014) chega a chamar a recente coordenação diplomática de “Novo Eixo Mianmar-Tailândia”, tendo na China o principal apoiador do “Clube Quase Democrático”.

O autor prossegue afirmando que Mianmar e Tailândia, apesar de aceitarem a integração econômica e de infraestrutura, não desejam se tornar parte de uma Grande China. Implicitamente, citando fontes locais, Kaplan argumenta que as minorias em Mianmar são divididas e precisariam de um mecanismo externo do qual todos eles dependeriam, papel que poderia ser feito pelos EUA. Os Was seriam um exemplo de guerrilha que tentou apoio Ocidental e, sem resposta, tornou a negociar com o governo mianmarenses. Através das redes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de ex-combatentes das próprias Forças Especiais do U.S. Army, surgiu uma força dentro do país capaz de desestabilizar o governo local em nome da democracia e contra a tirania. Um exemplo é o Coronel Heinemann, hoje aposentado e fundador de uma ONG de apoio aos Karens. Heinemann ajudou no planejamento da Guerra do Iraque e acredita que os EUA poderiam se beneficiar caso “lutassem de forma inteligente” em Mianmar (KAPLAN, 2010).

Outro ex-oficial das Forças Especiais (vivendo agora em Mianmar) entrevistado também acredita na aliança Norte-Americana com as minorias locais. Utilizando a guerra não convencional, os EUA poderiam tornar sua influência tão grande que seriam capazes de virar o jogo em Mianmar, transformando o país numa democracia altamente federalizada e aliada ao Ocidente (KAPLAN, 2010). Apesar disso, ele reconhece que os EUA devem ser responsáveis e não podem escalar tanto seu apoio às minorias, pois o cenário mais provável seria uma “reedição” da Guerra da Geórgia em 2008, quando a Rússia invadiu o país e o Ocidente nada pôde fazer (KAPLAN, 2010).

Ao final, o próprio Kaplan reconhece que os militares de Mianmar são necessários por constituírem a única instituição nacional, enquanto o NLD não possui habilidades gerenciais e as minorias são fracas e divididas (KAPLAN, 2010). Apesar disso, a democratização e a possível descentralização de poder através de um sistema federalista dariam grandes poderes às minorias. Kaplan está particularmente interessado nos acordos de oleodutos e gasodutos, que passam por estas regiões e, de acordo com ele, deveriam ser renegociados após uma nova distribuição de poder. Ou seja, a luta pelo acesso ao Oceano Índico poderia se dar através de uma competição estrangeira pelo apoio das minorias de Mianmar (KAPLAN, 2010).

Um possível indício do início de um apoio mais formalizado dos EUA às minorias é o envolvimento recente com os Kachins. O General Gun Maw, vice-comandante do KIA, visitou Washington (EUA) em abril de 2014 para angariar o apoio de congressistas norte-americanos. Ele convidou os Estados Unidos para mediar o conflito na sua região, além de estender a cortesia para Inglaterra, China e Nações Unidas (BRUNNSTROM, 2014). Anos antes da visita, já havia relatos de que a ajuda americana para compra de armamentos viria através da Igreja Batista Kachin. Na opinião do acadêmico indiano Saikia (2011), os EUA querem criar uma “Kachinlândia” Cristã, um enclave Ocidental entre duas Grandes Potências da Ásia. Fica claro que tanto Chineses quanto Indianos receiam o aumento do envolvimento estadunidense em Mianmar.

Bertil Lintner (2012) chama esta competição velada por influência junto aos insurgentes de Grande Jogo no Leste. Embora trate especificamente da rivalidade sino-indiana e das guerrilhas étnicas, Lintner negligencia que boa parte da oposição civil já viveu na clandestinidade e de alguma forma lutou para derrubar o regime militar com a ajuda do Ocidente. Isto não significa que o NLD seja um aliado estadunidense, embora a política dos EUA para Mianmar tenha sido pautada predominantemente pela visão de Suu Kyi (STEINBERG, 2010b). Por todos os fatores apresentados, nos importa estudar a postura da oposição civil.

Mesmo com a atual distensão política em Mianmar, que já mostra sinais de desgaste conforme se aproximam as eleições de 2015, é claro que ainda existem correntes mais radicais dentro da oposição civil. Um exemplo é a Liga de Todos os Estudantes da Birmânia, que chegou a receber treinamento militar dos Karens nos anos 1990 e hoje ainda recebe suporte ativo do antigo ministro da defesa indiano George Fernandes<sup>119</sup> (2001-2004) (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 320).

Outro fato bastante relevante é o apoio do grupo 88 Generation Peace and Open Society ao NLD desde 2013. O grupo tem sido financiado por George Soros (WENG, 2013), o bilionário que apoiou as chamadas “Revoluções Coloridas” na Sérvia, Geórgia, Ucrânia, Líbano, Quirguistão, entre outros. Os objetivos destas revoluções eram desestabilizar regimes não democráticos e, geopoliticamente, cercar a Rússia com regimes hostis. As revoluções tiveram apoio ativo de agências governamentais e não governamentais dos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2013).

---

<sup>119</sup> Fernandes é uma figura controversa, envolvida em vários escândalos. Em 1975, foi indiciado por buscar ajuda da CIA para operações subterrâneas contra o governo indiano (GEORGE, 2013).

Embora não seja necessariamente pró Ocidental, o NLD tenta aumentar seu poder de barganha junto aos militares através da associação com o grupo 88 Generation. A principal reivindicação do partido de Suu Kyi é que ela possa ser elegível para a presidência, eliminando a barreira constitucional<sup>120</sup>. Além disso, hoje são necessários 75% dos votos no parlamento para realizar emendas e 25% dos membros é indicado diretamente pelas Forças Armadas. Portanto, na prática, os militares têm poder de veto sobre a política. A última ação conjunta entre NLD e 88 Generation ocorreu em 2014, com o recolhimento de quase cinco milhões de assinaturas para retirar o poder de veto dos militares (HINSHELWOOD, 2014).

Para Mianmar, pode-se afirmar que seu destino será fortemente influenciado pelas relações sino-indianas e também pela postura dos Estados Unidos. Embora o processo de transição política seja relativamente autônomo, ele é resultante de uma convergência *ad hoc* de interesses entre China e Estados Unidos. Os dois países trabalharam juntos, através de contatos diplomáticos fechados, para pressionar os militares a acelerarem a transição democrática (FULLER, 2010).

Hoje, o cenário das relações sino-americanas não indica claramente se haverá continuidade da coordenação diplomática limitada ou se os dois países seguirão uma trajetória mais conflitiva. Em Mianmar, a China não está satisfeita com a oposição pública em Mianmar a seus projetos de infraestrutura, especialmente a Hidrelétrica de Myitsone<sup>121</sup> e a Ferrovia Kyaukpyu-Kunming. Os Chineses parecem estar intensificando seu jogo duplo com as minorias de fronteira a fim de resguardar seus interesses econômicos e de pressionar o governo local a não tomar medidas que possam aliená-la (STOREY, 2013). O governo Obama, nos EUA, tem sofrido pressão do Congresso por uma postura mais dura em favor dos avanços democráticos em Mianmar (HIRSCH, 2014). Em carta ao Congresso no dia 15 de maio de 2014, Obama aprovou a manutenção das sanções restantes por mais um ano e afirmou que a situação em Mianmar “continua a apresentar uma ameaça notável e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos”, colocando como principais dificuldades o conflito étnico (em especial no estado Rakhine, na fronteira com Bangladesh) e a interferência dos militares na política e na economia nacional (OBAMA, 2014).

Diante da perspectiva de Kaplan (2010), que transita entre os maiores formuladores de política nos Estados Unidos, cabe questionar até onde os americanos estariam dispostos a

---

<sup>120</sup> A Constituição de 2008 proíbe pessoas com parentes estrangeiros de primeiro grau de ocuparem a presidência.

<sup>121</sup> Investimento de US\$ 3,6 bilhões. No total, somando as sete hidrelétricas, o projeto prevê 20.000 MW de potência.

competir por influência em Mianmar. Durante os anos 1990 e 2000, Mianmar não tinha importância na agenda e por isso os EUA se deram o luxo de negligenciar sua situação geopolítica e aplicar sanções. Com o golpe militar na Tailândia, que tem se aproximado da China diante das críticas internacionais, talvez a “Cortina de Bambu” chinesa não seja uma perspectiva tão distante.

O governo estadunidense, na conjuntura apresentada (que pode se mostrar equivocada no longo prazo), estaria iniciando o Pivô para a Ásia perdendo um importante aliado histórico no Sudeste Asiático e correndo o risco de perder a capacidade de influenciar os rumos em Mianmar. Gareth Robinson (2014) capta bem esta dificuldade, afirmando que existe a possibilidade, num futuro não próximo, de substituição da aliança estadunidense com a Tailândia por uma parceria com Mianmar. O fato é que os EUA procuram países com papel de liderança regional para formar parcerias. Se nenhuma destas for democrática, o discurso da democracia poderia ser colocado em segundo plano em favor dos interesses estratégicos estadunidenses.

Neste sentido, as eleições de 2015 tomam um novo contorno em Mianmar, com maior interesse das potências externas. Caso o partido dos militares *Union Solidarity and Development Party* (USDP<sup>122</sup>) vença, a China poderia retomar as conversações sobre as obras paralisadas, mas a oposição civil ainda teria influência e participação. Caso o NLD saia o grande vencedor e de alguma forma tome medidas contra seus interesses, a China seria obrigada a responder.

Devido aos acontecimentos recentes, não seria surpresa se Mianmar seguisse o caminho da Tailândia, com instabilidade e organizações de massa nas ruas, obrigando o Exército a intervir e a restaurar a ordem. Neste caso, a China teria suas negociações facilitadas. Ao mesmo tempo, a alienação da oposição civil pode gerar novas condenações da comunidade internacional e grandes ondas de protestos que não poderiam ser massacrados como ocorreu em 1988<sup>123</sup>.

Em 2007 ocorreu a Revolução do Açafrão<sup>124</sup>, quando milhares de monges foram às ruas, com o apoio da população, para protestar contra medidas econômicas do governo (STEINBERG, 2010a, p. 137-138). Existem fortes evidências de que houve infiltração da

---

<sup>122</sup> Partido da Solidariedade e Desenvolvimento da União.

<sup>123</sup> Para descrição dos acontecimentos da Revolta de 88, ver Capítulo 8 de Charney (2009).

<sup>124</sup> As consequências da Revolução do Açafrão ainda não são claras. O fato é que o episódio acelerou a transição democrática. Alguns acreditam que os militares se sentiram pressionados, fator que foi agravado pela ameaça de invasão americana durante o Ciclone Nargis (2008) e pela Primavera Árabe. Outros apontam que o insucesso do movimento em derrubar o governo deu confiança para os militares realizarem uma transição controlada.

oposição civil (disfarçados de monges) e de envolvimento de ONGs financiadas externamente (AUNG THWIN, 2009, p. 20-21). Boa parte do sucesso dos militares em dismantelar os protestos foi creditada ao controle das comunicações (CHOWDHURY, 2008, p. 7-9, 13). Diante do *boom* recente das telecomunicações no país, especialmente em celulares, se tornou mais difícil impedir a disseminação da informação. Observou-se, no segundo capítulo, o potencial perigoso da guerra de opinião pública somada à desmoralização interna do regime, à criação de guerrilhas e à intervenção externa.

Por outro lado, a construção da nova capital Naypyidaw no centro do país e distante dos grandes centros populacionais (Rangoon e Mandalay) e do litoral dificulta a derrubada do regime. Ainda, diferentemente de Bangladesh, os militares em Mianmar têm forte apelo nacional entre a etnia birmanesa, que lhes credita a independência nacional e a manutenção da soberania nacional mesmo quando houve forte pressão de China e Estados Unidos.

### 5.3 As relações entre China, Índia e Mianmar

Nesta seção serão analisadas as relações de China e Índia com Mianmar. Serão retomadas algumas percepções históricas, pois estas indicam de forma mais profunda a visão mianmarese sobre seus dois vizinhos. Egretau e Jagan (2013) apresentam uma visão alternativa à aplicação da rivalidade sino-indiana em Mianmar. As elites locais se utilizam do discurso nacionalista para não permitir que nenhum dos dois vizinhos tenha demasiada influência internamente.

Posteriormente, será caracterizada a competição econômica e política sino-indiana em Mianmar. Apesar de ser um local onde seus interesses se sobrepõem, existe algum espaço para diálogo. Em contraste com Bangladesh e o Paquistão, por exemplo, Mianmar não representa um assunto sensível na pauta bilateral e nem é núcleo de seu interesse nacional. Por isso, o país pode ser um experimento para a cooperação em benefício mútuo e até mesmo para a resolução da disputa de fronteira.

Por fim, será apresentada a perspectiva diplomática, que abre a possibilidade para a cooperação em situações de benefício mútuo, inclusive para a resolução pacífica das disputas de fronteira trilateral.

### 5.3.1 O legado histórico

De certa forma, o legado histórico não legitima a ideia de que Mianmar é parte do Império Tributário Chinês, muito menos parte de alguma esfera de influência indiana. Esta visão de Mianmar sobre seus vizinhos surge através da memória compartilhada e da geopolítica. Pode-se notar que existe certo ressentimento quanto ao papel dos Indianos na colonização britânica. Os Chineses são tratados como “parentes” (*Pauk-Phaw*). A China também é o império que não deve ser hostilizado em nome da soberania nacional. A Índia, por outro lado, participou de forma pouco ativa nesta região, a não ser durante o período colonial.

Iniciando pela Índia, uma série de analistas vê na herança cultural para Mianmar uma fonte de influência política. No entanto, a imagem local sobre os indianos reflete muito mais o seu papel na colonização britânica (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 293). A colonização foi o episódio mais traumático da história de Mianmar. A população local foi subjugada inclusive pelos indianos, que passaram a formar a base do aparato coercitivo e da burocracia colonial. É possível citar, por exemplo, a extensa rede de agiotas Chettiars (etnia tâmile) que enriqueceu explorando o campesinato birmanês. A sociedade de castas indiana também era vista com estranhamento pelos birmaneses.

Mesmo assim, a Índia enxerga neste momento a “era de ouro da Birmânia”, quando a região prosperou economicamente. Os indianos se consideram uma força positiva para o progresso mianmarenses. Até hoje existe um profundo preconceito em relação às comunidades indianas locais. Seus integrantes são chamados pejorativamente de *kalas* (estrangeiros), o que conota a sua presença indesejável (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 327-328). Após as revoltas de 1988, o governo local aumentou o uso da xenofobia para desviar a atenção de problemas internos. Neste contexto, a Índia foi acusada de subimperialista. O jornal estatal *The New Light of Myanmar* (então *Working People's Daily*) publicou, em 1989, um artigo afirmando que não se podia confiar nos Ocidentais (*Long Noses*) e que os *kalas* eram subservientes a eles, apesar de serem esnobes e condescendentes com os birmaneses (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 61-64).

Entre as elites militares, apesar da interação em treinamento militar, venda de armas e diálogo de alto escalão, não emergiu uma “facção pró-Índia” (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 323-324; JHA, 2013, p. 237). Em contraste, os Chineses haviam cultivado uma rede de conexões com os serviços de inteligência sob o comando de Khin Nyunt, contando com a

ajuda e a mediação de oficiais do ELP, do PCC e de líderes étnicos. Com a prisão de Khin em 2004, esta rede foi desmantelada (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 252).

O sentimento entre os grupos pró-democracia também é de aversão aos indianos. Além disso, existe uma divisão forte entre aqueles que desejam seguir um modelo Ocidental de democracia e aqueles que preferem um modelo indígena sem interferência externa (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 69, 322). Portanto, a recente reaproximação entre Índia e Mianmar, além de não obter tantos ganhos, tem um caráter pragmático e de curto prazo para os mianmarenses. Sua intenção é diminuir a dependência em relação à China (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 323).

Existem três escolas de pensamento sobre as relações sino-mianmarenses: Dominação (Mianmar é Estado cliente), Parceria (relação estratégica genuína e mutuamente benéfica) e da Rejeição (Mianmar pode resistir à China, mas estará correndo riscos).

No entanto, para Maung Aung Myoe (2011, p. 8-9), nenhuma destas reflete a complexidade das relações bilaterais. Mianmar e China reconhecem a assimetria bilateral através do estabelecimento de laços de amizade (*Pauk-Phaw*). A política de Mianmar para a China tem sido, ao longo de décadas, um misto de balanceamento e *bandwagoning*. Ou seja, existe uma justaposição entre a resistência à influência demasiada da China e a acomodação de seus interesses estratégicos regionais.

A obra de Steinberg e Fan (2012) sobre as relações sino-mianmarenses exemplifica bem esta perspectiva. Durante a Guerra Fria, a Birmânia evitou qualquer inclinação a um dos blocos (ocidental e socialista), sob o risco de se tornar um local de competição entre potências. Os Chineses ficaram satisfeitos em contar com um tampão na sua fronteira sul, já que a situação nos anos 1960 era de cerco à China pelos Estados Unidos. Além disso, a Birmânia passou a ser o corredor para as relações diplomáticas Chinesas com o exterior até 1971. Por outro lado, o país nacionalizou os ativos chineses (e de todos os outros países) em seu território a partir de 1962. Em 1967, o governo militar incentivou revoltas antichinesas e expulsou parte dos expatriados, justo no momento em que a China escalava seu apoio aos movimentos comunistas locais.

A postura frente às comunidades chinesas é ambivalente. As *chinatowns* de Mianmar são muito mais “birmanizadas” do que suas contrapartes em outros países (Tailândia e EUA). Sua assimilação local é bastante forte. Em contraste, existe um crescente discurso de sinofobia entre as elites e a sociedade local. Esta aversão à dominação chinesa está ligada aos novos ricos de Yunnan, que migram em busca de negócios lucrativos (muitas vezes ilegais),

especialmente a extração de recursos (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 260-261, 264, 268; STEINBERG; FAN, 2012, p. 356).

Aparentemente, o discurso sinofóbico tem sido o maior impeditivo aos grandes projetos chineses em Mianmar. Protestos contra atividades extrativas têm sido frequentes. Algumas estimativas chegam a apontar que 60% dos negócios locais (excluindo a agricultura) estão em posse dos chineses (STEINBERG; FAN, 2012, p. 363). Na prática, os birmaneses temem uma nova dominação estrangeira. Há também a influência dos grupos estudantis radicais (apoiados de forma encoberta pelos EUA) nas manifestações antichinesas. Um exemplo é a participação da líder da Liga de Todos os Estudantes da Birmânia na captura de dois técnicos chineses que pesquisavam a viabilidade de uma mina de cobre próximo a Mandalay (ELEVEN MYANMAR, 2014c).

Se forem utilizados os argumentos de Egreteau e Jagan (2013) como base, o comportamento oscilante de Mianmar passa a ter sentido. Mianmar ainda é um país tradicional, relativamente fechado e com a maior parte da população vivendo no campo. O Budismo ainda é parte diária da vida rural e urbana. Em geral, as elites políticas e a população temem que a exposição assimétrica à globalização acabe por erodir a coesão social e os valores locais. A lembrança colonial surge pelo medo de nova subordinação a elites e classes médias estrangeiras. De certa forma, os autores Charney (2006), Gravers (1999), Badgley e Kyaw (2009), Steinberg (2010a) e Seng (2011) discutem essa problemática em diferentes períodos.

Sendo assim, a política externa e de segurança do país não oscilaria entre a parceria com o Ocidente ou com a China, ou mesmo Índia, ASEAN, Japão e Rússia. O debate é sobre a própria visão de mundo de Mianmar: O país deve se engajar na comunidade internacional, como defende Thant Myint-U (2011); ou deve procurar seu próprio caminho de desenvolvimento econômico, evitando a dependência econômica e política das Grandes Potências, como ocorreu até recentemente?

O problema é que se torna cada vez mais difícil isolar o país das pressões entre sociedades e entre governos. Talvez não haja mais alternativa à globalização assimétrica. Mesmo assim, as elites locais podem tentar controlar o processo através dos contratos públicos, das parcerias público-privadas, da diplomacia e das interações político-securitárias. Sendo assim, o caminho pretendido seria retornar à neutralidade, impedindo a demasiada influência de potências externas e barganhando entre elas. Grosso modo, é esta a política proposta por Ciorciari (2009) que a ASEAN e seus países membros tentam adotar.

### 5.3.2 A competição política e econômica sino-indiana

No tocante às relações econômicas e políticas, a China se encontra em vantagem. Os Chineses têm maior contato com as elites políticas militares e civis e maior interação comercial e de investimentos. Por sinal, um dos motivos principais da liberalização política acelerada do governo Thein Sein (2011-atualmente) foi balancear a influência chinesa através da normalização das relações com o Ocidente e da interação com Índia e Japão. Embora a maioria das análises tenda a ver na competição sino-indiana por influência um jogo de soma-zero, Mianmar representa um local de interação sem grandes pressões domésticas por parte de China e Índia ou demasiada interferência de potências externas nas relações intergovernamentais.

Pode-se notar que as relações exteriores de Mianmar têm oscilado conforme o ambiente internacional e a situação política interna. Logo após a descolonização, os birmaneses acreditaram que teriam muito a ganhar barganhando entre as Grandes Potências. Devido à ameaça de desintegração territorial, o país voltou-se para dentro. No pós Guerra Fria, Mianmar esteve pronto para realizar uma abertura gradual, mas sofreu fortes pressões do Ocidente e foi obrigado a alinhar-se com a China para manter a estabilidade interna. Após os esforços diplomáticos da ASEAN e da própria China, houve um relaxamento das tensões que possibilitou a transição democrática. A relativa ausência da Índia neste processo facilitou a inserção chinesa.

A competição sino-indiana teve início em 1988, quando o regime socialista birmanês desmoronou e deu origem à junta militar que governou Mianmar até 2011. Diante do boicote internacional, a China se tornou o único grande parceiro da junta, enquanto a Índia liderava a campanha pró-democracia. A partir de 1993, temendo uma coalizão anti-Índia (como ocorreu com o Paquistão), os militares indianos e os acadêmicos do IDSA (*think tank* de defesa indiano) valorizaram a ameaça Chinesa para influenciar uma política externa mais pragmática para Mianmar (EGRETEAU, 2008, p. 39-41).

Desde 1988, a China é o principal vendedor de armamentos para Mianmar e foi o principal garantidor da modernização e treinamento de suas forças armadas (JANES, 2008, p. 13; MYOE, 2009, p. 105-130, 139). Apesar de um aparente distanciamento político, as vendas continuam. As novas fragatas de Mianmar estão sendo equipadas com mísseis e radares chineses e russos (HLA OO, 2014). Também foi confirmada a venda de mísseis superfície-ar HQ-12, que protegerá o espaço aéreo de Naypyidaw e Rangoon (STRAT

RISKS, 2013). As últimas notícias dão conta de que Mianmar tenciona produzir localmente o caça multifunção JF-17 Xiaolong (projetado por China e Paquistão) (GREVATT, 2014).

Diplomaticamente, também foram os Chineses (e os Russos) que vetaram a resolução do Conselho de Segurança da ONU em 2007, proposta por EUA e Inglaterra para condenar Mianmar acerca dos ataques a civis e minorias étnicas (TAYLOR, 2009, p. 470). Para além das relações próximas com a junta militar, a China reconheceu recentemente que precisava diversificar suas conexões em Mianmar. Após a abertura política, se tornou mais difícil selar acordos políticos, comerciais ou de investimento a portas fechadas. Por conta disso, os Chineses têm aumentado o diálogo com as minorias étnicas e com os principais grupos políticos civis do país, inclusive convidando Aung San Suu Kyi para uma visita (SUN, 2013b; FAN, 2014).

A Índia ainda carece de alguma estratégia política consistente para Mianmar, pois existem diferentes interesses competindo por influência. Os militares indianos, o empresariado e os Ministérios da Energia, do Petróleo e do Gás desejam maior cooperação. Já os serviços exteriores e de inteligência trabalham com o apoio aos dissidentes exilados e às minorias. A competição entre ministérios também tem atrapalhado o avanço de projetos econômicos (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 321). Notavelmente, foi assinado em maio de 2014 um acordo de cooperação em inteligência na fronteira indo-mianmarese, que promete lançar patrulhas conjuntas e trocar informações em tempo real (ROY, 2014). No mesmo ano, Mianmar e Índia fecharam acordos de treinamento de oficiais militares e de compra de quatro navios de patrulha de alto-mar indianos (GOKHALE, 2014).

Do ponto de vista econômico, as relações Mianmar-China têm sido fundamentais nas últimas décadas. Durante uma crise econômica doméstica em 2003, por exemplo, a venda de gás natural reequilibrou as contas nacionais e possibilitou a construção da nova capital Naypyidaw (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 246). Até 2010, a China havia investido diretamente US\$ 12,3 bilhões em Mianmar. Quase toda a quantia foi direcionada para os setores de petróleo e gás, energia elétrica e mineração. Até o final de 2008, o valor dos contratos firmados por empresas chinesas no país chegou a US\$ 5,4 bilhões. Seu envolvimento só é rivalizado pela Tailândia, que também tem contratos de compra de gás, de exploração de recursos naturais e somava, em 2009, US\$ 7,4 bilhões em investimento direto (STEINBERG; FAN, 2012, p. 224, 229, 231-232). O envolvimento chinês só não é maior porque as empresas temem a falta de respeito aos contratos e a instabilidade financeira do país. Por isso, boa parte das transações financeiras e do comércio fica a cargo de agiotas e homens de negócios de Yunnan (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 256-257).

O envolvimento econômico da Índia é recente e em menor grau do que a China. Seu investimento direto, até 2013, era de apenas US\$ 270 milhões, com expectativa de crescimento para US\$ 2,6 bilhões nos próximos anos (BHAUMIK, 2013). A Índia tentou participar, na década de 2000, em alguns projetos de energia hidrelétrica. No entanto, a falta de transparência e principalmente de eficiência das empresas indianas foi alvo de críticas mesmo pelo embaixador indiano em Rangoon (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 312).

Em termos de comércio bilateral no ano fiscal 2013/2014, a China aparece em primeiro lugar com US\$ 7 bilhões, seguida pela Tailândia (US\$ 5,7 bilhões) e pela Índia (US\$ 1,6 bilhão). Apesar disso, é importante lembrar que o comércio com a China é altamente deficitário, devido à importação de manufaturados. Por outro lado, Mianmar tem grandes superávits com os outros dois países (MNPED, 2014). Por enquanto, os produtos manufaturados indianos não são minimamente competitivos em relação aos outros dois vizinhos. Esta situação pode se modificar com a construção do Corredor de Transportes de Kaladan (EGRETEAU; JAGAN, 2013, p. 311), a ser explorado na próxima seção.

Além da Tailândia, o Japão aparece de forma promissora em relação aos investimentos diretos, com a vantagem de alavancar a industrialização de Mianmar. Em 2013, o Primeiro Ministro Shinzo Abe anunciou o perdão da dívida no valor de US\$ 5,2 bilhões e disponibilizou US\$ 500 milhões de crédito para projetos em energia e infraestrutura<sup>125</sup>. Uma *joint venture* Mianmar-Japão foi criada para a construção da Zona Econômica Especial de Thilawa, tendo do lado japonês as empresas Mitsubishi, Sumitomo e Marubeni (SONG, 2013). Outra parceria no setor de telecomunicações também foi firmada pela KDDI-Sumitomo e a estatal local. Os japoneses se dispõem a investir US\$ 2 bilhões nos próximos anos para tornar a empresa estatal competitiva frente aos novos operadores estrangeiros (KASAI, 2014).

Alguns autores defendem que China e Índia não competem pelo mercado de Mianmar, pois suas interações incidem sobre produtos diferentes (EGRETEAU, 2008, p. 53). Uma consultoria recente corroborou a visão, projetando um grande aumento das exportações indianas para a ASEAN (de US\$ 33 bilhões para US\$ 280 bilhões) nos próximos 10 anos. As áreas de expansão são: derivados de petróleo, produtos químicos, veículos, farmacêuticos, pedras preciosas/joalheria e têxteis (HUNT, 2014). A China, por outro lado, explora sua vantagem em maquinários, linhas de montagem, transportes, infraestrutura e principalmente produtos eletrônicos (STEINBERG; FAN, 2012, p. 210-212). À exceção dos veículos

---

<sup>125</sup> De acordo com o Ministério dos Assuntos Exteriores do Japão, o montante de ajuda econômica na forma de *Official Development Assistance* (ODA) foi de US\$ 3,264 bilhões entre 2008 e 2012 (MOFA, 2014).

automotores, mercado tradicionalmente dividido entre várias marcas, não existem grandes focos de competição. Será visto posteriormente que a construção de infraestrutura em Mianmar, eventualmente, é enxergada de forma benéfica e complementar entre China e Índia.

A possível exceção é o mercado energético. Para Egreteau (2008, p. 53-56), o crescimento acelerado das duas economias e a busca por novas fontes de energia tem colocado suas empresas numa corrida para a concessão de gás e petróleo em Mianmar. O maior exemplo é o campo de gás de Shwe, que era explorado por uma *joint venture* indo-coreana e teve um de seus maiores lotes vendido para a China em 2005, após a demora da Índia em concretizar o negócio. No entanto, nenhuma das duas é majoritária nas concessões de Mianmar e enfrenta competição de empresas como a Petronas da Malásia e as companhias tradicionais do Ocidente. Em 2014, a maioria dos novos blocos de exploração foi concedida para empresas europeias, australianas e norte-americanas (16 no total). Apenas quatro blocos foram concedidos a empresas indianas e nenhum a empresas chinesas (BOOKBINDER, 2014).

Desenvolvimentos recentes também sugerem que China e Índia estão dialogando para tomar posições conjuntas em relação aos desafios da transição energética e na busca de novos fornecedores (TAO, 2014). De forma mais significativa, China e Índia estão intensificando seus laços energéticos com a Rússia em 2014. Os Indianos projetam uma extensão do gasoduto Rússia-China até a Índia (ANEJA, 2014). Os Chineses fecharam um acordo histórico de compra de gás por 30 anos no valor de US\$ 400 bilhões (COURTIS, 2014).

### 5.3.3 A perspectiva diplomática

Antes do golpe de 1962, a Birmânia teve momentos de neutralidade ativa<sup>126</sup>. Embora os analistas mencionem os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (1954) como um acordo sino-indiano, a Birmânia também foi signatária e participou de sua formulação. Os esforços birmaneses foram importantes para garantir a aceitação da República Popular da China na Conferência de Bandung (1955), contra a qual outros membros se posicionaram (BUTWELL, 1963, p. 187).

---

<sup>126</sup> Na visão do Primeiro Ministro U Nu, havia quatro elementos base da política externa da Birmânia: relações amigáveis com todas as nações, aceitação de qualquer ajuda do exterior que não infringisse a soberania birmanesa, decisão de todos os problemas em seus próprios méritos (visão pragmática) e assistência a qualquer país precisando de auxílio. A neutralidade ativa seria tentar descobrir, através da negociação, do compromisso e da acomodação, alguma base aceitável sobre a qual a paz mundial pode ser assegurada (BUTWELL, 1963, p. 174).

Mesmo sem ter muito sucesso, o Presidente U Nu (1947-1958 e 1960-1962) tentou realizar uma mediação China-EUA sobre a questão de Taiwan, antes das conversas entre embaixadores em Genebra (1954) (BUTWELL, 1963, p. 190). A política externa de U Nu tinha forte inspiração em Nehru. Em alguns momentos, o primeiro buscou aconselhamento. Numa das ocasiões, ele pediu a Nehru que arranjasse um encontro com Zhou Enlai para resolver a crise das incursões Chinesas no estado Kachin em 1956 (BUTWELL, 1963, p. 186-187). Posteriormente, durante a crise de fronteira sino-indiana em 1959, Zhou desejava encontrar Nehru. Devido à pressão da opinião pública, ficava difícil realiza-lo em ambos os países. Caso fosse conveniente e a Birmânia estivesse de acordo, Zhou sugeriu que o encontro poderia ocorrer em Rangoon. Contudo, Nehru não aceitou (MAXWELL, 1970, p. 143).

Em 2014, buscando capital político e um “recomeço” nas relações com a Índia (e, de certa forma, com Mianmar), Xi Jinping organizou uma grande comemoração dos 60 anos dos Cinco Princípios. Foram convidados o Presidente Thein Sein de Mianmar e o Presidente Mukherjee, da Índia. Os principais pontos de convergência foram a cooperação econômica mútua e a promoção da multipolaridade e igualdade de soberania (PENG, 2014).

As evidências não indicam a existência de uma diplomacia triangular China-Índia-Mianmar ou de alguma coordenação entre os três países. Contudo, olhando por outro ângulo, elas indicam o potencial de Mianmar para a cooperação em benefício mútuo de China e Índia. A posição estritamente neutra em relação aos dois grandes vizinhos não encontra paralelo nas relações sino-indianas. Este é o diferencial político e geográfico de Mianmar em comparação a qualquer país do Leste Asiático, da Ásia Central ou do Sul da Ásia.

Em entrevista (Apêndice E), o Professor Neville Maxwell explica a relevância histórica do acordo de fronteira entre Birmânia e China, que poderia abrir um precedente para as negociações da junção entre os três países e para as negociações entre China e Índia.

A disputa de fronteira entre Birmânia e China datava do período da colonização britânica, mas só foi negociada a partir de 1955, se encerrando com um tratado em 1960. As lições para Pequim desta longa negociação mostraram que as disputas de fronteira não poderiam ser ignoradas, arriscando a ocorrência de confrontações desnecessárias. A resolução da disputa com a Birmânia ensinou aos Chineses que, por vezes, era preciso sacrificar a vantagem territorial em benefício do acordo e da amizade com um vizinho, que teriam maior valor do que os próprios territórios. Do lado Birmanês, o compromisso foi firmado também pelo foco das lideranças políticas, que não se deixaram influenciar por retóricas demasiadamente nacionalistas.

Para Nova Délhi, as lições da resolução de fronteira entre os vizinhos não foram aprendidas num primeiro momento. A China aceitou, em grande parte, a demarcação da fronteira sino-birmanesa com base na Linha McMahon, mesmo que não reconhecesse sua validade. Ela estava disposta a avançar com a Índia nestas bases, mas as lideranças indianas foram inflexíveis ao não aceitarem negociar diplomaticamente estes limites, declarando unilateralmente a inviolabilidade da Linha McMahon.

Neville Maxwell aponta que a abordagem Indiana acabou impedindo os outros dois países de negociarem a seção ocidental de sua fronteira, onde hoje a China, a Índia e Mianmar se encontram. Desta feita, os Indianos se negaram a participar de negociações trilaterais, mesmo que o setor seguisse a Linha McMahon.

Maxwell acredita que o governo de Mianmar poderia ter um papel construtivo na resolução deste impasse, convocando uma reunião entre os três países para formular um acordo. Isto poderia trazer as equipes de China e Índia para a mesa de negociação, já que bilateralmente ainda existem muitos entraves. Como resultado possível, o sucesso do acordo poderia iniciar um processo gradual para a troca de mapas e de ajustes fronteiriços. O autor aponta que Tawang seria o primeiro grande entrave. Mesmo assim, a repercussão internacional e na opinião pública dos países envolvidos seria bastante positiva, mostrando que é possível resolver os conflitos através da diplomacia.

#### 5.4 Um novo corredor econômico para a Ásia?

Nesta seção serão apresentados os projetos de infraestrutura que materializam a possibilidade de integração econômica de centenas de milhões de pessoas. Devido a sua posição geográfica, Mianmar é o ponto que pode conectar os grandes centros populacionais do Nordeste da Índia, de Bangladesh, do sudoeste da China e da Tailândia. Mais do que isso, a interligação em infraestrutura insere regiões fechadas ao comércio global através dos portos de Mianmar. O BCIM (Bangladesh-China-Índia-Mianmar) tem se configurado no principal fórum de discussão de projetos. Igualmente, serão analisados os projetos individuais que incluem a Tailândia.

A conectividade marítima também tem sido promovida pela China em visitas aos países do Sudeste Asiático e a diversos países da região do Oceano Índico. O projeto chinês da Rota da Seda Marítima (RSM) será avaliado por ser importante tanto para a aproximação sino-indiana, quanto para a diminuição dos custos de interligação do interior dos países do BCIM à cadeia produtiva global.

#### 5.4.1 O fórum BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar)

Em 1999, um encontro entre acadêmicos chineses e indianos gerou o documento “Iniciativa de Kunming”. A proposta inicial foi criada pelo Professor Che Zhimin, então vice-diretor do Centro de Pesquisas Econômicas e Tecnológicas de Yunnan. A ideia era gerar um impulso, através da Diplomacia “*Track II*” (entre entidades não oficiais), para que China e Índia discutissem oficialmente a interligação econômica sub-regional e pudessem receber assistência multilateral do *Asian Development Bank* (ADB), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (UBEROI, 2013, p. 5-8).

De acordo com Zhimin (*apud* UBEROI, 2013, p. 7-8), a cooperação sub-regional sino-indiana poderia contribuir para a nova ordem multipolar e para a estabilidade asiática. Além disso, as áreas afetadas são as mais pobres dos dois países e serviriam de ponte entre o atual ponto dinâmico da economia mundial (Oceano Pacífico) e seu possível ponto futuro (Oceano Índico).

No entanto, até o 11º encontro do BCIM em fevereiro de 2013, os participantes ainda não haviam conseguido oficializar o fórum. Havia apenas projetos bilaterais entre China-Mianmar e China-Bangladesh. A resistência da Índia era o maior impeditivo. Os principais motivos envolviam a sua preferência por acordos bilaterais e a falta de importância do Nordeste Indiano na agenda de Nova Délhi (UBEROI, 2013, p. 12-13).

Por trás disto, estão dois fatores fundamentais: 1) o medo dos militares indianos de que a infraestrutura construída perto da fronteira seja utilizada pela China para chegar ao coração da Índia (THANT-MYINT-U, 2011, p. 291); 2) a possibilidade de uma inundação do mercado indiano por produtos chineses, ameaçando a indústria nacional (THANT MYINT-U, 2011, p. 237).

Apesar de estar há pouco tempo no governo, Narendra Modi já demonstra mudança na política para a fronteira com a China. É possível destacar duas diretrizes. Em primeiro lugar, o fortalecimento da Índia no Arunachal Pradesh. Modi destacou V. K. Singh (antigo chefe do Exército Indiano) para ser o Ministro Federal do Nordeste (MIGLANI, 2014). Também planeja prover treinamento militar aos moradores da região e criar maior infraestrutura próxima à fronteira, para incentivar seu desenvolvimento econômico (PANDA, 2014c). Em segundo lugar, Modi promove o aumento dos laços entre as duas forças armadas na fronteira (PANDA, 2014d). Os dois lados decidiram estender sua “linha quente” para o nível de Brigada, melhorando a consulta em tempo real (DNA INDIA, 2014).

Apesar de parecerem duas políticas contraditórias na visão de Ankit Panda, existe uma lógica por trás da política de Modi. A ideia do novo primeiro ministro é demonstrar força, mas não para intimidar a China e sim para demonstrar que a Índia tem poder e deve ser respeitada. Ao mostrar que tem as rédeas da situação, Modi demonstra força e base interna para avançar na cooperação bilateral sem parecer subserviente e complacente com os interesses da China. Enquanto as análises chinesas o chamam de “Nixon Indiano” (ZONGYI, 2014), até mesmo o Tenente-General aposentado Talat Masood, do Exército Paquistanês, publicou opinião elogiando as visões modernizantes e a origem humilde de Modi, que contrastam com os líderes paquistaneses (MASOOD, 2014).

Retornando ao BCIM, em dezembro de 2013 os quatro países fizeram sua primeira reunião oficial e decidiram criar um grupo de estudos para definir os prazos de construção de infraestrutura (KRISHNAN, 2013). Bangladesh prontamente se dispôs a priorizar o BCIM em detrimento da própria SAARC e do BIMSTEC (JAHANGIR, 2014). Em visita à China, o Presidente Thein Sein garantiu que Mianmar trabalhará ativamente na construção do Corredor BCIM (FMPRC, 2014). O governo Modi na Índia já indicou que os investimentos em “conectividade” serão prioridade sobre outras preocupações. É neste contexto que o BCIM ganha momento e pode unificar e acelerar os atuais projetos bilaterais.

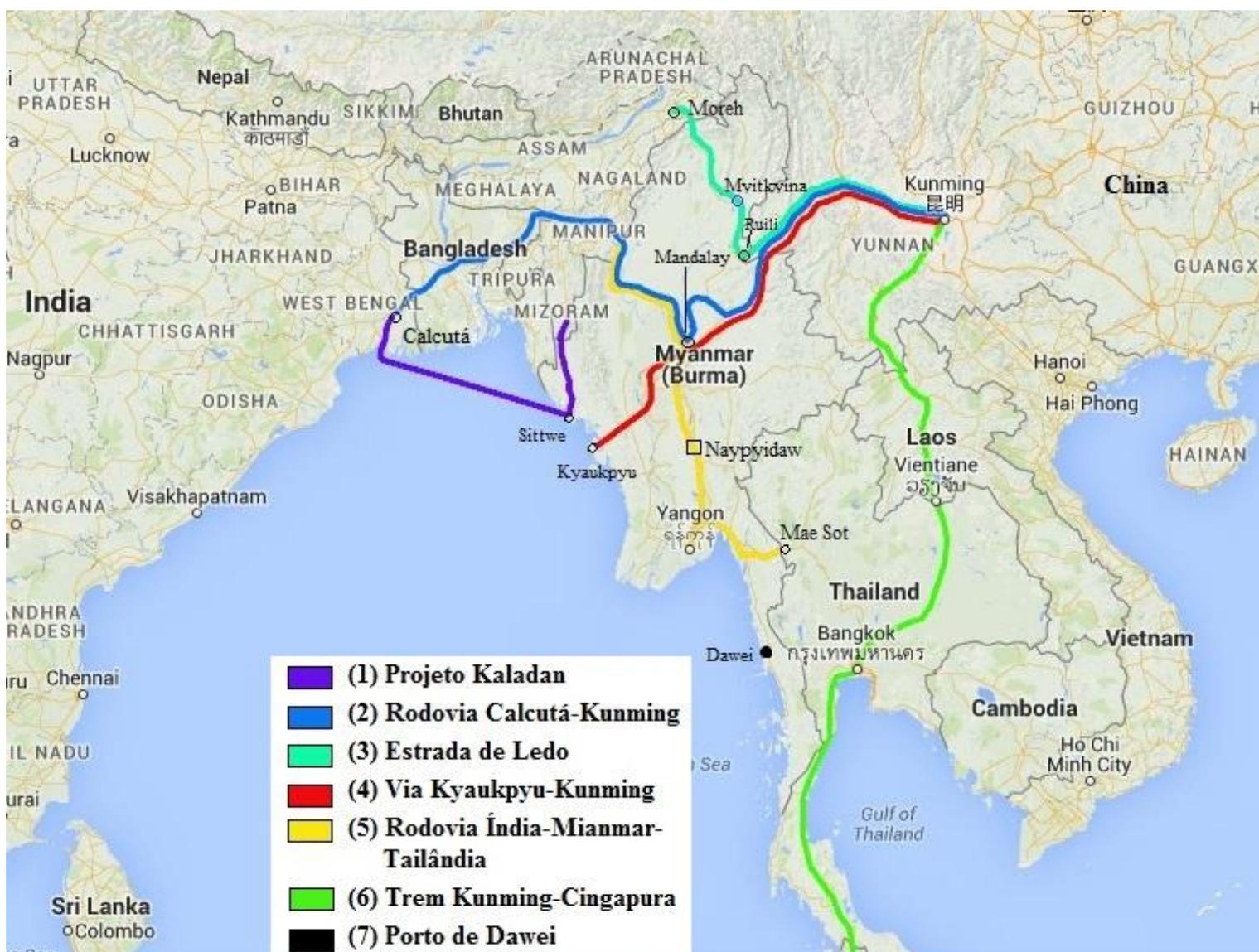
O analista indiano C. Raja Mohan (2014b) se mostrou interessado pelas propostas tanto do BCIM quanto da RSM. Na opinião do autor, a Índia não deve nem acreditar que pode construir um muro no Sul da Ásia contra a inserção econômica chinesa, nem acreditar que a cooperação com a China vai resolver todos os problemas. Para ele, o novo governo indiano deve ter um plano sólido de integração regional e se juntar à China quando isto lhe beneficiar. Além disso, há mais atores interessados em desenvolver infraestrutura, especialmente o Japão e o ADB.

Haverá uma breve análise dos projetos propostos e em andamento<sup>127</sup>. A Figura 8 nos fornece uma visão geral da infraestrutura planejada:

---

<sup>127</sup> Existem outros projetos conjuntos acordados em reuniões da *United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* (UNESCAP – Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico), conhecidos como Ferrovia Trans-Asiática e Rodovia Trans-Asiática. Alguns deles estão sobrepostos aos projetos citados anteriormente. Para ver mais informações sobre seu andamento, consultar UNESCAP (2012).

Figura 8: Os projetos de infraestrutura no BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar) e na Tailândia



Fonte: Elaboração própria utilizando a ferramenta Google Maps (2014).

(1) Projeto de Transporte Multimodal Kaladan – Em fase de execução, sua conclusão já foi adiada por várias vezes. Atualmente, o prazo final é 2016 (ROCHE, 2014). O Projeto tem duas prioridades: conectar os portos de Calcutá (Índia) e Sittwe (Mianmar) e conectar por rodovia o estado de Mizoram (Índia) ao Rio Kaladan, que desemboca em Sittwe.

(2) Rodovia Calcutá-Kunming – Projeto principal do BCIM, ainda em fase de estudos. Em 2013, um rally de carros percorreu o trajeto planejado. O corredor terá seus pontos principais em Calcutá (Índia), Dhaka (Bangladesh), Mandalay (Mianmar) e Kunming (China) (KRISHNAN, 2013).

(3) Estrada de Ledo (Stilwell) – Criada durante a Segunda Guerra Mundial. Grande parte da Estrada ainda existe e apenas 160 km precisam ser refeitos em Mianmar (ANAND, 2014). A Índia rejeitou anteriormente a proposta Chinesa de reabertura, mas parece reconsiderar o assunto (DASGUPTA, 2012). A Estrada passa por Ledo (Assam, Índia), Myitkina (Kachin, Mianmar), Ruili-Muse (fronteira China-Mianmar) e Kunming.

(4) Via Kyaukpyu-Kunming – mencionada anteriormente, liga Yunnan ao Oceano Índico. O oleoduto e o gasoduto já estão operacionais. A ferrovia planejada foi recentemente cancelada por Mianmar.

(5) Rodovia Trilateral Índia-Mianmar-Tailândia – em fase de estudos, com estimativa de término para 2016. Liga Moreh (Índia), Mandalay e Rangoon (Mianmar) e Mae Sot (Tailândia) (REDDY, 2013). Os países também negociam a construção de uma ferrovia na mesma rota.

(6) Trem de Alta Velocidade Kunming-Cingapura – Recentemente aprovado pela Tailândia. As construções terão início em 2015, com previsão de término para 2021. Será construído em quatro partes: Kunming-Vientiane, Vientiane-Bangkok, Bangkok-Kuala Lumpur e Kuala Lumpur-Cingapura (HODAL, 2014).

(7) Zona Econômica Exclusiva de Dawei – Parceria Mianmar-Tailândia, retomada após o consórcio anterior (italo-tailandês) ter abandonado a construção, com primeira fase avaliada em US\$ 8 bilhões. O plano era tornar o Porto de Dawei num grande ponto de escoamento da produção tailandesa para o Índico. No entanto, faltam investidores.

Por fim, cabe mencionar o Gasoduto Mianmar-Bangladesh-Índia. O projeto foi proposto pela Índia em 2004, mas Bangladesh desistiu das negociações. Recentemente foi colocado em pauta novamente sem a presença de Bangladesh, correndo de Sittwe para o Nordeste Indiano (MATIN, 2013). Com o apoio da China, o embaixador de Bangladesh para Mianmar afirmou que os países negociarão a venda de gás e a viabilidade de um gasoduto (ZAMAN, 2014).

#### *5.4.2 A Rota da Seda Marítima*

A proposta recente da China para aumentar a conectividade marítima dos países asiáticos tem ainda maior importância, se for considerado que a grande maioria do comércio internacional é feita pelo mar. Como mencionado no capítulo anterior, a China deseja substituir a percepção de expansão do seu “Colar de Pérolas” pela concessão de crédito, desenvolvimento dos portos, estabelecimento de zonas produtivas e zonas de livre comércio.

Inicialmente, a China disponibilizou um fundo de US\$ 1,6 bilhão em maio de 2014 (KRISHNAN, 2014).

A Índia, que prontamente concordou com o desenvolvimento do BCIM, pediu maior transparência sobre o projeto chinês. Os Indianos sentem que podem cooperar em termos de segurança energética e liberdade de navegação, duas vulnerabilidades para os dois países.

A Rota da Seda Marítima servirá, naturalmente, para deslocar parte dos investimentos e da produção chinesa para os países parceiros. Isso se deve principalmente ao aumento dos custos produtivos internos. A Índia tem resistido a este tipo de iniciativa por considerar certos setores da economia estratégicos para a segurança nacional. Por outro lado, o país ganharia em infraestrutura e em oportunidades de emprego (KHURANA, 2014).

Também cabe perguntar qual será o modelo de cooperação da RSM. Seu gerenciamento poderia ocorrer através de uma rede de conexões entre os países ou em um sistema centrado na China. Dado o volume de capital apresentado, Khurana (2014) considera a segunda opção mais provável.

Abhijit Singh (2014b) expressa preocupação quanto ao conteúdo da RSM, visto que até o momento a China tem divulgado poucos detalhes. Ele questiona, por exemplo, como a China conseguirá construir um corredor econômico em um espaço marítimo contestado (Mar do Sul da China). No Oceano Índico, Singh afirma que será difícil algum país rejeitar a proposta por medo de perder investimentos importantes. Os Chineses tentam angariar o apoio da Índia ao mostrar seu mapa da RSM com Calcutá e Colombo (Sri Lanka), mas sem Gwadar (Paquistão). O problema é que, ao aceitar a proposta da China, a Índia estaria “aprovando as supostas motivações benignas da China na região”.

Naturalmente, alguns analistas indianos (SIBAL, 2014) e japoneses (SHIMADA, 2014) ecoam a ameaça do Colar de Pérolas e afirmam que a iniciativa serve apenas para expandir os interesses militares da China sem alertar os países da região. Shimada (2014) ainda afirma que uma fonte diplomática estadunidense em Pequim tem repassado esta mensagem a diplomatas de países do Oceano Índico.

Zhou Bo (2014), da Academia de Ciência Militar do ELP, tratou de desmentir a conexão antes mesmo do surgimento das críticas. Ele reafirmou que os únicos interesses chineses são ganhos econômicos e a segurança do comércio marítimo. Devido à ausência de disputas marítimas territoriais entre China e Índia e o fato de a região sofrer mais com ameaças não tradicionais, ambas poderiam criar um modelo multilateral de patrulhas navais.

Gurpreet Khurana, atual Diretor Executivo da Fundação Marítima Nacional e revisor da Doutrina Marítima Indiana de 2009, já havia sinalizado a confluência de interesses na

segurança marítima de China e Índia (KHURANA, 2006). O Almirante Arun Prakash, ex-Comandante da Marinha Indiana, também publicou artigo afirmando que a cooperação marítima é o campo mais fácil para a construção de confiança entre países. Ele sugeriu, apesar das dificuldades inerentes, que China e Índia procurem a cooperação entre Marinhas, pois esta pode levar a entendimentos maiores (PRAKASH, 2013).

Portanto, a cooperação naval é dimensão importantíssima para o progresso da RSM. No ano de 2014 foi realizado pela primeira vez o exercício multilateral Maritime Cooperation, organizado pela China e conduzido no Pacífico Ocidental. Participaram, de forma significativa, as marinhas de China, Índia e Paquistão, além de Bangladesh, Brunei, Cingapura, Malásia e Indonésia (QING, 2014).

Raja Mohan (2014a), no início de 2014, afirmou que seria difícil para o governo do Partido do Congresso conseguir apoio dos círculos estratégicos indianos. É exatamente essa a vantagem de Narendra Modi, que é considerado pragmático e realista (na concepção de Relações Internacionais). Assim como na disputa territorial, Modi sinaliza sua disposição em cooperar na Rota da Seda Marítima, mas que não o fará sem prever os impactos estratégicos do projeto. A cooperação marítima é um bom modo de mitigar as inseguranças de ambos os países. Ainda a prioridade clara da Índia é o crescimento econômico e a China tem potencial para ser seu maior parceiro.

## 5.5 Os desafios de Mianmar

Além da rivalidade sino-indiana e do jogo de poder entre potências, é importante avaliar a perspectiva local. Em última instância, a concretização da integração econômica e da interligação de infraestrutura regional também passará pela estabilidade política e socioeconômica de Mianmar. A construção de rodovias e ferrovias não elimina a necessidade de acordo entre os diversos grupos políticos internos, armados ou não. Tampouco resolve de imediato o subdesenvolvimento local. Pelo contrário, aumenta a responsabilidade de seu sucesso, pois os mesmos canais por onde poderiam trafegar produtos podem servir de suporte a atividades ilegais (tráfico de drogas, de armas, de pessoas e de mercadorias).

A divisão política, a insurgência étnica e a interferência externa nos assuntos internos têm sido os grandes desafios durante toda a história nacional. Os objetivos nacionais, de acordo com o Artigo 6º da Constituição de Mianmar (REPUBLIC OF THE UNION OF MYANMAR, 2008), são:

- a) Não desintegração;

- b) não desintegração da solidariedade Nacional;
- c) perpetuação da soberania;
- d) florescimento de um sistema democrático genuíno, disciplinado e multipartidário;
- e) defender os princípios eternos de Justiça, Liberdade e Igualdade;
- f) permitir aos Serviços de Defesa que participem no papel de liderança política Nacional do Estado.

Para facilitar a abordagem, os desafios de Mianmar serão divididos em quatro tópicos gerais: Transição política, modelo de governo (federalismo ou unitarismo), desenvolvimento econômico e política externa.

### 5.5.1 Transição política

Nesta seção se concentram esforços para as variáveis que influenciam na estabilidade ou instabilidade do regime político de Mianmar, atualmente em transição de um regime militar para a democracia. Existe uma forte disputa entre as elites militares, as elites políticas civis (NLD, ONGs liberais<sup>128</sup>, Terceira Via<sup>129</sup>) e minorias étnicas. O papel político do Budismo é um elemento que ocasionalmente retorna à pauta e ainda tem relevância nacional. O Budismo é o grande fiador da identidade nacional (90% da população), reconhecido tanto pelos militares quanto por Suu Kyi. A questão é se este terá papel exclutor ou se incluirá outros grupos religiosos sem afetar seu núcleo cultural.

Após a derrocada do regime socialista em 1988, os militares assumiram o controle do Estado e de suas instituições<sup>130</sup>. Devido a seu caráter histórico revolucionário, as Forças Armadas se veem como o guardião da estabilidade política nacional e por isso têm papel político ativo<sup>131</sup> (NAKANISHI, 2013). O processo de transição, da mesma forma que outras

<sup>128</sup> O Generation 88, citado anteriormente, é seu maior expoente. Há também a Liga de Todos os Estudantes da Birmânia.

<sup>129</sup> Terceira Via é o nome dado a grupos que não se identificam nem com a oposição civil liderada pelo NLD, nem com os militares. Seu objetivo principal é procurar formas práticas de conciliação política entre os diversos grupos. O partido *National Democratic Force* (NDF – Força Democrática Nacional), criado por dissidentes do NLD para concorrer às eleições de 2010, é um exemplo. O NDF lidera uma coalizão de partidos de diversas etnias (AUNG, 2013). Ainda, instituições e associações civis como a *Myanmar Peace Centre*, *Yangon Heritage Trust* (do acadêmico Thant Myint-U) e *Myanmar Development Research Institute* têm atuado ao lado do Presidente Thein Sein para auxiliar nas reformas políticas e econômicas (GHOSH, 2013).

<sup>130</sup> Até então, o projeto de controle e transformação da sociedade era liderado pelos militares, mas conduzido pelo *Burma Socialist Programme Party* (BSPP – Partido do Programa Socialista da Birmânia). O BSPP tinha quadros civis, com participantes oriundos das Forças Armadas e de outros setores da sociedade (NAKANISHI, 2013).

<sup>131</sup> Para uma análise comparada de diversas escolas sobre a longa dominância dos militares na política local, ver o Capítulo 1 de Nakanishi (2013).

transformações do pós-independência, é feito de cima para baixo, a partir da elite governante (TAYLOR, 2009).

Entretanto, o processo iniciado pela junta militar, não diferente de outros processos de abertura política, começa a ter maior autonomia em relação ao planejamento inicial. As figuras de Thein Sein e Shwe Mann eram parte da junta militar, mas após 2011 tomaram a dianteira das reformas econômicas e políticas, indo além do previsto por seus antecessores (HUANG, 2012, p. 4).

Do ponto de vista institucional, hoje existe uma separação legal de poderes (Executivo, Legislativo e Jurídico) (CALLAHAN; STEINBERG, 2012, p. 8). As Câmaras Alta e Baixa têm autonomia e se mantêm ativas na atualização do Código Legislativo. Os diversos grupos políticos (militares indicados, ex-militares eleitos, oposição civil e minorias étnicas) não têm votado em bloco, mas sim em projetos e em muitas vezes contemplando partidos diferentes dos seus. Economicamente, a tendência tem sido proteger setores da indústria nacional (focando em *joint ventures*) e abrir setores específicos (telecomunicações). Ainda, foram aprovadas leis para facilitar a criação de associações e para diminuir as restrições sobre a mídia (ICG, 2013).

A despeito do sucesso nas reformas até então, o processo político está em fase de estruturação. Se a transição em Mianmar for comparada à transição política em outros países, como Brasil e Indonésia<sup>132</sup>, por exemplo, os mianmarenses realizam um processo sem tantas salvaguardas e com menos etapas graduais. Além disso, o país não tem experiência com a competição democrática e a alternância de poder entre elites. É o que Steinberg (2010a) e Nakanishi (2013) chamam de “*Winner Takes All*”<sup>133</sup> (O Vencedor Leva Tudo).

Utilizando o modelo de Carlos Arturi (2001, p. 15), as instituições políticas pré-existentes criam uma mediação entre a estrutura socioeconômica e as ações dos atores políticos. Neste caso, as instituições estão sendo criadas ao mesmo tempo em que ocorre a abertura política. Ou seja, o poder político está sendo colocado em disputa antes que haja concordância sobre as regras do jogo ou a garantia de que ambos os lados aceitarão os resultados eleitorais. O NLD boicotou as eleições de 2010 e deu indícios em dezembro de 2013 que poderia voltar a fazê-lo (MAHTANI, 2013). Logo depois, o partido garantiu que

<sup>132</sup> O Brasil teve uma transição lenta e gradual desde o Governo Geisel (1974-1979), ainda sem eleições e com apenas dois partidos (ARENA e MDB), culminando em eleições diretas em 1990. Na Indonésia, os partidos civis continuaram participando da política durante o governo de Suharto (1967-1998), embora tivessem papel simbólico. Em Mianmar, por outro lado, a sociedade civil foi sendo suprimida até perder todo seu poder político com a instauração da junta militar (RIBEIRO, 2013).

<sup>133</sup> Historicamente, mesmo durante o governo de U Nu (1947-1958 e 1960-1962), as elites governantes não cedem espaço à oposição e tentam eliminá-la. Ou seja, aquele que tem maioria, tem todo o poder para si (CALLAHAN, 1998).

participaria das eleições, independentemente das emendas constitucionais (WIN, 2013). Caso os militares sintam que a soberania nacional está em risco, ou mesmo se sintam ameaçados com a vitória da oposição, não está descartada a possibilidade de golpe (JOSEPH, 2012, p. 142).

O subdesenvolvimento econômico se soma a este ambiente de incerteza política, sendo um potencial gatilho para direções indesejadas (extremismo político ou religioso, revoltas populares). O exemplo mais claro, além das insurgências que se arrastam por décadas, é o aumento das tensões entre budistas e muçulmanos a partir de 2012. Com a liberalização da mídia e a expansão dos meios de comunicação, se espalham cada vez mais boatos de abusos por ambos os lados, que levam a confrontos comunais com centenas de mortos e milhares de desabrigados.

Num primeiro momento, houve um pacto de elites representadas por Thein Sein e Aung San Suu Kyi (presidente do NLD). Ambos se comprometeram a respeitar a Constituição de 2008 e a manter o diálogo em nome da estabilidade da transição e do aproveitamento das oportunidades de atração de capital externo (CALLAHAN; STEINBERG, 2012, p. 3-4). Mesmo assim, Suu Kyi não poupou críticas à lentidão das reformas. Sua posição gerou dúvidas sobre a positividade de seu discurso para o aumento do investimento externo (NEHRU, 2012).

As iniciativas recentes do NLD são ambíguas em relação à continuidade do pacto de elites, conforme se aproximam as eleições parlamentares de 2015. O ponto de maior discordância entre as partes são as emendas constitucionais. O NLD luta pela extinção da cláusula que impede Suu Kyi de concorrer à presidência por ter familiares estrangeiros e demanda a diminuição (ou abolição) da cota de 25% de parlamentares indicados pelas Forças Armadas. Hoje, é preciso contar com 75% de aprovação no Parlamento para aprovar emendas constitucionais. Em caso de resistência por parte dos militares, Gyaw (2014) acena com a possibilidade de um rompimento dos políticos civis com o regime atual, podendo levar a protestos em larga escala. Corroborando seu argumento, cerca de cinco milhões de pessoas assinaram a consulta popular feita pelo NLD em favor da causa de Suu Kyi.

O Comitê Conjunto de Revisão da Constituição recebeu propostas de emendas para quase todos os 457 artigos da Constituição e já deu seu parecer ao Porta-Voz da Câmara Shwe Mann. Há possibilidade de que o percentual para aprovação de emendas caia de 75% para 66% (AUNG, 2014). É possível também que os parlamentares façam um acordo para aprovar este item em troca de não revisar a lei que impede Suu Kyi de assumir a presidência (LWIN,

2014). Este seria um sinal importante de que há barganha e vontade política de ambas as partes.

Apesar de diversos autores afirmarem anteriormente que Suu Kyi detinha a autoridade moral (STEINBERG, 2010a; WALTON, 2012), uma pesquisa do *International Republican Institute*, dos Estados Unidos, aponta maior aprovação popular aos militares: 84% da população veem os militares de forma favorável, 74% aprovam o partido de situação (USDP) e 70% aprovam a oposição. Na economia, 85% aprovam a nova situação do país. Politicamente, 57% aprovam um sistema centralizado e 35% desejam maior autonomia para os estados e regiões (KASPAR, 2014). Embora representem uma amostragem baixa (3.000 pessoas), os dados foram coletados em todas as regiões, respeitando a proporção étnica, religiosa e socioeconômica nacional.

Portanto, ao contrário do cenário imaginado por parte dos analistas (NAKANISHI, 2013, p. 316), a vitória do NLD nas eleições de 2015 não é certa, embora o partido provavelmente aumente sua participação (que hoje é de 7%). É possível que o USDP e os militares mantenham maioria no parlamento. Em relação ao pacto entre elites militares e civis, apesar dos sinais de erosão, há boas possibilidades de ambos continuarem aproveitando o fluxo crescente de capital estrangeiro para promover mais reformas políticas e econômicas. Os dois grupos estão comprometidos a respeitar a Constituição de 2008 e, até o presente momento, os parlamentares do NLD participam ativamente dos comitês de reforma legislativa (Suu Kyi, por exemplo, é presidente do Comitê do Estado de Direito). Mesmo em caso de golpe militar, as Forças Armadas já declararam que seu principal dever é preservar a Constituição de 2008. Ou seja, seria apenas um governo de transição até a normalização da situação interna (LWIN, 2013).

O foco das potências externas em 2014 tem estado no Pacífico e a situação de Myanmar tem passado quase despercebida. Neste ano houve uma retomada do controle dos militares sobre as decisões judiciais e sobre a prisão de jornalistas e manifestantes (STRATEGY PAGE, 2014). Os confrontos entre budistas e muçulmanos têm escalado periodicamente em cidades médias e grandes. Em 2012, o estado de Arakan (fronteira com Bangladesh) foi o mais afetado. Em 2013, os confrontos se espalharam para o resto do país, até para cidades no norte e leste (Meiktila e Lashio). Em julho de 2014, Mandalay foi atingida pela violência. Diferentemente das outras ocasiões, a polícia rapidamente tomou as ruas, dispersou a multidão e prendeu os envolvidos (ZAW; AUNG, 2014).

Por trás dos protestos está uma ascendente corrente local do Budismo, chamada de Movimento 969<sup>134</sup>. Seu líder é Ashin Wirathu, que prega a proteção do Budismo contra influências estrangeiras negativas (especialmente muçulmanos, mas também chineses). O Movimento atua juntamente com outras associações budistas, propondo, entre outras medidas, o boicote às lojas de muçulmanos, a restrição ao seu número de filhos e a proibição ao casamento entre diferentes religiões.

O Presidente Thein Sein, em busca de apoio político, enviou uma carta a Shwe Mann para sugerir quatro leis (entre elas a restrição ao casamento inter-religioso) de proteção à religião (HRW, 2014). Aung San Suu Kyi, apesar de não ter simpatia pelo movimento extremista, não se manifestou contra a violência infligida aos Rohingya, principal etnia muçulmana do país, que não é reconhecida como uma das etnias nacionais<sup>135</sup> (HUME, 2014). Este fato sugere um poder crescente do nacionalismo budista e a relativa dificuldade de ação dos líderes reformistas. Estes estão preocupados em não desagradar uma parcela da população que tem confrontado os muçulmanos uma canaliza seus problemas socioeconômicos para o extremismo religioso.

### 5.5.2 *Federalismo ou unitarismo*

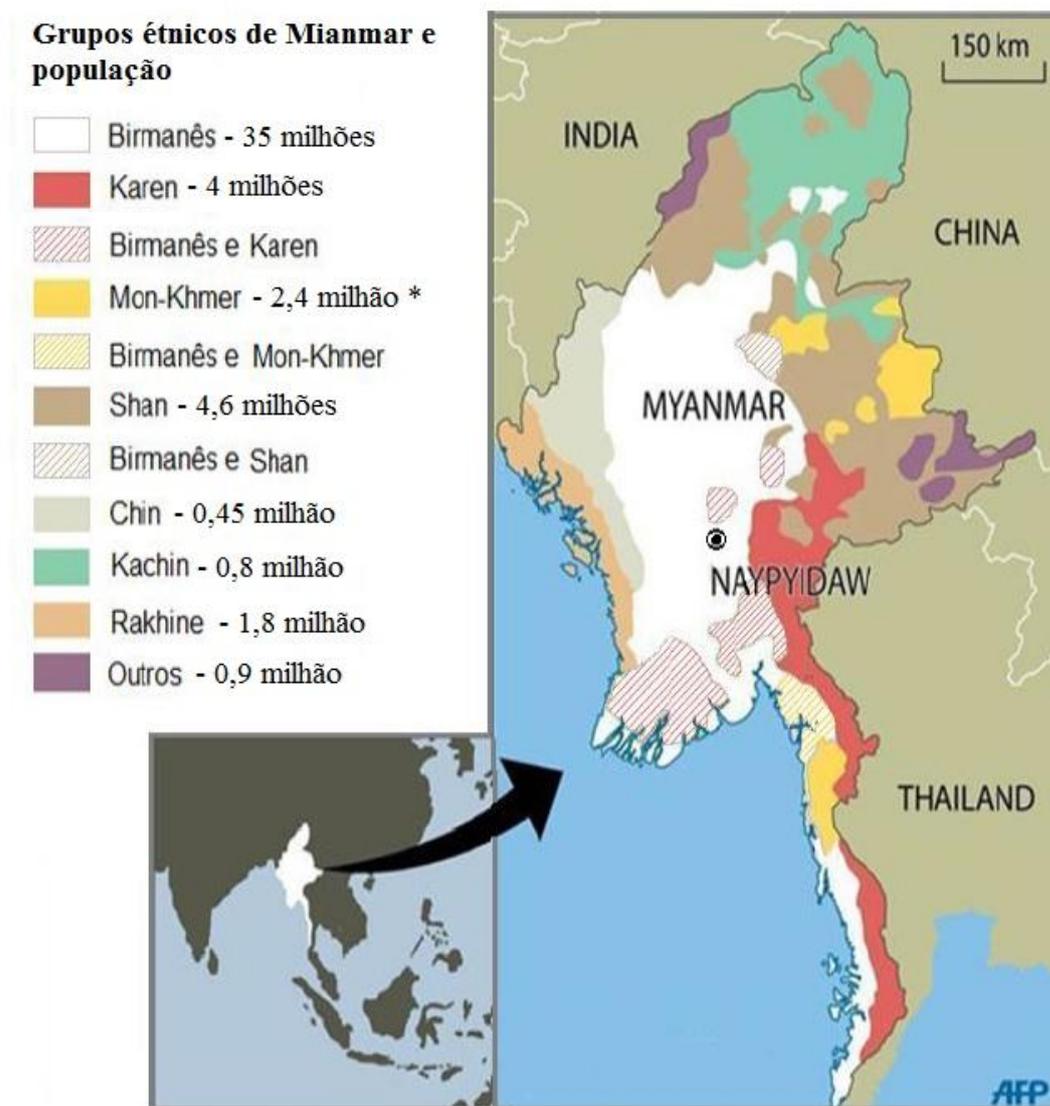
Um dos pontos principais da transição política é o modelo administrativo a ser adotado. Os militares tendem a favorecer um modelo voltado ao unitarismo, onde o governo central toma a maioria das decisões e concentra a maior parte do orçamento em detrimento das regiões e estados. As elites políticas civis e as minorias étnicas têm apoiado o federalismo para ampliar sua participação no processo político decisório. Enquanto os políticos civis se preocupam mais com a diluição do poder dos militares, a agenda das minorias normalmente envolve questões como separatismo ou alto grau de autonomia. A seguir, uma figura com as principais etnias e sua população total.

---

<sup>134</sup> Os números remetem aos nove atributos de Buda, aos seis atributos de seus ensinamentos e aos nove atributos da Sangha, instituição monástica maior.

<sup>135</sup> Para um contexto histórico da questão dos Rohingya, ver Thawnghmung (2014). Este povo tem origem em Bangladesh, tendo migrado para a Birmânia durante a colonização britânica. Em Bangladesh, eles não são reconhecidos como bengalis. Apesar de viverem no estado Rakhine, eles não eram contabilizados (até o Censo de 2014) entre a população local. As estimativas sugeriam que sua população girava em torno de 800 mil a 2 milhões de pessoas.

Figura 9 – As etnias de Mianmar



Fonte: Adaptado de Petty (2012) pelo autor.

De acordo com as notícias e opiniões veiculadas pelos próprios grupos, o objetivo das minorias étnicas é a garantia de autonomia através de um sistema federal e descentralizado. Alguns grupos desejam inclusive ter liberdade de ação internacional, ou seja, seriam capazes de formular suas próprias “políticas externas”. Segundo Kaplan (2010), na prática estes buscam a independência (ou alto grau de autonomia) e não um governo central mais justo e eficiente, seja sob o mandato militar ou civil. Os militares já afirmaram que não aceitam que os insurgentes mantenham seus exércitos e que estes deveriam aceitar a proposta para conversão dos grupos em guardas de fronteira (LWIN, 2013). Sobre o sistema de governo, o principal contencioso é sobre a taxaço e a extração de recursos, visto que as minorias não

confiam na burocracia estatal, que utiliza as receitas das atividades extrativas para financiar o governo central (STRATEGY PAGE, 2014).

Existe desconfiança sobre as intenções de ambos os lados. Os Birmaneses já demonstraram que estão dispostos a tolerar maior liberdade cultural e a manutenção dos costumes das minorias. Esta política se diferencia bastante daquela praticada por governos anteriores (SAKHONG, 2013, p. 3-24). No entanto, o governo insiste que as minorias devam aceitar a Constituição de 2008, aplicar seu código legal, formar partidos, abandonar atividades ilegais e aceitarem a existência de apenas um exército nacional (KEENAN, 2013, p. 36). As minorias pedem o fim da desigualdade e das violações aos direitos humanos, o direito à autodeterminação e defendem a manutenção da União em um sistema federalista descentralizado (KEENAN, 2013, p. 39).

A questão das minorias tem um componente histórico de ressentimento tanto por parte dos Birmaneses étnicos, quanto dos outros grupos. No período pré-colonial, as relações eram intermitentes e baseadas na suserania das dinastias birmanesas. Durante a colonização britânica, a destruição da sociedade tradicional birmanesa foi combinada com o recrutamento de minorias (especialmente Karens e Kachins) para compor o aparato coercitivo (polícia e exército) juntamente com os indianos. Durante a Segunda Guerra Mundial, os birmaneses se aliaram aos japoneses para conseguir a independência, enquanto as minorias lutaram ao lado dos britânicos. Em um clima de revanche, ambos os lados cometeram atrocidades de guerra contra as populações inimigas. Logo após a independência, os Karens se insurgiram, seguidos por outros grupos nos anos seguintes.

O Acordo de Panglong (1947) é digno de menção, pois foi através dele que a maioria das etnias aderiu à União. Existem diversas versões sobre as bases do acordo em relação ao grau de autonomia das regiões. Aos Karennis (grupo próximo aos Karens) e Shans foi dado o direito de secessão a partir de dez anos da assinatura. A ameaça de desintegração da União, por sinal, foi a justificativa para o golpe militar ocorrido em 1958. Além disso, alguns grupos étnicos não participaram de Panglong (notoriamente os Karens cristãos) (WALTON, 2008).

O segundo elemento é o poder econômico e militar destas elites étnicas. A partir da chegada do Kuomintang no norte da Birmânia, a produção de ópio se multiplicou. A região da fronteira entre Mianmar, Laos e Tailândia ficou conhecida por Triângulo Dourado (MCCOY, 1991). Os diversos grupos passaram a ter uma grande fonte de renda com o tráfico de drogas e de armas oriundas das guerras no Camboja e no Vietnã. Já os Karens, por exemplo, se beneficiaram do contrabando de bens de consumo vindos da Tailândia e dos acordos informais com o exército tailandês.

Até 1988, a estratégia dos militares birmaneses era chamada de Quatro Cortes: Corte do suprimento de alimentos; cortar o dinheiro pago pelos vilarejos para sua proteção; cortar o contato das populações com os insurgentes e cortar a movimentação dos insurgentes através de apoio popular. No entanto, era difícil engaja-los em um combate decisivo devido ao terreno acidentado e ao ambiente hostil (MYOE, 2009, p. 25-26).

A relação do governo central com as minorias era bastante ambígua. A tentativa de uniformização administrativa sob um governo unitário aumentou o número de grupos revoltosos. Os birmaneses auxiliaram na formação de milícias que também se utilizavam do tráfico de drogas para combater, principalmente, o Partido Comunista da Birmânia<sup>136</sup>. Assim, a principal ação do período foi colocar os grupos insurgentes para lutarem entre si pelo controle das atividades ilegais da região (CHARNEY, 2009, p. 126-128).

Devido à fraqueza financeira do Estado na década de 1990, a junta militar teve de cooptar as insurgências através da participação econômica dos empresários do narcotráfico nos negócios do governo. O tráfico de heroína e posteriormente das anfetaminas cresceu bastante no país, que hoje é um dos maiores produtores de ópio ao lado do Afeganistão (MEEHAN, 2011).

A tentativa de inclusão das minorias étnicas no processo político se deu através da participação na Convenção Nacional e dos acordos de cessar-fogo, que deveriam ser substituídos futuramente pela incorporação das guerrilhas e milícias nas Forças Armadas de Mianmar. A Constituição de 2008 representou um marco em direção ao monopólio da força. Os militares passaram a não tolerar a presença de grupos armados e a combater aqueles que não tivessem acordo firmado ou o descumprissem, caso dos Kokangs em 2009 (THAN, 2013, p. 51-52). Após as eleições de 2010, as minorias passaram a ter representação legal no parlamento de forma proporcional à sua população.

De acordo com Ting Maung Maung Than (2013, p. 52-54), o problema das minorias nas regiões Shan, Kachin e Wa são os interesses de exploração econômica da China, que não tolera grandes ofensivas militares na região, nem atua em conjunto com o Exército de Mianmar para destruir os postos insurgentes. Devido à tentativa de internacionalização do conflito armado pelos Kachins, os Chineses estão cada vez mais receosos.

Em contraste, a Tailândia parou de apoiar os Karens com o objetivo de aproveitar as oportunidades econômicas em Mianmar, especialmente durante o governo Thaksin (2001-

---

<sup>136</sup> O Partido Comunista da Birmânia, a partir da década de 1960, passou a contar com reforços chineses, conhecidos como Guardas Vermelhos. O Partido passou a ser comandado pelos Was após revoltas internas em 1989. Hoje seu principal herdeiro é o Exército Wa Unido, a insurgência mais poderosa do país, abordada no segundo capítulo.

2006) (CHACHAVALPONGPUN, 2010, p. 166; STEINBERG, 2010a, p. 86). A Índia, por sua vez, procura estabelecer maior cooperação militar com Mianmar. Apesar disso, Renaud Egreteau (Apêndice D) afirma que dificilmente a cooperação securitária de fronteira vá evoluir além do estágio atual. É provável que continue a ocorrer apenas operações *ad hoc*.

Devido às tensões entre budistas e muçulmanos, a fronteira com Bangladesh apresenta potencial de instabilidade. Isto afeta diretamente os projetos logísticos de China e Índia (os portos de Kyaukpyu e Sittwe ficam no estado de Arakan). Na década de 1990, o comandante das Forças Armadas Sauditas declarou que apoiaria uma intervenção da ONU para libertar os Rohingya (SELTH, 2002, p. 41-42). Já em 2001, segundo Bertil Lintner, foram avistados árabes armados disfarçados de locais. Lintner também alerta para o teor radical da política em Bangladesh, que incluiu, até 2001, um movimento pró-Talibã (LINTNER, 2012, p. 214, 217).

O autor Karlekar (2005) chega a questionar se Bangladesh será o próximo Afeganistão. Esta ideia não parece tão distante da realidade e das perspectivas futuras. O cenário político do país é bastante instável e dividido. Protestos populares e confrontos entre militantes são frequentes (ICG, 2012). As questões ambientais também serão importantes. Bangladesh é um país bastante populoso (estima-se que sua população passará de 200 milhões) e boa parte de seu território é vulnerável a desastres naturais. Conforme sua população aumenta, o ambiente vai sendo cada vez mais degradado e já há problemas de falta de água. Segundo Walsham (2010), as mudanças climáticas tendem a acentuar este processo.

Devido às tensões religiosas, à explosão populacional e à degradação do meio ambiente, Shwe Lu Maung (2005) afirma ser possível, no futuro, que o conflito em Arakan evolua para uma guerra entre Bangladesh e Mianmar. Para Khan et al (2011), o inevitável aumento do nível dos oceanos obrigará parte dos bangladeshis (entre 15% e 51% da população total) a migrarem para regiões menos populosas até 2080, notavelmente Mianmar e o Nordeste Indiano. Mazo (2010) afirma que os conflitos climáticos tendem a aumentar, especialmente entre Estados fragilizados. O autor cita Bangladesh como um dos prováveis focos de confrontação futura. Hoje, apesar de algumas escaramuças esporádicas, as relações fronteiriças são de acomodação e de comunicação entre exércitos (SEN, 2014).

Ainda, não se pode descartar a força do pan-islamismo. Ainda em 2014, o novo líder da Al-Qaeda Zawahiri revelou planos para construir um califado formado por Arakan, Bangladesh e partes da Índia (até a Caxemira). Ele conclamou os diversos mujahidins (guerreiros islâmicos) a unificarem sua luta (RT, 2014). A questão dos Rohingya, portanto, é relevante também para a Índia. Por conta da grande imigração ilegal de bangladeshis, a Índia

reúne esforços para acelerar a construção do muro de 4.000 km que cobrirá toda a fronteira entre os dois países (SHAMSHAD, 2008).

A situação atual das insurgências é de negociação para um acordo geral de cessar-fogo entre todos os grupos e o governo. Até setembro de 2014, somente a União Nacional Karen desistiu das negociações, embora não seja definitivo. Para Brenner (2014), os interesses dos militares pelos direitos de exploração de recursos nos estados Kachin, Karen e Shan têm colocado empecilhos ao acordo. A versão do Exército aponta que os conflitos esporádicos dos últimos meses ocorreram por causa do fechamento de negócios ilegais nestas regiões (LWIN, 2013).

No entanto, Naing Oo (2014) oferece uma perspectiva que amplia a possibilidade de acordo. Com a estabilização e o fim das guerras na Indochina e no Sri Lanka, a oferta de armamento contrabandeado diminuiu consideravelmente, facilitando as apreensões e tornando os preços proibitivos (dez vezes maiores se comparados aos anos 1990).

No caso de sucesso do cessar-fogo unificado, é possível que o governo e o partido de situação tenham maior apoio da comunidade internacional e das minorias nas eleições de 2015. A ação poderia facilitar a retomada das negociações de projetos paralisados nas regiões de conflito armado (JANES, 2014). Por outro lado, há indícios sobre o financiamento das ONGs contra a hidrelétrica de Myitsone (estado Kachin) que indicam participação da embaixada americana em Rangoon (SUN, 2012, p. 86). Hongwei Fan (2014) afirma que a China tem buscado uma nova diplomacia mais ampla, direcionada também às ONGs e na mediação entre governo e minorias étnicas. Uma solução, sugerida por Dapice e Thanh (2013), é a redistribuição dos lucros com a extração de recursos naturais nas regiões de minorias. De acordo com os autores, esta solução só será possível com o encerramento das hostilidades e com a inclusão progressiva dos grupos insurgentes no processo político.

### 5.5.3 *Desenvolvimento econômico*

Mianmar está entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e PIB *per capita* da Ásia. Sua economia e força de trabalho ainda são baseadas na agricultura (entre 50% e 60% do total). O setor de serviços vem logo atrás, com estimativas entre 30% e 40% do PIB. Já o setor industrial e de manufaturas contribuiu com cerca de 9% a 15% do PIB (MIENO, 2009, p. 47; FUJITA; MIENO; OKAMOTO, 2009, p. 3; TAYLOR, 2009, p. 457). Em estudo feito por comitê da Câmara Baixa, descobriu-se uma taxa de desemprego de 37% e um total de 26% da população vivendo em pobreza extrema (THE NATION, 2013). Apesar

de todos os índices negativos, Mianmar tem sustentado um crescimento anual do PIB na faixa de 8% (LARKIN, 2014, p. 4).

Devido ao relaxamento das sanções do Ocidente e à nova onda de analistas financeiros sobre a situação positiva em Mianmar, a especulação imobiliária e a desapropriação de terras pelo governo têm gerado desconforto entre a população<sup>137</sup>. Até hoje, toda a terra rural é propriedade do governo, estando apenas arrendada ao produtor (TURNELL, 2014, p. 374-375; ELEVEN MYANMAR, 2014a). Os principais beneficiários das desapropriações têm sido as empresas associadas aos militares (WOODS, 2014). Nos estados Shan e Kachin, a China tem se aproveitado das concessões e do programa de substituição do ópio por outras culturas (KRAMER; WOODS, 2012).

Do ponto de vista monetário e financeiro, até recentemente, Mianmar tinha duas taxas de conversão para o Kyat. Além disso, o governo adotava políticas de controle do comércio exterior, que desencorajavam exportações, e de desincentivo à concessão de crédito pelos bancos (FUJITA; MIENO; OKAMOTO, 2009, p. 13-15; MIENO, 2009, p. 27-28; TURNELL, 2008). A precariedade e pouca capilaridade do sistema bancário de Mianmar são duas das principais deficiências estruturais da economia. Em resposta, o governo Thein Sein lançou as novas leis do Banco Central e do Microfinanciamento (TURNELL, 2014, p. 371-373).

A principal mudança é a nova Lei de Investimento Estrangeiro. A nova lei permite maior período de arrendamento de terras (até 50 anos), cinco anos de isenção fiscal, garantia contra a nacionalização e não obrigatoriedade em contratar mão-de-obra local (válido somente para especializada e com substituição progressiva dos funcionários estrangeiros) (TURNELL, 2014, p. 373). Bissinger (2012b) aponta que a isenção é um fator positivo para a indústria manufatureira, mas acaba diminuindo as receitas fiscais de atividades extrativas.

O maior gargalo da economia mianmareense é a escassez energética, tanto para consumo doméstico quanto para a abertura de novas empresas (BISSINGER, 2012a). Aproximadamente 75% da população não tem acesso a energia elétrica (KO KO, 2013). As empresas, na ausência de rede elétrica 24 horas por dia, utilizam geradores a diesel (no mínimo cinco vezes mais caros). Para alcançar a demanda atual, a produção de energia teria de aumentar em 42%. Além disso, a projeção é que a demanda dobre até 2018 para 25 bilhões de kWh. A solução proposta é a utilização do gás natural, do carvão e de energia hidrelétrica (DAPICE, 2012).

---

<sup>137</sup> Para uma lista de conflitos gerados por desapropriação de terras e projetos econômicos, ver Myanmar Peace Monitor (2013, p.5-9).

O setor energético tem firmado fortes investimentos com empresas de Japão, Cingapura, Tailândia e Coreia do Sul. A controversa hidrelétrica de Myitsone, projeto Chinês, teria capacidade para 30 bilhões de kWh, mas apenas 10% seriam direcionados para Mianmar. No entanto, se forem considerados todos os projetos hidrelétricos da China no país, o total poderia ultrapassar os 100 bilhões. Sendo assim, apesar do dano ambiental, os projetos assegurariam boa parte da produção de energia para a próxima década.

A principal questão que se impõe sobre o modelo econômico e produtivo de Mianmar é se o país repetirá a experiência da “Doença Holandesa” ou aquela dos Tigres Asiáticos. Jared Bissinger (2012b) aponta que Mianmar tem seguido o primeiro caminho, pois a fonte de investimento e de crescimento da economia tem sido o setor primário (agricultura, extração de recursos naturais), que gera poucos empregos. A exportação destes produtos compõe 80% da pauta e acaba valorizando a moeda local. O camponês, com taxas de inflação relativamente altas e moeda valorizada, fica ainda mais endividado. Larkin (2014) ainda acrescenta que parte da renda dos recursos naturais é destinada aos empresários associados ao governo, que preferem investir no setor imobiliário e na importação de bens de consumo, que é facilitada pela valorização monetária.

A estratégia apontada por Larkin (2014) e Kudo et al (2013) é o crescimento através indústria orientada para exportação, principalmente em setores intensivos em mão-de-obra (têxtil). Hoje, a indústria local tem pouca competitividade. A falta de infraestrutura e os altos custos de transação dificultam a ascensão do setor manufatureiro, que é o principal motor dos Tigres Asiáticos. Por outro lado, a mão-de-obra é consideravelmente mais barata em comparação aos países vizinhos. Larkin sugere que Mianmar retome alguns aspectos de sua relação com a China para receber investimentos em infraestrutura. Para ele, os Chineses devem ampliar seu envolvimento com a internacionalização de seus bancos, fornecendo créditos para outros projetos que não os seus em Mianmar. Além disso, o Japão parece ser o principal parceiro para a indústria manufatureira, tendo seu maior projeto na Zona Econômica de Thilawa.

No ano fiscal 2013-2014, o investimento externo direto foi de US\$ 4,1 bilhões, o triplo do ano anterior. Além dos setores extrativos tradicionais, o aumento se deveu a novos investimentos em manufaturas e em telecomunicações. A expectativa é que estes dois setores, juntamente com o turismo e infraestrutura aeroportuária, sejam responsáveis por boa parte dos US\$ 5 bilhões estimados para este ano (MYINT, 2014).

Internamente, o desafio é criar condições e incentivos para a atividade manufatureira. Ao contrário do que se convencionou, existe uma parcela do empresariado em Mianmar que

possui negócios em infraestrutura, na produção de aço, cimento, têxteis, refinarias de petróleo e processamento de açúcar, arroz e laticínios (MYANMAR PEACE MONITOR, 2013, p. 15-19). A indústria naval também tem passado por um crescimento bastante acelerado, incentivado pelas compras militares.

Através de incentivos políticos e de melhor infraestrutura, o governo pode cooptar o empresariado que se engaja em atividades produtivas. A associação com o empresariado nacional em setores chave foi fundamental para o crescimento sustentado da maioria dos países do Leste Asiático.

Como argumentado em Ribeiro (2013), Mianmar precisa se preparar para os possíveis efeitos indesejados da liberalização econômica, neste caso a instabilidade financeira e a falta de competitividade (gerando desequilíbrio a favor das importações). O país se prepara, por exemplo, para abrir uma Bolsa de Valores em 2015 com a ajuda do Japão. Apesar de servir para a captação de fundos, a frágil economia de Mianmar estará exposta às flutuações financeiras globais. Além disso, crimes de “colarinho branco” e lavagem de dinheiro são práticas frequentes (KO KO, 2013).

Devido ao atraso de Mianmar na inserção da cadeia produtiva regional, serão necessárias parcerias do empresariado local com grandes empresas estrangeiras e a construção de zonas econômicas especiais. É importante que se valorize os capitalistas nacionais, pois estes têm maior interesse em reinvestir seus lucros na economia local e não se deslocarão quando surgir o próximo *hot spot* da economia asiática (RIBEIRO, 2013). Ao mesmo tempo, Thein Sein deve deixar claro que está no controle ao tomar a iniciativa de alinhar “forçadamente” os interesses dos capitalistas locais com o Estado Desenvolvimentista. Larkin sugere que os EUA poderiam auxiliar retirando os empresários de Mianmar de sua “Lista Negra” (LARKIN, 2014, p. 9).

#### *5.5.4 Retorno à neutralidade ou dependência da China?*

O tema das relações exteriores de Mianmar permeia várias seções deste estudo. Contudo, pouco se discutiu sobre os interesses do próprio país nos rumos de sua inserção no sistema internacional. Apesar de admitir a importância das potências externas para sua atuação, os mianmarenses têm uma visão de neutralidade que permeia toda a sua história desde a independência. A questão, portanto, não é se Mianmar deseja se afastar da dependência à China, mas sim se o país é capaz de fazê-lo. Após uma breve apresentação do

pensamento estratégico local, serão analisadas as visões sobre o futuro das relações exteriores de Mianmar.

A discussão terá início com o pensamento estratégico de Mianmar. Embora o período de U Nu (até 1962) tenha sido bastante ativo politicamente, muito pouco foi publicado desde então. O principal documento é o “*Political Situation of Myanmar and its Role in the Region*”, do Ministério da Defesa, redigido pelo ex-Coronel Hla Min (2000). Este foi reeditado em uma nova versão pelo mesmo autor (HLA MIN, 2013).

Os capítulos 11 e 12 tratam sobre a Política Externa de Mianmar, que o autor reafirma ser de estrita neutralidade, embora o Ocidente acusasse a Birmânia de ser pró-Comunista enquanto o bloco socialista a acusava de “falsa socialista”. Em relação ao período da junta militar, ele afirma que a política natural do país não foi mais aceita devido à imposição da vontade de uma “superpotência solitária” (Estados Unidos). Ou seja, lhe foi imposto o conceito de que o país ou deveria ser aliado, ou inimigo.

No capítulo 22, intitulado “Mianmar, o elo fraco na política regional de contenção à China”, Hla Min critica a tentativa de desestabilizar Mianmar através da interferência em seus assuntos internos, que poderia torna-lo num satélite do Ocidente. Ainda, argumenta que a democracia é um processo gradual e que a desestabilização do regime traria uma guerra civil entre etnias, evoluindo para uma guerra por procuração entre potências capaz de desestabilizar toda a região. Ele critica o sistema unipolar por não haver balanceamento entre potências, permitindo a desestabilização de países menores por países poderosos.

A segurança interna e a integridade nacional serão a prioridade e o ponto de partida da política externa até que Mianmar eventualmente tenha maior estabilidade política e econômica, combinada com a conciliação entre os grupos políticos dissidentes (HAACKE, 2006, p. 9; THAN, 2013; EGRETEAU; JAGAN, 2013). A diferença do atual governo para a junta militar é a estratégia para abordar estes desafios. Além da perspectiva securitária, a diplomacia e a economia passam a ter papel igualmente importante.

Neste novo momento, existem três perspectivas gerais sobre a nova política externa de Mianmar:

- a) Mianmar se tornou parceiro dos EUA e suas relações com a China terão fricções e podem evoluir para hostilidades (LINTNER, 2014, p. 103);
- b) Mianmar balanceará suas relações exteriores impondo limites para o envolvimento das potências (EGRETEAU; JAGAN, 2013);
- c) Mianmar não conseguirá, no curto-médio prazo, ter autonomia em relação à China devido aos interesses estratégicos Chineses (MALIK, 2012).

Primeiramente, com relação às eleições de 2015, os analistas têm descartado maior influência externa em sua condução. Em entrevista (Apêndice D), Renaud Egreteau aponta que a Índia é um mero observador e mesmo China e EUA não terão influência sobre Naypyidaw. Ele afirma que a reação internacional não será nem totalmente positiva, a exemplo de 2012, nem de condenação, como ocorreu em 2010.

Também há cautela sobre a possibilidade de grandes mudanças na política externa de Mianmar em decorrência dos resultados eleitorais. Hongwei Fan (Apêndice C) afirma que os Chineses têm melhor relacionamento com o USDP, mas ainda seria difícil reviver os projetos bilaterais paralisados. Para Fan, um possível governo do NLD buscaria uma política igualmente balanceada e não arriscaria antagonizar seu vizinho. Lintner (2014, p. 107) aponta que Suu Kyi reconhece a importância da interdependência econômica e da amizade com a China, não estando disposta a mudar radicalmente a política externa de Mianmar.

Em relação à competição sino-americana, alguns analistas chineses acreditam que a intenção dos Estados Unidos é conter a influência da China em Mianmar e transformar a ASEAN em um “guardião” contra a expansão chinesa (PENEAU, 2013, p. 77). O embaixador chinês em Rangoon, Yang Houlan, deixou claro que a China não quer repetir uma Guerra Fria, ainda mais em Mianmar. Houlan disse que mantém comunicação com o embaixador americano no país, para que qualquer problema seja resolvido sem maiores complicações (LARLEE, 2014).

A China aceita a presença americana até certo ponto, desde que os Norte-Americanos não abram bases militares no país (a exemplo de Cingapura, Filipinas e Tailândia) ou troquem informações de inteligência com as Forças Armadas de Mianmar (LINTNER, 2014, p. 108). Até o presente momento, o único engajamento militar EUA-Mianmar é o treinamento de oficiais em direitos humanos e em *accountability* (prestação de contas ao governo civil) (MICHAELS, 2014).

Quem está aumentando seus laços militares em Mianmar é a Tailândia, após o golpe militar de abril de 2014. Os Tailandeses ofereceram treinamento de combate e organizarão em breve um exercício militar com os países da ASEAN, China e Índia (NANUAM, 2014; THU, 2014). Esta ação surge em resposta ao cancelamento, por parte dos EUA, da ajuda militar à Tailândia em decorrência do golpe.

Reconhecendo que o país não é um assunto central na agenda sino-americana, a China vê de forma positiva o maior envolvimento dos EUA. Possivelmente, nenhum país poderá substituir a importância econômica da China para Mianmar. Além do mais, os investimentos

do Ocidente podem auxiliar na estabilização da economia mianmarese e diluir a sensação de dominação Chinesa (LINTNER, 2014, p. 108).

Um teste importante para conjecturar sobre a política externa de Mianmar é a presidência da ASEAN, que o país assume pela primeira vez em 2014. O primeiro desafio, em maio, foi o incidente no Mar do Sul da China envolvendo China e Vietnã, justamente às vésperas do ASEAN *Summit*, que reúne seus chefes de Estado.

No documento final, a organização reafirmou a sua posição em favor da livre navegação e do sobrevoo nas áreas disputadas, do respeito à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo, e a necessidade de avançar no Código de Conduta sobre o Mar do Sul da China (ASEAN, 2014, p. 17). Dias depois, no encontro dos ministros de defesa da ASEAN, o Vietnã prometeu abordar a disputa de forma pacífica (PHYO, 2014).

No Fórum Regional da ASEAN, os líderes de China e Estados Unidos propuseram medidas diferentes para o Mar do Sul da China: a China propôs resolver o assunto entre as partes envolvidas e os EUA preferiram uma abordagem de “congelamento” das atividades. Apesar das divisões sobre o assunto, foi importante reunir os países para o diálogo e esclarecer suas posições. Além disso, incentiva a China a progredir em relação ao Código de Conduta (PHAM, 2014).

Portanto, Mianmar conseguiu feitos importantes na presidência da ASEAN. O primeiro deles foi fazer com que o Vietnã moderasse seu discurso durante as reuniões. O segundo, e mais importante, foi trazer o Mar do Sul da China para a pauta de discussão, mas evitar criticar abertamente a China pelos incidentes (como desejavam os EUA). Isto pode auxiliar a acelerar as negociações sobre o novo Código. Se a presidência da ASEAN de Mianmar for comparada ao período de 2012, quando esteve chefiada pelo Camboja, foi uma grande vitória. Naquela ocasião, a reunião do bloco não conseguiu produzir um documento final, devido às posições antagônicas do Camboja (pró-China) e de Filipinas e Vietnã.

No plano econômico, Mianmar tem promovido e se adequadado ao ASEAN *Economic Community* 2015 e dado continuidade ao projeto do RCEP. Com a abertura política e a nova Lei de Investimentos, o país tem atraído mais capitais no Leste Asiático e na Europa, enquanto os Estados Unidos mantêm algumas sanções. A exceção é a China, que teve investimentos paralisados e decidiu esfriar suas relações econômicas com Mianmar. Em 2013/2014, Japão, Cingapura, Malásia, Tailândia e Vietnã foram os maiores investidores, enquanto a China ficou em oitavo (SUN, 2014). Mesmo assim, os Chineses prosseguem com outros grandes projetos hidrelétricos além de Myitsone. Somente no Rio Salween, que passa

pelos estados Shan e Karen, a China constrói cinco hidrelétricas com capacidade combinada de 15.000 MW (duas em parceria com a Tailândia) (SALWEEN WATCH, 2013).

A questão da dependência da China permanece em aberto nas perspectivas comercial e estratégica. Os chineses dificilmente aceitariam que Mianmar desistisse de construir a ferrovia Kyaukpyu-Kunming. Por outro lado, podem estar dispostos a ceder maior contrapartida (concessão de crédito e diversificação de investimentos para além da extração de recursos), ao mesmo tempo em que esperam a diminuição do antagonismo local. Yun Sun (2014) aponta que o contrato da ferrovia não era interessante para Mianmar e nem para a empresa chinesa responsável. Ela sugere que a China aceite uma medida sub-ótima de co-propriedade entre diversos países para diluir os riscos da obra e a percepção de dominação chinesa.

Caso a diplomacia não resolva este contencioso, as relações podem piorar consideravelmente. Assim como em outras oportunidades, não se pode descartar no longo prazo que os militares chineses tomem as rédeas da situação, diante da inoperância política, e decidam aplicar maior pressão na fronteira. Considerando necessário, a China tem os contatos de inteligência e os meios para apoiar grupos insurgentes em Mianmar. Em contrapartida, seria arriscado para ambos os lados alienar o vizinho desta forma. Usando as palavras do embaixador chinês em Rangoon, Yang Houlan, “Não se pode escolher os vizinhos, mas é possível escolher os amigos” (*apud* LARLEE, 2014).

## 6 CONCLUSÃO

Inicialmente, serão retomadas algumas conclusões sobre a rivalidade sino-indiana. Do ponto de vista da rivalidade territorial, a indefinição sobre a disputa fronteiriça tem sido o maior empecilho para a normalização das relações. Os pontos mais sensíveis e possivelmente iniciadores de crises são a questão do Tibete e a disputa pela Caxemira, somada à “*entente cordiale*” sino-paquistanesa. O apoio às insurgências, apesar de terem potencial relevante em cenários de conflagração armada, por si só não representam maior irritante. A análise de capacidades operacionais de China e Índia indica que é improvável uma vitória decisiva de ambas as partes. Este relativo equilíbrio atual indicaria, em tese, menor possibilidade de recorrência ao uso da força. Sobre a rivalidade marítima, também existe certo equilíbrio nas capacidades de projeção de força marítima, que possivelmente se manterá num futuro predizível. A incerteza acerca da possibilidade de vitória em um cenário de guerra para China e Índia acaba por acentuar o papel da diplomacia na resolução de conflitos.

Há também incentivos políticos regionais para um papel mais influente de China e Índia. Desde o final da Guerra Fria, houve uma diminuição relativa da importância econômica e política dos EUA na Ásia. Sendo assim, a agenda política e econômica regional do pós Guerra Fria foi preenchida progressivamente por iniciativas a partir da ASEAN, da coordenação de China, Coreia do Sul e Japão através do ASEAN+3 e da APEC, iniciativa favorecida pelos EUA.

No início da década de 2010, Chineses e Indianos começam a delinear os seus projetos para a Ásia. A Marcha para Oeste, iniciada há alguns anos por Hu Jintao na China, começa a configurar o país como uma potência não somente do Pacífico, mas da Eurásia e do Índico, ainda que em menor expressão e alcance. Por hora, a Índia ainda vive dificuldades internas que atravancam seu processo de expansão regional. Mesmo assim, ao comparar a Política Externa da Índia nos anos 1990 e aquela dos 14 anos seguintes, percebe-se que a influência econômica, política e securitária da Índia aumentou consideravelmente em toda a Ásia. Assim como no caso da China no Leste Asiático, o ambiente regional da Índia dificulta suas aspirações de liderança, o que explica em parte sua mudança de foco para o Leste Asiático.

De acordo com o pensamento estratégico e as iniciativas regionais de China e Índia, as prioridades são a abertura de mercados, a estabilização política e securitária dos vizinhos e a não intervenção de potências externas. Neste sentido, ambas desejam a prosperidade e a integração econômica regional configurada através de regionalismos abertos. A China tem grande potencial de investimento externo (especialmente em infraestrutura e recursos

naturais) e pode ser, eventualmente, o motor da integração. No entanto, o país cada vez mais reconhece que este processo é inviável sem a inserção política e securitária da China em toda a Ásia, contando com fortes parceiros locais. A Índia seria beneficiária da exportação de capitais e também há interesse em internacionalizar seu capital e suas empresas. Mais do que isso, a liderança política regional e global dos dois países confere robustez a qualquer projeto em que estejam envolvidos em parceria.

É neste ponto que a abertura econômica e política em Mianmar pode fazer parte da aproximação entre China e Índia. Através da análise feita no último capítulo, observa-se que o país não é uma arena tradicional da rivalidade sino-indiana e teve, até recentemente, baixa prioridade nos assuntos estratégicos das duas potências.

É possível interpretar a importância estratégica de Mianmar de diferentes modos. Por um lado, o país foi vital para a sobrevivência dos esforços de guerra da China durante a Segunda Guerra Mundial e também para a proteção do subcontinente indiano contra a invasão japonesa. Por outro, ao longo dos últimos 60 anos, enquanto a Birmânia/Mianmar se manteve isolada de grandes pressões externas, a região de manteve relativamente estável e as retaguardas de China e Índia estiveram protegidas contra maiores ameaças.

Isso significa, em outras palavras, que Mianmar poderia ser encarado de duas formas:

- a) um espaço vital para a defesa do interior da China e de toda porção oriental da Índia e, portanto, que deve ser controlado para que seja possível uma base avançada (para defesa e, eventualmente, projeção de força);
- b) a estabilidade interna de Mianmar contribui para a proteção de China e Índia, atuando como um tampão.

A questão que se impõe, neste sentido, é a postura a ser tomada por chineses e indianos. Caso predominasse a primeira visão, a lógica seria disputar a influência sobre o país em um jogo de soma-zero, ou um dos países reconhecer que Mianmar faz parte da esfera de influência do outro (atualmente, a China possui grande vantagem). Já no segundo caso, a lógica seria contribuir para a estabilização política do país, de modo que seus conflitos não transbordem para toda a região ou atraiam atenção de potências externas (em especial dos Estados Unidos).

De qualquer modo, a competição por influência política em Mianmar é complexa, visto que as elites políticas civis e militares são fortemente nacionalistas e rejeitam a dominação por uma potência externa. O comportamento do país foi discrepante nas décadas de 1990 e 2000 devido à intensa pressão do Ocidente e às ameaças de intervenção militar. A progressiva normalização de suas relações exteriores com a transição política tenderia,

hipoteticamente, a possibilitar a retomada da neutralidade. Mianmar se encaixa no modelo de Ciorciari (2009), onde os países da ASEAN barganham entre potências externas. Atualmente, o país balanceia os interesses da China com outros países. Por duas décadas contou apenas com o apoio da ASEAN, mas hoje passa a contar com Índia e Japão e talvez, futuramente, com os EUA.

China e Índia têm bastante a se beneficiar com o avanço da reconciliação política e da abertura econômica em Mianmar, um dos últimos mercados isolados da Ásia. Do ponto de vista econômico, os projetos em infraestrutura em Mianmar, o BCIM e a Rota da Seda Marítima proporcionam a interligação de todo o eixo sul-sudeste da Ásia, visto que Mianmar é o ponto de conexão entre China, Índia, Sudeste Asiático (Tailândia e Laos) e Sul da Ásia (Bangladesh). A abertura de rotas terrestres, marítimas e aéreas entre centenas de milhões de pessoas ao redor desta região poderia proporcionar um novo ciclo de expansão produtiva e do mercado interno, visto boa parte destas populações hoje está à margem do capitalismo global (a exemplo dos 45 milhões de habitantes do Nordeste Indiano).

Como cenário negativo, a possível internacionalização das insurgências de Mianmar, o radicalismo político e o aumento da xenofobia teriam consequências para além das fronteiras nacionais. Para o sucesso dos projetos de interligação planejados até o momento, é importante que haja algum arranjo político em andamento no país. Do ponto de vista securitário, ainda não existe grande transbordamento das crises internas de Mianmar.

Atualmente, o apoio a insurgências parece ser um irritante menor para a rivalidade sino-indiana na ausência de guerra, visto que a China não vende armas diretamente, não apoia oficialmente nenhum grupo na Índia e a venda do mercado paralelo não alcança grande escala. A cooperação com Mianmar contra o tráfico de armas e pelo diálogo político com os insurgentes pode ser uma solução eficiente de curto prazo. Este cenário ainda esbarra na aparente falta de vontade da China em abandonar seu aliado local, o Exército do Estado Wa Unido. Fica em aberto também as ligações da Índia com grupos insurgentes tibetanos. A inteligência indiana mantém, nos dias de hoje, um efetivo de 10.000 tibetanos sob o comando das Forças Especiais de Fronteira (FEF) citadas no segundo capítulo.

Apesar disso, cabe relevar as intenções e o papel dos Estados Unidos em relação à estabilidade política em Mianmar. Levando em consideração as observações feitas por Kaplan (2010), os estadunidenses estariam dispostos a agir através de operações encobertas (e possivelmente com ação militar direta) caso a situação em Mianmar não evolua de acordo com seus interesses. Historicamente, não houve grande interesse estratégico ou necessidade

de influenciar os rumos da política em Mianmar, a despeito da pressão pela derrubada de seu regime militar.

Até o presente momento, Mianmar ainda parece ter baixa prioridade relativa na agenda dos EUA para a Ásia. Mesmo assim, a própria tentativa de aproximação entre China e Índia pode alertar os norte-americanos para possíveis mudanças geopolíticas na região, incluindo novos arranjos políticos, econômicos e securitários regionais sem a presença dos Estados Unidos ou que diminuam seu papel político local.

Como comenta Sun Shihai (2013, p. 238), os EUA acreditam que, para manter sua hegemonia global, é necessário conter qualquer potência asiática que surge como uma ameaça potencial. Sendo assim, segundo o autor, é bastante possível que a estratégia estadunidense na Ásia seja dividir suas duas maiores potências (China e Índia). Hoje, a Índia é tida como aliada, pois a China cresce mais rapidamente. No entanto, o objetivo final provavelmente é impedir ambas de obterem a hegemonia regional. Neste contexto, Mianmar se torna um elemento importante da agenda norte-americana, a partir do momento em que poderia auxiliar geopoliticamente uma aproximação sino-indiana e, conseqüentemente, o aumento da influência destas duas potências na Ásia.

Outro fator importante para o progresso da interligação no eixo sul-sudeste da Ásia é o ambiente securitário regional. Identificou-se que as dinâmicas de conflito e cooperação ocorrem simultaneamente, portanto é possível que o diálogo sobre interligação prossiga mesmo em momentos de aumento de tensões (salvo em caso de guerra). No entanto, é a falta de confiança e de garantias sobre o perfil de atuação política dos Estados que coloca empecilhos para o avanço destas negociações. Isto não significa, necessariamente, que os países precisem seguir modelos de integração regional como o caso da União Europeia, onde os vizinhos não são mais vistos como uma ameaça crível no horizonte próximo.

Um regime de segurança, por sua vez, daria a estabilidade necessária para que os países possam restringir seu comportamento com a esperança de que o outro siga o mesmo conjunto de regras. Esta discussão será brevemente iniciada a partir de algumas perspectivas apresentadas. Pode-se perceber, ao longo deste estudo, que os países da Ásia têm preferido arranjos com menor grau de formalidade e maior abertura para o diálogo. Há uma linha evolutiva desde os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, passando pelo Movimento dos Não-Alinhados e chegando aos princípios da ASEAN e de seu Fórum Regional. Em comum, encontram-se a igualdade e o respeito à soberania, a cooperação em assuntos de benefício mútuo e não interferência em assuntos internos.

Diferentemente da tradição Ocidental, o entendimento tácito promove flexibilidade e não regras fixas onde os países infratores são punidos de acordo com o grau de sua infração. Mais do que um conjunto de regras formais, China e Índia podem chegar a um denominador comum sobre seus limites e sobre o alcance de sua atuação, ao ponto em que se tolere a presença do outro em sua esfera de influência tradicional, desde que haja o reconhecimento e o respeito ao seu papel de liderança regional.

Ao longo deste estudo, verifica-se que China e Índia não buscaram, até o presente momento, tomar o papel de seu rival em sua respectiva área de influência tradicional (Sudeste Asiático e Sul da Ásia/Oceano Índico). Ao mesmo tempo, nenhum destes países reconhece o direito do outro em estabelecer uma área de influência. Ou seja, ambas se apresentam como parceiras alternativas para os países menores contra a dominação pelo rival, prestando apoio limitado nos âmbitos diplomático, econômico e securitário.

Ademais, não se pode exagerar o papel de China e Índia na região do rival. A possível exceção seriam as relações da China com os vizinhos da Índia, justamente porque a única Potência Regional (Paquistão) enfrenta dificuldades para se manter estável e evitar a capitulação para os indianos. Ou seja, diferentemente do Leste Asiático, onde há várias Potências Regionais, o Oceano Índico estaria sujeito à dominação indiana, não fosse a atuação da China e dos Estados Unidos. A ressalva quanto ao último é exatamente o caráter incerto da manutenção de sua presença e de seu interesse nesta região em longo prazo.

No Oceano Índico, a China aumenta sua participação econômica e fornece armamentos para Bangladesh e Paquistão com a finalidade de manter o equilíbrio regional. Na Ásia-Pacífico, a Índia se aproxima de Austrália, Indonésia, Japão e Vietnã, mas isto não significaria necessariamente uma coalizão para contrabalançar a China. Medcalf e Mohan (2014) sugerem que a Índia faça parte de uma coalizão de “potências médias”, fazendo a mediação entre duas Grandes Potências (China e EUA).

Avaliando a presença da Índia no Sudeste Asiático de forma análoga à presença chinesa no Sul da Ásia, a Índia deseja a manutenção da autonomia da ASEAN, o que lhe proporciona maior margem de atuação diplomática, econômica e securitária. Além dos benefícios econômicos, as relações da Índia com a ASEAN podem lhe render maior percepção de segurança, pois os Indianos possivelmente terão, no Sudeste Asiático, um papel proporcional ao que a China tem hoje no Sul da Ásia.

Outra variável com certa relevância para as relações sino-indianas é o Mar do Sul da China. Para a Índia, hipoteticamente, a desmilitarização das disputas territoriais na região seria vantajosa, pois assim ela poderia pleitear contratos de exploração e prevenir a China de

eventualmente criar uma plataforma de projeção de poder para o Índico. Para a China, a disputa diz respeito ao controle das rotas comerciais do Pacífico e sobre os recursos naturais locais.

No Oceano Índico, o pensamento estratégico da Índia aponta que o país tentará limitar ao máximo a influência de potências extrarregionais, embora os indianos tenham aceitado a presença estadunidense até o presente. A China pensa o Índico a partir de suas vulnerabilidades em termos de exportações e de importações energéticas. A missão da Marinha Chinesa seria proteger as Linhas Marítimas Comerciais de ameaças tradicionais e não tradicionais.

Baseado no pensamento estratégico de China e Índia, a ideia de projeção de força marítima serve, pelo menos em teoria, para defender suas LMC de interrupções e não para estabelecer bases avançadas contra o rival. Cabe aos dois países acertar as regras de conduta sobre a presença do outro nestas águas (a ampliação do arranjo de patrulhas multilaterais seria um bom início) e estabelecer limites para seu engajamento securitário de modo ambos sejam dissuadidos contra a ação unilateral frente a uma crise regional.

A tentativa de incluir a Índia e o Paquistão na OCX tende a contribuir para uma coordenação maior no combate ao extremismo político e ao terrorismo, além de proporcionar aos indianos a impressão de que a China também está incomodada com a situação paquistanesa e aparentemente estaria disposta a cooperar pela estabilização do Afeganistão pós-ocupação estadunidense. O fenômeno recente do Estado Islâmico do Iraque e da Síria pode acentuar a percepção de ameaça sobre os países do Oriente Médio, do Sul da Ásia e mesmo da Ásia Central. Assim, torna-se mais urgente a cooperação multilateral contra o avanço do extremismo para regiões contíguas de China, Índia e Paquistão.

Cabe retomar que, em outras regiões, notadamente em assuntos da Ásia Central, da África e em assuntos globais de interesse mútuo, já se pode observar algum grau de coordenação e de cooperação entre China e Índia. O destaque recente é o Banco do BRICS, iniciativa ambiciosa de mudança do panorama financeiro global. É possível que a situação internacional de crise do capitalismo, a partir de seu núcleo, esteja acelerando o processo de coordenação entre as potências do BRICS. O cenário de aumento da Cooperação Sul-Sul também incentivaria, eventualmente, maior cooperação sino-indiana.

Em termos securitários, é importante retomar a leitura de Barry Posen (2003) sobre o Comando dos Comuns. Ele aponta que a liderança dos Estados Unidos se baseia no comando das áreas internacionais comuns (do ar, dos mares e do Espaço). Esta liderança tem sido cada vez mais ameaçada pelo aumento da “área contestada”, ou seja, regiões contíguas a potências

que expandem seu perímetro defensivo através de capacidades de negação de área e antiacesso (A2/AD). As capacidades militares de China e Índia, em especial aquelas vinculadas ao C4ISR, são uma variável a ser acompanhada. Caso ambas mantenham o ritmo relativamente acelerado de modernização militar, possivelmente os EUA seriam compelidos a revisitarem sua abordagem para a Ásia. China e Índia estão desenvolvendo capacidades operacionais não somente para se defenderem, mas para eventualmente, no futuro, garantir a ordem em suas vizinhanças.

A situação de Mianmar, que no passado recente foi um desafio para as relações sino-americanas, agora é também um tema para China e Índia resolverem em conjunto. Apesar da influência exercida pelos Estados Unidos sobre alguns grupos políticos em Mianmar, China e Índia são as Grandes Potências pertencentes à região e as partes mais interessadas em sua estabilidade e no progresso regional.

Mianmar se diferencia das áreas de cooperação sino-indiana por ser um vizinho de ambas onde as relações são relativamente estáveis e, até o momento, não há militarização das disputas (com a possível excessão do apoio encoberto a insurgências). Neste país, as esferas diplomática, econômica e de defesa de China e Índia se sobrepõem, tornando o diálogo dependente da coordenação de múltiplas agências, visões e interesses. É por isso que Garver (2001) compara o país a assuntos de maior conflitividade (região do Tibete e relações com o Paquistão) e não a países da Ásia Central ou da África, onde eventualmente surgem episódios de cooperação.

Assim, Chineses e Indianos têm a chance de iniciar o diálogo securitário sobre suas esferas de influência justamente onde elas podem se sobrepôr num futuro próximo. Por um lado, é possível que nenhum dos países queira se comprometer a não influenciar os assuntos internos e os rumos de Mianmar para sua órbita pela via coercitiva. Por outro, a rivalidade sino-indiana suscitaria maior competição em áreas que não estivessem definidas como parte de uma ou outra esfera. Esta pode ser considerada uma das representações das relações sino-indianas, onde a rivalidade e os mecanismos de cooperação podem operar simultaneamente. Ainda assim, este caso pode representar um caminho à frente para China e Índia, um projeto conjunto em benefício da prosperidade asiática.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia**. London: Routledge, 2010.

AL-QAEDA looks east, branches out to Indian subcontinent. **Russia Times**, [S.l.], 03 Sept. 2014. Disponível em: <<http://rt.com/news/184875-al-qaeda-india-kashmir/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

AMERICANS should help junta defeat Wa, says commander. **SHAN Herald Agency for News**, [S.l.], 15 Feb. 2010. Disponível em: <[http://www.shanland.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2922:americans-should-help-junta-defeat-wa-says-commander&catid=85:politics&Itemid=266](http://www.shanland.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2922:americans-should-help-junta-defeat-wa-says-commander&catid=85:politics&Itemid=266)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ANAND, Manoj. Arunachal CM urges Centre to reopen road linking India to China and Burma. **Deccan Chronicle**, [S.l.], 30 June 2014. Disponível em: <<http://www.deccanchronicle.com/140630/nation-current-affairs/article/centre-urged-open-china-road>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ANDREW, Martin. A Strategic Assessment of PLA Theatre Missile and ASAT Capabilities. **Air Power Australia Analysis**, [S.l.], 02 Dec. 2010. Disponível em: <<http://www.usairpower.net/APA-2010-02.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ANEJA, Atul. Russia seeks China, India as partners of new energy alliance. **The Hindu**, New Delhi, 21 June 2014. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/russia-seeks-china-india-as-partners-of-new-energy-alliance/article6136430.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

AROR, Shiv. 10 reasons why IAF's C-130J Super Hercules landing in Daulat Beg Oldie, Ladakh is important. **India Today**, New Delhi, 20 August 2013. Disponível em: <<http://indiatoday.intoday.in/story/indian-air-force-super-hercules-c-103j-landing-daulat-beg-oldie-ladakh-china/1/300410.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ART, Robert J. **A Grand Strategy for America**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

ARTURI, Carlos. O Debate Teórico Sobre Mudança de Regime Político: O Caso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 11-31, nov. 2001. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/3593>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ASEAN. **Chairman's Statement of the 24th ASEAN Summit**: "Moving forward in Unity to a Peaceful and Prosperous Community". Naipyidaw: ASEAN, 11 May 2014. Disponível em: <<http://www.asean.org/images/documents/24thASEANSummit/24th%20ASEAN%20Summit%20Chairman%27s%20Statement.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ASEAN-CHINA CENTRE. **Key Indicators on Trade & Investment**. [S.l.]: ASEAN-China Centre, Mar. 2014. Disponível em: <[http://www.asean-china-center.org/english/2014-03/06/c\\_133164797.htm](http://www.asean-china-center.org/english/2014-03/06/c_133164797.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

AUNG THWIN, Michael A. **Of Monarchs, Monks, and Men Religion and the State in Myanmar**. Singapore: National University of Singapore (NUS); Asia Research Institute (ARI), 2009.

AUNG, Peter. We are in favour of changing Article 436, say committee members. **Democratic Voice of Burma**, [S.l.], 15 Aug. 2014. Disponível em: <<https://www.dvb.no/news/we-are-in-favour-of-changing-article-436-say-committee-members-burma-myanmar/43282>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BADGLEY, John H.; KYAW, Aye. **Red Peacocks: Commentaries on Burmese Socialist Nationalism**. New Delhi: Readworthy Publications, 2009.

BAJPAI, Kanti. Indian Strategic Culture. In: CHAMBERS, Michael R. **South Asia in 2020 Future Strategic Balances and Alliances**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2002.

BAJPAI, Kanti P. Indian Grand Strategy: Six Schools of Thought. In: BAJPAI, Kanti P.; BASIT, Saira; KRISHNAPPA, V. **India's Grand Strategy: History, Theory, Cases**. New Delhi: Routledge India, 2014.

BALL, Desmond. **Asia's Naval Arms Race: Myth or Reality?** 25<sup>th</sup> Asia-Pacific Roundtable. Kuala Lumpur, 2011.

BANDEIRA MONIZ, Luiz A. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos: das Rebeliões da Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BARAK, Dan; YOGEV, Einav; SCHWEITZER, Yoram. A Troubled Geostrategic Marriage: US-Pakistan Relations. **Military and Strategic Affairs**, [S.l.], v. 3, n. 2, 2011.

BARBOSA, Rui C. **Long March 3C launches China's third tracking and data relay satellite**. NASA Space Flight, 25 July 2012. Disponível em: <<http://www.nasaspaceflight.com/2012/07/long-march-3c-tracking-data-relay-satellite/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BASRUR, Rajesh M. **India-Pakistan relations: between war and peace**. In: GANGULY, Sumit. **India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect**. New Delhi: Oxford University Press, 2010.

BAWEJA, Harinder. In the heart of darkness. **Hindustan Times**, [S.l.], 21 Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.hindustantimes.com/india-news/in-the-heart-of-darkness/article1-844273.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BECKLEY, Michal. China and Pakistan: Fair-Weather Friends. **Yale Journal of International Affairs**, [S.l.], Mar. 2012.

BEDI, Rahul. India on the hunt for more AEW&C aircraft. **HIS Jane's Defence Weekly**, Janes, 11 May 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/37798/india-on-the-hunt-for-more-aew-c-aircraft>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BEUKEL, Erik. **ASEAN and ARF in East Asia's Security Architecture: The role of Norms and Powers**. Copenhagen: Danish Institute of International Studies Report, 2008.

BHADRAKUMAR, M. K. Modi leads India to the Silk Road. **Rediff News**, [S.l.], 07 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/column/modi-leads-india-to-the-silk-road/20140807.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BHADRAKUMAR, M. K. Obama resets the 'pivot' to Asia. **Asia Times Online**, [S.l.], 09 May 2014. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/World/WOR-01-090514.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BHALLA, Abhishek. Exclusive: India losing more soldiers in Red Corridors than J-K. **India Today**, New Delhi, 17 Feb. 2014. Disponível em: <<http://indiatoday.intoday.in/story/india-insurgency-crpf-army-maoists/1/343867.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BHAUMIK, Subir. 'Look East' policy: India underperforming its role in Myanmar. **The Economic Times**, [S.l.], 02 Oct. 2013. Disponível em: <[http://articles.economictimes.indiatimes.com/2013-10-02/news/42617389\\_1\\_foreign-investment-total-trade-volume-china](http://articles.economictimes.indiatimes.com/2013-10-02/news/42617389_1_foreign-investment-total-trade-volume-china)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BHUYAN, Manash. 'Myanmar is Ready to Bust NE Militant Groups If Provided Inputs'. **Outlook India**, Naypyidaw, 24 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.outlookindia.com/news/article/Myanmar-is-Ready-to-Bust-NE-Militant-Groups-If-Provided-Inputs/856837>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BISSINGER, Jared. Electricity and the Quick Win of Progressive Power Pricing. In: HOLLIDAY, Ian. **Myanmar in Reform 2012**. [S.l.]: The University of Hong Kong, June 2012. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_32861-1522-2-30.pdf?121126082510](http://www.kas.de/wf/doc/kas_32861-1522-2-30.pdf?121126082510)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BISSINGER, Jared. Think Again: Burma's Economy. **Foreign Policy**, [S.l.], 19 Sept. 2012. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/09/18/think\\_again\\_burma\\_s\\_economy](http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/09/18/think_again_burma_s_economy)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BLANCHARD, Christopher; PRADOS, Alfred. **Saudi Arabia: Terrorist Financing Issues**. [S.l.]: Congressional Research Service, 2007. CRS Report for Congress. Disponível em: <<http://www.cfr.org/terrorist-financing/crs-saudi-arabia-terrorist-financing-issues/p14689>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BLAZEVIC, Jason. Defensive Realism in the Indian Ocean: Oil, Sea Lanes and the Security Dilemma. **China Security**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 59-71, 2009.

BLUMENTHAL, D. Concerns with respect to China's energy policy. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

BO, Zhou. The String of Pearls and the Maritime Silk Road. **China-US Focus**, [S.l.], 11 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-string-of-pearls-and-the-maritime-silk-road/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BOOKBINDER, Alex. Offshore oil and gas exploration block winners announced: Ministry of Energy. **Democratic Voice of Burma**, [S.l.], 26 Mar. 2014. Disponível em: <<https://www.dvb.no/news/offshore-oil-and-gas-exploration-block-winners-announced-burma-myanmar/38978>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BOTSCHER, Johanna. **Neorealist Assessment of India's Look East Policy**. Master's Thesis. Grin Verlag Ohg, 2013.

BRANDS, Hal. Breaking Down Obama's Grand Strategy. **The National Interest**, [S.l.], 23 June 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/breaking-down-obamas-grand-strategy-10719>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BRENNER, David. The Tatmadaw's Divide-and-Rule Tactics in Myanmar. **The Diplomat**, [S.l.], 17 Mar. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/03/the-tatmadaws-divide-and-rule-tactics-in-myanmar/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BREWSTER, David. An Indian Sphere of Influence in the Indian Ocean? **Security Challenges**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 1-20, Spring 2010. Disponível em: <<http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol6no3Brewster.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BREWSTER, David. Beyond the 'String of Pearls': is there really a Sino-Indian security dilemma in the Indian Ocean? **Journal of the Indian Ocean Region**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 133-149, 2014.

BREWSTER, David. India's own string of pearls: Sri Lanka, Mauritius, Seychelles and Maldives. **The Interpreter**. Lowy Institute for International Policy, [S.l.], 13 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.lowyinterpreter.org/post/2014/03/13/Indias-own-string-of-pearls-Sri-Lanka-Mauritius-Seychelles-and-Maldives.aspx?COLLCC=3754253429&COLLCC=3483023832>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BRITES, Pedro; MARTINS, José Miguel; SILVA, Athos Munhoz. O Papel dos Mísseis Cruzadores de Longa Distância nas Marinhas da Coreia do Sul e Japão: Lições para a Marinha do Brasil na Defesa do Pré-Sal no Contexto do Atlântico Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS. **Anais...** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/ILJ2VS>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BROADMAN, Harry G. **Africa's Silk Road: China and India's New Economic Frontier**. Washington: World Bank, 2007. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/Africa\\_Silk\\_Road.pdf](http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/Africa_Silk_Road.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BROOKS, Stephen; IKENBERRY, G. John; WOHLFORTH, William. Lean Forward: In Defense of American Engagement. **Foreign Affairs**, [S.l.], Jan./Feb. 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138468/stephen-g-brooks-g-john-ikenberry-and-william-c-wohlforth/lean-forward>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BROWN, Michael E. **America's Strategic Choices**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000.

BRUNNSTROM, David. Kachin rebels renew plea for U.S. role to ensure fair Myanmar peace. **Reuters UK**, Washington, 22 Apr. 2014. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2014/04/22/uk-kachin-rebels-myanmar-idUKBREA3L02V20140422>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: BasicBooks, 1998.

BUSSERT, James C. Hainan Is the Tip of the Chinese Navy Spear. **AFCEA International**, Fairfax, June 2009. Disponível em: <<http://www.afcea.org/content/?q=node/1968>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BUTWELL, Richard. **U Nu of Burma**. Stanford: Stanford University Press, 1963.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is “Peaceful Rise” Possible? **Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 1, p. 5-36, 2010. Disponível em: <<http://cjip.oxfordjournals.org/content/3/1/5.full.pdf+html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BUZAN, Barry; SEGAL, Gerald. Rethinking East Asian Security. **Survival**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 3-21, 1994.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALLAHAN, Mary P. Democracy in Burma: The Lessons of History. In: CALLAHAN, Mary; EMMERSON, Donald K. **Political Legacies and Prospects for Democratic Development in Southeast Asia**. [S.l.]: NBR Analysis. National Bureau of Asian Research, 1998. Disponível em: <<http://www.nbr.org/publications/element.aspx?id=96>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CALLAHAN, Mary; STEINBERG, David. **Drivers of Political Change in Post-Junta, Constitutional Burma**. Washington: USAID, 2012.

CHACHAVALPONGPUN, Pavin. **Reinventing Thailand: Thaksin and His Foreign Policy**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2010.

CHACHAVALPONGPUN, Pavin. The New Thailand-Myanmar Axis. **The Diplomat**, [S.l.], 29 July 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/the-new-thailand-myanmar-axis/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHANG, Felix K. China’s Naval Rise and the South China Sea: An Operational Assessment. **Orbis**, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 19–38, Winter 2012. Disponível em: <<http://www.fpri.org/docs/media/ChinasNavalRise.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHANG, Liu. Suggestion to “break up India” misreported from think tank. **Global Times**, [S.l.], 13 Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/457503.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHANSORIA, Monika. Chinese PLA’s Integrated Military Exercises in Tibet. **Scholar Warrior**, [S.l.], p. 30-34, Spring 2012. Disponível em: <[http://www.claws.in/images/journals\\_doc/SW%20J.52-56.pdf](http://www.claws.in/images/journals_doc/SW%20J.52-56.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHARNEY, Michael W. **A History of Modern Burma**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

CHARNEY, Michael W. **Powerful Learning: Buddhist Literati and the Throne in Burma's Last Dynasty, 1752-1885**. Ann Arbor: Centers for South and Southeast Asian Studies, University of Michigan, 2006.

CHAUDHURY, Dipanjan R. India, Japan sign key agreements; to share 'Special Strategic Global Partnership'. **The Economic Times**, [S.l.], 02 Sept. 2014. Disponível em: <[http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-09-02/news/53479980\\_1\\_shinzo-abe-strategic-global-partnership-japan](http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-09-02/news/53479980_1_shinzo-abe-strategic-global-partnership-japan)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHELLANEY, Brahma. CHELLANEY: Countering China's 'string of pearls'. **The Washington Times**, [S.l.], 06 May 2013. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2013/may/6/countering-chinas-string-of-pearls/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHELLANEY, Brahma. **Water: Asia's New Battleground**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2012.

CHEN, Dingding. China's 'Marshall Plan' Is Much More. **The Diplomat**, [S.l.], 10 Nov. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/11/chinas-marshall-plan-is-much-more/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHEN, R. A Critical Analysis of the U.S. "Pivot" toward the Asia-Pacific: How Realistic is Neo-realism? **Connections: The Quarterly Journal**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 39-62, Summer 2013. Disponível em: <<http://connections-qj.org/article/critical-analysis-us-pivot-toward-asia-pacific-how-realistic-neo-realism>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHEN, Zhimin. US Diplomacy and Diplomats: A Chinese view. **The Hague Journal of Diplomacy**, Leiden, v. 6, p. 277-297, 2011.

CHENG, Dean. Winning Without Fighting: Chinese Public Opinion Warfare and the Need for a Robust American Response. **Heritage Foundation**, [S.l.], 26 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/reports/2012/11/winning-without-fighting-chinese-public-opinion-warfare-and-the-need-for-a-robust-american-response>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHERU, Fantu; OBI, Cyril. Chinese and Indian Engagement in Africa: Competitive or Mutually Reinforcing Strategies? **Journal of International Affairs**, [S.l.], v. 64, n. 2, Spring/Summer 2011.

CHHATWAL, Ravinder Singh. China's New AWACS – KJ 500. **In Focus**. Center for Air Power Studies India, 31 May 2014. Disponível em: <[http://capsindia.org/files/documents/CAPS\\_Infocus\\_RS\\_4.pdf](http://capsindia.org/files/documents/CAPS_Infocus_RS_4.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China - FMPRC. **President U Thein Sein of Myanmar Met with Wang Yi**. [S.l.]: FMPRC, 11 Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1182008.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1182008.shtml)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHINA sells Myanmar strategic HQ-12 missiles. **StratRisks**, [S.l.], 01 Mar. 2014. Disponível em: <<http://stratrisks.com/geostrat/18301>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHOWDHURY, Jhinuk. Modi warms up to Xi keeping 'border' as the key word. **Russia Times**, [S.l.], 22 Sept. 2014. Disponível em: <<http://rt.com/op-edge/189688-india-china-border-talks-visit/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHOWDHURY, Mridul. **The Role of the Internet in Burma's Saffron Revolution**. Internet & Democracy Case Study Series. Berkman Center Research Publication n. 2008-08. [S.l.]: Harvard University, 2008.

CHRISTOPHER, Mark. **Water Wars: The Brahmaputra River and Sino-Indian Relations**. CIWAG Case Study on Irregular Warfare and Armed Groups. Newport: United States Naval War College, 2013. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/b5236b30-fce4-40ed-935a-016578bc4483/Water-Wars.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CII (Confederation of Indian Industry). **Building India's Navy: Force Requirements and Indigenous Capability**. New Delhi: Confederation of Indian Industry, 2010. Disponível em: <[http://www.ciidefence.com/images/publication/pdf/Building\\_India%27s\\_Navy\\_Force\\_Requirements\\_and\\_Indigenous\\_Capability.pdf](http://www.ciidefence.com/images/publication/pdf/Building_India%27s_Navy_Force_Requirements_and_Indigenous_Capability.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CIORCIARI, John David. The Balance of Great-Power Influence in Contemporary Southeast Asia. **International Relations of the Asia-Pacific**, Oxford, v. 9, n. 1, p. 157-196, Oxford University, 2009. Disponível em: <<http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/ciorciari%20balance%20of%20great%20power%20se%20asia.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CLARY, Christopher. **Deterrence Stability and the Conventional Balance of Forces in South Asia**. Washington: Stimson Center, 31 Oct. 2013. Disponível em: <[http://www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/Clary\\_-\\_Deterrence\\_and\\_Conventional\\_Balance\\_of\\_Forces\\_in\\_South\\_Asia.pdf](http://www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/Clary_-_Deterrence_and_Conventional_Balance_of_Forces_in_South_Asia.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

COHEN, Stephen. India, Pakistan, and Kashmir. In: GANGULY, Sumit. **India As an Emerging Power**. London: Frank Cass, 2003.

COLE, Bernard D. **Asian Maritime Strategies: Navigating Troubled Waters**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

COLE, Bernard, D. The energy factor in Chinese maritime strategy. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

COLE, J. Michael. Red Star Over the Indian Ocean? **The Diplomat**, [S.l.], 09 Apr. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/04/red-star-over-the-indian-ocean/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

COLLINS, Gabriel B.; ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle. Chinese naval analysts consider the energy question. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

COLLINS, Gabriel B.; MURRAY, William S. No oil for the lamps of China? In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

COLLINS, Gabriel; ERICKSON, Andrew. Chinese efforts to create a national tanker fleet. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

CONBOY, Kenneth J.; MORRISON, James. **The CIA's Secret War in Tibet**. Lawrence: University Press of Kansas, 2002.

CONRAD, Martin. **Does China Need a String of Pearls?** Master's Thesis. Monterrey: Naval Postgraduate School, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10945/17346>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CONROY, Christian. China's Ballistic-Missile Submarines: How Dangerous? **The National Interest**, [S.l.], 18 Nov. 2013. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/chinas-ballistic-missile-submarines-how-dangerous-9414>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley; YAROSH, Nicholas. **Chinese Military Modernization and Force Development: A Western Perspective**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2013. Disponível em: <<http://csis.org/publication/chinese-military-modernization-and-force-development-2>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

COURTIS, Kenneth. Time for Russia's 'pivot to Asia'. **China Daily**, [S.l.], 29 May 2014. Disponível em: <[http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2014-05/29/content\\_17549236.htm](http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2014-05/29/content_17549236.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CUNHA, André Moreira. **Crise no Pacífico Asiático: causas e consequências**. 2002. 264 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2002.

DAPICE, David. Electricity Demand and Supply in Myanmar. **Occasional Papers Harvard Kennedy School**, [S.l.], Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.ash.harvard.edu/extension/ash/docs/electricitydemand.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DAPICE, David; THANH, Nguyen Xuan. Creating a Future: Using Natural Resources for New Federalism and Unity. **Occasional Papers Harvard Kennedy School**, [S.l.], July 2013. Disponível em: <<http://www.ash.harvard.edu/extension/ash/docs/creating.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DAS, Pushpita. Securing the Andaman and Nicobar Islands. **Strategic Analysis**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 465-478, 2011.

DAS, Rup Narayan. Vietnam: The fulcrum of India's 'look east' policy. **Rediff News**, [S.l.], Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/column/vietnam-the-fulcrum-of-indias-look-east-policy/20131120.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DASGUPTA, Saibal. Road from Kolkata to China's Kunming City? **The Economic Times**, Beijing, 27 Nov. 2012. Disponível em: <[http://articles.economictimes.indiatimes.com/2012-11-27/news/35385638\\_1\\_stilwell-road-yunnan-kolkata-port](http://articles.economictimes.indiatimes.com/2012-11-27/news/35385638_1_stilwell-road-yunnan-kolkata-port)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DEFENSE INDUSTRY DAILY. Sons of Sa'ar? Israel's Next Generation Frigates. **Defense Industry Daily**, [S.l.], 20 Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.defenseindustrydaily.com/an-lcs-for-israel-04065/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DEFENSE INDUSTRY DAILY. Surya's Chariots: India's AWACS Programs. **Defense Industry Daily**, [S.l.], 02 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.defenseindustrydaily.com/indian-awacs-moving-forward-on-2-fronts-04855/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DINGLI, Shen. Don't shun the idea of setting up overseas military bases. **China Internet Information Center**, [S.l.], 28 Jan. 2010. Disponível em: <[http://www.china.org.cn/opinion/2010-01/28/content\\_19324522.htm](http://www.china.org.cn/opinion/2010-01/28/content_19324522.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DNA INDIA. India successfully test-fires indigenously built nuclear-capable Agni-I missile. **DNA India**, New Delhi, 11 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.dnaindia.com/india/report-india-successfully-test-fires-indigenously-built-nuclear-capable-agni-i-missile-2017817>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DNA INDIA. India, China to hold war games and strengthen maritime security cooperation. **DNA India**, New Delhi, 25 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.dnaindia.com/india/report-india-china-to-hold-war-games-and-strengthen-maritime-security-cooperation-1964814>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DOBBINS, James et al. Conflict with China: Prospects, Consequences, and Strategies for Deterrence. **Occasional Paper RAND Corporation**, Santa Monica, 2011. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional\\_papers/2011/RAND\\_OP344.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2011/RAND_OP344.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DUARTE, Érico. **A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): Rigor Epistemológico e Potencial Interdisciplinar**. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa Nacional e II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa Nacional, 2008, Niterói. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32030-37667-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DUARTE, Érico. Military Power, Financial Crisis and International Security Panorama in the 21st Century. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 9-43, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/31365/22980>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DUARTE, Érico. **O Conceito de Logística de Clausewitz e seu Teste pela Análise Crítica da Campanha de 1777 em Saratoga**. 2009. 461 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Produção) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DUMMETT, Mark. Bangladesh war: The article that changed history. **BBC**, [S.l.], 16 Dec. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-16207201>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

DUTTA, Sujan. Army on board, navy at sea. **The Telegraph**, New Delhi, 04 Apr. 2009. Disponível em: <[http://www.telegraphindia.com/1090405/jsp/frontpage/story\\_10776641.jsp](http://www.telegraphindia.com/1090405/jsp/frontpage/story_10776641.jsp)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

EASTON, Ian. **China's Evolving Reconnaissance-Strike Capabilities**: Implications for the U.S.-Japan Alliance. [S.l.]: Project 2049 Institute, Feb. 2014. Disponível em: <[http://www.project2049.net/documents/Chinas\\_Evolving\\_Reconnaissance\\_Strike\\_Capabilities\\_Easton.pdf](http://www.project2049.net/documents/Chinas_Evolving_Reconnaissance_Strike_Capabilities_Easton.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

EBBINGHAUSEN, Rodion. The new arms race in Asia. **DW**, [S.l.], 18 Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/the-new-arms-race-in-asia/a-16681158>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ECHEVARRIA II, Antulio Joseph. **Fourth-Generation War and Other Myths**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2005.

ECONOMIST. Modi's mission – Reviving India's economy. **The Economist**, Mumbai, 24 May 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21602709-new-prime-minister-has-good-chance-resuscitating-countrys-underperforming>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ECONOMY, Elizabeth; LEVI, Michael A. **By All Means Necessary**: How China's Resource Quest Is Changing the World. New York: Oxford, 2014.

EGRETEAU, Renaud. India and China Vying for Influence in Burma: A New Assessment. **India Review**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 38-72, 2008.

EGRETEAU, Renaud. **Instability at the Gate**: India's Troubled Northeast and Its External Connections. New Delhi: Centre de Sciences Humaines, 2006. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ess/wpaper/id2547.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

EGRETEAU, Renaud. The China-India rivalry reconceptualized. **Asian Journal of Political Science**, [S.l.], v. 20 n. 1, p. 1-22, 2012.

EGRETEAU, Renaud; JAGAN, Larry. **Soldiers and diplomacy in Burma**: understanding the foreign relations of the Burmese praetorian state. Singapore: IRASEC-NUS Press, 2013.

EINHORN, Bruce. China, Japan, and India's Asian Arms Race. **Bloomberg Businessweek**, [S.l.], 16 Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/articles/2013-08-16/china-japan-and-indias-asian-arms-race>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ELEVEN MYANMAR. Experts Propose Idle Land Tax to Thwart Speculation. **Eleven Myanmar**, [S.l.], 21 May 2014. Disponível em: <[http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6191:experts-propose-idle-land-tax-to-thwart-speculation&catid=33:business&Itemid=356](http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6191:experts-propose-idle-land-tax-to-thwart-speculation&catid=33:business&Itemid=356)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ELEVEN MYANMAR. Kyaukpyu-Kunming Railway Cancelled Due To Public Opposition. **Eleven Myanmar**, [S.l.], 20 July 2014. Disponível em: <[http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6858:kyaukpyu-kunming-railway-cancelled-due-to-public-opposition&catid=44:national&Itemid=384](http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6858:kyaukpyu-kunming-railway-cancelled-due-to-public-opposition&catid=44:national&Itemid=384)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ELEVEN MYANMAR. Why Easily Irritated if Chinese Interest Damaged? **Eleven Myanmar**, [S.l.], 29 Sept. 2014. Disponível em: <[http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7690:why-easily-irritated-if-chinese-interest-damaged&catid=44:national&Itemid=384](http://www.elevenmyanmar.com/index.php?option=com_content&view=article&id=7690:why-easily-irritated-if-chinese-interest-damaged&catid=44:national&Itemid=384)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

EMMERSON, Donald K. Challenging ASEAN: the American pivot in Southeast Asia. **East Asia Forum**, [S.l.], 13 Jan. 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/01/13/challenging-asean-the-american-pivot-in-southeast-asia/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ERICKSON, Andrew S. The Growth of China's Navy: Implications for Indian Ocean Security. **Strategic Analysis**, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 655-676, 2008.

ERICKSON, Andrew S.; COLLINS, Gabriel B. China's Oil Security Pipe Dream: The Reality, and Strategic Consequences, of Seaborne Imports. **Naval War College Review**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 89-112, Spring 2010. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA519354>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ERICKSON, Andrew S.; STRANGE, Austin M. **No Substitute for Experience: Chinese Antipiracy Operations in the Gulf of Aden**. Newport: U.S. Naval War College, 2013. Disponível em: <[https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/CMS10\\_Web\\_2.aspx](https://www.usnwc.edu/Research---Gaming/China-Maritime-Studies-Institute/Publications/documents/CMS10_Web_2.aspx)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FAIR, C. Christine. Under the Shrinking U.S. Security Umbrella: India's End Game in Afghanistan? **The Washington Quarterly**, [S.l.], v. 34, n. 2, p. 179-192, 2011. Disponível em: <<http://csis.org/files/publication/twq11springfair.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FAN, Hongwei. **China Adapts to New Myanmar Realities**. ISEAS perspective, #12. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2014. Disponível em: <[http://www.iseas.edu.sg/documents/publication/ISEAS\\_Perspective\\_2014\\_12-China\\_Adapts\\_to\\_New\\_Myanmar\\_Realities.pdf](http://www.iseas.edu.sg/documents/publication/ISEAS_Perspective_2014_12-China_Adapts_to_New_Myanmar_Realities.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FARRELLY, Nicholas. Kachin state: The war between China and India. **The Interpreter**. Lowy Institute for International Policy, [S.l.], 20 July 2011. Disponível em: <<http://www.lowyinterpreter.org/post/2011/07/20/Kachin-state-The-war-between-China-and-India.aspx?COLLCC=1734336101&COLLCC=354529378&>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FENG, Cheng; WORTZEL, Larry. PLA operational principles and limited war. In: RYAN, Mark A.; FINKELSTEIN, David Michael; MCDEVITT, Michael A. **Chinese Warfighting: The PLA Experience Since 1949**. Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 2010.

FERGUSON, Ian F. et al. **The Trans-Pacific Partnership (TPP) Negotiations and Issues for Congress**. CRS Report. Congressional Research Service, 13 December 2013. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/row/R42694.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FISHER JR., Richard D. Liaoning completes successful first South China Sea trip. **HIS Jane's Defence Weekly**, Janes, 05 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/32100/liaoning-completes-successful-first-south-china-sea-trip>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FRAVEL, M. Taylor. Securing borders: China's doctrine and force structure for frontier defense. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], v. 30, n. 4-5, p. 705-737, 2007. Disponível em: <<http://web.mit.edu/fravel/www/fravel.2007.JSS.securing.borders.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FRIEDBERG, Aaron L. **A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia**. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

FRIEDBERG, Aaron. Ripe for Rivalry: Prospects for Peace in a Multipolar Asia. **International Security**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 5-33, Winter 1993-1994.

FUJITA, K.; MIENO, F.; OKAMOTO, I. Myanmar's Economic Transformation after 1988. In: FUJITA, Koichi et al. **The Economic Transition in Myanmar After 1988: Market Economy Versus State Control**. Singapore: NUS Press and Kyoto University Press, 2009.

FULLER, Thomas. U.S. and China Often Worked Closely on Myanmar, Documents Show. **The New York Times**, [S.l.], 11 Dec. 2010. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B06E3D7103BF932A25751C1A9669D8B63>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GAROFANO, John. China, the South China Sea, and US Strategy. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

GARVER, John W. China's Decision for War with India in 1962. In: ROSS, Robert; JOHNSTON, Alastair. **New Directions to the Study of Chinese Foreign Policy**. [S.l.]: Stanford University Press, 2006.

GARVER, John W. **Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century**. Seattle: University of Washington Press, 2001.

GARVER, John W. The Future of the Sino-Pakistani Entente Cordiale In: CHAMBERS, Michael R. **South Asia in 2020 Future Strategic Balances and Alliances**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2002.

GARVER, John W. The Security Dilemma in Sino-Indian Relations. **India Review**, London, v. 1, n. 4, p. 1-38, 2002.

GARVER, John W. The Unresolved Sino-Indian Border Dispute: An Interpretation. **China Report**, [S.l.], v. 47, n. 2, p. 99-113, May 2011.

GARVER, John W.; WANG, Fei-Ling. China's Anti-encirclement Struggle. **Asian Security**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 238-261, 2010.

GARVER, John. India, China, The United States, Tibet, and The Origins of the 1962 War. **India Review**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 171-182, 2004.

GEORGE, P. J. Fernandes 'sought CIA funding' during Emergency. **The Hindu**, [S.l.], 08 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/fernandes-sought-cia-funding-during-emergency/article4592097.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GHUMMAN, Mushtaq. China to invest \$50 billion in energy, infrastructure projects till 2017. **Business Recorder**, [S.l.], 14 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.brecorder.com/fuel-a-energy/193:pakistan/1162440:china-to-invest-50-billion-in-energy-infrastructure-projects-till-2017/?date=2014-03-14>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GILBOY, George J.; HEGINBOTHAM, Eric. **Chinese and Indian Strategic Behavior: Growing Power and Alarm**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GIRI, Saroj. The Maoist “Problem” and the Democratic Left in India. **Journal of Contemporary Asia**, [S.l.], v. 39, n. 3, p. 463-474, 2009. Disponível em: <<http://content.csbs.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Giri-Maoist%20Problem%20in%20India.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GOKHALE, Nitin. India’s Rising Regional Military Engagement. **The Diplomat**, [S.l.], 10 Feb. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/02/indias-rising-regional-military-engagement/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GOSWAMI, Namrata. China’s Second Coast: Implications for Northeast India. **IDSA Comment**. Institute for Defence Studies and Analyses, [S.l.], 19 June 2014. Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/ChinasSecondCoast\\_ngoswami\\_190614.html](http://www.idsa.in/idsacomments/ChinasSecondCoast_ngoswami_190614.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GOSWAMI, Namrata. Chinese intrusions across the LAC. **IDSA Issue Brief**. Institute for Defence Studies and Analyses, [S.l.], 17 Dec. 2013.

GOSWAMI, Namrata. **India's Northeast 2020: Four Alternative Futures**. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2010.

GOSWAMI, Namrata. Tracking the source of ‘Weapons Providers’ for NE Rebels. **IDSA Comment**. Institute for Defence Studies and Analyses, [S.l.], 07 Nov. 2013. Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/TrackingthesourceofWeaponProvidersforNERebels\\_ngoswami\\_071113.html](http://www.idsa.in/idsacomments/TrackingthesourceofWeaponProvidersforNERebels_ngoswami_071113.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GRAVERS, Michael. **Nationalism As Political Paranoia in Burma An Essay on the Historical Practice of Power**. London: RoutledgeCurzon, 1999.

GREVATT, Jon. Myanmar looks to acquire JF-17 aircraft. **HIS Jane’s Defence Industry**, Bangkok: Janes, 17 June 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/39375/myanmar-looks-to-acquire-jf-17-aircraft>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GUHA, Ramachandra. Two Indias. **The National Interest**, [S.l.], p. 31-42, July/Aug. 2009. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/article/two-indias-3150>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GUPTA, Shishir. **The Himalayan Face-Off: Chinese Assertion and the Indian Riposte**. Gurgaon: Hachette India, 2014.

GYAW, Htun Aung. Myanmar’s constitutional crisis reaching boiling point. **The Nation**, [S.l.], 21 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.nationmultimedia.com/opinion/Myanmars-constitutional-crisis-reaching-boiling-po-30227326.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HAACKE, Jürgen. **Myanmar's Foreign Policy: Domestic Influences and International Implications**. Abingdon, Oxon: Routledge for the International Institute for Strategic Studies, 2006.

HAKSAR, Nandita. **Rogue Agent: How India's Military Intelligence Betrayed the Burmese Resistance**. New Delhi: Penguin Books, 2009.

HALE, David. Panorama para integração econômica na Ásia oriental. In: CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis. **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas para a Estabilidade Regional**. [S.l.]: Rocco, 2012.

HAMMES, Thomas X. 4th-generation Warfare: Our Enemies Play to Their Strengths. **Armed Forces Journal**, [S.l.], p. 40-44, Nov. 2004.

HAMMES, Thomas X. Offshore Control vs. AirSea Battle: Who Wins? **The National Interest**, [S.l.], 21 Aug. 2013. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/offshore-control-vs-airsea-battle-who-wins-8920>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HAQQANI, Husain. Pakistan's Terrorism Dilemma. In: LIMAYE, Satu P.; MALIK, Mohan; WIRSING, Robert G. **Religious Radicalism and Security in South Asia**. Honolulu: Asia-Pacific Center for Security Studies, 2004.

HARDY, James. India's Rising Military Might: Made in the USA? **The National Interest**, [S.l.], 11 Sept. 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/indias-rising-military-might-made-the-usa-11253>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HEINOLD, Paul A. **Burma: Strategic Backwater or Strategic Fulcrum U.S. Choices in the Bay of Bengal**. Norfolk: National Defense University, Joint Forces Staff College, Joint Advanced Warfighting School, 2013.

HENDERSON-BROOKS, T.B.; BHAGAT, P.S. **Henderson-Brooks-Bhagat Report**. [S.l.], 14 Dec., 1963. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/wp-content/uploads/2014/03/TopSecretdocuments2.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HINSHELWOOD, Colin. NLD presents petition to parliament calling to amend 436. **Democratic Voice of Burma**, 14 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.dvb.no/news/nld-presents-petition-to-parliament-calling-to-amend-436-burma-myanmar/43237>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HIRSCH, Steve. Congress resists Obama on Myanmar. **Asia Times Online**, Washington, 02 July 2014. Disponível em: <[http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/SEA-01-020714.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/SEA-01-020714.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HLA MIN. **Political situation of Myanmar and its role in the region**. [S.l.]: Office of Strategic Studies, Ministry of Defence, Union of Myanmar, 2000.

HLA MIN. **The way I see it: Myanmar and its evolving global role 1988-2012**. Yangon: MCM Books, 2013.

HLA OO. Sin-phyu-shin: The Newest Burmese-built Frigate (F14). **Hla Oo's Blog**, [S.l.], 13 Apr. 2014. Disponível em: <<http://hlaoo1980.blogspot.com.br/2014/04/sin-phyu-shin-newest-burmese-built.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HODAL, Kate. Thailand's ruling junta approves China rail links worth \$23bn. **The Guardian**, [S.l.], 01 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/aug/01/thailand-junta-approve-china-rail-link-23bn>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HOLMES, James R.; WINNER, Andrew C.; YOSHIHARA, Toshi. **Indian Naval Strategy in the Twenty-First Century**. London: Routledge, 2009.

HOLMES, James R.; YOSHIHARA, Toshi. China's naval ambitions in the Indian Ocean. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

HOLMES, James. Airsea Battle VS Offshore Control: Can the US Blockade China? **The Diplomat**, [S.l.], 19 Aug. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/08/airsea-battle-vs-offshore-control-can-the-us-blockade-china/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HOLMES, James. China's "Carrier Killer": The DF-21D. **The Diplomat**, [S.l.], 06 Nov. 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/11/chinas-carrier-killer-the-df-21d/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HOLSLAG, Jonathan. **China and India: Prospects for Peace**. New York: Columbia University Press, 2010.

HOLSLAG, Jonathan. The Persistent Military Security Dilemma between China and India. **Journal of Strategic Studies**, [S.l.], v. 32, n. 6, p. 811-840, 2009.

HUANG, Roger Lee. Re-thinking Myanmar's Political Regime: Military rule in Myanmar and implications for current reforms. **Working Paper Series Southeast Asia Research Centre**, Hong Kong, n. 136, 2012.

HUANG, Yasheng. The Myth of Economic Complementarity in Sino-Indian Relations. **Journal of International Affairs**, [S.l.], Spring/Summer 2011.

HUMAN RIGHTS WATCH - HRW. **Burma: Scrap Proposed Discriminatory Marriage Law**. Bangkok: Human Rights Watch, 25 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2014/03/24/burma-scrap-proposed-discriminatory-marriage-law>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HUME, Tim. Aung San Suu Kyi's 'silence' on the Rohingya: Has 'The Lady' lost her voice? **CNN**, [S.l.], 01 June 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/04/15/world/asia/myanmar-aung-san-suu-kyi-rohingya-disappointment/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HUNT, Luke. Indian Trade Seen Booming With ASEAN. **The Diplomat**, [S.l.], 26 Aug. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/08/indian-trade-seen-booming-with-asean/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. **Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IAF inducts second Sukhoi squadron in northeast. **Stratpost**, [S.l.], 01 Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.stratpost.com/iaf-inducts-second-sukhoi-squadron-in-northeast>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

INDIA. Ministry of Defence - MOD. IAF conducts exercise codenamed 'Pralay' in the North East. **Press Information Bureau**, Government of India, [S.l.], 1 Mar. 2012. Disponível em: <<http://pib.nic.in/newsite/erelease.aspx?relid=80653>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

INDIA. Ministry of Defence - MOD. Kalam's vision 2020 for Andamans: Atomic Power Station, Nuke Sub & Aircraft Carrier. **Press Information Bureau**, Government of India, [S.l.], 04 Sept. 2009. Disponível em: <<http://pib.nic.in/newsite/erelease.aspx?relid=52405>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP - ICG. Bangladesh: Back to the Future. **Asia Report**, [S.l.], n. 226, 2012. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-asia/bangladesh/226-bangladesh-back-to-the-future>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP - ICG. **Not a Rubber Stamp**: Myanmar's Legislature in a Time of Transition. Brussels: International Crisis Group, 2013. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/burma-myanmar/b142-not-a-rubber-stamp-myanmars-legislature-in-a-time-of-transition.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance 2014**. London: Routledge, 2014.

INDERFURTH, Karl; OSIUS, Ted. India's 'Look East' and America's 'Asia Pivot': Converging Interests. **U.S.-India Insight**, Center for Strategic & International Studies, [S.l.], v. 3, n. 3, Mar. 2013. Disponível em: <[http://csis.org/files/publication/130322\\_LookEast\\_AsiaPivot1.pdf](http://csis.org/files/publication/130322_LookEast_AsiaPivot1.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JACOB, Jabin T. The Ladakh Stand-off: The New Norm in Sino-Indian Relations? In: JACOB, Jabin; ZONGYI, Liu. **The China-India Border Issue in 2013**: Point and Counter-Point. Associate Paper. Independent Strategic Analysis of Australia's Global Interests. [S.l.]: Future Directions International, 28 May 2013. Disponível em: <<http://www.futuredirections.org.au/publications/associate-papers/1062-the-china-india-border-issue-in-2013-point-and-counter-point.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JAHANGIR, Rahman. The potential of BCIM economic corridor. **The Financial Express**, Dhaka, 02 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.thefinancialexpress-bd.com/2014/04/02/26527>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JAKOBSON, Linda. How Involved Is Xi Jinping in the Diaoyu Crisis? **The Diplomat**, [S.l.], 08 Feb. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/02/how-involved-is-xi-jinping-in-the-diaoyu-crisis-3/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JANES. **Myanmar**: Country Profile. Janes, 2008.

JANES. Poor prospects for Myanmar ceasefire agreement raise risks of fighting between army and ethnic insurgents. **IHS Jane's Intelligence Review**, Janes, 13 Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/44442/poor-prospects-for-myanmar-ceasefire-agreement-raise-risks-of-fighting-between-army-and-ethnic-insurgents>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs - MOFA. **Japan's ODA Data by Country**. [S.l.], 1 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/data/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JERVIS, Robert. Security Regimes. **International Organization**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 357-378, 1982.

JHA, Pankaj. **India and China in Southeast Asia: Competition or Cooperation?** New Delhi: Manas Publications, 2013.

JHA, Saurav. Interview with Dr. Avinash Chander, DRDO Chief and Scientific Adviser to Defence Minister. Geek At Large. **IBN Live**, [S.l.], 23 Aug. 2014. Disponível em: <<http://ibnlive.in.com/blogs/sauravjha/2976/65363/interview-with-dr-avinash-chander-drdo-chief-and-scientific-adviser-to-defence-minister.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JIN, Yao. CNPC announces the Myanmar to China pipeline is now fully operational. **ABO About Oil**, [S.l.], 24 Oct. 2013. Disponível em: <<http://www.abo.net/oilportal/topic/view.do?contentId=2155562>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JOHN, Ekatha A. Milan 2014: Naval exercise off Andamans concludes. **The Times of India**, [S.l.], 10 Feb. 2014. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Milan-2014-Naval-exercise-off-Andamans-concludes/articleshow/30149435.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JONES, Owen. To really combat terror, end support for Saudi Arabia. **The Guardian**, [S.l.], 31 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/31/combat-terror-end-support-saudi-arabia-dictatorships-fundamentalism>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

JOSEPH, Brian. Political Transition in Burma: Four Scenarios in the Run-Up to the 2015 Elections. **SAIS Review of International Affairs**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 137-149, Summer/Fall 2012.

JOSHUA PROJECT. Wa, Parauk in China. **Joshua Project**, [S.l.], 2015. Disponível em: <[http://joshuaproject.net/people\\_groups/15759/CH](http://joshuaproject.net/people_groups/15759/CH)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KAPLAN, Robert D. **Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power**. New York: Random House, 2010. E-book, 1002 pp.

KAPUR, Vivek. INS Vikramaditya: A Boost to India's Power Projection Capabilities. **In Focus**. Center for Air Power Studies India, [S.l.], 10 Feb. 2014. Disponível em: <[http://capsindia.org/files/documents/CAPS\\_Infocus\\_VK\\_1.pdf](http://capsindia.org/files/documents/CAPS_Infocus_VK_1.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

- KARLEKAR, Hiranmay. **Bangladesh: The Next Afghanistan?** New Delhi: Sage Publications, 2005.
- KASAI, Teppei. Japan's KDDI, Sumitomo Corp to Invest \$2 bln in Burma's MPT. **The Irrawaddy**, [S.l.], 17 July 2014. Disponível em: <<http://www.irrawaddy.org/business/japans-kddi-sumitomo-corp-invest-2-bln-burmas-mpt.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KASPAR, Andrew. Burmese Public Views Govt Reforms, Military Favorably: Poll. **The Irrawaddy**, [S.l.], 07 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.irrawaddy.org/burma/burmese-public-views-govt-reforms-military-favorably-poll.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KATZENSTEIN, Peter J. **A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2005.
- KECK, Zachary. China Commissions New Guided-Missile Destroyer. **The Diplomat**, [S.l.], 22 Mar. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/03/china-commissions-new-guided-missile-destroyer-class/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KECK, Zachary. India's South China Sea Gambit. **The Diplomat**, [S.l.], 05 Dec. 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/12/indias-south-china-sea-gambit/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KECK, Zachary. Is China Building an "Aircraft Carrier in Disguise?" **The Diplomat**, [S.l.], 26 Aug. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/08/is-china-building-an-aircraft-carrier-in-disguise/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KEENAN, Paul. **By Force of Arms: Armed Ethnic Groups in Burma**. New Delhi: Vij Books India Private Limited, 2013.
- KELLY, R. E. Security Theory in the "New Regionalism". **International Studies Review**, [S.l.], v. 9, p. 197-229, 2007.
- KENNEDY, Andrew. China's New Energy-Security Debate. **Survival**, [S.l.], v. 52, n. 3, p. 137-158, June/July 2010. Disponível em: <[https://crawford.anu.edu.au/pdf/staff/andrew\\_kennedy/2011/china%27s\\_new\\_es\\_debate.pdf](https://crawford.anu.edu.au/pdf/staff/andrew_kennedy/2011/china%27s_new_es_debate.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence Revisited. **International Organization**, [S.l.], v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987.
- KHAN, Aneire E. et al. Climate Change, Sea-Level Rise, & Health Impacts in Bangladesh. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, [S.l.], v. 53, n. 5, p. 18-33, 2011.
- KHAN, Muhammad Azam. S-2 – Options for the Pakistan Navy. **Naval War College Review**, [S.l.], v. 63, n. 3, Summer 2010. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/cc6209f2-7f01-4bb7-ac24-8c301c62f015/S-2--Options-for-the-Pakistan-Navy>>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2008.

KHANNA, Parag; MOHAN, Raja C. Getting India Right. **Policy Review Hoover Institution**, [S.l.], v. 135, Feb./Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.hoover.org/research/getting-india-right>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KHURANA, Gurpreet S. China's South Sea Fleet Gains Strength: Indicators, Intentions & Implications. **India Strategic**, [S.l.], Oct. 2008. Disponível em: <<http://www.indiastrategic.in/topstories183.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KHURANA, Gurpreet. '**Maritime Silk Road**': China's 'Master-Stroke' of Economic Diplomacy? [S.l.]: National Maritime Foundation, 28 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.maritimeindia.org/Archives/MARITIME-SILKROAD.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KHURANA, Gurpreet. Securing the Maritime Silk Route: Is there a Sino-Indian Confluence? **China and Eurasia Forum Quarterly**, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 89-103, 2006. Disponível em: <[http://www.silkroadstudies.org/new/docs/CEF/Quarterly/August\\_2006/Khurana.pdf](http://www.silkroadstudies.org/new/docs/CEF/Quarterly/August_2006/Khurana.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KIA base at North East India with support of Indian Army. **Times of Assam**, [S.l.], 15 May 2012. Disponível em: <<https://www.timesofassam.com/headlines/kia-base-at-north-east-india-with-support-of-indian-army/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin Press, 2011.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York. Penguin Press, 2014.

KO KO, Naing. Burma's economic priorities: stock exchange versus electricity. **East Asia Forum**, [S.l.], 07 Sept. 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/09/07/burmas-economic-priorities-stock-exchange-versus-electricity/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KOPP, Carlo. **PLA Area Defence Missile Systems**. Technical Report APA-TR-2009-0302. [S.l.]: Air Power Australia, 2009. Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/APA-PLA-IADS-SAMs.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KOSTECKA, Daniel J. Places and Bases: The Chinese Navys' Emerging Support Network in the Indian Ocean. **Naval War College Review**, [S.l.], v. 64, n. 1, p. 59-78, 2011. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/0ecf6fde-e49e-485a-b135-c240a22e8a13/Places-and-Bases--The-Chinese-Navy-s-Emerging-Supp>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KOSTECKA, Daniel. Hambantota, Chittagong, and the Maldives: Unlikely Pearls for the Chinese Navy. **China Brief**, Jamestown Foundation, [S.l.], v. 10, n. 23, 2010. Disponível em: <[http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=37196&tx\\_ttnews\[backPid\]=414&no\\_cache=1#.VGVBvclFaZk](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews[tt_news]=37196&tx_ttnews[backPid]=414&no_cache=1#.VGVBvclFaZk)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KOZYREV, V. China's continental energy strategy: Russia and Central Asia. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: The Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

KRAMER, Tom; WOODS, Kevin. Chinese Agribusiness in Northern Myanmar: Ethnic Conflict, Drugs, and Land Dispossession. In: HOLLIDAY, Ian. **Myanmar in Reform 2012**.

[S.l.]: The University of Hong Kong, June 2012. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_32861-1522-2-30.pdf?121126082510](http://www.kas.de/wf/doc/kas_32861-1522-2-30.pdf?121126082510)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

KRISHNAN, Ananth. BCIM corridor gets push after first official-level talks in China. **The Hindu**, Beijing, 21 Dec. 2013. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/world/bcim-corridor-gets-push-after-first-officiallevel-talks-in-china/article5483848.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KRISHNAN, Ananth. China: billion dollar-fund for maritime silk road. **The Hindu**, Beijing, 20 May 2014. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/world/china-billion-dollarfund-for-maritime-silk-road/article6026755.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KRISTENSEN, Hans M. China SSBN Fleet Getting Ready: But for What? **Strategic Security Blog**, Federation of American Scientists, [S.l.], 25 Apr. 2014. Disponível em: <<http://fas.org/blogs/security/2014/04/chinassbnfleet/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KRISTENSEN, Hans M.; NORRIS, Robert S.; MCKINZIE, Matthew G. **Chinese Nuclear Forces and U.S. Nuclear War Planning**. [S.l.]: Federation of American Scientists/Natural Resources Defense Council, Nov. 2006. Disponível em: <<http://fas.org/nuke/guide/china/Book2006.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KUDO, Toshihiro et al. Making Myanmar the Star Growth Performer in ASEAN in the Next Decade: A Proposal of Five Growth Strategies. **ERIA Discussion Paper Series**, Economic Research Institute for ASEAN and East Asia, Senayan, n. 19, Sept. 2013. Disponível em: <<http://www.eria.org/ERIA-DP-2013-19.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KUMAR, Davinder. An Indian C4ISR System by 2020. **Defence and Security of India**, [S.l.], 02 Feb. 2014. Disponível em: <<http://defencesecurityindia.com/indian-c4isr-system-2020-strategic-imperative/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KURIAN, Vinson. How Obama swearing-in scuttled BrahMos missile's test flight. Business Line. **The Hindu**, [S.l.], 06 Sept. 2013. Disponível em: <<http://www.thehindubusinessline.com/news/states/how-obama-swearingin-scuttled-brahmos-missiles-test-flight/article5101180.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KWOK, Kristine; CHAN, Minnie. China plans artificial island in disputed Spratlys chain in South China Sea. **South China Morning Post**, [S.l.], 08 June 2014. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/china/article/1527059/china-plans-artificial-island-disputed-spratlys-chain-south-china-sea?page=all>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LADWIG III, Walter C. Drivers of Indian Naval Expansion. In: PANT, Harsh V. **The Rise of the Indian Navy: Internal Vulnerabilities, External Challenges**. Ashgate, 2012. p. 19-40.

LAGUE, David. Special Report: China's navy breaks out to the high seas. **Reuters**, Hong Kong, 27 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/11/27/us-china-navy-specialreport-idUSBRE9AQ04220131127>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. **Regional Orders: Building Security in a New World**. University Park, Pa: Pennsylvania State University Press, 1997.

LARKIN, Stuart. **Myanmar: Between Economic Miracle and Myth**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2014. (ISEAS perspective, 42). Disponível em: <[http://www.iseas.edu.sg/documents/publication/ISEAS\\_Perspective\\_2014\\_42.pdf](http://www.iseas.edu.sg/documents/publication/ISEAS_Perspective_2014_42.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LARLEE, Portia. **What China wants**. Mizzima, 24 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.mizzima.com/opinion/interviews/item/12249-what-china-wants/12249-what-china-wants>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LAYNE, Christopher. **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

LE MIÈRE, Christian. The Spectre of an Asian Arms Race. **Survival: Global Politics and Strategy**, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 139-156, 2014.

LEE, John; HORNER, Charles. China faces barriers in the Indian Ocean. **Asia Times Online**, [S.l.], 10 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/CHIN-02-100114.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LIN, Jeffrey; SINGER, P. W. A New Naval Oil Tanker Will Help China's Navy Go Blue Water. **Blog Eastern Arsenal**, Popular Science, [S.l.], 05 June 2014. Disponível em: <<http://www.popsci.com/blog-network/eastern-arsenal/new-naval-oil-tanker-will-help-chinas-navy-go-blue-water>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LIN, Jeffrey; SINGER, P. W. Finally, A Modern Chinese Aerial Tanker. **Blog Eastern Arsenal**, Popular Science, [S.l.], 02 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.popsci.com/blog-network/eastern-arsenal/finally-modern-chinese-aerial-tanker>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. **Antiwar**, [S.l.], 15 Jan. 2004. Disponível em: <<http://www.antiwar.com/lind/?articleid=1702>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LINTNER, Bertil. China behind Myanmar's course shift. **Asia Times Online**, [S.l.], 19 Oct. 2011. Disponível em: <[http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/MJ19Ae03.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/MJ19Ae03.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LINTNER, Bertil. **Great Game East: India, China and the Struggle for Asia's Most Volatile Frontier**. [S.l.]: Harper Collins India, 2012.

LINTNER, Bertil. The Kyi to the Great Game East. In: GRAVERS, M.; ITZEN, F. **Burma/Myanmar: Where Now?** Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies, 2014.

LOGISTICS: God Bless And Keep The Himalayas. **Strategy World**, [S.l.], 30 Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.strategypage.com/htmw/htlog/20100130.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LORD, Carnes; ERICKSON, Andrew S.. **Rebalancing U.S. Forces: Basing and Forward Presence in the Asia-Pacific**. Annapolis: Naval Institute Press, 2014.

LWIN, Ei Ei Toe. 'The army doesn't need to change'. **The Myanmar Times**, [S.l.], 11 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.mmmtimes.com/index.php/home-page/142-in-depth/8778-the-army-doesn-t-need-to-change-2.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LWIN, Ei Ei Toe. MPs debate section 436 deal that would rule out Suu Kyi presidency. **The Myanmar Times**, [S.l.], 19 June 2014. Disponível em: <<http://www.mmmtimes.com/index.php/national-news/10743-deal-on-section-436-could-rule-out-suu-kyi-presidency.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MACDONALD, Juli; DONAHUE, Amy; DANYLUK, Bethany. **Energy Futures in Asia: Final Report**. [S.l.]: Booz Allen & Hamilton, Nov. 2004.

MAHSOOD, Asma; MIANKHEL, Amanullah K. Baluchistan Insurgency: Dynamics and Implications. **Global Advanced Research Journal of Social Science (GARJSS)**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 51-57, Mar. 2013. Disponível em: <<http://garj.org/garjss/pdf/2013/march/Mahsood%20and%20Miankhel.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MAHTANI, Shibani. Aung San Suu Kyi Signals Threat to Boycott Myanmar Election. **Wall Street Journal**, [S.l.], 18 Dec. 2013. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304173704579263993234417618>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MALIK, Mohan. "Victory Without Bloodshed": China's India Strategy. **The Diplomat**, [S.l.], 20 Aug. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/08/victory-without-bloodshed-chinas-india-strategy/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MALIK, Mohan. **China and India: Great Power Rivals**. New Delhi: Viva Books, 2012.

MALONE, David. **Does the Elephant Dance?: Contemporary Indian Foreign Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MANDAVIA, Megha. PM Narendra Modi says port-led development a gateway to exports, economic growth. **The Economic Times**, [S.l.], 16 Aug. 2014. Disponível em: <[http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-08-16/news/52873662\\_1\\_prime-minister-narendra-modi-sagar-mala-indian-ports](http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-08-16/news/52873662_1_prime-minister-narendra-modi-sagar-mala-indian-ports)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MANYIN, Mark E et al. **Pivot to the Pacific?** The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia. [S.l.]: Congressional Research Service, 28 Mar. 2012. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MAPS OF WORLD. **Myanmar**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.mapsofworld.com>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MARTINS, José Miguel et al. O Fórum Quadrilateral e os Novos Caminhos para a Regionalização na Ásia Central e Meridional. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 8, out./nov. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/22382/14002>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MARTINS, José Miguel. **Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional**. 2008. 327 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14405>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MASOOD, Talat. Modi's dream for India. **The Express Tribune**, [S.l.], 20 Aug. 2014. Disponível em: <<http://tribune.com.pk/story/750801/modis-dream-for-india/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MASTNY, Vojtech. The Soviet Union's Partnership with India. **Journal of Cold War Studies**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 50-90, 2010.

MATIN, Abdul. Myanmar-Bangladesh-India gas pipeline. **The Daily Star**, [S.l.], 17 June 2013. Disponível em: <<http://archive.thedailystar.net/beta2/news/myanmar-bangladesh-india-gas-pipeline/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MAUNG, Shwe Lu. **The Price of Silence: Muslim-Buddhist War of Bangladesh and Myanmar: a Social Darwinist's Analysis**. Columbia: DewDrop Arts and Technology, 2005.

MAXWELL, Neville. India-China Dispute Revisited: How It Could Be Resolved. **Economic & Political Weekly**, [S.l.], v. 47, n. 51, Dec. 2012.

MAXWELL, Neville. **India's China War**. London: Cape, 1970.

MAZO, Jeffrey. **Climate conflict: how global warming threatens security and what to do about it**. Abingdon: Routledge; International Institute for Strategic Studies, 2010.

MCCORD, William. **The Dawn of the Pacific Century: Implications for Three Worlds of Development**. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1996.

MCCOY, Alfred W. **The Politics of Heroin: CIA Complicity in the Global Drug Trade**. Brooklyn: Lawrence Hill Books, 1991.

MCDONOUGH, David. China's naval strategy – from sea denial to sea control? **The Strategist**, Australian Strategic Policy Institute, [S.l.], Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.aspistrategist.org.au/chinas-naval-strategy-from-sea-denial-to-sea-control/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MEDCALF, Rory. The Indo-Pacific: What's in a Name? **The American Interest**, [S.l.], v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.the-american-interest.com/2013/10/10/the-indo-pacific-whats-in-a-name/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MEDCALF, Rory; MOHAN, Raja C. **Responding to Indo-Pacific rivalry: Australia, India and middle power coalitions**. [S.l.]: Lowy Institute Analysis; Lowy Institute for International Policy, Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.lowyinstitute.org/publications/responding-to-Indo-Pacific-rivalry>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MEEHAN, Patrick. Drugs, insurgency and state-building in Burma: why the drugs trade is central to Burma's changing political order. **Journal of Southeast Asian Studies**, [S.l.], n. 3, p. 376-404, Oct. 2011.

MEYER, Eric. Who Sabotaged Chinese President Xi Jinping's India Visit? **Forbes**, [S.l.], 23 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/ericmeyer/2014/09/23/who-sabotaged-xi-jinpings-india-visit/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MYANMAR: Divide And Keep Conquered. **Strategy World**, [S.l.], 30 July 2014. Disponível em: <<https://www.strategypage.com/qnd/myanmar/articles/20140730.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MICHAELS, Samantha. US Military Officer Gives Speech at Burma Defense College. **The Irrawaddy**, [S.l.], 30 June 2014. Disponível em: <<http://www.irrawaddy.org/burma/us-military-officer-gives-speech-burma-defense-college.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MIENO, Fumiharu. Characteristics of Capital Accumulation in Myanmar 1988-2003. In: FUJITA, Koichi et al. **The Economic Transition in Myanmar After 1988: Market Economy Versus State Control**. Singapore: NUS Press and Kyoto University Press, 2009.

MIGLANI, Sanjeev. Eyeing Pakistan and China, India's Modi bolsters security team. **Reuters UK**, New Delhi, 01 June 2014. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2014/06/01/uk-india-modi-security-idUKKBN0EC0YO20140601>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MINISTRY OF NATIONAL PLANNING AND ECONOMIC DEVELOPMENT - MNPED. Table 9. Export and Import by major trading country. **Selected Monthly Economic Indicators**, [S.l.], Sept. 2014. Disponível em: <[https://www.mnped.gov.mm/html\\_file/foreign\\_trade/s09MA0201.htm](https://www.mnped.gov.mm/html_file/foreign_trade/s09MA0201.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MOHAN, C. Raja. **Samudra Manthan Sino-Indian Rivalry in the Indo-Pacific**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

MOHAN, Raja C. **Indo-Pacific Balancing Act: In Search of a Middle Power Coalition**. [S.l.]: Lowy Institute for International Policy, 09 Oct. 2013. (Lowy Lecture Series). Disponível em: <<http://www.lowyinstitute.org/publications/indo-pacific-balancing-act-search-middle-power-coalition>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MOHAN, Raja C. The great Game Folio: Silk routes. **The Indian Express**, [S.l.], 19 Feb. 2014. Disponível em: <<http://indianexpress.com/article/opinion/columns/the-great-game-folio-silk-routes/99/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MOHAN, Raja C. The Return of the Raj. **The American Interest**, [S.l.], May/June 2010. Disponível em: <[http://asialink.unimelb.edu.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/467962/The\\_Return\\_of\\_the\\_Raj.pdf](http://asialink.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0007/467962/The_Return_of_the_Raj.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MOHAN, Raja C. Will India Join China's Maritime Silk Road? **The Indian Express**, [S.l.], 15 Feb. 2014. Disponível em: <<http://indianexpress.com/article/opinion/columns/will-india-join-chinas-maritime-silk-road/99/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MOHAN, Raja C.; SAHNI, Ajai. India's Security Challenges at Home and Abroad. **NBR Reports**, The National Bureau of Asian Research, [S.l.], May 2012.

MUKHERJI, Rahul. Appraising the Legacy of Bandung: A View from India. In: TAN, See Seng; ACHARYA, Amitav. **Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for International Order**. Singapore: NUS Press, 2008.

MULVENON, J. Dilemmas and imperatives of Beijing's strategic energy independence: the PLA perspective. In: COLLINS, Gabriel B. et al. **China's Energy Strategy: the Impact on Beijing's Maritime Policies**. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

MUNI, S. D.; CHADHA, Vivek. **Asian Strategic Review 2014: US Pivot and Asian Security**. [S.l.]: Pentagon Press, 2014. Disponível em: <<http://www.idsa.in/book/AsianStrategicReview2014USPivotandAsianSecurity.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MYANMAR PEACE MONITOR. Economics of Peace and Conflict. **Burma News International**, Chiang Mai, Sept.2013. Disponível em: <[http://www.mmpeacemonitor.org/images/pdf/economics\\_peace\\_and\\_conflict\\_eng.pdf](http://www.mmpeacemonitor.org/images/pdf/economics_peace_and_conflict_eng.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MYINT, Ingyin Hla. Myanmar Attracted over US\$4bn FDI in 2013. **Mandalay Capital Research**, [S.l.], 01 May 2014. Disponível em: <[http://www.mandalayc.com/research\\_note/MC\\_Myanmar\\_US\\_4bn\\_FDI\\_2013\\_Apr2014.pdf](http://www.mandalayc.com/research_note/MC_Myanmar_US_4bn_FDI_2013_Apr2014.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MYOE, Maung Aung. **A Historical Overview of Political Transition in Myanmar Since 1988**. Singapore: Asia Research Institute, National University of Singapore, 2007. (Working Paper, 95).

MYOE, Maung Aung. **Building the Tatmadaw: Myanmar Armed Forces Since 1948**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2009.

MYOE, Maung Aung. **In the Name of Pauk-Phaw: Myanmar's China Policy Since 1948**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2011.

NAING OO, Aung. **Arms smuggling and the cost of waging war**. Mizzima, 04 May 2014. Disponível em: <<http://www.mizzima.com/opinion/commentary/item/11140-arms-smuggling-and-the-cost-of-waging-war/11140-arms-smuggling-and-the-cost-of-waging-war>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NAKANISHI, Yoshihiro. **Strong soldiers, failed revolution: the state and military in Burma, 1962-88**. Singapore: NUS Press, 2013.

NANDY, Chandan. China conducted 3-4 nuclear blasts in Tibet in 2005 to divert Brahmaputra. **The Times of India**, [S.l.], 29 Aug. 2013. Disponível em: <<http://blogs.timesofindia.indiatimes.com/nandygram/china-conducted-3-4-nuclear-blasts-in-tibet-in-2005-to-divert-brahmaputra/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NANUAM, Wassana. Thai-Myanmar ties tightened. **Bangkok Post**, [S.l.], 23 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.bangkokpost.com/most-recent/428308/thai-myanmar-ties-tightened>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NATHAN, Andrew J.; SCOBELL, Andrew. **China's Search for Security**. New York: Columbia University Press, 2012

NAYAK, Deepak Kumar. **Naxals' Foreign Links**. [S.l.]: Internal Security, Sept. 2013. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=179431>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NAYAK, Nihar. **Strategic Himalayas: Republican Nepal and External Powers**. New Delhi: Pentagon Press and Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em: <<http://www.idsa.in/book/StrategicHimalayasRepublicanNepal.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NDTV. **India successfully test-fires nuclear-capable Prithvi II missile**. [S.l.], 28 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.ndtv.com/article/india/india-successfully-test-fires-nuclear-capable-prithvi-ii-missile-501322>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NEHRU, Vikram. **Aung San Suu Kyi Must Transition Too**. [S.l.]: Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy, 20 June 2012. Disponível em: <<http://carnegietsinghua.org/publications/?fa=48623>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NEVES JÚNIOR, Edson J. O Paquistão e o Terrorismo Transnacional na Caxemira: Entre o Patrocínio Real e a Punição Virtual (1989-2009). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, out./nov. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/16646>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NORTHEAST India. **Wikipedia**, [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Northeast\\_India](http://en.wikipedia.org/wiki/Northeast_India)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NYE, Joseph. Get Smart – Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**, [S.l.], July/Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/65163/joseph-s-nye-jr/get-smart>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O'DONNELL, Frank; JOSHI, Yogesh. India's Missile Defense: Is the Game Worth the Candle? **The Diplomat**, [S.l.], 02 Aug. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/08/indias-missile-defense-is-the-game-worth-the-candle/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

OBAMA, Barack. **Letter to the Congress**: continuation of the National Emergency with Respect to Burma. Washington: The White House, 15 May 2014. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/15/letter-congress-continuation-national-emergency-respect-burma>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization**: implications for U.S. Navy Capabilities – Background and Issues for Congress. Washington: Congressional Research Service. Library of Congress, 2006. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PAGE, Jeremy. Pakistan Looks to China for Big Energy and Infrastructure Projects. **The Wall Street Journal**, [S.l.], 18 Feb. 2014. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304675504579390700188948402>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDA, Ankit. China Offers To Finance 30 Percent Of Indian Infrastructure Spending Through 2017. **The Diplomat**, [S.l.], 21 Feb. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/02/china-offers-to-finance-30-percent-of-indian-infrastructure-spending-through-2017/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDA, Ankit. India and China develop Military-to-Military Ties Along Disputed Border. **The Diplomat**, [S.l.], 19 Aug. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/08/india>>.

and-china-develop-military-to-military-ties-along-disputed-border/>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDA, Ankit. India Inches Closer to Credible Nuclear Triad With K-4 SLBM Test. **The Diplomat**, [S.l.], 13 May 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/05/india-inches-closer-to-credible-nuclear-triad-with-k-4-slbm-test/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDA, Ankit. India to Provide ‘Military Training’ to Arunachal Pradesh Residents. **The Diplomat**, [S.l.], 03 July 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/india-to-provide-military-training-to-arunachal-pradesh-residents/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDIT, Rajat. After Army and Navy, IAF gears up for supersonic BrahMos missile punch on Sukhois. **The Times of India**, New Delhi, 10 Feb. 2014. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/After-Army-and-Navy-IAF-gears-up-for-supersonic-BrahMos-missile-punch-on-Sukhois/articleshow/30123722.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDIT, Rajat. China’s stepped up moves in Maldives worry India. **The Times of India**, New Delhi, 10 Oct. 2011. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Chinas-stepped-up-moves-in-Maldives-worry-India/articleshow/10294868.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDIT, Rajat. India flexes its muscles, sends Super Hercules aircraft to Ladakh. **The Times of India**, New Delhi, 20 Aug. 2013. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/India-flexes-its-muscles-sends-Super-Hercules-aircraft-to-Ladakh/articleshow/21935066.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANDIT, Rajat. Stage set for test of nuclear-capable cruise missile Nirbhay. **The Times of India**, New Delhi, 15 May 2014. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Stage-set-for-test-of-nuclear-capable-cruise-missile-Nirbhay/articleshow/35129574.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANETTA, Leon. **Remarks by Secretary Panetta at the Institute for Defence Studies and Analyses in New Delhi, India**. [S.l.]: U.S. Department of Defense, 06 June 2012. Disponível em: <<http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=5054>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PANIKKAR, K. M. **India and the Indian Ocean**. An essay on the influence of sea power on Indian history. London: G. Allen & Unwin, 1945.

PANIKKAR, K.M. **The future of South-East Asia: and Indian Vision**. New York: Macmillan Co., 1943.

PASRICHA, Anjana. India, ASEAN to Celebrate 20 Years of Ties. **Voice of America News**, [S.l.], 19 Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.voanews.com/content/india-asean-to-hold-commemorative-meeting-to-celebrate-20-years-of-ties/1567899.html>>

PATTANAİK, Smruti S. Modi’s Maiden Foreign Visit: Consolidating Bharat for Bhutan Relations. **IDS Comment**. Institute for Defence Studies and Analyses, [S.l.], 18 June 2014. Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/ModisBhutanVisit\\_sspattanaik\\_180614.html](http://www.idsa.in/idsacomments/ModisBhutanVisit_sspattanaik_180614.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PEHRSON, Christopher J. **String of Pearls: meeting the Challenge of China's Rising Power Across the Asian Littoral**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute; U.S. Army War College, 2006. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB721.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PEI, Minxin. Is the PLA Going Rogue? **The National Interest**, [S.l.], 10 Feb. 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/the-pla-going-rogue-9846>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PENEAU, David. Should Beijing Worry about Warming Relations between Burma and the United States? **China Perspectives**, French Centre for Research on Contemporary China, [S.l.], n. 2013/2, p. 76-78, 2013. Disponível em: <<http://chinaperspectives.revues.org/6192?file=1>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PENG, Fu. **Presidents of China, India, Myanmar exchange congratulations on anniversary of peace principles**. Xinhuanet, 28 June 2014. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-06/28/c\\_133445422.htm](http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-06/28/c_133445422.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PETTY, Martin. Myanmar arrests 30 over killing of 10 muslims. **Islam.ru**, [S.l.], 02 July 2012. Disponível em: <<http://islam.ru/en/content/news/myanmar-arrests-30-over-killing-10-muslims>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PHAM, Thuc D. Implications of the US-Chin Split at the ARF. **The Diplomat**, [S.l.], 05 Sept. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/09/implications-of-the-us-china-split-at-the-arf/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PHILIP, Snehash A. Time for ‘Act East Policy’ and Not Just ‘Look East’: Swaraj. **Outlook India**, [S.l.], 24 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.outlookindia.com/news/article/Time-for-Act-East-Policy-and-Not-Just-Look-East-Swaraj/856878>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PHYO, Pyae Thet. Vietnam commits to ‘peaceful approach’ on South China Sea at ASEAN meet. **The Myanmar Times**, [S.l.], 22 May 2014. Disponível em: <<http://www.mmmtimes.com/index.php/national-news/10440-vietnam-commits-to-peaceful-approach-on-south-china-sea-at-asean-meet.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PIKE, John. India – Navy Modernization. **Global Security**, [S.l.], 27 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/india/in-navy-development.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PILLALAMARRI, Akhilesh. India Chooses Israel Over US for Latest Defense Purchase. **The Diplomat**, [S.l.], 29 Oct. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/10/india-chooses-israel-over-us-for-latest-defense-purchase/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PILLALAMARRI, Akhilesh. Project Mausam: India’s Answer to China’s ‘Maritime Silk Road’. **The Diplomat**, [S.l.], 18 Sept. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/09/project-mausam-indias-answer-to-chinas-maritime-silk-road/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PILLING, David. Asia follows China into an old-fashioned arms race. **Financial Times**, [S.l.], 02 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/9d83bf62-b9b9-11e3-a3ef-00144feabdc0.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PILLSBURY, Michael. **China debates the future security environment**. [S.l.]: National Defense University Press, 2000.

POSEN, Barry. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003. Disponível em: <<http://web.mit.edu/ssp/people/posen/commandofthecommons.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

POSEN, Barry. **Restraint: a New Foundation for U.S. Grand Strategy**. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

POSEN, Barry; ROSS, Andrew. Competing Visions for U.S. Grand Strategy. **International Security**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 5-53, 1996. Disponível em: <<http://www.comw.org/pda/14dec/fulltext/97posen.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PRABHAKAR, W. Lawrence S. PLAN's new 'pearl': China's Hainan naval buildup and India's response. **Strategic Affairs**, Centre of Asian Strategic Studies, New Delhi, July 2008. Disponível em: <<http://www.csa-chennai.org/Files/plan%27s%20new%20pearl.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PRAKASH, Arun. Our Common Future. **Force India**, [S.l.], July 2013. Guest Column. Disponível em: <<http://www.forceindia.net/OurCommonFuture.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PROZUMENSCHIKOV, M. Y. The Sino-Indian Conflict, the Cuban Missile Crisis, and the Sino-Soviet Split, October 1962: New Evidence from the Russian Archives. **Cold War International History Project Bulletin**, [S.l.], n. 8-9, p. 251-257, 1996.

QING, Shen. **China holds multi-country maritime exercises**. Qingdao: Xinhua, 23 Apr. 2014. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-04/23/c\\_133284044.htm](http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-04/23/c_133284044.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAHMAN, Chris; TSAMENYI, Martin. A Strategic Perspective on Security and Naval Issues in the South China Sea. **Ocean Development & International Law**, [S.l.], v. 41, n. 4, p. 315-333, 2010.

RAHMAT, Ridzwan; HARDY, James. Indian Navy takes delivery of first anti-submarine corvette. **IHS Jane's Navy International**, Janes, 22 July 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/41112/indian-navy-takes-delivery-of-first-anti-submarine-corvette>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAJAGOPALAN, Rajeswari. India's Border Infrastructure: Beyond the BRO. **The Diplomat**, [S.l.], 29 Aug. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/08/indias-border-infrastructure-beyond-the-bro/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAJAN, D. S. **China Should break up the Indian Union, suggests a Chinese Strategist**. Chennai Centre for China Studies, 2009. (C3S Paper, 325). Disponível em: <<http://www.c3sindia.org/india/719>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAMACHANDRAN, D. P. The Border War with China. **Indian Defence Review**, [S.l.], 14 July 2014. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/the-border-war-with-china/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAMACHANDRAN, Sudha. India's Worrying Border Infrastructure Deficit. **The Diplomat**, [S.l.], 19 June 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/06/indias-worrying-border-infrastructure-deficit/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAMAN, B. **The Kaoboy of R&AW: down Memory Lane**. New Delhi: Lancer, 2013.

RAMAN, Sunil. Leak reveals India Maoist threat. **BBC News**, Delhi, 21 Sept. 2009. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8266550.stm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAMESH, Jairam. **Making Sense of Chindia: reflections on China and India**. New Delhi: India Research Press, 2005.

RANA, Kishan. **Diplomacy Systems & Processes: comparing India & China**. New Delhi: Institute of Chinese Studies, 02 Feb. 2014. (Working Paper). Disponível em: <<http://www.icsin.org/ics/workingpaperpdf/4.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RANDOLPH, Eric. Operation Golden Bird & India's Neurotic Relationship With Myanmar. **Current Intelligence**, [S.l.], 14 Oct. 2011. Disponível em: <<http://www.currentintelligence.net/subcontinental/2011/10/14/operation-golden-bird-indias-neurotic-relationship-with-myan.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

REDDY, Muralidhar. India, Thailand hopeful of trilateral highway by 2016. **The Hindu**, Bangkok, 30 May 2013. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/india-thailand-hopeful-of-trilateral-highway-by-2016/article4766782.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

REPUBLIC OF THE UNION OF MYANMAR. **Constitution of the Republic of the Union of Myanmar**. [S.l.]: Ministry of Information, Sept. 2008. Disponível em: <[http://www.burmalibrary.org/docs5/Myanmar\\_Constitution-2008-en.pdf](http://www.burmalibrary.org/docs5/Myanmar_Constitution-2008-en.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RIBEIRO, Erik H. **Military can still be good state-builders for Myanmar**. New Mandala, 15 Oct. 2013. Disponível em: <<http://asiapacific.anu.edu.au/newmandala/2013/10/15/military-can-still-be-good-state-builders-for-myanmar/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins**, [S.l.], n. 20, 2014. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8939>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RIEDEL, Bruce O. **Avoiding Armageddon America, India, and Pakistan to the Brink and Back**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2013.

ROBERTSON, Tim. The Dalai Lama and the Politics of Reincarnation. **The Diplomat**, [S.l.], 22 Sept. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/09/the-dalai-lama-and-the-politics-of-reincarnation/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ROBINSON, Gareth. **Of pragmatism and politics**. New Mandala, 12 Aug. 2014. Disponível em: <<http://asiapacific.anu.edu.au/newmandala/2014/08/12/of-pragmatism-and-politics/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ROCHE, Elizabeth. Highway linking India to Myanmar, Thailand likely by 2016: VK Singh. **Live Mint**, [S.l.], 14 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.livemint.com/Politics/IXLGGeFzlUmlc3p5hIuKMP/Highway-linking-India-to-Myanmar-Thailand-likely-by-2016-V.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ROSEN, Daniel H. A China e a impraticabilidade do regionalismo fechado. In: CALDER, Kent.; FUKUYAMA, Francis. **Multilateralismo na Ásia Oriental**: perspectivas para a Estabilidade Regional. Rocco, 2012.

ROSS, Robert S. Balance of Power Politics and the Rise of China: accommodation and Balancing in East Asia. **Security Studies**, [S.l.], v. 15, n. 3, Fall 2006.

ROSS, Robert S. The Problem With the Pivot: Obama's New Asia Policy is Unnecessary and Counterproductive. **Foreign Affairs**, [S.l.], Nov./Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138211/robert-s-ross/the-problem-with-the-pivot>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ROY, Shubhajt. India, Myanmar sign border pact to share intel. **The Indian Express**, New Delhi, 11 May 2014. Disponível em: <<http://indianexpress.com/article/india/india-others/india-myanmar-sign-border-pact-to-share-intel/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RUBEL, Robert C. A Theory of Naval Airpower. **Naval War College Review**, [S.l.], v. 67, n. 3, Summer 2014.

RYAN, Mick. **India-China in 2030**: a Net Assessment of the Competition Between Two Rising Powers. [S.l.]: Australian Defence College, Oct. 2012. Disponível em: <[http://www.defence.gov.au/adc/docs/Publications2012/01\\_India%20-%20China%20NA%20-%20Full%20Paper%20v16%20-%202015%20Dec%2011%20-%20final.pdf](http://www.defence.gov.au/adc/docs/Publications2012/01_India%20-%20China%20NA%20-%20Full%20Paper%20v16%20-%202015%20Dec%2011%20-%20final.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SAIKIA, Jaideep. **Kachin-Myanmar Conflict**: implications for India. [S.l.]: Vivekananda International Foundation, 17 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.vifindia.org/article/2011/february/17/Kachin-Myanmar-Conflict-Implications-for-India>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SAKHONG, L. Introduction. In: KEENAN, Paul. **By Force of Arms**: armed Ethnic Groups in Burma. New Delhi: Vij Books India Private Limited, 2013.

SAKHUJA, Vijay. **P-3C vs. P-8I**: India, Pakistan and the Naval Balance. [S.l.]: Institute of Peace and Conflict Studies, 21 Apr. 2013. (Nuclear. Articles, 3889). Disponível em: <<http://www.ipcs.org/article/nuclear/p-3c-vs-p-8i-india-pakistan-and-the-naval-3889.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SALWEEN WATCH. **Briefing**: current Status of Dam Projects on Burma's Salween River. [S.l.]: International Rivers, 13 Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/resources/briefing-current-status-of-dam-projects-on-burma%E2%80%99s-salween-river-7868>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SANDILYA, Hrishabh. India, Iran, and the West. **The Diplomat**, [S.l.], 09 Nov. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/11/india-iran-and-the-west/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SARKAR, Bhaskar. **Kargil War: Past, Present, and Future**. New Delhi: Lancer Publishers & Distributors, 1999.

SCOTT, David. India's Drive for a 'Blue Water' Navy. **Journal of Military and Strategic Studies**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 1-42, Winter 2008. Disponível em: <<http://www.jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/90/100>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SCOTT, David. India's "Extended Neighborhood" Concept: Power Projection for a Rising Power. **India Review**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 107-143, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14736480902901038#.VGVqQMIFaZk>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SCOTT, David. India's Role in the South China Sea: Geopolitics and Geoeconomics in Play. **India Review**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 51-69, 2013.

SECOND release of secret Trans-Pacific Partnership Agreement documents. **Wikileaks.org**, [S.l.], 09 Dec. 2013. Disponível em: <<https://wikileaks.org/Second-release-of-secret-Trans.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SELTH, Andrew. **Burma's Armed Forces: Power Without Glory**. Norwalk, CT: EastBridge, 2002.

SELTH, Andrew. **Chinese Military Bases in Burma: The Explosion of a Myth**. Brisbane: Griffith Asia Institute, Griffith University, 2007. Disponível em: <[http://www.griffith.edu.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0018/18225/regional-outlook-andrew-selth.pdf](http://www.griffith.edu.au/__data/assets/pdf_file/0018/18225/regional-outlook-andrew-selth.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SELTH, Andrew. Even Paranoids Have Enemies: Cyclone Nargis and Myanmar's Fears of Invasion. **Contemporary Southeast Asia**, ISEAS, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 379-402, 2008. Disponível em: <[http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/26283/52412\\_1.pdf?sequence=1](http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/26283/52412_1.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SEM, Gautam. **Border tension between Bangladesh and Myanmar**. [S.l.]: Institute for Defence Studies and Analyses, 22 Aug. 2014. (IDSA Comment). Disponível em: <[http://idsa.in/idsacomments/BordertensionbetweenBangladeshMyanmar\\_gsen\\_220814.html](http://idsa.in/idsacomments/BordertensionbetweenBangladeshMyanmar_gsen_220814.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SEN, Sunil R. India to strengthen Andaman and Nicobar Command to take on China. **NDTV**, [S.l.], 26 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ndtv.com/article/india/india-to-strengthen-andaman-and-nicobar-command-to-take-on-china-450850>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SENG, Koh Kim. **Misunderstood Myanmar: An Introspective Study of a Southeast Asian State in Transition**. Singapore: Koh Kim Seng, 2011.

SENGUPTA, Jayshree. Asian Infrastructure Investment Bank: A New Banking Alternative – Analysis. Observer Research Foundation. **Eurasia Review**, [S.l.], 12 Nov. 2014. Disponível

em: <<http://www.eurasiareview.com/12112014-asian-infrastructure-investment-bank-new-banking-alternative-analysis/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SERING, Senge H. **Expansion of the Karakoram Corridor: Implications and Prospects**. New Delhi: Lancers Books and Institute for Defence Studies and Analyses, 2012. Disponível em: <<http://www.idsa.in/occasionalpapers/ExpansionoftheKarakoramCorridor.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHAMBAUGH, David L. **China Goes Global: The Partial Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHAMSHAD, Rizwana. **Politics and Origin of the India-Bangladesh Border Fence**. Paper presented to the 17<sup>th</sup> Biennial Conference of the Asian Studies Association of Australia, Melbourne, 2008. Disponível em: <<http://artsonline.monash.edu.au/mai/files/2012/07/rizwanashamshad.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHAOFENG, Chen. China's Self-Extrication from the 'Malacca Dilemma' and Implications. **International Journal of China Studies**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-24, Jan. 2010. Disponível em: <<http://ics.um.edu.my/images/ics/IJCSV1N1/chen.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHARMA, Amol et al. Asia's New Arms Race. **WSJ**, [S.l.], 12 Feb. 2011. Disponível em: <<http://online.wsj.com/articles/SB10001424052748704881304576094173297995198>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHARMA, Deepak. **Maoists building weapons factories in India with help from China**. India Today, 26 April 2012. Disponível em: <<http://indiatoday.intoday.in/story/chinese-intelligence-training-and-funding-maoists-in-india/1/186191.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHARMA, Surinder K.; BEHERA, Anshuman. **Militant Groups in South Asia**. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em: <[http://www.idsa.in/system/files/book\\_militantgroups.pdf](http://www.idsa.in/system/files/book_militantgroups.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHIHAI, Sun. Building Mutual Trust Between India and China: A Comment. In: CHUNG, Tan (Ed.) et al. **Across The Himalayan Gap: A Chinese Quest for Understanding India**. New Delhi: India International Centre, 2013.

SHIMADA, Gaku. Hidden agenda behind China's 'maritime Silk Road' initiative. **Nikkei Asian Review**, [S.l.], 07 July 2014. Disponível em: <<http://asia.nikkei.com/Politics-Economy/Policy-Politics/Hidden-agenda-behind-China-s-maritime-Silk-Road-initiative>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHIVANANDA, H. **Is India's Transport Infrastructure Prepared for the Eastern Front?** [S.l.]: Institute for Defence Studies and Analyses, 15 June 2011. (IDSA Comment). Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/IsIndiasTransportInfrastructurePreparedfortheEasternFront\\_shivananda\\_150611.html](http://www.idsa.in/idsacomments/IsIndiasTransportInfrastructurePreparedfortheEasternFront_shivananda_150611.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SHUKLA, Ajai. Indian Army matches China man-for-man on the border. **Business Standard**, [S.l.], 23 Apr. 2013. Disponível em: <<http://ajaishukla.blogspot.com.br/2013/04/indian-army-matches-china-man-for-man.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SIBAL, Kanwal. China's maritime 'silk road' proposals are not as peaceful as they seem. **Mail Online India**, [S.l.], 24 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/indiahome/indianews/article-2566881/Chinas-maritime-silk-road-proposals-not-peaceful-seem.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SILVA, Athos Munhoz; REIS, João Arthur; MAGNO, Bruno. A Ascensão Chinesa e a Ordem Regional no Leste Asiático: Debate Analítico. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 2013, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PPGEI/UFRGS, 2013. Disponível em: <[http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1366078229\\_ARQUIVO\\_MUNHOZMAGNOREIS-2013-AscensaoChinesa.pdf](http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1366078229_ARQUIVO_MUNHOZMAGNOREIS-2013-AscensaoChinesa.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SINGH, Abhijit. **INS Vikramaditya: Deployment Options for India**. [S.l.]: Institute for Defence Studies and Analyses, 21 Jan. 2014. (IDSA Issue Brief). Disponível em: <[http://www.idsa.in/issuebrief/INSVikramadityaDeploymentOptionsforIndia\\_asingh\\_210114](http://www.idsa.in/issuebrief/INSVikramadityaDeploymentOptionsforIndia_asingh_210114)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SINGH, Mahendra Kumar. New poverty line: Rs 32 in villages, Rs 47 in cities. **The Times of India**, [S.l.], 07 July 2014. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/New-poverty-line-Rs-32-in-villages-Rs-47-in-cities/articleshow/37920441.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SINHA, P. B.; ATHALE, A. A. **History of the Conflict With China, 1962**. New Delhi: Ministry of Defence, 1992.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE - SIPRI. **Military Expenditure (% of GDP)**. [S.l.]: The World Bank, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS/countries?display=default>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SISSON, Richard; ROSE, Leo E. **War and Secession: Pakistan, India, and the Creation of Bangladesh**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SMITH, Jeff M. Andaman and Nicobar Islands: India's Strategic Outpost. **The Diplomat**, [S.l.], 18 Mar. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/03/andaman-and-nicobar-islands-indias-strategic-outpost/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SNOKE, Elizabeth R. **The Operational Level of War**. Fort Leavenworth: U.S. Army Command and General Staff College, 1985. (CSI Historical Bibliography, 3). Disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac2/cgsc/carl/download/csipubs/operation.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SONG, Sophie. Myanmar Thilawa Special Economic Zone (SEZ): Mitsubishi (8058) And Other Japanese Companies Set To Begin Infrastructure Development. **International Business Times**, [S.l.], 05 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/myanmar-thilawa-special-economic-zone-sez-mitsubishi-8058-other-japanese-companies-set-begin-1456030>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SPINETTA, Lawrence. **The Malacca Dilemma: Countering China's "String of Pearls" with Land-Based Airpower**. Maxwell Air Force Base, AL: Air University, School of Advanced Air and Space Studies, 2006. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/get-tr-doc/pdf?AD=ADA476931>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

STEINBERG, David I.; FAN, Hongwei. **Modern China-Myanmar Relations Dilemmas of Mutual Dependence**. Copenhagen: NIAS, 2012

STEINBERG, David. Aung San Suu Kyi and U.S. Policy toward Burma/Myanmar. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 35-59, 2010a.

STEINBERG, David. **Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know**. Oxford: Oxford Publishers, 2010b.

STOREY, Ian. China plays double game to protect its interests in Myanmar. **Insight & Opinion**, South China Morning Post, [S.l.], 18 May 2013. Disponível em: <<http://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/1239921/china-plays-double-game-protect-its-interests-myanmar>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SUBRAMANIAN, T. S. Agni-IV missile successfully test fired. **The Hindu**, [S.l.], 20 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/agniv-missile-successfully-test-fired/article5596563.ece>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SUKUMARAN, R. The 1962 India-China war and Kargil 1999: Restrictions on the use of air power. **Strategic Analysis**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 332-356, 2003. Disponível em: <[http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis\\_sukumaran\\_0903.pdf](http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis_sukumaran_0903.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SUN, Yun. China, Myanmar: stop that train. **Asia Times Online**, [S.l.], 14 Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/SEA-01-140814.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/SEA-01-140814.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SUN, Yun. China's Strategic Misjudgement on Myanmar. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 73-96, 2012. Disponível em: <<http://hup.sub.uni-hamburg.de/giga/jsaa/article/download/513/511>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

SUN, Yun. Westward Ho! As America pivots east, China marches in the other direction. **Foreign Policy**, [S.l.], 07 Feb. 2013. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/02/07/westward\\_ho\\_china\\_asia\\_pivot](http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/02/07/westward_ho_china_asia_pivot)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TALIAFERRO, Jeffrey. Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited. **International Security**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 128-161, 2000.

TAN, Andrew T. H. **The Arms Race in Asia: Trends, Concepts and Implications**. London. Routledge, 2014.

TAN, Valerie. APEC leaders agree to start FTAAP process. **Channel NewsAsia**, [S.l.], 11 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.channelnewsasia.com/news/asiapacific/apec-leaders-agree-to/1466782.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TAYLOR, Brendan. The South China Sea Is Not a Flashpoint. **Washington Quarterly**, v. 37, n. 1, p. 99-111, Spring 2014.

TAYLOR, Robert H. **The State in Myanmar**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2009.

THAILAND wants to expand railway to link India, China. **The Times of India**, Bangkok, 04 Aug. 2014. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Thailand-wants-to-expand-railway-to-link-India-China/articleshow/39630434.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

THAN, Tin Maung Maung. Myanmar Security Outlook: Coping with Violence and Armed Resistance. In: NIDS. **Security Outlook of the Asia Pacific Countries and Its Implications for the Defense Sector**. Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2013. (NIDS Joint Research Series, 9). Disponível em: <[http://www.nids.go.jp/english/publication/joint\\_research/series9/pdf/04.pdf](http://www.nids.go.jp/english/publication/joint_research/series9/pdf/04.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

THANT MYINT-U. **Where China Meets India: Burma and the New Crossroads of Asia**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

THAWNGHMUNG, Ardeth. **Contending** approaches to communal violence in Rakhine State. In: GRAVERS, M.; ITZEN, F. **Burma/Myanmar: Where Now?** Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies, 2014.

THU, Mratt Kyaw. Myanmar agrees to joint military exercises, says Thai military source. **Mizzima**, [S.l.], 15 July 2014. Disponível em: <<http://mizzima.com/mizzima-news/regional/item/11761-myanmar-agrees-to-joint-military-exercises-says-thai-military-source>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TIANRAN, Xu. China takes over Gwadar Port. **Global Times**, [S.l.], 19 Feb. 2013. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/762444.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TIEZZI, Shanon. At CICA, Xi Calls for New Regional Security Architecture. **The Diplomat**, [S.l.], 22 May 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/05/at-cica-xi-calls-for-new-regional-security-architecture/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TIEZZI, Shanon. Is the Kunming Knife Attack China's 9-11? **The Diplomat**, [S.l.], 04 Mar. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/03/is-the-kunming-knife-attack-chinas-9-11/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TILL, Geoffrey. **Asia's Naval Expansion: An Arms Race in the Making?** London: The International Institute for Strategic Studies, 2012.

TUR, Jatinder Kaur. Agni-III test-fired successfully. **The Times of India**, [S.l.], 24 Dec. 2013. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/Agni-III-test-fired-successfully/articleshow/27810334.cms>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

TURNELL, Sean. Burma's economy and the struggle for reform. In: GRAVERS, M.; ITZEN, F. **Burma/Myanmar: Where Now?** Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies, 2014.

TURNELL, Sean. **Fiery Dragons: Banks, Moneylenders and Microfinance in Burma**. Copenhagen: NIAS Press, 2008.

UBEROI, Patricia. **The BCIM Forum: Retrospect and Prospect**. New Delhi: Institute of Chinese Studies, 2013. (ICS Working Paper, 1). Disponível em: <<http://www.icsin.org/ics/workingpaperpdf/1.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UDOSHI, Rahul. India successfully tests home-grown Astra AAM. **IHS Jane's Defence Weekly**, Janes, 06 May 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/37521/india-successfully-tests-home-grown-astra-aam>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UDOSHI, Rahul. Indian Navy test-fires BrahMos from Kolkata-class destroyer. **IHS Jane's Defence Weekly**, Janes, 09 June 2014. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/38976/indian-navy-test-fires-brahmos-from-kolkata-class-destroyer>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UNEMPLOYMENT at 37%, House committee says. **The Nation**, Yangon, 25 Jan. 2013. Disponível em: <<http://www.nationmultimedia.com/aec/Unemployment-at-37-House-committee-says-30198586.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UNESCAP. **Activities implemented under the Regional Action Programme for Transport Development in Asia and the Pacific, phase I (2007-2011)**. Bangkok: United Nations ESCAP, 21 Feb. 2012. Disponível em: <<http://www.unescap.org/ttdw/MCT2011/MCT/MCT2-INF4.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UNITED STATES. **Vision, Presence, Power: A Program Guide to the U.S. Navy**. Washington, DC: Dept. of the Navy, 2000.

UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN. **Asia (Political) 2008**. Perry Castañeda Library, 2008. Disponível em: <[http://www.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/txu-oclc-247232986-asia\\_pol\\_2008.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-247232986-asia_pol_2008.jpg)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

URBAN, Mark. Saudi nuclear weapons 'on order' from Pakistan. **BBC**, [S.l.], 06 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24823846>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

VIJ, Shivam. 'Modi's Plan A will be economy. If that does not work, Hindutva'. **Scroll.in**, [S.l.], 15 May 2014. Disponível em: <<http://scroll.in/article/664475/%27Modi%27s-Plan-A-will-be-economy.-If-that-does-not-work,-Hindutva%27>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. (Temas do Novo Século, 12).

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte. Fino Traço, 2012.

VOROBIEV, Vitaly. The SCO as a Rising Master of the Heartland: How to elevate the Most Promising Organization in Eurasia to a New Level. **Russia in Global Affairs**, [S.l.], 25 Mar. 2012.

WALSHAM, Matthew. **Assessing the Evidence: Environment, Climate Change and Migration in Bangladesh**. Dhaka: International Organization for Migration, 2010. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/environment\\_climate\\_change\\_bangladesh.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/environment_climate_change_bangladesh.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

WALT, Stephen M. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 3-43, 1985.

WALTON, Matthew J. **Politics in the Moral Universe: Burmese Buddhist Political Thought**. PhD Dissertation. Washington: University of Washington, 2012.

WALTON, Matthew J. The Myths of Panglong: Ethnicity and the Prospects for National Unity in Burma. **Asian Survey**, [S.l.], v. 48, n. 6, p. 889-910, Nov./Dec. 2008.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co, 1979.

WANG, Vincent. “Chindia” or Rivalry? Rising China, Rising India, and Contending Perspectives on India-China Relations. **Asian Perspective**, [S.l.], n. 35, p. 437-469, 2011. Disponível em: <<http://ccs.ukzn.ac.za/files/Chindia%20or%20Rivalry.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

WANG, Zheng. **Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations**. New York: Columbia University Press, 2014.

WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WENG, Lawi. George Soros Gets Down to Business With 88 Generation Leaders. **The Irrawaddy**, [S.l.], 09 Jan. 2013. Disponível em: <<http://www.irrawaddy.org/investment/george-soros-gets-down-to-business-with-88-generation-leaders.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

WHITE, Alicia. Range of a Ballistic Missile. In: ELERT, Glenn (Ed.). **The Physics Factbook**. [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://hypertextbook.com/facts/2003/AliciaWhite.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

WOLF JR., Charles et al. **China and India, 2025: a comparative assessment**. [S.l.]: National Defense Research Institute, RAND, 2011.

WOODS, Kevin. A political anatomy of land grabs. **The Myanmar Times**, [S.l.], 03 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.mmtimes.com/index.php/national-news/9740-a-political-anatomy-of-land-grabs.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

WORTZEL, Larry M. **The Dragon Extends Its Reach: Chinese Military Power Goes Global**. Washington: Potomac Books, 2013.

WORTZEL, Larry. Concentrating Forces and Audacious Action: PLA Lessons from the Sino-Indian War. In: BURKITT, Laurie; SCOBELL, Andrew; WORTZEL, Larry. **The Lessons of History: The Chinese People’s Liberation Army at 75**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2003. p. 327-353.

XIAOKUN, Li; XIANLIN, Li. Navy looks at offer from Seychelles. **China Daily USA**, [S.l.], 13 Dec. 2011. Disponível em: <[http://usa.chinadaily.com.cn/china/2011-12/13/content\\_14254425.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/china/2011-12/13/content_14254425.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

XUETONG, Yan. China’s New Foreign Policy: Not Conflict, But Convergence Of Interests. **Huffington Post**, [S.l.], 28 Jan. 2014. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.com/yan-xuetong/chinas-new-foreign-policy\\_b\\_4679425.html](http://www.huffingtonpost.com/yan-xuetong/chinas-new-foreign-policy_b_4679425.html)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

YUNG, Christopher D. et al. **China's Out of Area Naval Operations Case Studies, Trajectories, Obstacles, and Potential Solutions**. Washington: National Defense University Press, 2010. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/get-tr-doc/pdf?AD=ADA535138>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ZAMAN, Sheikh. China wants Bangladesh to import gas from Myanmar. **Dhaka Tribune**, [S.l.], 13 July 2014. Disponível em: <<http://www.dhakatribune.com/foreign-affairs/2014/jul/13/china-wants-bangladesh-import-gas-myanmar>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ZAW, Khin; AUNG, Shwe. Four more arrested in relation to Mandalay mob killings. **Democratic Voice of Burma**, [S.l.], 05 July 2014. Disponível em: <<https://www.dvb.no/news/four-more-arrested-in-relation-to-mandalay-mob-killings-burma-myanmar/42094>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ZONGYI, Liu. Modi ready to do business with China. **Global Times**, [S.l.], 19 May 2014. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/861112.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ZUR, Yuval; MAGAL, Tamir; KEDEM, Nadav. The Growing Power of the Indian Navy: Westward Bound. **Military and Strategic Affairs**, [S.l.], v. 4, n. 3, Dec. 2012. Disponível em: <[http://www.inss.org.il/uploadImages/systemFiles/MASA4-3Engc\\_Zur,Magal,%20Kedem.pdf](http://www.inss.org.il/uploadImages/systemFiles/MASA4-3Engc_Zur,Magal,%20Kedem.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

**APÊNDICE A** - Entrevista com Mohan Malik (20-21 de agosto de 2014).

(1) Does India have a plan/strategy for Andaman and Nicobar Islands? Could it be a platform for India to become a true Asia-Pacific power? Does India regard A&N Islands more as A2/AD base (to counter Chinese access) or as a power projection platform?

Mohan Malik: A&N is home to India's only tri-service command. Indian Navy plans to deploy one aircraft carrier and build a submarine base there. It serves a number of purposes: power projection, providing assistance to SEA (Southeast Asian) nations in HADR (Humanitarian Assistance and Disaster Relief), joint naval exercises, as part of India's Look East policy and of course in the event of a conflict, as A2/AD base to interdict/threaten Chinese shipping

(2) Is it possible that Myanmar could return to neutrality, regarding current Chinese strategic needs?

Mohan Malik: Myanmar would aspire to return to neutrality but China's overwhelming power would make this aspirational goal much more difficult. Rangoon found it difficult to maintain strict neutrality even during the 1950s-1970s period when China was very weak and pre-occupied with domestic issues. Now that China has emerged as an economic and military superpower that has made deep inroads into its neighbor economically, demographically, militarily and socially, Myanmar leaders would find it difficult to antagonize the superpower on their doorsteps to move out of China's orbit completely and adopt a posture of neutrality. The costs would be high. Burma is now to China what Mexico is to the USA.

(3) Since Myanmar has a long policy of neutrality and the Myanmar 2008 Constitution forbids foreign military presence, could China really push Myanmar in a new Sino-Indian War scenario? Or Myanmar could maintain its borders closed?

Mohan Malik: If another Sino-Indian war takes place, then Chinese military will seek to use Burmese land and air space without permission from Rangoon to present India with a 3-front threat from the west (Kashmir), north (Arunachal Pradesh) and Burma. That's what militaries do. Weak states cannot enforce constitutional provisions if they lack capability to monitor and control their land, sea and air space.

(4) Regarding the borders, what's your opinion about Myanmar Army offensive against Kachins and Was, since the arms supply for NEFA (Northeast Frontier Agencies) guerillas come mostly from the later and Bangladesh?

Mohan Malik: All Burmese insurgent groups are funded and armed by China's PLA. My friend Bertil wrote a piece in Yale Global recently arguing that China has resumed arming of the Wa army to pressure Rangoon to toe the line. These groups pass on weapons to insurgents in India as well. Here is the link:

<http://yaleglobal.yale.edu/content/asean-paralysis-allows-china-free-hand-south-china-sea>

(5) Is it possible that China is using Myanmar as an experimental "patrol proxy" which could improve its SLOCS security without alarming other powers?

Mohan Malik: Yes, Myanmar figures prominently in China's maritime strategy (Maritime Silk Road) to ensure its SLOCs safety.

(6) What can we expect from Narendra Modi's policy regarding BCIM economic project? Could it really ease some tensions?

Mohan Malik: Expect some progress toward economic connectivity under Modi. Will it reduce tensions between China and India or Burma and China? Not clear but I think as long as the Chinese are preoccupied with the South China Sea and seek to promote economic links with Burma and India, it will ease tensions in South Asia.

**APÊNDICE B** – Entrevista com David Brewster (25 de Agosto de 2014).

(1) Does India have a plan for Andaman and Nicobar Islands? Could it be a platform for India to become a true Asia-Pacific power?

David Brewster: India is continuing to develop its military capabilities in the A&N islands, with navy taking the lead. The purpose really relates to India's maritime security role in the Bay of Bengal and Malacca Strait. Although it could be used to project air power into the South China Sea by using it as a staging point, it would be vulnerable as a major air base. Indian air force may conclude that it is safer to use bases on Indian mainland with fuelling support. Note its recent acquisition of tankers.

(2) Does Myanmar have a role in China's and India's maritime strategy for the Indian Ocean?

David Brewster: China wants to develop a transport corridor across Myanmar to the port of Kyaukpyu. Oil and gas pipelines already built and a railway is under negotiation. It is doubtful though that this would have a direct military role.

India, particularly the Indian Navy, is moving much closer to the Myanmar navy. It is likely that there will be developments on this front. See this announcement by the Indian NSA earlier this year - which may give an indication of Indian thinking:

<http://www.thehindu.com/news/national/seychelles-mauritius-join-indian-ocean-maritime-security-group/article5758402.ece>

(3) Recently, Myanmar Navy has remarkably developed itself with Chinese phased-array radars and stealth technology from China. 7 new frigates were finished or are under construction in 2014. Is it possible that China is using Myanmar as an experimental "patrol proxy" which could improve its SLOCS security without alarming other powers?

David Brewster: The Myanmar Navy is essentially a brown water force and has little or no power projection capability. The only country likely to have any concerns about Myanmar naval capabilities is Bangladesh. However the maritime boundary dispute between them is now largely settled and they are likely to now cooperate in oil and gas exploration.

(4) Finally, what can we expect from Narendra Modi's policy regarding China's Maritime Silk Route Proposal? Could it be the beginning of a détente in the Indian Ocean? Or India and China will still regard each other's strategy as a "String of Pearls"?

David Brewster: I do not know how Modi will respond to the Maritime Silk Road proposal. I do not think there is a likelihood of detente between India and China in the Indian Ocean in the near future. India will have continuing concerns about potential for PLAN access to Gwadar and other ports - however the "String of Pearls" theory is not followed strongly in Delhi. The point here is that PLAN access would be a matter of negotiation between China and host governments and is not necessarily connected with the construction of ports.

### APÊNDICE C – Entrevista com Hongwei Fan (27 de Agosto de 2014)

(1) Chinese infrastructure projects (Myitsone Dam and Kyaukpyu-Kunming Railway) have been halted officially because of "public desires". Is corporate diplomacy enough to restore the people's trust?

Hongwei Fan: No, corporate diplomacy will fail to restore the people's trust in near future.

(2) Are these halts a bargain from Myanmar government to get a better deal, the outcome of political opposition pressure or a foreign policy shift towards the West and Japan?

Hongwei Fan: Partly. At the same time, Myanmar government has been wanting to balance Chinese influence in the country. That's to say, the Burmese returns to his traditional balance diplomacy between powers.

(3) According to some analysts (Bertil Lintner, Yun Sun), China is pursuing a double game in Myanmar, supporting the government and selling arms to insurgents. Is it a central or local (Yunnan) policy? Could it further alienate Myanmar?

Hongwei Fan: Good question. The deal of selling arms to insurgents is done by some military enterprises, not by central or local government.

(4) Do you think the military in Myanmar are currently being overwhelmed regarding their previous China policy (Pauk-Phaw) by Thein Sein government or they themselves have embraced western support?

Hongwei Fan: No, I don't think so.

(5) What's the best outcome of Myanmar 2015 elections for China? A USDP victory could revive bilateral projects? Would NLD shift definitely to the West? If a military coup occurs, could China take advantage like it did recently in Thailand?

Hongwei Fan: The best outcome of Myanmar 2015 elections for China is USDP victory; USDP victory could not revive bilateral projects; NLD would also pursue balance diplomacy. If the military coup causes western sanction and isolation and curb domestic opposition, China will benefit it.

**APÊNDICE D** – Entrevista com Renaud Egreteau (30 de Agosto de 2014)

(1) 2015 elections are getting closer and we've seen some erosion in Suu Kyi-Thein Sein détente. China and U.S. seem to be trying to leverage their sides. What do you think is "India's side" in this case?

Renaud Egreteau: Absolutely none. Neither China nor the US will have a serious leverage on the way the 2015 elections are held. And India even less. Delhi can be a distant observer, but will not push for a vocal or visible stance regarding the 2015 elections. The power that be in Naypyitaw are in position to organize the national and local polls without being influenced by external powers. True, the next polls will not echo the last 2010 national polls, but they most probably won't resemble the 2012 by-elections either (by-elections which were applauded by the West and India). But no leverage from outsiders, for sure.

(2) Also, could India (under Modi) have a more cohesive foreign policy for Myanmar that departs from its "democratic idealism-moralism"?

Renaud Egreteau: No. If you read well my work and the research of other Indian scholars, the "democratic idealism-moralism", as you put it, has long been out of the table. New Delhi just aims to get closer to the Burmese in key sectors (economy, diplomacy). I don't see the Indian central government implementing a more cohesive Burmese policy in the near future: the Indian armed forces, the Indian intelligence services stationed in the North-East, the local business community there, have all different views on Myanmar. And they all remain powerful policy actors in Delhi.

(3) In that case, could India play the role of a mediator between Chinese and American interests in case of electoral turbulence in Myanmar?

Renaud Egreteau: No way. Neither Beijing nor Washington, are in any case taking India as a serious and credible policy actor in Myanmar. Neither in business nor in politics. There is no way New Delhi asserts itself as a mediator in anything in Myanmar. They still “walk on eggs” and most decision-makers in New Delhi remain pretty reluctant to admit that the Burmese are getting closer to India only for tactical or strategic purposes, not by choice of heart.

(4) Finally, India has high stakes in Myanmar, especially regarding its ethnic minorities (Was and Kachins) links with Northeast India. Can we expect more cooperation between Indian Army and Tatmadaw in the coming years?

Renaud Egreteau: The Wa have not much to do with India - a few arm sales but it's rather a buyer/seller problematic, not much to do with India proper. The Kachins used to have connections with the Indians, and they still from time to time meet Indian diplomats or intelligence officers. But the KIA is now pretty upset at seeing the Tatmadaw using Indian weaponry to shell their bases (Howitzer). That said, I don't see the Tatmadaw and the Indian Army establishing an intimate relationship under Modi. Just *ad hoc* joint operations, from time to time, as it has always been since the mid-1990s, not more.

**APÊNDICE E – Entrevista com Neville Maxwell (1º de Setembro de 2014)**

(1) Did Burma have a role in China-India border negotiations before 1962 War? If so, in which way did Burma contribute?

Neville Maxwell: Burma's role in the Sino-Indian border dispute was minor and peripheral. One point of significant relevance, however, lay in the Sino-Burmese border dispute and – most important – its settlement through diplomatic negotiation. The Sino-Burmese border dispute was of very long-standing – Burma had referred it to the League of Nations prior to WWII. The problem was very complicated indeed, both historically and geographically. In 1948, when it was at its last gasp on the mainland, the KMT government proposed to the newly independent government of Burma that the border problem is taken up again, but it was only in 1955 that clashes between Burmese troops and the PLA forced the two governments to take up the territorial dispute they had jointly inherited. Five years of negotiation yielded a 1960 boundary settlement Treaty.

The lessons to be drawn from that were:

a) For Beijing – that border disputes, if left alone, could lead to unintended conflict and had to be carefully negotiated. The PRC had unsettled borders/disputes with many of its dozen or so neighbors (especially with its great friend the USSR) and the negotiation with Burma must have taught many lessons, about the need for compromise, to sacrifice territory because of the greater value of agreement and friendship with a neighbor.

b) For Rangoon – the lesson was to keep cool and focused, ignore the cries from politicians of "not an inch of our sacred soil can be sacrificed".

c) For Delhi – the lessons were most pointed: that Beijing would seriously negotiate over its border claims, would not attempt to bully weaker neighbors, and (most important) would accept as a border the alignment proposed by Sir Henry McMahon. *India ignored those obvious lessons.* And was to make the Sino-Indian border dispute unsolvable by its absolute and unyielding (to this day) refusal to submit its border claims to the customary process of diplomatic negotiation. India asserts a right to settle its boundary lines unilaterally, limiting its neighbors' role to passive acquiescence to India's dictation.

The intractable Indian approach meant that the Sino-Burmese agreement and Treaty signed in 1960 had to be left with one indeterminate element: the Western termination point of the agreed Sino-Burmese border line, the tri-junction with India, could not be settled because Delhi would not join in tripartite negotiation about it; and quibbled about its location (although this sector followed McMahan's alignment).

That remains the situation: the Western termination of the Sino-Burmese boundary is indeterminate – and here and now the Government of Burma could play a very useful role. It should convene a tripartite conference to fix that tri-junction point! This would bring Indian and Chinese negotiating teams together: they would be able quickly to reach agreement with Burma about the location of the tri-junction – and might then logically and practically proceed to negotiate the Sino-Indian boundary sectors! And all would go smoothly until they reached the touchy and difficult problem of Tawang – but that's another story.

(2) Why did China promote the Five Principles of Coexistence with Burma, besides India? Did Zhou Enlai envision the country as a possible mediator or a "common friend" between China and India?

Neville Maxwell: China proposed the "Five Principles" for all countries. Certainly Zhou would have liked Burma to be a common friend – but saw no mediatory role as needed or acceptable. Boundary disputes have to be settled by direct negotiation between the disputants in the Chinese view.

(3) B. Raman (Kaoboys of R&AW) claims that in 1962 some Chinese troops traveled disguised through Kachin State to flank the Indians. Was Burma a forgotten front in Sino-Indian War?

Neville Maxwell: No. This is an absurd allegation. Even in the actual fighting the PLA was punctilious in avoiding any transgression onto Bhutan's territory – and there would be no tactical reason to move into Burma.

(4) Today, pragmatic governments are taking place in China and India. I'd like you to comment on their public opinion, since it played an important role in 1962 and nationalism is on the rise in Asia. Is it possible to postpone the territorial dispute and the bilateral rivalry for common benefit and economic integration?

Neville Maxwell: Public opinion in India has been so misled about the cause of the 1962 conflict, and it is very difficult to correct their mistaken view of "Chinese Aggression". The new edition of my book and release of the Henderson Brooks Report may help, but not much.